O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Segunda-feira 28 de FEVEREIRO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46885
estadão.com.br

A guerra de Putin __ A10 e A11

Após sanções e pressão militar, Rússia e Ucrânia vão negociar

Reunião deve ser hoje, em meio a ameaça nuclear do Kremlin

SERHII HUDAK/REUTERS

Voluntários fazem 'linha de produção' de coquetéis Molotov; por toda Ucrânia, moradores ajudam a impor resistência às tropas russas

O presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, deve se encontrar hoje com autoridades russas na fronteira com Belarus para discutir o fim da guerra. A reunião acontece em meio às sanções econômicas impostas à Rússia – ontem, a União Europeia congelou ativos do BC russo – e às ameaças nucleares feitas por Vladimir Putin. O chanceler ucraniano, Dmytro Kuleba, disse que a cúpula é indício de que o Kremlin vem tendo mais dificuldade do que esperava. Enquanto isso, a pressão sobre os ucranianos continua. Imagens de satélite mostram que a concentração de blindados russos aumentou nos arredores da capital, Kiev. Tropas cercaram também as cidades de Kharkiv e Chernihiv.

"Vamos conversar para que ninguém ache que não agi para parar essa guerra quando tive chance"
Volodmir Zelenski, presidente da Ucrânia

Kiev sob ataque __ A11 e A12

Resistência atrasa avanço russo; Europa aumenta ajuda militar

Enquanto 150 mil russos avançam pela Ucrânia, civis ajudam a impor resistência nos centros urbanos. Em decisão inédita, União Europeia vai financiar envio de armas, incluindo caças, ao país.

Análise __ A14 e A15

Bem-vindo à Guerra Mundial Conectada

Thomas L. Friedman

Putin quer fazer uma apropriação de terras ao estilo do século 18 em um mundo globalizado do século 21. Você nunca viu isso antes.

Reflexos da crise __ A13

Alemanha vai gastar US$ 110 bi para rearmar seu Exército

Valor corresponde ao dobro do orçamento da Defesa em 2021 e representa guinada na estratégia europeia.

E&N Impacto econômico __ B1

Preço de alimentos deve subir no Brasil como efeito do conflito

Maior custo de commodities, como trigo e milho, produzidas na Rússia e Ucrânia deve causar impacto na inflação.

Denis Lerrer Rosenfield __ A5

Liberdade e igualdade são valores universais

Luís Eduardo Assis __ B2

Não há opção à alta de juros com governo atual

Luiz Carlos Trabuco Cappi __ B8

Carnaval de reflexão para as famílias

Eleições 2022 __ A6

Mobilização de policiais encoraja candidaturas nos Estados

Pelo menos 11 candidatos ligados às Polícias Civil e Militar e às Forças Armadas devem disputar governo ou Senado.

Quando tirar? __ A22 e A23

Flexibilização de máscara para crianças na escola provoca debate

Tornar menos rígido o uso de máscara está no radar do governo de SP e na rede particular. Pais e médicos se dividem.

Notas e Informações __ A3

Por mais mulheres na vida pública

Participação feminina na política repete desigualdades da sociedade.

Política como negócio familiar

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

C2

Teatro __ C1 e C3

'Terremotos' aborda a ameaça ambiental

E&N Delivery aéreo __ B16

Empresas testam drones em sistema de entregas

E&N Marketing __ B24

Pix ganha força como marca e supera Nubank

Carnaval sob a Ômicron __ A16

Rio tem minidesfiles; blocos e escolas de SP 'improvisam'

LUCAS LANDAU/REUTERS

CAMILA TURTELLI (INTERINA)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

Partido de Bolsonaro traça estratégia para ampliar engajamento nas redes

Atual casa de Jair Bolsonaro, o Partido Liberal (PL) quer agora se apropriar do engajamento bolsonarista nas redes sociais para ganhar notoriedade, como teve o PSL e seu "17", antigo partido do presidente e o número a que ele ficou associado, em 2018. O vice-presidente do PL, deputado Capitão Augusto (SP), passou a pedir para que todos seus quadros, inclusive vereadores eleitos pela sigla, citem sempre a legenda e o número dela, o 22, em suas postagens nas redes. "Reparei que eles não faziam isso e é algo interessante para todo mundo", disse Augusto à *Coluna*. O deputado também tem um plano para ampliar o número de filiados e quer passar de 700 mil para um milhão até o final do março.

● **VAI BOMBAR.** Augusto também está otimista em relação ao aumento da bancada e sonha alto. Para ele, o número de deputados filiados ao PL pode passar dos atuais 42 para 67, incluindo a entrada de nomes do União Brasil, atualmente a maior bancada da Câmara.

● **PRESSÃO.** O Greenpeace Brasil lançou campanha nas redes sociais para pressionar governadores a decretarem emergência climática e a estruturem planos de adaptação e ações de enfrentamento de estragos causados por chuvas, como a situação de Petrópolis.

● **PRESSÃO 2.** De Rodrigo Jesus, porta-voz do Greenpeace Brasil: "A situação de emergência enfrentada por populações de diversos Estados é historicamente noticiada. A intensidade dos eventos extremos já faz parte do nosso tempo presente. Precisamos de medidas estruturais", disse à *Coluna*.

● **DEIXA DISSO.** O Palácio do Planalto tenta correr atrás do prejuízo depois de irritar a bancada evangélica ao lavar as mãos na votação na Câmara que liberou os jogos de azar. Deputados e senadores do grupo foram convidados para um café com o presidente Jair Bolsonaro no próximo dia 8.

● **BOA IDEIA.** Para fugir do "juridiquês" comum em editais públicos, o governo do Ceará colocou cores, ilustrações, gráficos e elementos interativos na versão digital de um novo edital sobre projetos culturais no Estado. A iniciativa é do Laboratório de Inovação e Dados (Íris) e da Associação Ceará Design.

● **UÉ?** O ex-deputado Eduardo Cunha criticou Eduardo Paes, associando-o a Lula e ao pré-candidato a governador Rodrigo Neves. "Paes quer apoiar Lula e Neves. Ambos estiveram presos", disse. O próprio Cunha estava na prisão até 2021.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil

● **FANTASIA...** Cheio de poderes, o ministro da Casa Civil de Bolsonaro, Ciro Nogueira, gostou do apelido de "amortecedor" do governo. Ele também tem feito o papel de crítico de adversários políticos, como Lula.

● **...DE CARNAVAL.** Neste fim de semana, Ciro tentou "amortecer" a postura de Bolsonaro em relação à guerra. "A preocupação com a Ucrânia une toda a humanidade. Mas a politização no Brasil sobre o tema é oportunista", disse.

COM MATHEUS LARA.
COLABOROU ELIANE CANTANHÊDE.

PRONTO, FALEI!

Marcelo Calero
Deputado federal (Cidadania-RJ)

"O amadorismo e o lunatismo do bolsonarismo não são apenas toscos. Jogam nossa reputação na lama", sobre Brasil não assinar carta da OEA contra ataques russos.

CLICK

Anatolyi Tkach
Embaixada da Ucrânia no Brasil

Encarregado de Negócios da embaixada ucraniana distribuiu à imprensa em Brasília mapa do país incluindo a Crimeia, anexada pela Rússia em 2014.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Por mais mulheres na vida pública

Participação feminina na política repete desigualdades da sociedade; avanço dos direitos das mulheres vai além de votar e inclui ser votada

Completaram-se na semana passada 90 anos da aprovação do voto feminino no País, um direito fundamental para que as mulheres pudessem exercer com plenitude seu papel como cidadãs. Se hoje o voto, malgrado formalmente obrigatório, na prática tenha se tornado facultativo, dada a facilidade para justificar a ausência, a emancipação não se daria sem o movimento sufragista nacional, liderado por Bertha Lutz e Celina Guimarães, entre tantas outras. O decreto que instituiu o voto feminino não foi mera concessão de Getúlio Vargas. Chegou-se a cogitar de garantir a prerrogativa apenas a solteiras e viúvas que exercessem "trabalho honesto"; para as casadas, e somente com autorização do marido. O voto foi um passo na direção da busca por mais igualdade que, no Brasil, vinha de antes, mas não havia sido acolhido pela primeira Constituição republicana (1890).

O ato de votar pressupõe o direito de também ser votada. Nesse sentido, a foto reproduzida em edição do **Estadão** do dia 23 de fevereiro diz mais que qualquer palavra sobre a representatividade feminina na sociedade brasileira. Primeira deputada eleita no País, Carlota Pereira de Queirós figura, solitária, como única mulher entre os parlamentares na Assembleia Constituinte em 1934. No Senado, a posse da primeira senadora se deu apenas em 1979, quando a professora Eunice Michiles assumiu o mandato pelo Amazonas. "Eu sentia muito carinho, mas pela 'dama' e não pela 'colega de trabalho'. Eu sentia claramente isso", disse ela, recebida pelos colegas com "flores e poesia".

O cenário político evoluiu, mas não é tão diferente. A Câmara tem hoje 77 deputadas entre 513 parlamentares. No Senado, elas são 13 dentre 81. No Executivo, a participação é ainda menor. O País só teve uma presidente, Dilma Rousseff. Na campanha presidencial deste ano, há apenas uma candidata, a senadora Simone Tebet (MDB-MS), a quem muitos insistem em, prematuramente, relegar o papel de vice. Se as estatísticas provam que a violência de gênero é incontestável, ela se reproduz, também, no Legislativo, que reflete com perfeição esse e outros aspectos da sociedade brasileira. Há pouco mais de um ano, parlamentares foram chamadas de "deputéricas" por um colega da base do governo durante a discussão de uma medida provisória. Não houve qualquer punição por parte do Conselho de Ética da Câmara.

Um estudo conduzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pela ONU Mulheres divulgado em 2020 colocava o Brasil em 9.º lugar entre os 11 países da América Latina no que diz respeito aos direitos políticos e à paridade política entre homens e mulheres. O exercício do direito ao sufrágio é a dimensão em que o País melhor pontuou no levantamento, mas os dados mostraram haver um longo caminho a ser percorrido no combate à violência de gênero, na garantia de competitividade das candidaturas femininas, em vez do uso de mulheres como "laranjas", bem como na presença nos Três Poderes.

Uma das recomendações do estudo é garantir espaço às mulheres dentro das legendas partidárias e nas posições de liderança que não apenas da bancada feminina. A falta de representatividade tem custo alto, principalmente para a parcela mais vulnerável da população. O exemplo mais recente é o veto do presidente Jair Bolsonaro à distribuição de absorventes para a população de baixa renda. Um programa de baixo custo, que visa a fornecer oito absorventes por mês a 5,6 milhões de pessoas, a maioria adolescentes pobres e presidiárias, foi rejeitado com a desculpa de não indicar fonte de custeio – embora indicasse. O gasto anual do projeto, estimado em R$ 84,5 milhões, equivale a 1,7% do valor reservado para financiar campanhas com o fundo eleitoral deste ano. Enquanto o veto ao fundão foi derrubado, o da pobreza menstrual, até agora, está mantido. Para rejeitar um veto presidencial, basta maioria simples na Câmara e no Senado – ou seja, metade mais um nas duas Casas. Coincidência ou não, é praticamente a composição populacional das mulheres na sociedade brasileira, de 51,8%, segundo a Pnad Contínua do IBGE de 2019. ●

Política como negócio familiar

Força do clã Tatto na capital paulista mostra que a exploração da política como negócio de família não tem contornos ideológicos

Uma recente reportagem do **Estadão** mostrou o tamanho do domínio do clã Tatto, vinculado ao PT, sobre uma grande área da zona sul da cidade de São Paulo – que há muito tempo é conhecida como "Tattolândia". O que chama a atenção, além da extensão do controle dos Tattos na região, é o fato de que a exploração da política eleitoral como um empreendimento familiar no Brasil não tem contornos partidários ou ideológicos.

O presidente Jair Bolsonaro (PL), por exemplo, já chegou a afirmar que seu grande objetivo político era "sarneyzar o Rio de Janeiro", aludindo ao domínio que o clã Sarney, vinculado ao MDB, exerceu sobre o Maranhão ao longo de tempo e que construiu no Estado não só a sua própria carreira política, como fabricou a de seus dois filhos mais velhos, Flávio e Carlos Bolsonaro. Já Eduardo Bolsonaro, vulgo "03", veio para São Paulo, onde conseguiu se eleger deputado federal também pela força do sobrenome. O outro filho homem do presidente, Jair Renan, também demonstrou ter pretensões eleitorais, com estímulo do pai orgulhoso.

Essencialmente, a visão dos Tattos e dos Bolsonaros sobre a presença da família na política não é diferente da visão dos Garotinhos. Liderado pelo casal Anthony e Rosinha Garotinho, o clã já transitou por partidos de diferentes colorações ideológicas, mas nunca deixou de dominar a política no norte fluminense. Um filho, Wladimir Garotinho (PSD), é o atual prefeito de Campos dos Goytacazes, base eleitoral do clã. De lá, Anthony e Rosinha pavimentaram o caminho até o Palácio Guanabara, de onde ambos saíram para a cadeia. Mas isso é outra história.

Não surpreende que a exploração da política eleitoral como uma empreitada familiar não apresente recortes partidários ou ideológicos. A bem da verdade, para os que se beneficiam dessa prática tão arraigada no País, nem haveria de apresentar mesmo. Afinal, o que une Tattos, Bolsonaros, Sarneys e Garotinhos, entre outras famílias com muitos mandatários entre os seus, é justamente a ideia de que os interesses familiares sempre se sobrepõem aos interesses públicos mediados pela política, esta sim, por excelência orientada por premissas partidárias e ideológicas, e não por laços de consanguinidade. Em outras palavras: quando os objetivos privados de uma determinada família fortemente presente na política, seja qual for a coloração partidária, colidem com os objetivos gerais da sociedade, tanto pior para a coletividade.

Jilmar Tatto, o mais proeminente membro do clã Tatto, atual secretário nacional de Comunicação do PT e figura de destaque nas pré-campanhas do ex-prefeito Fernando Haddad ao governo a deputado federal nas eleições de outubro. Seus irmãos Enio e Nilto tentarão a reeleição para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e para a Câmara dos Deputados, respectivamente. Enio está no sexto mandato. Nilto, no segundo. Outros dois irmãos Tatto, Arselino e Jair, são vereadores na capital paulista.

Mesmo diante dessa forte presença da família Tatto na política eleitoral – membros da família estão nas três esferas do Poder Legislativo –, Jilmar afirmou ao **Estadão** que o envolvimento dos irmãos na política "não é um projeto pessoal" de cada membro da família, mas sim um "projeto coletivo". De fato, vê-se que é. Só faltou dizer a serviço de quem.

É de justiça reconhecer que nenhum dos irmãos Tatto, assim como ninguém dos clãs Bolsonaro, Garotinho, Sarney ou de qualquer outro clã presente na política brasileira, tomou à força o mandato que exerce. Foram todos eleitos de acordo com as leis em vigor. Por isso, é de fundamental importância a participação dos eleitores para a construção de um quadro de representação política mais arejado e, principalmente, mais infenso à contaminação da política por interesses de natureza privada.

Toda eleição é uma oportunidade para que cada cidadão reflita sobre suas escolhas e, na medida de sua responsabilidade, contribua para o ama-

ESPAÇO ABERTO

Desperdício nos cofres públicos compromete saúde

Gonzalo Vecina Neto

Enquanto os olhos estão voltados para o longo e desafiador combate à pandemia de covid-19, o Ministério da Saúde tomou uma decisão, sem explicação lógica, que pode aumentar significativamente os custos do Sistema Único de Saúde (SUS) e impactar milhões de brasileiros.

O plano é comprar 66,2 milhões de canetas de insulina humana descartáveis este ano, conforme audiência pública aberta em 22 de fevereiro. Isso corresponde a praticamente todo o volume do medicamento comprado no ano passado. As questões que não querem calar são: por que canetas, em vez dos frascos, que são mais baratos? E por que descartáveis?

As canetas de insulina têm o mérito de serem mais práticas para o uso dos diabéticos. Estima-se que 15,7 milhões de pessoas tenham a doença no Brasil, segundo a Federação Internacional de Diabetes (IDF, na sigla em inglês), e boa parte depende do fornecimento deste medicamento pelo SUS. Entretanto, justamente para atender cada vez mais – e melhor – esses pacientes, o custo do produto e a sustentabilidade do sistema precisam ser levados em consideração.

A intenção de comprar as canetas de insulina descartáveis ainda contraria a recomendação da própria Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). Em 2017, a comissão defendeu a compra de canetas reutilizáveis (e não descartáveis) pelo governo federal, com o argumento de contribuir para aumentar a adesão aos tratamentos. Nas contas da Conitec, os custos de aquisição destes dispositivos cairiam gradativamente de 2018 a 2021.

Na prática, ocorreu o contrário. Quem acompanha os pregões públicos relacionados a este medicamento poderá constatar que a compra de canetas de insulina humana descartáveis planejada para este ano, se concretizada para o período de dois anos, custará aos cofres públicos seis vezes mais do que calculou a Conitec para um triênio. Ainda, as tais canetas custam três vezes mais que os frascos do mesmo medicamento, considerando a capacidade de cada uma das apresentações do produto.

> *Por que ministério pretende comprar canetas de insulina que custam três vezes mais que os frascos do mesmo medicamento?*

Além de impactar negativamente as contas do SUS, o que trará reflexos na capacidade do atendimento a toda a população brasileira neste contexto crítico da pandemia, a decisão ainda desestimula a competitividade da indústria nacional no fornecimento destes medicamentos.

O setor de saúde responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e movimenta R$ 700 bilhões por ano, de acordo com levantamento recente coordenado pela Fiocruz, portanto é altamente relevante que se mantenha produtivo, competitivo e criando empregos.

O Brasil precisa reforçar a agenda de desenvolvimento tecnológico na saúde, abrangendo um ecossistema que começa na pesquisa e se estende até a ponta dos serviços nas unidades de saúde, passando por produção e distribuição. Do contrário, seguiremos reféns de tecnologias, medicamentos, vacinas e insumos produzidos no exterior, com custo mais alto ou fornecimento mais complexo.

A decisão do Ministério da Saúde vai na contramão das iniciativas do setor, de incorporar soluções inovadoras para reduzir custos e otimizar tratamentos concomitantemente. É fundamental que os recursos públicos sejam alocados de forma inteligente para garantir que um número cada vez maior de brasileiros tenha acesso a tratamentos de controle de diabetes.

O valor excedente da compra de canetas de insulina humana descartáveis poderia ser aplicado, também, em serviços assistenciais ou na compra pelo SUS de medicamentos indicados para outras doenças.

Vale ressaltar, ainda, a importância de campanhas de conscientização com foco em prevenção. Afinal, os prognósticos de crescimento dos casos de diabetes são alarmantes. A IDF estima que 700 milhões de pessoas no mundo serão diagnosticadas com a doença em 2045, ante 463 milhões em 2019, quando ocorreu o último levantamento da entidade.

O Brasil é o país com o maior número de diabéticos na América Latina. Uma em cada três pessoas na região latino-americana não sabe que tem a doença, portanto esse contingente significativo corre o risco de desenvolver graves complicações. Além do importante comprometimento da saúde e da qualidade de vida nestes casos, o resultado é uma pressão ainda maior nos custos e na capacidade de atendimento do sistema de saúde – tanto da rede pública quanto da privada.

Vale lembrar que a diabetes é um fator relevante de comorbidade para a covid-19, o que requer atenção redobrada para o diagnóstico, prevenção e tratamento adequado.

Evitar o desenvolvimento de doenças e reduzir as complicações delas são formas eficientes de favorecer a sustentabilidade do sistema de saúde e promover bem-estar para a população. Mas, para viabilizar uma balança equilibrada entre receita e saúde, é preciso ter estratégia para priorizar as políticas públicas que beneficiem todos, oferecendo acesso universal e atenção integral à saúde – sem desperdiçar recursos públicos.

Com a palavra, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público. Não há o que esperar do Ministério da Saúde. ●

MÉDICO SANITARISTA, É PROFESSOR DA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP E DA EAESP/FGV

FÓRUM DOS LEITORES

Guerra na Ucrânia

Controle da mídia

Um jeito prático de não mostrar o que não interessa: sistema russo de controle da mídia proíbe veículos de imprensa de noticiar o que ocorre na Ucrânia com as palavras "invasão" e "agressão". Seria essa a regulamentação da mídia sonhada por Lula?

Paulo Tarso J. Santos
ptjsantos@yahoo.com.br
São Paulo

Liberdade

Vladimir Putin vencerá a guerra e ganhará a Ucrânia, mas perderá a Rússia e o apoio do povo russo, que anseia por liberdade.

Paulo Sergio Arisi
paulo.arisi@gmail.com
Porto Alegre

O segundo cavaleiro

Há exatos dois anos, a peste da covid-19 veio se juntar à fome e à morte, que sempre se fizeram [...] embora, graças à vacinação em massa, o ex-agente da sanguinária KGB Vladimir Putin solta o segundo cavaleiro do apocalipse, a guerra, ameaçando a tão sonhada paz mundial.

Nivaldo Ribeiro Santos
nivasan1928@gmail.com
São Paulo

Psicofobia

Na *Coluna do Estadão* de 26/2, o ex-ministro das Relações Exteriores do PT Celso Amorim declarou que "a reação do governo de Jair Bolsonaro à invasão da Ucrânia é esquizofrênica". Independentemente da adequação ou não da reação de Bolsonaro ao conflito, o ex-ministro cometeu um ato de psicofobia. Talvez ele não saiba que há no Brasil cerca de 1,5 milhão de pessoas com esquizofrenia, doença cerebral devastadora que causa um sofrimento imenso aos pacientes e aos seus entes próximos. O uso da palavra esquizofrenia para caracterizar algo ruim ou negativo [...] e a dificuldade de reinserção social e profissional dos pacientes. Por isso, formadores de opinião, como o ex-ministro de Lula, deveriam ter a sensibilidade de não usar o diagnóstico de uma doença grave para dar glamour ao seu discurso. E a mídia (e o **Estado**, obviamente) ajudaria muito se não publicasse tais discursos despreparados.

Wagner F. Gattaz, professor titular de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP
gattaz@usp.br
São Paulo

Saúde mental

Burnout e pandemia

Excelente a matéria sobre burnout, de Melinda Wenner Moyer, do *The New York Times*, traduzida por Renato Prelorentzou e publicada em 26/2 no **Estado** (D3). Um grupo de alto risco para o desenvolvimento de burnout tem sido o dos profissionais da área da saúde. Além dos [...] ponsabilidade profissional; cuidar de pacientes com doenças graves, incapacitantes e incuráveis; contato íntimo e constante com dor, sofrimento e morte; dilemas éticos e outros), durante a pandemia de covid-19 outras experiências foram acrescentadas ao dia a dia dos profissionais: lidar com uma doença nova e desconhecida; receio de ser contaminado; angústia ou impotência diante da falta de respiradores; receio de contaminar a família; necessidade de isolamento; e morte de pessoas próximas. Essas peculiaridades ocupacionais provocaram forte impacto emocional nos profissionais da saúde, levando a sintomas psíquicos (irritabilidade, insônia, ansiedade, depressão), comportamentais (faltas, licenças, abandono do trabalho) e físicos, muito bem descritos na matéria citada. Os profissionais da saúde merecem uma especial atenção em saúde mental, com ênfase nos potenciais efeitos da-[...]

Maria Cezira F. Nogueira Martins, psicóloga; e Luiz Antonio Nogueira Martins, psiquiatra
mariacezira@gmail.com
São Paulo

Dida Sampaio

1968-2022

Um minuto de silêncio pelo falecimento precoce do repórter fotográfico do **Estadão**, o cearense Dida Sampaio, aos 53 anos, um dos mais talentosos, brilhantes e premiados profissionais do Brasil. Por suas lentes e cliques, a cena política brasileira foi documentada com imagens inesquecíveis de rara beleza, contundência e ironia. Viva Dida Sampaio!

J. S. Decol
decoljs@gmail.com
São Paulo

Minha solidariedade pela perda do fotógrafo Dida Sampaio.

Diogo Molina Góis

ESPAÇO ABERTO

O Estado de bem-estar social

Denis Lerrer Rosenfield

A discussão política acerca da esquerda e da social-democracia no Brasil é frequentemente confundida com o debate sobre a noção de Estado de bem-estar social, como se este fosse fruto da esquerda. Note-se, a respeito, que a trajetória histórica de constituição desta forma de Estado foi liderada por vários partidos, adotando todos os valores da democracia e da igualdade. Na Itália, sucederam-se vários governos de orientação democrata-cristã, muitas vezes com apoio dos comunistas e socialistas. Na Alemanha foram governos também de orientação democrata-cristã, alternando-se no poder no transcurso de décadas com governos social-democratas. Nada de essencial mudava nesta alternância política, salvo em questões menores, nenhuma delas comprometendo as liberdades, a democracia, as medidas sociais e a economia de mercado. Na França, governos de orientação gaullista se alternaram com governos socialistas, sem que os pilares do Estado fossem comprometidos. Em nenhuma destas alternâncias em diferentes países adversários políticos foram tratados como inimigos a serem eliminados.

É uma falácia considerar que o valor da liberdade é representado pela direita, enquanto o da igualdade o seria pela esquerda. Tais valores têm características universais, não se prestando a apropriações partidárias ou ideológicas. Se há um certo consenso de que a liberdade é fundante da democracia representativa ou liberal, alguns a dizendo por isso de direita, não há o mesmo consenso relativamente à igualdade. Nos países comunistas, uma vez passado o período da distribuição da riqueza capitalista então existente, a experiência mostrou a sua incapacidade na produção de novas riquezas, fazendo com que a população padecesse níveis de vida baixíssimos, além de privilegiar socialmente a burocracia comunista. Qualquer discordância ou crítica era suprimida pela polícia, quando não pela tortura e morte.

Quem quiser verificar a diferença, basta comparar o destino da Alemanha Oriental e da Ocidental, da Coreia do Norte e da do Sul. O século 20 nos apresenta esta experiência única. A Alemanha Oriental desaparece, sendo a queda do Muro de Berlim o seu símbolo, após o desmoronamento, por crises internas, da União Soviética. A Coreia do Norte, dinástica, militarizada,

> ***É uma falácia considerar que o valor da liberdade é representado pela direita, enquanto o da igualdade o seria pela esquerda***

comunista e liberticida, continua oprimindo os seus cidadãos, enquanto a Coreia do Sul, próspera, exibe um outro caminho. A experiência europeia do pós-guerra é a da formação do Estado de bem-estar social, do Estado Democrático de Direito e da economia de mercado. Observe-se, ainda, que o atendimento das necessidades sociais não é tampouco uma criatura da esquerda, pois faz parte da *Torá* segundo os judeus, do *Antigo Testamento* segundo os cristãos, em particular o livro de *Levítico*. É uma obrigação moral de qualquer pessoa, de qualquer empresário, dar atenção às viúvas, aos órfãos e aos idosos que não podem ser abandonados. As primeiras medidas políticas nesse sentido foram tomadas por Bismarck em 1883 e pelo ministro Winston Churchill quando, após a Grande Guerra de 1914-1918, criou mecanismos estatais de atendimento às vítimas de guerra, a saber, viúvas, órfãos, idosos e mutilados.

Em nosso país, a esquerda petista procura reivindicar para si esta ideia de igualdade, posicionando-se contra a social-democracia nacional, como se fosse de direita – neoliberal, para utilizar o seu jargão. Toda sua preocupação consistiu em considerar os tucanos como inimigos, arrogando-se a posição de verdadeira esquerda. Em seu primeiro governo, Lula não hesitava em condenar a "herança maldita", quando ela foi a responsável por seu sucesso inicial. Aliás, não dá para entender como um setor dos tucanos ainda insiste em namorar com os petistas quando estes sempre os desprezaram, além de terem, no poder, erigido a corrupção em modo de governar. Qualquer afinidade ideológica é, aqui, um mero disfarce, salvo se for uma questão psicanalítica, a do PSDB no divã.

Ademais, os petistas se posicionaram contra a Constituição de 1988, que é um projeto de instaurar por lei o Estado de bem-estar social, com todos os inconvenientes daí derivados, de uma tentativa jurídica que não oferece os meios financeiros e executivos de sua realização. Nossa Carta Maior está repleta de direitos e de poucos deveres, tornando-a capenga e submetida a necessárias reformas periódicas por meio de diferentes PECs. Mais concretamente, o PT se posicionou contra o Estado de bem-estar social, quando agora procura apropriar-se de sua bandeira. Ou, ainda, em outra linguagem, posicionou-se contra a "social-democratização" do Estado brasileiro.

Os únicos verdadeiros defensores do Estado de bem-estar social foram os governos de Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer – um tucano, outro emedebista –, pois, além de terem implementado medidas de cunho eminentemente social, preocuparam-se com suas formas de financiamento, por exemplo, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal e da do teto dos gastos públicos. ●

PROFESSOR DE FILOSOFIA NA UFRGS
E-MAIL: DENISROSENFIELD@TERRA.COM.BR

TEMA DO DIA

ADRIANO MACHADO/REUTERS

Descanso

Passeio aquático e jantar marcam primeiro dia de folga de Bolsonaro no carnaval

O presidente Jair Bolsonaro chegou em Guarujá, no interior de São Paulo, neste sábado, 26, e deve voltar a Brasília apenas na quarta-feira de cinzas. Esta é a décima vez em que o presidente folga no município litorâneo. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

- "E os brasileiros na Ucrânia pedindo desesperadamente um resgate."
LEONARDO CABRAL

- "Deixa o homem passear, que mal tem? É um direito dele, gente."
FERNANDO FERREIRA

- "O feriado de carnaval de Bolsonaro vai custar outra fortuna ao povo."
EDNA RIBEIRO

- "Nenhuma ilegalidade nisso, mas no mínimo uma falta de empatia, sensibilidade e respeito com a situação do Leste Europeu."
AÉDA AZEVEDO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/instagram

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

GERD ALTMANN/PIXABAY

The New York Times

Seu corpo sabe que você está com burnout. ●
www.estadao.com.br/e/burnout

Checagem

Recebeu boato? Envie para o Estadão Verifica. ●
www.estadao.com.br/e/verifica

Aplicativo

É assinante? Baixe nosso app e leia sem anúncios. ●
www.estadao.com.br/e/app

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP: 02598-900 - São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● Fax: (11) 3856-2940 ● E-Mail: forum@estadao.com ● Central do assinante: Capital e regiões metropolitanas 4003-5323 ● Demais localidades 0800 014 77 20 ●

Eleições 2022

Mobilizações das polícias estimulam candidaturas a governador e senador

Até o momento, pelo menos 11 possíveis candidatos com origem nas forças de segurança e nas Forças Armadas deverão disputar eleições majoritárias nos Estados

LEVY TELES

GUILHERME BERGAMINI/ALMG

Representantes das forças de segurança de Minas Gerais durante manifestação em Belo Horizonte por reajuste salarial, semana passada

Mobilizações policiais por melhorias nas condições salariais e de trabalho e paralisações ressurgiram pelo Brasil a sete meses da eleição presidencial. O recrudescimento dos movimentos das forças de segurança nos Estados deverá ter reflexo nas disputas deste ano. O **Estadão** identificou, até o momento, pelo menos 11 possíveis candidatos com origem nas polícias Civil e Militar e nas Forças Armadas nas eleições majoritárias – a governo do Estado e ao Senado.

A Região Nordeste tem a maior parte dos nomes (6), com destaque para o Ceará, onde Capitão Wagner (PROS) – que foi derrotado na disputa pela prefeitura de Fortaleza, em 2020, numa votação parelha – deverá se candidatar ao governo do Estado. A expectativa é de que Wagner polarize a eleição contra o candidato do grupo do PT/PDT, que terá o apoio do atual governador, Camilo Santana (PT).

No Estado, a outra candidatura policial é a do vereador de Fortaleza Inspetor Alberto (PROS), que deverá concorrer ao Senado. Ex-policial civil, Alberto é simpático à pauta bolsonarista, posa com ministros do governo em fotos e tem o apoio de líderes aliados ao Palácio do Planalto.

Em 2020, um motim de policiais militares no Ceará levou a episódios de violência – o senador e ex-governador Cid Gomes (PDT) foi atingido por dois tiros quando tentava invadir o 3.º Batalhão da PM em Sobral com uma retroescavadeira. Oito PMs foram excluídos da corporação e mais 351 policiais identificados como participantes do motim respondem a processos administrativos disciplinares.

O governador de Roraima, Coronel Marcos Rocha (PSL), é o único entre os ex-policiais que vai disputar a reeleição ao Executivo estadual. Além de Ceará e Roraima, candidaturas ligadas às forças de segurança e às Forças Armadas devem ser lançadas em Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Goiás e Rio Grande do Sul – neste Estado, o atual vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, será candidato ao Senado pelo Republicanos.

PAUTA FEDERAL. É na categoria de ex-policiais, porém, que está a grande maioria das pré-candidaturas majoritárias. Vereador em Maceió, Delegado Fábio Costa quer se candidatar ao Senado. Para isso, deverá deixar o PSB. "Já fui bombeiro militar e agora sou delegado", observou. "Estou tendo que dialogar com personagens da política para conseguir viabilizar."

O presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, afirmou que 2018 representou um ponto de inflexão para a classe policial – que mantém olhos atentos à Câmara dos Deputados. "O lugar político de excelência das polícias até 2018 eram as Assembleias Legislativas, porque é onde está o dia a dia da agência da polícia", disse Lima. Depois, segundo o ... obstáculos criados na modernização da gestão da segurança, das condições de trabalho, eram temas de pauta federal".

Na avaliação de Lima, no Congresso é possível também defender uma agenda de costumes predominantemente conservadora. "Não é nenhuma novidade que policiais tenham uma aderência maior aos temas conservadores. É algo observado globalmente."

De acordo com levantamento do 14.º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 25.452 policiais e integrantes das Forças Armadas foram candidatos entre 2010 e 2020; 87,6% dos candidatos nas eleições de 2020 são vinculados a partidos de direita e centro-direita. Ainda segundo o estudo, até 2018, 1.860 foram eleitos, e, em toda a década, 94,5% dos candidatos eram homens. Nas eleições de 2018, 32 deputados federais e quatro senadores foram eleitos e passaram a compor a representação da categoria no Congresso.

CLASSE. O deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) afirmou que a eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, impulsionou vitórias na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas. Segundo ele, porém, a participação política dos policiais não ... dos profissionais de segurança é um processo de organização da classe", disse Gonzaga.

Nos últimos dois meses, houve movimentos de paralisação de forças da Polícia Civil ou Militar em pelo menos três Estados: Minas Gerais (*mais informações na página ao lado*), Pernambuco e Rio Grande do Norte, com pressões intensas na Paraíba e em Sergipe.

Há uma semana, cerca de 30 mil manifestantes estiveram em assembleia-geral em Belo Horizonte e deflagraram paralisação policial no Estado – o ... de praças da PM e por sindicatos da Polícia Civil pelo País.

Em Sergipe, uma mobilização que já durava mais de um ano indicava uma possível formação de greve estadual. Antes da realização da assembleia-geral que estava marcada para a quinta-feira passada, líderes do movimento se encontraram com Gonzaga, uma das principais vozes do movimento em Minas. Tanto em Sergipe como em Minas, os Tribunais de Justiça estaduais determinaram a impossibilidade de paralisação, com

Para entender

• Legislação
Paralisações e protestos contra superiores são vedados pela lei a policiais e a bombeiros militares. De acordo com o regulamento, podem configurar motim.

• Supremo
Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que servidores que atuam na área da segurança pública (incluindo agentes civis) não podem entrar em greve.

• Constituição
Em Minas Gerais, o próprio comandante-geral da PM, Rodrigo Sousa Rodrigues, deu aval à participação de policiais da ativa no protesto por reajuste salarial. A manifestação teve adesão até de policiais da ativa e armados. A Constituição proíbe atos com participantes armados.

• Reflexo
Especialistas em segurança voltam a temer que o movimento em Minas reacenda a onda de motins no Brasil. Mobilizações de integrantes das forças de segurança também devem ter reflexo nas eleições, com candidaturas ligadas às polícias Civil e Militar e às Forças Armadas.

Participação

25.452
policiais e integrantes das Forças Armadas foram candidatos entre 2010 e 2020, segundo dados do

Minas Gerais

Governo Zema inicia negociação com representantes de paralisação

Governador convida líderes do movimento para reunião na quinta; deputados que apoiaram protestos ficam de fora

CARLOS EDUARDO CHEREM
ESPECIAL PARA O ESTADÃO
BELO HORIZONTE

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), vai negociar com líderes que representam as forças de segurança o fim da paralisação no Estado. A mobilização teve início há uma semana, com a adoção de "operação-padrão" pelas tropas. Policiais reivindicam recomposição salarial de 41%.

Anteontem, a secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Luísa Barreto (PSDB), numa tentativa de abrir diálogo e encerrar o movimento, chamou integrantes de dez sindicatos para uma reunião no Palácio Tiradentes, sede do governo mineiro, nesta quinta-feira. Apoiadores dos protestos dos policiais, os deputados federais Subtenente Gonzaga (PDT), Cabo Junio do Amaral (PL) e Léo Motta (PSL) e os deputados estaduais Sargento Rodrigues (PTB), Coronel Sandro (PSL), Delegada Sheila (PSL) e Delegado Heli Grilo (PSL) não foram convidados para o encontro no palácio. Todos eles são alinhados ao presidente Jair Bolsonaro e participaram dos atos ocorridos em Belo Horizonte, na semana passada.

Zema deve receber representantes de dez categorias profissionais de segurança de Minas Gerais, entre policiais militares e civis, bombeiros, agentes penais, prisionais, socioeducativos e da Defesa Civil, escrivães, peritos criminais e analistas de segurança.

As lideranças do movimento das forças de segurança, por meio de nota, afirmaram, também anteontem, que o encontro convocado pela secretária Luísa Barreto é o primeiro aceno que o governo Zema faz, "o que demonstra um claro interesse do Executivo estadual em iniciar uma negociação".

Na sexta-feira passada, o movimento realizou na Cidade Administrativa, onde está instalado o Palácio Tiradentes, o segundo protesto contra o governador, rechaçando o aumento de 10,06% nos salários de todo o funcionalismo público do Estado, incluindo aposentados e inativos, proposto na véspera por Zema.

ACORDO. As forças policiais pedem o cumprimento do acordo feito por Zema em seu primeiro ano de governo – ele prometeu fazer a recomposição salarial das tropas em três parcelas: 13% em julho de 2020, 12% em setembro do ano passado e 12% em setembro deste ano. A primeira parte do reajuste foi feita, mas as outras duas, não. As forças de segurança do Estado não tinham reajustes (baseados na inflação) desde 2015, durante a gestão do petista Fernando Pimentel (PT).

Na semana passada, Zema divulgou uma nota em que afirmou estar "equilibrando as contas", mas que depende da renegociação da dívida com a União para atender ao pleito dos PMs. "A renegociação da dívida com a União permitirá recomposição dos salários dos profissionais de segurança. Continuamos em busca de alternativas."

Na sexta-feira, o Tribunal de Justiça de Minas acolheu tese da advocacia do Estado e determinou o encerramento da greve dos policiais, sob pena de multa diária de R$ 100 mil, limitada a R$ 10 milhões.

A reportagem do **Estadão** procurou ontem os deputados estaduais Sargento Rodrigues, Coronel Sandro e Delegada Sheila e o deputado federal Cabo Junio do Amaral para comentar o fato de não participarem das negociações, mas não houve resposta até a conclusão desta edição. Os deputados Delegado Heli Grilo e os deputados federais Subtenente Gonzaga e Léo Motta não foram localizados. ●

Para lembrar

Categoria cobra recomposição salarial

● **Reajuste**
Há uma semana, forças de segurança de Minas aprovaram paralisação da categoria até que Zema se posicione sobre o reajuste salarial.

● **Protestos**
A decisão foi tomada após votação na praça Carlos Chagas, em BH. Cerca de 20 mil bombeiros e policiais tomaram o centro da cidade.

● **Promessa**
Em seu primeiro ano de governo, Zema prometeu 13% de reajuste em 2020, 12% em 2021 e 12% em 2022. O primeiro reajuste foi pago; as outras duas parcelas, não.

Carnaval

Na praia, Bolsonaro anda de moto aquática

O presidente Jair Bolsonaro passou o fim de semana no Guarujá, litoral de São Paulo, onde fez passeios de moto aquática e interagiu com banhistas. Criticado pela oposição por viajar em meio ao conflito entre Rússia e Ucrânia, o chefe do Executivo participou de uma entrevista coletiva em que respondeu a perguntas sobre a guerra no leste europeu.

Bolsonaro chegou ao litoral paulista de helicóptero na manhã de anteontem. Ele aproveitou a tarde para andar de moto aquática. Vídeos do presidente cumprimentando apoiadores em uma lancha circularam nas redes sociais. À noite, ele jantou em uma pizzaria na Praia de Pitangueiras acompanhado de assessores.

Ontem, o presidente voltou a passear de moto aquática. Cercado por seguranças, cumprimentou simpatizantes que se aglomeraram em torno de grades de proteção colocadas na praia. Às 18h, ele concedeu a entrevista coletiva no auditório localizado na parte interna do hotel Forte dos Andradas, no qual ficou hospedado.

O presidente pregou equilíbrio e evitou condenar a ação russa. Ao comentar os possíveis impactos econômicos do conflito para o País, Bolsonaro aproveitou para criticar medidas de isolamento social contra a pandemia de covid-19 e questionar políticas de demarcação de terras indígenas. ● VICTOR PINHEIRO, GUSTAVO CÔRTES, PEDRO PRATA E LUCAS MELO, ESPECIAL PARA O ESTADÃO

@JAIRMESSIASBOLSONARO

Presidente Jair Bolsonaro com apoiadores no Guarujá

Eleições 2022

Um carnaval de encontro político na Villa Doria

Em sua ampla propriedade na cidade de Campos do Jordão, tucano reúne aliados estratégicos para dar sinal de unidade

PEDRO VENCESLAU

A exuberante propriedade de João Doria (PSDB), em Campos do Jordão (SP), serviu neste feriado de carnaval para uma reunião da "tropa aliada" do governador paulista. No momento em que se aproxima a data de desincompatibilização para disputar a Presidência da República, Doria recebeu na luxuosa residência o presidente do PSDB, Bruno Araújo, o vice-governador Rodrigo Garcia, pré-candidato do PSDB ao governo paulista, o apresentador José Luiz Datena e o presidente do PSDB paulista e secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi – autor da foto que ilustra este texto.

O encontro tem uma simbologia clara: é uma tentativa do governador de mandar uma mensagem de unidade e afastar as dúvidas entre os próprios partidários sobre a viabilidade de sua candidatura presidencial. Pressionado por alas do PSDB a desistir de sua pré-candidatura, Doria terá de deixar o Palácio dos Bandeirantes até o início de abril. Nesta fase, seu foco está em garantir empenho e lealdade dos aliados estratégicos.

Coordenador da pré-campanha do governador, o presidente do PSDB foi reconduzido ao cargo por mais um ano com apoio do grupo de Doria, mas é

MARCO VINHOLI

Doria com Datena, Rodrigo Garcia e Bruno Araújo na casa do governador em Campos do Jordão

alvo de críticas dos "doristas" por não ter se posicionado de maneira mais enfática em defesa da candidatura do vencedor das prévias do PSDB. Já Datena é visto como o candidato natural ao Senado na chapa dos tucanos, mas tem sido assediado também por outros partidos.

MENSAGEM. Ao promover esse encontro no fim de semana, Doria procura enviar um recado ao mundo político de que não está isolado e conta com o apoio de Araújo – o principal operador político do PSDB nas articulações com o MDB, o União Brasil e o Cidadania por uma federação partidária –, com Garcia, que vai assumir a máquina e de quem vai precisar do apoio, e Datena, que é um "coringa" no tabuleiro eleitoral de 2022.

A ampla propriedade, que conta com um heliponto e escultura de Bia Doria – mulher do governador – na entrada, deu caráter de intimidade ao encontro político. Por lá, também passaram dois nomes do PSDB que ajudam a fazer a ponte do governador com a "velha guarda" do partido: o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio e o ex-ministro Antonio Imbassahy.

Virgílio disputou as prévias contra Doria e Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, que agora ameaça deixar a legenda e ingressar no PSD para ser candidato ao Planalto. Imbassahy integra o círculo mais próximo de Doria – foi articulador político da gestão Michel Temer e hoje é secretário especial do governo paulista e chefe do Escritório de Representação do Estado de São Paulo em Brasília. ●

ESTADÃO VERIFICA

Gravação sobre guerra usa cena de videogame

É FALSO

PEDRO PRATA

Imagens de um jogo de videogame viralizaram nas redes sociais como se mostrassem um ataque aéreo da Rússia contra a Ucrânia, em uma zona portuária. Ainda que existam registros de bombardeios no conflito do leste europeu desde a madrugada de quinta-feira passada, a gravação é falsa. Naquele mesmo dia, pelo menos 400 mil pessoas haviam assistido ao falso combate.

Além desse registro, outras publicações fora de contexto também começaram a circular nas redes sociais sobre a guerra na Ucrânia. Postagens que faziam referência ao conflito como "início da 3.ª Guerra Mundial" traziam uma fotografia de grandes explosões sobre um conjunto de prédios. Na verdade, a imagem é do ano passado e retrata um confronto entre israelenses e palestinos na Faixa de Gaza.

Já um outro vídeo que mostrava prédios residenciais ficando sem energia elétrica depois de um clarão e um grande estrondo era acompanhado de uma legenda relacionando o incidente aos ataques russos à Ucrânia. Na verdade, essa gravação circula desde o fim do mês passado – portanto, é anterior à invasão russa e ao início dos conflitos. A legenda correta, em russo, afirma se tratar da queda de um raio em uma estação de energia. Ao assistir ao vídeo em câmera lenta é possível ver o momento exato da queda do raio no local. ●

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A GUERRA ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA NAS PÁGS. A10 A A15

É FORA DE CONTEXTO

Imagem de Zelenski atirando é de um filme, não peça de campanha

Uma foto do presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, atirando no Parlamento circula fora de contexto. O post diz que a imagem foi feita para a campanha de Zelenski à presidência do país, mas a cena é de um filme de 2016 estrelado por ele. ●

É FALSO

Governo federal não foi o único a comprar vacinas contra a covid-19

Em vídeo, o ex-senador Magno Malta diz que, no Brasil, todas as vacinas contra covid foram compradas pelo presidente Jair Bolsonaro. A maioria das doses veio do governo federal, mas governadores também adquiriram imunizantes. ●

É FALSO

Empresa não projetou mensagem pró-Bolsonaro em prédio de BH

Um vídeo publicado no TikTok mostra um prédio na Avenida Bernardo Vasconcelos no qual é possível ver uma projeção na fachada onde se lê "BH é Bolsonaro". A autora da gravação, no entanto, admitiu que se tratou de uma montagem. ●

É FORA DE CONTEXTO

Apresentador americano não riu de pesquisa eleitoral do Brasil

É enganoso que o resultado de pesquisa de intenção de voto no Brasil tenha causado uma crise de riso em um apresentador de TV do EUA, como sugere vídeo que viralizou. O conteúdo é uma edição de uma gravação de 2015, sem relação com o País. ●

É FALSO

Não há indícios de que a rainha Elizabeth II tenha tomado ivermectina

São falsas postagens que afirmam que Elizabeth II usou ivermectina contra covid. Os posts usam trecho de reportagem de um programa australiano sobre a rainha no qual aparece o remédio. O programa, porém, informou que a imagem foi inserida por erro. ●

● A Guerra de Putin

Rússia e Ucrânia aceitam negociação em meio a pressão militar e financeira

Putin ordena que arsenal nuclear fique de prontidão depois de sanções tirarem bancos russos de sistema de pagamentos e tropas encontrarem resistência na Ucrânia

KIEV

O presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, aceitou ontem negociar com a Rússia um fim para o conflito, sem precondições. A tentativa de acordo foi combinada em meio a ameaças do presidente russo, Vladimir Putin, de mobilizar seu arsenal nuclear e de indícios de que os russos concentram mais tropas no entorno da capital, Kiev, que há três dias resiste ao ataque de tropas do Kremlin.

A pressão econômica e militar sobre a Rússia aumentou no fim de semana. Depois de EUA e União Europeia excluírem bancos russos do sistema de pagamentos europeus, os 27 países do bloco decidiram unificar o envio de ajuda militar a Kiev e vetar o acesso de aeronaves russas ao espaço aéreo do bloco.

Meios de comunicação ligados ao Kremlin, como o Russia Today (RT) e o Sputnik, também terão suas licenças cassadas na Europa (*mais informações na página A11*).

CETICISMO. A reunião está marcada hoje para ocorrer na fronteira com Belarus, próximo ao Rio Pripyat. Segundo os ucranianos, o líder belarusso, Alexander Lukashenko, concordou em garantir a segurança dos presentes e o arsenal aéreo e antiaéreo russo presente no país não será usado.

Zelenski, no entanto, mostrou-se cético quanto à eficácia da reunião. "Vamos conversar para que nenhum cidadão ucraniano ache que não agi para parar essa guerra quando tive uma chance, por menor que essa chance seja", declarou.

O chanceler ucraniano, Dmytro Kuleba, declarou que a cúpula é um indício de que a Rússia tem tido mais dificuldade militar do que esperava na invasão da Ucrânia.

"A Rússia não estava querendo nenhuma conversa. Depois que sofreram dificuldades, agora falam em negociações", disse. "O fato de a Rússia estar disposta a conversar já é uma vitória para a Ucrânia."

Ainda de acordo com o governo ucraniano, o número de mortes na invasão russa chegou ontem a 352.

No fim da noite de ontem, o governo americano acusou o governo de Belarus de permitir a entrada de tropas terrestres em território ucraniano por meio da cidade de Gomel. A localidade é a mesma onde, segundo o Kremlin, uma comitiva de autoridades russas desembarcou durante a manhã para iniciar negociações com autoridades ucranianas.

"Uma delegação de representantes dos ministérios das Relações Exteriores, da Defesa e de outras pastas, incluindo a administração presidencial, chegou a Belarus para negociações com os ucranianos", disse o porta-voz da presidência russa, Dmitri Peskov. "A delegação russa está pronta para as negociações e agora estamos esperando os ucranianos", acrescentou.

Ao longo do domingo, tropas russas continuaram a atacar posições ucranianas nas cidades de Kharkiv, Kiev e Chernihiv. No começo da madrugada, essas cidades foram alvos de novos bombardeios.

AMEAÇA NUCLEAR. Em meio às ofertas de negociação, Putin ontem convocou as forças nucleares russas a estar de prontidão, em resposta às sanções econômicas que considerou ilegítimas impostas contra a Rússia nos últimos dias. No sábado, UE e EUA decidiram tirar bancos russos sob sanções econômicas do sistema de pagamentos global Swift.

"Os países ocidentais não estão apenas tomando ações hostis contra nosso país na esfera econômica, mas altos funcionários dos principais membros da Otan fizeram declarações agressivas sobre nosso país", disse Putin.

Putin havia prometido, nesta semana, retaliação contra qualquer nação que interviesse diretamente no conflito na Ucrânia, citando o status de seu país como uma potência nuclear.

Na prática, a medida coloca as armas nucleares da Rússia em prontidão de lançamento. Até o momento, no entanto, não há indicativos de que Putin tenha planos concretos de utilizá-las.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e o governo americano chamaram a decisão de Putin de irresponsável.

"É uma retórica perigosa que, combinada com o que ele está fazendo na Ucrânia, amplia a gravidade da situação", disse secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, em entrevista à TV americana CNN.

A embaixadora americana na ONU, Linda Thomas-Greenfield, considerou a escalada "inaceitável". ● NYT E WASHINGTON POST

EFE

Coluna de blindados russos é vista nos arredores de Kiev, alvo das bombas e das tropas de Putin

Impacto de sanções já afeta cotidiano russo

CENÁRIO

A. TROIANOVSKI E I. NECHEPURENKO

O Kremlin está escondendo de seu próprio povo a realidade do ataque à Ucrânia, chegando ao ponto de reprimir veículos de notícias que chamam a ação de guerra. Mas a carnificina na mir Putin estão se tornando mais difíceis de esconder.

Linhas aéreas cancelaram voos para a Europa que já tinham sido onipresentes. O Banco Central russo teve de se esforçar para entregar notas de rublos quando a demanda por dinheiro aumentou em 58 vezes. Economistas previram aumento de inflação, maior fuga de capitais e crescimento desacelerado; e a agên- crédito da Rússia.

A ênfase em esconder a verdadeira extensão da guerra é um sinal de que o Kremlin tem medo de que os russos desaprovariam uma invasão violenta e em grande escala à Ucrânia, um país onde milhões de russos têm parentes e amigos.

Russos foram atordoados pela velocidade com que o impacto econômico da guerra foi sentido. O rublo atingiu seu menor nível em relação ao dólar, que foi negociado a cerca de 84 rublos no sábado, em comparação com 74 há algumas semanas. Isso elevou os preços das importações, enquanto as sanções aos maiores bancos da trições às exportações prometeram dificultar as cadeias de suprimentos.

O CEO de uma das maiores revendedoras de eletrônicos da Rússia, a DNS, disse na quinta-feira que uma crise de abastecimento forçou sua franquia a aumentar preços de seus produtos em cerca de 30%.

S7, a segunda maior linha aé- por causa do fechamento do espaço aéreo para companhias russas – um sinal precoce de que a viagem barata e fácil para o Ocidente, com a qual a classe média russa tinha se acostumado, poderia se tornar algo do passado. Fotos de revendas mudando ou removendo etiquetas de preço se tornaram virais nas redes sociais.

O principal fator determinante para o que vem a seguir, é claro, será o que acontece no campo de batalha na Ucrânia – quanto mais o conflito durar, mais difícil será para o Kremlin apresentar a guerra como uma operação limitada. ●

Inflação
Com importações mais escassas pelas sanções, preços de eletrônicos já subiram 30% em Moscou

UE fecha espaço aéreo a voos russos e bancará envio de armas a ucranianos

Aprovação de pacote para financiar armamento a outro país é decisão sem precedentes e inclui fornecimento de caças

LONDRES

Em reação à escalada das ameaças do presidente Vladimir Putin, a União Europeia anunciou ontem sanções e medidas históricas para ajudar a Ucrânia. A primeira delas foi a decisão do bloco de fechar seu espaço aéreo para voos operados pela Rússia, tanto de empresas aéreas quanto de jatos particulares. Em outra decisão sem precedentes, o grupo de países concordou em financiar a compra e entrega de armas e equipamentos às forças ucranianas, incluindo caças.

O bloco também concordou em congelar dos ativos do BC russo para impedir Putin de financiar a invasão, o que pode ter consequências para a moeda russa. Na abertura do mercado asiático, o rublo caía 40% no fim da noite de ontem. "Vamos banir operações do BC russo e congelar seus bens", disse a Comissão Europeia, em nota.

Da Alemanha à Suécia, passando por França, Bélgica e Itália, os países europeus foram fechando gradualmente seu espaço aéreo às companhias russas. A decisão deve ser um golpe tanto ao setor de aviação russo quanto às frequentes viagens da oligarquia do Kremlin para a Europa. Em resposta, a companhia aérea russa Aeroflot anunciou a suspensão de todos os voos para o bloco.

A UE também decidiu proibir meios de comunicação financiados pelo Kremlin de atuar em países do bloco. Segundo a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyn, os canais Russia Today (RT) e Sputnik News também terão as concessões para operar no bloco cassadas.

"Vamos banir a máquina de propaganda do Kremlin da União Europeia", disse Von Der Leyn. "Putin não mais conseguirá espalhar mentiras e divisões entre o bloco."

Em uma decisão histórica, a União Europeia autorizou um pacote de € 450 milhões (cerca de R$ 2,6 bilhões) para a compra e entrega de armas às forças ucranianas. O pacote de ajuda também incluiria provisões de cerca de € 50 milhões (cerca de R$ 290 milhões) para a compra e entrega de combustível e equipamentos médicos para a Ucrânia.

Na entrevista coletiva, o chefe da diplomacia da UE, Josep Borrell, explicou que o bloco enviará aviões de combate para a Ucrânia. "Não estamos falando apenas de munição. Estamos fornecendo as armas mais importantes para uma guerra", disse o diplomata, explicando que o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmitro Kuleba, pediu aviões que os ucranianos possam pilotar. "Alguns membros (da UE) têm esses aviões", disse Borrell.

A UE decidiu se unir formalmente para enviar armas para a Ucrânia depois de alguns países, individualmente, como França, Espanha, Grécia e Polônia, anunciarem que iriam financiar o esforço de guerra do presidente Volodmir Zelenski.

Além de viabilizar esses fundos para a compra de armas, os chanceleres europeus chegaram a um acordo político para bloquear as transações do Banco Central russo. Com essa medida, mais de metade das reservas do Banco Central da Rússia ficarão paralisadas, uma vez que são mantidas em instituições dos países do G-7.

No sábado, a UE e os EUA decidiram tirar parte dos bancos russos do sistema internacional de pagamentos Swift.

Finanças
Os chanceleres europeus decidiram bloquear todas as transações do Banco Central da Rússia

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA. Em outra reação rara da comunidade internacional, o Conselho de Segurança da ONU convocou para hoje uma reunião extraordinária da Assembleia-Geral para debater a invasão à Ucrânia. O órgão deverá reunir representantes dos 193 Estados-membros o para o debate. Foi a primeira convocação do tipo em 40 anos.

A iniciativa foi promovida no Conselho de Segurança ontem pelos EUA e pela Albânia. Avançou com 11 votos a favor, 3 abstenções – China, Índia e Emirados Árabes e o voto contra, da Rússia. ● NYT, WP E AFP

ODD ANDERSEN / AFP

Em Berlim, milhares de pessoas condenaram a guerra na Ucrânia

Protesto contra guerra na Ucrânia reúne 100 mil pessoas em Berlim

Pelo menos 100 mil pessoas foram às ruas de Berlim, na Alemanha, ontem, em solidariedade à Ucrânia, invadida por tropas da Rússia. Reunidos em frente ao Portão de Brandemburgo e ao Reichstag, prédio da Câmara dos Deputados, os manifestantes carregavam bandeiras em amarelo e azul, as cores nacionais da Ucrânia.

Na Rússia, onde atos contra a guerra são passíveis de prisão, manifestações de dissidentes ocorreram principalmente em Moscou e São Petersburgo.

Mais de dois mil manifestantes contrários à guerra foram detidos em diferentes cidades russas. Segundo uma ONG que monitora os protestos contra o governo, o número de detidos desde o início da guerra passa de 5 mil.

Nos últimos dias, atos contra a guerra da Ucrânia ocorreram em diversas capitais europeias, como Madri, Paris, Dublin, Praga e Varsóvia.

A invasão da Ucrânia já levou mais de 300 mil pessoas a fugirem da guerra no país e tanto a União Europeia quanto as Nações Unidas esperam que esse número cresça exponencialmente nos próximos meses. ● AFP

Bolsonaro diz que manterá neutralidade e evita criticar russos

GUSTAVO CORTES
VICTOR PINHEIRO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que seu governo vai se manter neutro no conflito entre Rússia e Ucrânia. "A meu entender, não vamos tomar partido. Vamos continuar pela neutralidade e ajudar no que for possível pela busca de uma solução," O presidente evitou condenar a invasão da Ucrânia e se mostrou reticente em relação à possibilidade de a comunidade não deve seguir o movimento feito pela Europa e pelos EUA contra o regime de Vladimir Putin casos as sanções afetem as importações de potássio russo.

Com vaga no Conselho de Segurança da ONU, o governo brasileiro dará um dos votos sobre o tema na próxima reunião do grupo, prevista para esta semana. "Deixo claro que o voto do Brasil não está definido ou atrelado a qualquer potência. Nosso voto é livre e será dado nessa direção", disse em entrevista no Guarujá, no litoral de sa posição, como acertado com o Carlos França, é de equilíbrio", declarou o presidente.

O conflito provocou aumento no preço dos fertilizantes no mercado internacional. O plantio de grãos do Brasil depende para não trazermos problemas para o nosso País." Bolsonaro disse "não adianta ter um milhão de razões de um lado e um canhão do outro". O presidente afirmou ainda: "Ninguém quer usar a pólvora, todos preferem usar a saliva, mas não se sabe do lado de lá". E defendeu uma saída pacífica para a crise.

Defesa
Presidente disse não acreditar que Putin queira promover um massacre de ucranianos

MASSACRE. Bolsonaro disse não acreditar que Putin tenha a intenção de liderar um massacre de civis. Em seguida, destacou o desejo de parte da população parte dos ucranianos fala russo e chamou os dois países de "quase irmãos". Ao citar a defesa russa da independência das regiões de Luhansk e Donetsk, falou que "não vamos entrar no mérito se tem razão ou não, vamos buscar a paz".

A fala de Bolsonaro destoa da posição do embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Costa Filho. "Uma linha foi cruzada e esse Conselho não pode ficar em silêncio." O Brasil votou no conselho a favor da resolução proposta para condenar a guer-

● A Guerra de Putin

Disposta a tudo, população se une a Exército para resistir à invasão

TYLER HICKS/THE NEW YORK TIMES

Em Dnipro, a 480 km a sudeste de Kiev, civis entregam garrafas para serem usadas como coquetéis Molotov em um ponto de coleta

Tropas russas têm enfrentado dificuldade para manter o ímpeto inicial da invasão e não conseguem tomar Kiev e Kharkiv

KIEV

Após um início avassalador, invadindo a Ucrânia em três frentes, tropas russas têm tido dificuldade para tomar as duas principais cidades do país, Kiev e Kharkiv, graças à resistência do Exército ucraniano, ajudado por civis armados com fuzis e até mesmo bombas incendiárias.

Moscou bombardeia Kiev há três dias e tropas russas já entraram na capital, mas não conseguem tomar a cidade, que resiste em uma batalha urbana penosa para os invasores, apesar de sua superioridade numérica. Em Kharkiv, a infantaria russa tenta tomar a cidade com incursões de infantaria, mas também ali a resistência é feroz.

Com dificuldades, Putin, que no início da guerra destinou apenas 60 mil homens para a invasão, já mais que dobrou esse efetivo. Hoje, 150 mil russos avançam em três frentes contra o governo de Volodmir Zelenski.

O líder ucraniano, que ficou em Kiev e rejeitou ser retirado da cidade com auxílio americano, pediu mais ajuda militar do

AVANÇO RUSSO NA UCRÂNIA

Militares e civis combatem ferozmente contra tropas de Putin

INFOGRÁFICO: GN/ESTADÃO

res, o Exército invasor tem algumas dificuldades logísticas nas linhas, e não esperava uma batalha renhida em grandes centros urbanos.

Os russos, no entanto, argumentam que pausaram a ofensiva para dar uma chance às negociações propostas pelo

MOBILIZAÇÃO. A mobilização de civis contra os russos é evidente por toda a Ucrânia. Do lado de fora do hospital militar na cidade de Dnipro, no centro, havia filas ontem para doar roupas quentes e água. Desde que a guerra começou, soldados feridos chegam ao

frente no leste e sul da Ucrânia, perto da Crimeia. A unidade de saúde tem 400 leitos, mas o número de feridos ultrapassou essa capacidade nos últimos dias.

Ontem pela manhã, Dnipro estava agitada. A cidade, como muitas outras na Ucrânia, está

da estejam a alguma distância, e o som da artilharia que se tornou a trilha sonora de tantos lugares da Ucrânia ainda não seja audível, a expectativa é que os combates possam chegar a qualquer momento.

Um grupo de tropas russas tentou saltar de paraquedas nos arredores de Dnipro no sábado. Um soldados foi morto e três foram capturados pelos ucranianos, mas outros quatro conseguiram escapar e, agora, estão à espreita em algum lugar da região.

Em todas as entradas da cidade, grupos de homens empilhavam sacos de areia e colocavam armadilhas. Soldados com fuzis automáticos interrogavam motoristas e revistavam carros.

No Rocket Park, uma exibição ao ar livre de mísseis balísticos intercontinentais e outros foguetes produzidos pela fábrica local Yuzhmash, homens vestidos de preto ou camuflados se inscreviam em brigadas de defesa territorial mobilizadas para proteger o perímetro da cidade e patrulhar o centro.

Perto dali, pessoas em trajes civis separavam e encaixotavam garrafas para serem transformadas em bombas incendiárias. Um homem organizava os outros, procurando voluntários para levar as garrafas para outros lugares da cidade para serem enchidas com líquido inflamável.

O jovem Bohdan Smolkov, de 15 anos, não tem idade para se juntar às forças de defesa territorial, então, ele tentava ajudar de diferentes maneiras. "Tudo o que me dizem para fazer, eu faço", disse.

MOLOTOVS. Em Lviv, no oeste, ainda longe do epicentro da guerra, a resistência é formada por gente comum, como baristas, praticantes de snowboard, contadores e advogados, professores e zeladores. A resistência se espalha por toda a Ucrânia, mas em Lviv ela tem mais paixão e mais energia.

Em cada esquina, homens se aglomeram, formando brigadas de voluntários para impedir um possível avanço russo. Em uma cafeteria, um homem com uma mecha de cabelo preto gritou instruções para um grupo recém-formado de adolescentes e idosos.

Ele explicou que cantos observar, que sinais procurar ao tentar localizar agentes russos e onde encontrar treinamento para usar uma arma. Poucos pareciam querer lutar. Mas quase todos acreditam que precisam.

Estar na resistência, porém, pode significar mais do que disparar uma arma pela primeira vez. Yuri, um rapper e ator, disse que estava esperando a ação.

● A Guerra de Putin

Scholz destinará US$ 100 bilhões para rearmar a Alemanha

Após enviar arsenal à Ucrânia, país anuncia maior programa de rearmamento desde a 2.ª Guerra em nova estratégia europeia

RICK NOACK,
EMILY RAUHALA
MICHAEL BIRNBAUM
THE WASHINGTON POST

O chanceler alemão, Olaf Scholz, anunciou ontem uma ampliação radical no gasto em Defesa de seu país, potencialmente marcando uma nas mais significativas mudanças em décadas na abordagem alemã no pós-2.ª Guerra em relação à segurança internacional – o que poderá aprumar a política de defesa europeia.

A Alemanha, maior economia da Europa e nação mais populosa da União Europeia (UE), frustrava havia muito tempo os Estados Unidos e seus aliados no continente com sua hesitação em investir mais em suas forças militares. Sua posição obstruiu numerosas tentativas de formulação de uma estratégia de segurança mais ambiciosa na Europa, incluindo repetidos esforços do presidente francês, Emmanuel Macron, de constituir um Exército europeu.

Falando ao Parlamento alemão, Scholz qualificou ontem o ataque da Rússia à Ucrânia como "um ponto de inflexão na história do continente" e anunciou uma série de novas medidas. Os militares alemães receberão um financiamento extraordinário de mais de US$ 110 bilhões, afirmou ele – o que corresponde a cerca de duas vezes o orçamento de Defesa alemão no ano passado. "Equipamentos melhores e mais modernos, mais pessoal, isso custa muito dinheiro", disse Scholz aos parlamentares na sessão especial.

Scholz também se comprometeu a ultrapassar a meta de gasto em defesa estabelecida pela Otan, de 2% do PIB, "de agora adiante, ano a ano". Em 2021, a Alemanha gastou estimado 1,53% de sua produção econômica anual em defesa, bem abaixo da meta da Otan.

"Não estamos almejando essa meta porque nos comprometemos com nossos amigos e aliados que aumentaríamos nosso gasto com defesa a 2% do nosso PIB até 2024, estamos fazendo isso por nós, também, para nossa própria segurança", afirmou Scholz.

Os planos ainda precisam ser aprovados pelos parlamentares, mas parecia haver apoio amplo ao projeto. A maré de mudança na política de Defesa alemã ocorre em meio ao choque generalizado em relação à invasão russa da Ucrânia. "Houve um despertar não apenas por parte da classe política, mas também entre os eleitores comuns", afirmou o cientista político alemão Marcel Dirsus, pesquisador do Instituto para Política de Segurança da Universidade de Kiel.

Durante crises anteriores, incluindo a anexação da Crimeia, em 2014, pela Rússia, a Alemanha hesitou em embarcar num confronto mais direto contra um país que ajudou a derrotar os nazistas. Aprofunda relação econômica com a Rússia vem de décadas e, afirmam muitos críticos, levou a uma ortodoxia em política externa que afastou a Europa de criticar mais duramente o Kremlin por muito tempo.

O tenente-general Alfons Mais, comandante do Exército alemão, afirmou na semana passada que o Exército que ele tem a permissão de liderar é "mais ou menos impotente" para afrontar a Rússia em meio à atual crise. Associações de defesa alertaram que os militares alemães são subfinanciados e mal equipados.

> **Para entender**
>
>
>
> **Quais são as principais forças europeias**
>
> **● Rússia**
> Os russos têm 850 mil homens, 12.420 tanques, 605 navios e 1.511 caças.
>
> **● França**
> Os franceses vem a seguir com 205 mil homens, 406 tanques, 180 navios e 266 caças.
>
> **● Reino Unido**
> Os britânicos têm 194 mil homens, 227 tanques, 75 navios e 142 caças e aviões de ataque.
>
> **● Itália**
> País tem 170 mil homens, 200 tanques, 184 navios, 187 caças e aviões de ataque.
>
> **● Turquia**
> São 425 mil homens, 205 caças, 3.022 tanques e 156 navios.
>
> **● Alemanha**
> São 184 mil homens, 266 tanques, 80 navios e 209 caças.
>
> **● Espanha**
> São 120 mil homens, 327 tanques, 139 navios e 140 caças.
>
> **● Ucrânia**
> São 200 mil homens, 2.596 tanques, 38 navios e 98 caças e aviões de ataque.

A defasagem nos gastos de Defesa da Alemanha é defendida há muito por todos os campos políticos representados no país, mesmo que aliados internacionais tenham expressado descontentamento em relação à posição. O Partido Social-Democrata da Alemanha, de Scholz, era um dos principais opositores a um grande aumento nos gastos com Defesa.

ARMAS. Os primeiros sinais de um rompimento substancial com essa tradição vieram no sábado, quando a Alemanha anunciou que enviaria uma grande quantidade de armas à Ucrânia e adotou amplas restrições contra bancos russos que havia previamente rejeitado. Scholz anunciou o envio de mil armas antitanque e 500 mísseis terra-ar à Ucrânia.

A manobra abriu para a Ucrânia as portas dos arsenais europeus, já que Berlim detém poder de veto sobre a maneira como armamentos de fabricação alemã são usados e até sobre a sua venda no exterior.

Berlim deu sinal verde ao envio de 400 lançadores de granadas dos Países Baixos (de fabricação alemã) e inúmeros morteiros da Estônia para a Ucrânia, afirmaram três autoridades europeias. As autoridades falaram sob condição de anonimato para discutir acordos de transferências de armas que não foram tornados públicos e ainda estavam recebendo suas aprovações finais. Isso ocorreu poucos dias após Scholz congelar o projeto do gasoduto Nord Stream 2, que levaria gás russo à Europa Ocidental – outra medida que semanas atrás parecia inconcebível. ●

TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

RADAR GLOBAL

ESPORTE

GREGORY DUKOR/REUTERS-25/5/2016

Oitavo dan

Putin tem título de presidente de honra cassado por federação de judô

O presidente russo, Vladimir Putin, perdeu ontem seu título de presidente honorário da Federação Internacional de Judô. Em comunicado, a organização informou que a decisão foi tomada em razão da invasão da Ucrânia levada a cabo pela Rússia. Putin é graduado no oitavo dan, um dos

ARTE

STEPHANE MAHE/REUTERS-20/5/2021

Nas ruas e nas redes

Artistas de origem ucraniana pedem fim da invasão e doações ao país

Artistas ucranianos foram às ruas e às redes sociais pedir o fim da guerra no país. A atriz Milla Jovovich se manifestou na rede social Instagram, enquanto a maestro Oksana Liniv participou de um protesto na cidade de Bologna, na Itália. A atriz Olga Kurilenko divulgou um link

BEBIDAS

PATRICK DOYLE/REUTERS

Contratos vetados

Governadores dos EUA boicotam vodca russa em dois Estados

Governadores do Partido Republicano de dois Estados americanos anunciaram boicotes à vodca de origem russa: Chris Sununu, de New Hampshire, onde bebidas alcoólicas são vendidas em lojas estatais, e Mike De Wine, de Ohio, onde o Estado faz contratos com empresas privadas

FRONTEIRA

VALENTYN OGIRENKO/REUTERS

Insulto aos russos

'Heróis' de Snake Island podem estar vivos, dizem líderes ucranianos

Os guardas de fronteira ucranianos que foram alçados ao posto de heróis após insultar forças russas e sofrer um bombardeio podem ter sobrevivido ao ataque, disseram autoridades do país. A mídia russa diz que eles foram levados como prisioneiros para Sebastopol, cidade por-

PUNIÇÃO NO CAMPO

OZAN KOSE/AFP

Eliminatórias da Copa

Fifa impõe sanções à Rússia com campo neutro, proibição de hino e veto à torcida

A Fifa anunciou ontem que vai implantar uma série de medidas para os jogos da Rússia nas eliminatórias da Copa do Mundo. A seleção russa não poderá usar bandeiras nem cantar o hino do país e os jogos serão realizados em campos neutros e a portões fechados. A decisão tem prazo indeterminado de duração

● A Guerra de Putin

Você nunca viu algo assim antes

Testemunhamos uma apropriação de terras do século 18 por uma superpotência, no século 21, onde tudo é rapidamente documentado e difundido

ARTIGO

THOMAS L. FRIEDMAN
THE NEW YORK TIMES

As sete palavras mais perigosas do jornalismo são: "O mundo nunca mais será o mesmo". Em mais de quatro décadas de reportagem, raramente ousei usar essa frase. Mas vou usar agora após a invasão da Ucrânia por Vladimir Putin.

Nosso mundo não será o mesmo novamente porque esta guerra não tem paralelo histórico. É uma apropriação de terras ao estilo do século 18 por uma superpotência – mas em um mundo globalizado do século 21. Esta é a primeira guerra que será coberta no TikTok por indivíduos superpoderosos armados só com smartphones, então atos de brutalidade serão documentados e transmitidos em todo o mundo sem editores ou filtros. No primeiro dia da guerra, vimos unidades de tanques russos sendo inesperadamente expostas pelos mapas do Google, porque o Google queria alertar os motoristas de que os blindados russos causavam engarrafamentos.

Você nunca viu isso antes. Sim, a tentativa russa de tomar a Ucrânia é um retrocesso aos séculos anteriores – antes das revoluções democráticas na América e na França – quando um monarca europeu ou um czar russo podia decidir que queria mais território que era hora de tomá-lo e assim o fazia. E todos na região sabiam que ele iria devorar o máximo que pudesse e não havia comunidade global para detê-lo.

Ao agir dessa maneira hoje, porém, Putin não está só pretendendo reescrever unilateralmente as regras do sistema internacional que estão em vigor desde a 2.ª Guerra – que nenhuma nação pode simplesmente engolfar a nação ao lado – ele também está disposto a alterar o equilíbrio de poder que ele sente ter sido imposto à Rússia após a Guerra Fria.

Esse equilíbrio – ou desequilíbrio na visão de Putin – era o equivalente humilhante das imposições do Tratado de Versalhes à Alemanha após a 1.ª Guerra, que retirou da esfera de influência da União Soviética não só Estados como a Polônia, mas também aqueles que faziam parte da própria União Soviética, como a Ucrânia.

Vejo muitas pessoas citando o belo livro de Robert Kagan *The Jungle Grows Back* como uma espécie de abreviação para o retorno desse estilo brutal de geopolítica que a invasão de Putin manifesta. Mas essa imagem está incompleta. Porque não estamos em 1945 ou 1989. Podemos estar de volta à selva – mas hoje a selva está conectada. E mais intimamente do que nunca pelas telecomunicações, satélites, comércio, internet, mercados financeiros, cadeias de suprimentos e redes de transportes – rodoviárias, ferroviárias e aéreas.

Assim, enquanto o drama da guerra se desenrola nas fronteiras da Ucrânia, os riscos e as repercussões da invasão de Putin são sentidos em todo o mundo – mesmo na China, que tem

Objetivos diferentes
Xi quer derrotar os EUA no Super Bowl da economia, inovação e tecnologia. Putin está pronto para queimar o estádio.

bons motivos para se preocupar com seu amigo no Kremlin.

Bem-vindo à World War Wired (Guerra Mundial Conectada) – a primeira guerra em um mundo totalmente interconectado. Este será o encontro dos cossacos na World Wide Web. Como eu disse, você nunca esteve aqui antes.

"Faz menos de 24 horas desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, mas já temos mais informações sobre o que está acontecendo lá do que teríamos em uma semana durante a guerra do Iraque", escreveu Daniel Johnson, que serviu como oficial de infantaria e jornalista do Exército dos EUA no Iraque, na revista *Slate*. "O que está saindo sobre a Ucrânia é simplesmente impossível de produzir em tal escala sem que cidadãos e soldados de todo o país tenham acesso fácil a celulares, internet e, por extensão, aplicativos de mídia social. Uma guerra moderna em larga escala será transmitida ao vivo, minuto a minuto, batalha por batalha, morte por morte, para o mundo. O que está ocorrendo já é horrível, com base nas informações divulgadas só no primeiro dia."

O resultado desta guerra dependerá em grande parte da vontade do resto do mundo de deter e reverter a blitzkrieg de Putin usando principalmente sanções econômicas e munindo os ucranianos de armamento antiaéreo e antitanque para retardar seu avanço. Putin também pode ser forçado a considerar o número de mortos de seus próprios camaradas.

Putin será derrubado pelo exagero imperial? É muito cedo para dizer. Mas me lembro hoje em dia do que um outro líder deformado que decidiu devorar seus vizinhos na Europa observou. Seu nome era Adolf Hitler e ele disse: "O começo de toda guerra é como abrir a porta de um quarto escuro. Nunca se sabe o que está escondido na escuridão."

No caso de Putin, me pergunto: ele sabe o que está escondido à vista de todos e não só no escuro? Ele conhece não só os pontos fortes da Rússia no novo mundo de hoje, mas também suas fraquezas? Deixe-me enumerá-las.

A Rússia está no processo de assumir à força um país livre com uma população de 44 milhões de pessoas, que é um pouco menos de um terço do tamanho da população da Rússia. A maioria desses ucranianos luta para fazer parte do Ocidente democrático e de livre mercado há 30 anos e já forjou inúmeros laços comerciais, culturais e de internet com empresas, instituições e mídia da UE.

PREPARAÇÃO. Sabemos que Putin melhorou muito as Forças Armadas da Rússia, adicionando tudo, desde capacidades de mísseis hipersônicos a ferramentas avançadas de guerra cibernética. Ele tem o poder de fogo para colocar a Ucrânia de joelhos. Mas nesta era moderna nunca vimos um país não livre, a Rússia, tentar reescrever as regras do sistema internacional e assumir um país livre tão grande quanto a Ucrânia – especialmente quando o país não livre, a Rússia, tem uma economia menor que a do Texas.

Então pense nisso: graças à rápida globalização, a UE já é o maior parceiro comercial da Ucrânia – não a Rússia. Em 2012, a Rússia foi o destino de 25,7% das exportações ucranianas, em comparação com 24,9% destinados à UE. Só seis anos depois, após a brutal tomada da Crimeia pela Rússia, o apoio aos rebeldes separatistas no Leste da Ucrânia e o estabelecimento de laços mais estreitos com a UE, econômica e politicamente, a participação da Rússia nas exportações ucranianas caiu para só 7,7%, enquanto a participação da UE subiu para 42,6%, segundo uma análise recente publicada pelo Bruegel.org.

Prédio residencial bombardeado por russos em Kiev; ataques a civis documentados por gente comum elevam pressão sobre líderes mundiais

Se Putin não desembaraçar esses laços, a Ucrânia continuará caindo nos braços do Ocidente – e se ele os desembaraçar, estrangulará a economia da Ucrânia. E se a UE boicotar uma Ucrânia controlada pela Rússia, Putin terá que usar o dinheiro da Rússia para manter a economia da Ucrânia à tona. Isso foi levado em conta em seus planos de guerra? Não parece. Ou como um diplomata russo aposentado em Moscou me disse em um e-mail: "Diga-me como essa guerra termina? Infelizmente, não há ninguém em nenhum lugar para perguntar."

Mas todos na Rússia poderão assistir. À medida que essa guerra se desenrola no TikTok, Facebook, YouTube e Twitter, Putin não pode proteger sua população russa – muito menos o restante do mundo – das imagens horríveis que sairão desse conflito ao entrar em sua fase urbana. Apenas no primeiro dia da guerra, mais de 1.300 manifestantes em toda a Rússia, muitos deles gritando "Não ➔

UMIT BEKTAS /REUTERS

no Instagram – mais de 298 milhões – do que a Rússia tem cidadãos. Sim, Vladimir, posso ouvir você rindo daqui e ecoando a piada de Stalin sobre o papa: "Quantas divisões tem Selena Gomez?"

Ela não tem nenhuma. Mas ela é uma influenciadora com seguidores, e existem milhares e milhares de Selenas por aí na World Wide Web, incluindo celebridades russas que estão postando no Instagram sobre sua oposição à guerra. E embora eles não possam reverter seus tanques, eles podem fazer com que todos os líderes do Ocidente retirem o tapete vermelho de você, para que você e seus comparsas nunca possam viajar a seus países. Você agora é oficialmente um pária global. Espero que goste de comida chinesa e norte-coreana.

Por todas essas razões, neste estágio inicial, vou arriscar só uma previsão sobre Putin: Vladimir, o primeiro dia desta guerra foi o melhor dia do resto de sua vida. Não tenho dúvidas de que, no curto prazo, suas Forças Armadas prevalecerão. Mas, no longo prazo, os líderes

Efeitos colaterais
Putin agora é oficialmente um pária global. Espero que goste de comida chinesa e norte-coreana.

que tentam enterrar o futuro com o passado não se saem bem. No longo prazo, seu nome viverá na infâmia.

Eu sei, eu sei, Vladimir, você não se importa – não mais do que você se importa por ter começado essa guerra no meio de uma pandemia furiosa. O longo prazo pode estar muito longe e o resto de nós não está isolado de sua loucura. Ou seja, eu gostaria de poder prever alegremente que a Ucrânia será o Waterloo de Putin – e somente dele. Mas não posso, porque em nosso mundo conectado, o que acontece em Waterloo não fica em Waterloo.

De fato, se você me perguntar qual é o aspecto mais perigoso do mundo de hoje, eu diria que é o fato de Putin ter mais poder descontrolado do que qualquer outro líder russo desde Stalin. E Xi tem mais poder descontrolado do que qualquer outro líder chinês desde Mao. Mas na época de Stalin, seus excessos eram em grande parte confinados à Rússia. E na época de Mao, a China estava tão isolada que seus excessos tocavam só o povo chinês.

A invasão da Ucrânia por Putin é o nosso aperitivo real de quão louco e instável esse tipo de mundo conectado pode ficar. Não será o nosso último. ●

/ TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

➔ à guerra", foram detidos.

E quem sabe como essas imagens afetarão a Polônia, principalmente quando ela for invadida por refugiados ucranianos. Menciono particularmente a Polônia porque é a principal ponte terrestre da Rússia para a Alemanha e o resto da Europa Ocidental. Como o estrategista Edward Luttwak apontou no Twitter, se a Polônia só parasse o tráfego de caminhões e trens da Rússia para a Alemanha, "como deveria", isso criaria um caos imediato para a economia da Rússia, porque as rotas alternativas são complicadas e precisam passar por uma agora muito perigosa Ucrânia. Observe isso. Alguns cidadãos poloneses superpoderosos com algumas barreiras, picapes e smartphones podem sufocar toda a economia da Rússia neste mundo conectado.

INEDITISMO. Esta guerra sem paralelo histórico não será um teste de estresse só para os EUA e seus aliados europeus. Também será para a China. Putin jogou a luva para Pequim: "Você vai ficar com aqueles que querem derrubar a ordem liderada pelos americanos ou se juntar ao destacamento do xerife dos EUA?"

Essa não deveria ser – mas é – uma pergunta dolorosa para Pequim. "Os interesses da China e da Rússia hoje não são idênticos", me disse Nader Mousavizadeh, fundador e CEO da consultoria global Macro Advisory Partners. "A China quer competir com os EUA no Super Bowl da economia, inovação e tecnologia – e acha que pode vencer. Putin está pronto para incendiar o estádio e matar todos nele para satisfazer suas queixas".

Tenho poucas dúvidas de que, em seu coração, o presidente da China, Xi Jinping, espera que Putin consiga sequestrar a Ucrânia e humilhar os EUA – tanto melhor para suavizar o mundo por seu desejo de tomar Taiwan e fundi-lo de volta à pátria chinesa.

Mas Xi não é bobo nem nada. Aqui estão alguns outros fatos interessantes do mundo conectado: primeiro, a economia da China é mais dependente da Ucrânia do que a da Rússia. Segundo a *Reuters*, "a China ultrapassou a Rússia para se tornar o maior parceiro comercial da Ucrânia em 2019, com o comércio totalizando US$ 18,98 bilhões no ano passado, salto de quase 80% em relação a 2013.

RELAÇÃO COMERCIAL. Em segundo lugar, a China ultrapassou os EUA como o maior parceiro comercial da UE em 2020, e Pequim não pode pagar pela UE estar envolvida em um conflito com uma Rússia cada vez mais agressiva e um Putin instável. A estabilidade da China depende – e a legitimidade do Partido Comunista no poder depende – da capacidade de Xi de sustentar e aumentar sua mastodôntica classe média. E isso depende de uma economia mundial estável e crescente.

Não espero que a China imponha sanções à Rússia, muito menos arme os ucranianos, como os EUA e a UE. Tudo o que Pequim fez até agora foi murmurar que a invasão de Putin "não era o que esperávamos ver" – enquanto rapidamente insinuava que Washington era o "culpado" por "atiçar chamas" com a expansão da Otan e seus recentes alertas de um iminente ataque russo.

Portanto, a China está obviamente dividida, mas das três principais superpotências com armas nucleares – EUA, China e Rússia – a China, pelo que diz ou não diz, tem um peso muito grande na decisão se Putin se safa ou não de sua fúria contra a Ucrânia.

Finalmente, há algo mais que Putin encontrará escondido à vista de todos. No mundo interconectado de hoje, a "esfera de influência" de um líder não é mais um direito da história e da geografia, mas é algo que deve ser conquistado e reconquistado todos os dias, inspirando e não obrigando outros a segui-lo.

A musicista e atriz Selena Gomez tem o dobro de seguidores

É COLUNISTA DO JORNAL 'THE NEW YORK TIMES'

Carnaval 2022

Sob Ômicron, Rio tem baile fechado, bloco em quadras e minidesfiles

Eventos exigem de participantes a apresentação de passaporte vacinal; apresentação na Cidade do Samba reuniu cerca de 5 mil pessoas

ANTONIO LACERDA/EFE

Bloco clandestino no Rio; governo diz que fez a dispersão de oito grupos, sobretudo na região central

ROBERTA JANSEN
RIO

O carnaval de 2022 foi oficialmente adiado pela prefeitura do Rio para abril, por causa do avanço da variante Ômicron da covid-19, com retomada de casos e, em ritmo menor, de mortes. Os cariocas, porém, não esqueceram a festa. O fim de semana carnavalesco na cidade foi marcado por bailes fechados, festas em quadras de agremiações e blocos clandestinos. Houve até um minidesfile das escolas de samba do Grupo Especial, embora longe da Marquês de Sapucaí.

Atrações
Agremiações também promovem eventos com grandes artistas, como Alcione na Portela

Em evento organizado pela Liga das Escolas de Samba (Liesa) na Cidade do Samba, seis escolas se apresentaram na noite de sábado. Foi uma prévia do que será o desfile oficial deste ano, transferido para o feriado de Tiradentes. Imperatriz Leopoldinense, São Clemente, Vila Isabel, Salgueiro e Beija-Flor fizeram apresentações no palco, com cerca de 150 integrantes cada. Eram passistas, ritmistas, baianas, mestre-sala e porta-bandeiras e Velhas Guardas. Cantaram seu antigos sucessos, mas também apresentaram os sambas compostos para este ano.

Além das apresentações no palco da Cidade do Samba, as agremiações fizeram pequenos desfiles na pista que ganhou um tratamento similar ao recebido pelo sambódromo, com pintura e iluminação cênicas. Houve até queima de fogos abrindo apresentações, como na Marquês de Sapucaí. Segundo os organizadores, o evento reuniu 5 mil pessoas.

Na noite deste domingo, estava prevista a apresentação de Paraíso do Tuiuti, Unidos da Tijuca, Mangueira, Mocidade Independente, Grande Rio e Viradouro – campeã do carnaval de 2020, o último antes do agravamento da pandemia. A apresentação do evento ficou a cargo do carnavalesco e comentarista Milton Cunha.

BLOCOS. As quadras das escolas de samba também realizaram eventos fechados – mediante apresentação do passaporte vacinal – neste fim de semana. O CarnaPortela vai até amanhã, com atrações como a cantora Alcione. No Salgueiro, vários blocos se apresentam no CarnaSal. Anteontem, a Mangueira fez um evento no Palácio do Samba, acompanhado do bloco Céu na Terra.

Os bailes fechados, que também estão autorizados mediante apresentação do passaporte vacinal, foram outra alternativa para os blocos que não puderam se apresentar nas ruas. Só o Cordão da Bola Preta, um dos mais tradicionais blocos do Carnaval do Rio, tem 13 apresentações previstas. Neste domingo foram duas: no Baile de Carnaval do Clube do Samba, no Vivo Rio, e no CarnaPortela, na quadra da Portela, em Madureira.

CLANDESTINOS. A Secretaria de Ordem Pública (Seop) e a Guarda Municipal desmobilizaram oito blocos de carnaval na cidade do Rio neste fim de semana. Foram três dispersões no sábado e cinco, no domingo. A área de maior concentração desses grupos foi o Centro. Antes da pandemia, as ruas da região costumavam ser tomadas pelos foliões durante a festa. Mas neste ano os blocos foram proibidos, em uma tentativa da prefeitura de conter a proliferação da variante Ômicron do coronavírus.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Seop informou que monitora, por meio do setor de inteligência, eventos irregulares. A Guarda Municipal atua na desmobilização desses eventos. Os órgãos pedem "a conscientização e a colaboração da população para evitar participar de eventos do tipo". Ao todo, 1.260 agentes participam das operações. Oficialmente, a informação é de que a

Saiba mais

Brasília tem protesto; em Olinda, bares são fechados

Em outros Estados, alguns blocos ilegais tentaram sair às ruas. Um grupo assim se reuniu na Asa Norte, em Brasília, na noite de anteontem. Em Belo Horizonte, agremiações sem apoio financeiro saíram por zona

Escolas paulistanas promovem exibições ao lado das quadras

PRISCILA MENGUE

Com desfiles oficiais adiados para o feriado prolongado de Tiradentes, em abril, a maioria das escolas de samba de São Paulo realizou eventos nas quadras e nas ruas na noite de sábado. No Rio, a data também é celebrada pelas agremiações, em minidesfiles na Cidade do Samba, com ingressos esgotados (*mais informações nesta página*).

Em São Paulo, a Acadêmicos do Tucuruvi apresentou-se na Avenida Mazzei, nas imediações da quadra da escola, na zona norte, com instrumentistas, cantores e carro de som. Fogos de artifício coloridos também marcaram o evento, que teve centenas de participantes.

A Dragões da Real também levou baianas, integrantes e foliões para um ensaio de rua na zona oeste paulistana, após um churrasco na quadra da agremiação. Celebração semelhante ocorreu na Rosa das Ouros, cujo ensaio foi parcialmente na quadra e, de-

Na Unidos de Vila Maria, o sábado teve um concurso de trajes típicos, enquanto a tarde de domingo contou com uma matinê para crianças, ambos na quadra, na zona norte. Já a Vai-Vai programou eventos fechados em parceria com outras escolas, como a Camisa Verde e Branco e a Leão de Itaquera, enquanto a Mocidade Alegre se apresentou na quadra.

A Colorado do Brás planejou um grito de carnaval neste domingo, na quadra, no centro paulistano, enquanto a Tom Maior e a Barroca Zona Sul optaram por um baile de fantasias no mesmo dia e a Águia de Ouro, por um ensaio geral.

TIRADENTES. Como o **Estadão** mostrou ontem, a maioria das agremiações está com preparativos adiantados para o desfile de abril, em Tiradentes, e acredita que não haverá novos adiamentos. As escolas já têm considerado os protocolos sanitários acordados entre a Liga Independente das Escolas de Samba e a

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE:	MANHÃ	TARDE	NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
	20°	33°	26°	5 MM	41 %

TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
21° / 34°	21° / 33°	21° / 33°	24° / 29°

SOL: NASCENTE 6H10 / POENTE 18H36

LUA MINGUANTE
MINGUANTE 23/02 19H34
NOVA 2/03 14H35
CRESCENTE 10/03 7H46
CHEIA 18/03 4H18

● O sol predomina e o calor aumenta na capital de São Paulo. A chuva é isolada à tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

1,0 m

HOJE		
1h28	↑	1.6
7h56	↓	0.5
13h28	↑	1.4
19h42	↓	0.8

TERÇA, 01		
1h59	↑	1.6
8h17	↓	0.5
13h52	↑	1.5
20h14	↓	0.8

QUARTA, 02		
2h28	↑	1.6
8h37	↓	0.5
14h08	↑	1.6
20h46	↓	0.8

QUINTA, 03		
2h43	↑	1.5
8h56	↓	0.5
14h45	↑	1.6
21h17	↓	0.8

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	23°/31°	MACEIÓ	24°/33°
BELÉM	24°/33°	MANAUS	23°/29°
BELO HORIZONTE	18°/30°	NATAL	24°/31°
BOA VISTA	23°/34°	PALMAS	22°/33°
BRASÍLIA	18°/29°	PORTO ALEGRE	23°/30°
CAMPO GRANDE	22°/34°	PORTO VELHO	23°/32°
CUIABÁ	22°/35°	RECIFE	24°/30°
CURITIBA	18°/27°	RIO BRANCO	24°/32°
FLORIANÓPOLIS	24°/30°	RIO DE JANEIRO	21°/36°
FORTALEZA	25°/32°	SALVADOR	23°/31°
GOIÂNIA	21°/34°	SÃO LUÍS	25°/31°
JOÃO PESSOA	24°/31°	TERESINA	22°/35°
MACAPÁ	23°/31°	VITÓRIA	22°/33°

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	31°/42°	MÉXICO	-3	11°/27°
ATENAS	5	7°/13°	MIAMI	-2	19°/28°
BARCELONA	4	9°/17°	MONTEVIDÉU	0	22°/25°
BERLIM	4	1°/6°	MOSCOU	6	-8°/-1°
BRUXELAS	4	0°/9°	NOVA YORK	-2	-4°/5°
BUENOS AIRES	0	22°/28°	PARIS	4	1°/8°
CARACAS	1	19°/28°	ROMA	4	3°/13°
CHICAGO	-3	-4°/3°	SANTIAGO	0	10°/28°
ESTOCOLMO	4	-2°/4°	SYDNEY	14	19°/26°
GENEBRA	4	-1°/7°	TEL-AVIV	5	9°/17°
JOHANNESBURGO	5	17°/28°	TÓQUIO	12	7°/13°
LIMA	-2	20°/28°	TORONTO	-2	-13°/-4°
LISBOA	3	7°/20°	WASHINGTON	-2	-1°/8°
LONDRES	3	5°/12°			
LOS ANGELES	-5	11°/26°			
MADRI	4	5°/18°			

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-o-tempo/sp-sao-paulo**

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

AGENDA COVID

MARCEL VAN HOORN/EFE

Pandemia do coronavírus

Parada de domingo de carnaval é retomada na Holanda

Após a flexibilização das restrições causadas pelo novo coronavírus, comemorada com a missa que normalmente abre os três dias de folia local com centenas de pessoas, a tradicional parada de carnaval de Maastricht, na Holanda, ocorreu normalmente ontem.

Cronograma da vacinação

SÃO PAULO
Mesmo com a manutenção do ponto facultativo, que suspende algumas atividades públicas durante o período de carnaval, nesta segunda (28) e terça-feira (1.º), a vacinação ocorrerá nas AMAs/UBSs Integradas, das 8h às 19h, para crianças de 5 a 11 anos, adolescentes e adultos. Na Quarta-feira de Cinzas (2), a vacinação estará disponível nas AMAs/UBSs Integradas das 8h às 19h. A partir do meio-dia, toda a rede volta a vacinar: UBSs até as 19h, e megapostos e drive thrus até as 17h. As crianças devem estar acompanhadas por um responsável maior de 18 anos e apresentar documento de identificação (preferencialmente CPF), carteirinha de vacinação e comprovante de endereço. Em crianças com 5 anos de idade ou imunossuprimidas, segue sendo aplicada só a Pfizer pediátrica.

DISTRITO FEDERAL
Haverá vacinação nesta segunda-feira, das 9h às 17h, com imunizantes para a primeira dose, segunda dose e reforço.

BELO HORIZONTE
Nesta segunda-feira, a cidade realiza a repescagem para grupos prioritários e faixas etárias já convocadas, incluindo público infantil, seja para aplicação de primeira dose, segunda dose, reforço ou quarta dose (exclusivamente para pessoas com alto grau de imunossupressão de 18 anos e mais).

RIO DE JANEIRO
O município vacina crianças acima de 5 anos. O responsável deve comparecer com caderneta e documento de identificação. ●

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização.
https://bit.ly/3...

Números

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

TOTAL DE MORTES	[illegible]
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	286
MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	698
TOTAL DE VACINADOS	172.62[illegible]
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	28.784.022
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	[illegible]
NÚMERO DE RECUPERADOS**	26.8[illegible]

*ATÉ ÀS 20H DE ONTEM
**NÚMEROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

SÃO PAULO RECLAMA

Problemas com voucher de empresa aérea

Reclamação de José Carlos Bartholi: "Cancelei passagens aéreas que comprei para mim e minha mulher por motivos de saúde. Eu concordei em ter o crédito e ficaram de enviar um voucher pelo valor delas. Ao tentar ligar na Latam, o canal de atendimento pelo 0300 não funciona. Você digita CPF e diz que não digitou corretamente. Pelo 4002-5700, outro canal de atendimento, o atendente diz que não pode fazer nada. Ou seja, não há como resgatar o voucher. Desta forma, não posso utilizar os meus créditos."

Resposta da Latam: "A empresa informa que o caso foi solucionado e prestou todos os esclarecimentos ao cliente."

Para registrar queixas na Anac: Para registrar reclamação de passageiro contra empresa aérea ou relativa a relações de consumo, acesse a página consumidor.gov.br. Por telefone, basta ligar para o 163 e falar com um dos atendentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A ligação é gratuita e pode ser realizada de qualquer Estado do País. A central de atendimento da Anac funciona todos os dias, sempre das 8 às 20 horas. ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o spreclama@estadao.com

HÁ UM SÉCULO

Carnaval na Paulista

Conquanto não tenha sido a animação e o brilho dos annos anteriores, o corso da Avenida Paulista tem-se feito este anno, como de costume, com a passeata de muitos automoveis ornamentados, transportando família e moços e senhoritas que na aristocratica via publica travam, por horas afio, batalhas de confetti e serpentinas, disputadas com grande enthusiasmo (...)

MAPPIN STORES
LIQUIDAÇÃO DO INCENDIO
Começará quinta-feira, dia 2, ás 7,30 a. m.
MAPPIN STORES

CORREÇÕES

Mar Negro. Nas infografias publicadas nas edições impressas e digitais do **Estadão** nos dias 26 e 27, sobre o conflito na Ucrânia, o Mar Negro foi grafado incorretamente como Mar Morto.

Você pode colaborar com correções, enviando e-mail para correcoes@estadao.com.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3855-3523 / WHATSAPP (11) 99923-8314 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimentos/missas encaminhadas pelo e-mail falecimentos@estadao.com, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Jose Pedro da Silva – Aos 89 anos. Era viúvo de Selmira Ferreira da Silva. Deixa os filhos Ana, Jose, Pedro, Antonio, Jorge, Luis, Lucia, Maria, Carmen, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

casado com Maria Aparecida Gaghet Castilho. Deixa os filhos Shirley, Sonia, Marco, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Roberto Manuel Pinto – Aos 80 anos.

ta, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Antonio Carlos de Faria Lima – Aos 63 anos. Era casado com Marcia Cristina ladocico de Faria Lima. Deixa os fi-

Crematório Primaveras.

Carlos Magno Pratico de Souza – Aos 61 anos. Era viúvo de Sonia Regina Josefik. Deixa os filhos Pedro, Maria, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório

57 anos. Era solteiro. Deixa filho, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSA

Mario Cunha da Silva – Hoje, às 12h30, na Paróquia São Pedro e São

FELIPE RAU/ESTADÃO

Praça Olavo Bilac, na Barra Funda, reuniu foliões com direito a banda de instrumentos de sopro; blocos estão vetados na cidade

Carnaval 2022

Mesmo com restrições, foliões improvisam e saem às ruas em São Paulo

Blocos não puderam desfilar, mas muita gente aproveitou a data fantasiada; Barra Funda teve banda e aglomeração

GILBERTO AMENDOLA

O carnaval que vem de dentro. Apesar de adiado para abril ou restrito aos eventos particulares (em razão da pandemia da covid-19), o espírito da folia resistiu no coração e na disposição de quem decidiu sair para a rua fantasiado em São Paulo.

Na Vila Madalena, os blocos oficiais não puderam sair. Apesar disso, muitos bares fizeram do carnaval o tema deste feriado. Não era difícil encontrar lugares decorados com confete, serpentina ou máscaras de Pierrot. Sambas e marchinhas foram a trilha sonora do domingo na região.

A professora Melissa do Sibio, de 45 anos, andava pela movimentada Rua Aspicuelta de pilota de avião. "Em fevereiro do ano passado eu estava internada com covid, com 50% do pulmão comprometido", disse. "Quando estava no hospital, só pensava o quanto tinha sido feliz no último carnaval. Hoje, saí fantasiada para representar meu renascimento", completou.

O casal Ketlly e Rodrigo Dourado também foi para a rua. "O espírito do carnaval não depende de aglomeração. A gente ama carnaval e decidiu sair para mostrar o carnaval que está dentro da gente", afirmou Ketlly.

A vendedora Cristina Ciaco, de 48 anos, seguiu a mesma linha. Ela saiu de casa com adereços para "manter o espírito". "Mesmo com respeito e cuidados, não vamos deixar morrer esse espírito", disse.

Para outras pessoas foi simplesmente inadmissível chegar ao fim do mês de fevereiro sem vestir uma fantasia. "Acordei pensando na injustiça que é passar outro ano sem brincar o carnaval. Decidi, pelo menos, usar um adereço para não esquecer que o carnaval é agora", falou o empresário Rodrigo Benedecto, de 41 anos – e de marinheiro.

Apesar de usar apenas umas orelhinhas de coelho, o também empresário Silvio Vieiro, de 43 anos, defendeu quem sai de casa fantasiado. "É o carnaval da resiliência. A pandemia fez de todos nós mais resilientes. Por isso, estamos aqui comemorando a data", afirmou. Indagado porque não deixou a folia para abril, o empresário explicou que mora fora do Brasil. "Essa era a minha única possibilidade de brincar o carnaval. Não quero perder outro ano", completou.

Um sentimento parecido mobilizou um grupo de maranhenses que veio para São Paulo justamente para brincar o carnaval. Apesar de decepcionados com o fraco movimento de foliões nas ruas, eles compraram ingressos para um evento fechado, no Jockey Club. "Compramos para todos os dias. A gente não podia perder a viagem", falou Guilherme Diniz, de 33 anos.

Na Praça Olavo Bilac, na Barra Funda, teve carnaval como se não houvesse amanhã ou restrições. Às 16h, a praça estava cheia, com direito a banda de instrumentos de sopro e muita gente fantasiada. Ao menos 250 pessoas ocupavam a praça no fim da tarde.

> ***"Em fevereiro do ano passado, eu estava internada com covid, com 50% do pulmão comprometido. Quando estava no hospital, só pensava o quanto tinha sido feliz no último carnaval. Hoje, saí fantasiada para representar meu renascimento."***
> **Melissa do Sibio**
> Professora

TOM POLÍTICO. E, apesar da folia, os participantes insistiram no tom político da festa. "Esse carnaval da Olavo Bilac é o carnaval de protesto contra o carnaval privatizado dos lugares fechados. O carnaval tem de ser na rua e para todos", disse um folião que pediu para não ser identificado. ●

nos pênaltis e é campeão da Copa da Liga Inglesa

Campeonato Paulista

Sob olhares do novo técnico, Corinthians vence na arena

O português Vítor Pereira vê Gustavo Mosquito sair do banco e dar a vitória ao time alvinegro em cima do Red Bull Bragantino

BRUNO ACCORSI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Um dia depois de desembarcar no Brasil, o novo técnico do Corinthians, Vítor Pereira, esteve na arquibancada da Neo Química Arena ontem e assistiu Gustavo Mosquito garantir uma vitória por 1 a 0 sobre o Red Bull Bragantino, em jogo da nona rodada do Paulistão. O atacante saiu do banco de reservas e marcou o gol do triunfo em seu primeiro toque na bola, perto do fim do segundo tempo.

O resultado, último sob comando do interino Fernando Lázaro, deixa o time corintiano isolado na liderança do Grupo A, com 17 pontos e um jogo a menos, já que o clássico contra o Palmeiras, jogo da sexta rodada, foi adiado. No compromisso do próximo sábado, contra o São Paulo, Pereira já deve estar no comando.

Fernando Lázaro gostou do que viu na vitória por 1 a 0 do Corinthians sobre o Red Bull Bragantino. O técnico, que ficou como interino desde a saída de Sylvinho do comando da equipe, após a derrota para o Santos em casa, na terceira rodada do Paulistão, acredita que Vitor Pereira, novo treinador do clube, também tenha gostado da produção do time.

Ciente de que ainda existem pontos a melhorar, mas satisfeito com o desempenho contra um adversário forte, Lázaro , que no comando do Corinthians conquistou 4 vitórias e um empate, elogiou a postura do elenco em sua coletiva de imprensa alguns minutos, depois de ter uma conversa com Pereira, que viu o jogo da arquibancada da Neo Química Arena.

"Foi um grande enfrentamento, contra um time de Série A, da primeira parte da Série A. É um time que exige muito na transição, tem boa qualidade, por isso foi um jogo de grande nível, que permitiu ao mister (Vitor Pereira) e à comissão técnica acompanharem em vários aspectos as coisas positivas e as que precisam ser melhoradas", comentou Lázaro.

RODRIGO COCA/AGÊNCIA CORINTHIANS

Gustavo Mosquito celebra com a torcida o gol da vitória corintiana

9ª RODADA DO PAULISTÃO

CORINTHIANS 1 × RB BRAGANTINO 0

Gol: Gustavo Mosquito, aos 34 minutos do segundo tempo.
CORINTHIANS: Cássio; Fagner; João Victor, Gil e Lucas Piton; Du Queiroz, Paulinho (Gabriel Pereira), Giuliano (Gustavo Mosquito), Renato Augusto (Roni) e Willian (Jô); Roger Guedes. **Técnico:** Fernando Lázaro.
RED BULL BRAGANTINO: Cleiton; Aderlan (Andrés Hurtado), Léo Ortiz e Natan; Luan Cândido, Jadsom Silva, Eric Ramires e Hyoran (Miguel); Artur, Ytalo (Alerrandro) e Leandrinho (Bruno Tubarão).
Técnico: Maurício Barbieri.
Árbitro: Thiago Luis Scarascati.
Cartões Amarelos: Gustavo Mosquito e Alerrandro.
Renda: R$ 1.894.093,00.
Público: 30.423 pagantes.
Local: Neo Química Arena.

EM CAMPO. O Corinthians finalizou mais vezes, mas o Red Bull Bragantino teve melhor pontaria, portanto o goleiro corintiano Cássio foi mais exigido do que o adversário. Enquanto o time da casa conseguia criar suas jogadas em lances individuais, originados da inteligência de Renato Augusto ou da velocidade de Willian pela esquerda, Pereira escrevia anotações continuamente.

Da arquibancada, o treinador português viu os novos comandados demonstrarem aspectos táticos positivos em alguns momentos, como a pressão que forçou erros na saída de bola do Red Bull Bragantino. Ao mesmo tempo, observava um adversário muito organizado, com um padrão mais definido na hora da criação ofensiva e da execução das jogadas.

O gol da vitória corintiana surgiu na reta final da partida. Lázaro resolveu tirar o extenuado Giuliano para colocar Gustavo Mosquito, que abriu o placar aos 34 minutos, em seu primeiro toque na bola. No lance, o atacante ficou com o rebote após Cleiton espalmar finalização de Willian e acertou a trave, mas a bola bateu nele e foi para o gol. Na comemoração, subiu na arquibancada para celebrar com a torcida e recebeu amarelo.

Santos empata e segue fora da zona de classificação

O Santos tropeçou com o Novorizontino ontem à noite, na Vila. O time ficou duas vezes na frente, mas cedeu duas vezes o empate e ficou no empate por 2 a 2. O time santista chega a três jogos sem vencer no Paulistão e segue fora da zona de classificação.

O empate aumenta a pressão sobre o time. Com 10 pontos, o Santos fica empatado com o Santo André, mas perde nos critérios de desempate e está fora da zona de classificação da chave, em terceiro.

Fabián Bustos, novo treinador do Santos não chegou a tempo de acompanhar o jogo deste domingo de perto, mas era esperado ainda ontem na Vila Belmiro o e deve iniciar a sua preparação do time hoje.

Em campo, Ricardo Goulart abriu o placar para o Santos no primeiro tempo. No segundo tempo, Douglas Baggio, de pênalti deixou tudo igual. ... acertou belo chute e empatou.

PAULISTA SÉRIE A1

	GRUPO A	PG	J	V	E	D	SG
1	Corinthians	17	8	5	2	1	6
2	Guarani	10	9	3	1	5	4
3	Inter de Limeira	8	9	1	5	3	2
4	Água Santa	7	8	2	1	5	-3

	GRUPO B	PG	J	V	E	D	SG
1	São Bernardo	14	8	4	2	2	1
2	São Paulo	11	7	3	2	2	3
3	Ferroviária	10	9	2	4	3	-3
4	Novorizontino	3	9	0	3	6	-11

	GRUPO C	PG	J	V	E	D	SG
1	Palmeiras	17	7	5	2	0	9
2	Mirassol	16	9	4	4	1	5
3	Ituano	14	9	4	2	3	5
4	Botafogo	12	8	3	3	2	-1

	GRUPO D	PG	J	V	E	D	SG
1	RB Bragantino	16	8	5	1	2	7
2	Santo André	10	9	2	4	3	-1
3	Santos	10	9	2	4	3	-3
4	Ponte Preta	8	9	2	2	5	-7

CLASSIFICADOS - OS DOIS PIORES SERÃO REBAIXADOS

9ª RODADA

SÁBADO			
	Mirassol	1 x 1	Ponte Preta
	Guarani	2 x 3	Santo André
	Ituano	3 x 1	Ferroviária
ONTEM			
	Corinthians	1 x 0	RB Bragantino
	Inter de Limeira	0 x 0	Palmeiras
	Santos	2 x 2	Novorizontino
	Botafogo	x	São Bernardo*
HOJE			
15h	Água Santa	x	São Paulo

*NÃO ENCERRADO ATÉ O FECHAMENTO DA EDIÇÃO

10ª RODADA

SÁBADO			
16h	São Paulo	x	Corinthians
18h	Ferroviária	x	Santos
20h30	Santo André	x	Ituano
20h30	Ponte Preta	x	Água Santa
DOMINGO			
16h	Palmeiras	x	Guarani
18h30	Novorizontino	x	Inter de Limeira
18h30	São Bernardo	x	Mirassol
20h30	RB Bragantino	x	Botafogo

9ª RODADA DO PAULISTÃO

SANTOS 2 × NOVORIZONTINO 2

Gols: Ricardo Goulart, aos 11 do 1º T. Douglas Baggio, aos 7, Lucas Braga, aos 28, e Marcinho, aos 39 do 2º T.
SANTOS: João Paulo; Vinicius Balieiro, Kaiky, Bauermann e Lucas Pires; Sandry (Jobson), Camacho e R. Goulart (Bruno Oliveira); Ângelo (Lucas Barbosa), M. Guilherme (Lucas Braga) e M. Leonardo (Rwan).
Técnico: Marcelo Fernandes.
NOVORIZONTINO: Giovanni; W. Lepu, B. Aguiar, Walber e Reverson; Léo Baiano (A. Golano), J.P Barba (Marcinho), Romulo, Léo Tocantins (Danielzinho) e Douglas Baggio (Cleo Silva); B. Silva (Chrigor). **Técnico:** Alan Aal. **Árbitro:** Flavio R. de Souza. **Amarelos:** Walber, Chrigor e L. Barbosa. **Renda:** R$ 216.272,50
Público: 8.473 presentes. **Local:** Vila Belmiro, em Santos (SP).

9ª RODADA DO PAULISTÃO

INTERNACIONAL 0 × PALMEIRAS 0

INTER DE LIMEIRA: Lucas Frigeri; Celsinho (Renato Cajá), Rodolpho Filemon, Matheus Mancini (Diego Tavares) e Tito (Rafael Carioca); Léo Duarte, Jhony Douglas, Lima e Matheus Galdezani (Xandão), Ronaldo Silva e Osman (Geovane).
Técnico: Vinicius Bergantin.
PALMEIRAS: Marcelo Lomba; Mayke, Renan, Kusevic e Jorge; Patrick de Paula (Pedro Bicalho) e Zé Rafael (Atuesta); Wesley (Gabriel Veron), Breno Lopes (Giovani) Deyverson (Rony) e Rafael Navarro.
Técnico: Abel Ferreira.
Árbitro: Vinicius Furlan.
Amarelos: Celsinho e Giovane.
Renda: Não Divulgada.
Público: 6.502 pagantes.
Local: Estádio Major Levy Sobrinho, em Limeira (SP).

EM LIMEIRA. Sob um sol escaldante em Limeira, no Interior, Internacional e Palmeiras fize-

Com a classificação para as quartas de final do Paulistão muito bem encaminhada, o técnico português Abel Ferreira resolveu poupar seus titula- ... da Recopa Sul-Americana, quando recebe o Athletico-PR.

Em campo, a Inter teve duas ... defesas. O Alviverde foi quase nulo no ataque – quando chegava com condições de fazer o seu

Robson Morelli E-mail: robson.morelli@estadao.com

Contraofensiva esportiva a Putin

O esporte não vai fazer com que os tanques russos recuem e deixem a Ucrânia, mas em uma contraofensiva rápida, espontânea e como há muito não se via, atletas, entidades e confederações minam o país de Vladimir Putin, excluindo a Rússia das programações esportivas de diversas modalidades.

A lamentar, apenas o sofrimento dos russos comuns, que já foram para as ruas protestar contra a guerra de seu presidente. Até ontem, mais de 4 mil manifestantes já haviam sido presos pelo país, que quatro anos atrás festejava a comunhão de uma Copa do Mundo vencida pela França.

Não há fake news nas informações que se seguem, tampouco narrativas mentirosas para enganar a opinião pública, plantar conceitos e divulgar ideais falsos da guerra.

1 – A Uefa tirou de São Petersburgo a final da Liga dos Campeões, marcada para 28 de maio. Vai ser jogada em Paris.

2 – A Federação Internacional de Automobilismo (FIA), com o aval da F-1 e das escuderias, tirou da Rússia o GP de Sochi, que seria em setembro.

3 – Antes de a FIA se manifestar, o quatro vezes campeão do mundo, o alemão Sebastian Vettel, disse que ele não correria na etapa russa deste ano.

4 – Polônia, Suécia e República Checa assinaram documento único em que se colocam contrárias à realização da repescagem da Copa do Catar no país de Putin. A Polônia é adversária da Rússia na disputa.

> *Clubes, atletas e entidades jogam contra a guerra e tiram a Rússia das competições*

Quem passar encara o finalista do confronto dos outros dois países pelo bloco da Europa. A decisão teve apoio do atacante Robert Lewandowski, polonês do Bayern de Munique eleito o melhor jogador do mundo.

5 – O magnata russo Roman Abramovich foi forçado a entregar o comando do clube inglês Chelsea aos curadores da fundação de caridade do próprio time depois que um membro do parlamento britânico pediu que ele tomasse essa decisão e deixasse a Inglaterra.

6 – O Comitê Olímpico Internacional (COI) incitou federações esportivas do mundo inteiro a não disputarem torneios na Rússia, e que não deixem a bandeira do país tremular em competições regulares.

7 – A Fifa proibiu a seleção russa de futebol de jogar em sua casa, de tocar o hino do país nas partidas, de ter bandeira nos estádios e também de levar sua torcida para os jogos.

8 – Vladimir Putin perdeu o título de presidente honorário da Federação Internacional de Judô. O líder russo é faixa preta e graduado no oitavo dan. Teve a honraria revogada por causa da guerra que começou.

9 – Personalidades esportivas da Rússia fizeram um apelo para o fim da guerra. O tenista Daniil Medvedev foi um dos que entoaram a voz contra o exército de seu próprio país.

10 – Clubes, como Barcelona e Napoli, se manifestaram contra a guerra, isolando a Rússia no cenário internacional.

Desta vez, o esporte não se calou: "Parem a Guerra".

EDITOR VERTICAL DE ESPORTES DO ESTADÃO E COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO
INSTAGRAM: @ROBSONMORELLI;
TWITTER: @ROBSONMORELLI;
FACEBOOK: @ROBSONMORELLI

Campeonato Paulista

São Paulo tenta manter embalo contra o Água Santa

PAULO FAVERO

Depois de um início irregular no Campeonato Paulista, o São Paulo reencontrou o caminho das vitórias e, nesta segunda-feira, visita o Água Santa, às 15h, no estádio Distrital do Inamar, em Diadema, para manter o embalo e se aproximar um pouco mais da classificação para a próxima fase do Estadual. O time tem 11 pontos e está atrás do São Bernardo no Grupo B.

Nas três primeiras rodadas do Estadual, o técnico Rogério Ceni não conseguiu levar o time para as vitórias e ficou pressionado. Foram derrotas para Guarani e Red Bull Bragantino, e um empate com o Ituano. Mas, depois o time embalou e venceu o Santo André, a Ponte Preta, empatou com a Inter de Limeira e ganhou de 3 a 0 do Santos no clássico.

Isso tudo ajudou a mudar o clima no Morumbi e a equipe que flertava com a zona de rebaixamento do Estadual agora já começa a se impor no Grupo B. Mas, apesar de já ter uma espinha dorsal na equipe, Ceni ainda vem perdendo atletas por lesão ou falta de ritmo neste início de temporada. Até por isso, tem aproveitado para rodar o time.

Como a situação do Água Santa não é das melhores no campeonato, correndo o risco de ser rebaixado, Ceni sabe que encontrará um adversário que atuará fechado explorando os contra-ataques, mesmo com uma escalação de três atacantes, algo que o técnico Sérgio Guedes vem mantendo.

Para furar a retranca, Ceni aposta no retorno do atacante Rigoni, que não atuou no meio de semana pela Copa do Brasil por causa de uma indisposição. Mas ele já está recuperado e deve formar o ataque do time ao lado de Jonathan Calleri. Já o volante Andrés Colorado, recém-contratado, já está inscrito no Campeonato Paulista e pode ficar como opção. ●

@SAOPAULOFC-19/2/2022

Recuperado, Rigoni volta ao São Paulo hoje contra o Água Santa

9ª RODADA DO PAULISTÃO

ÁGUA SANTA × SÃO PAULO

ÁGUA SANTA: Victor Souza; Leandro Silva, Helder, Jeferson Bahia e Rhuan; Rodrigo Sam, Emerson e Matheus Oliveira; Wesley Pionteck, Caique e Álvaro.
Técnico: Sergio Guedes.
SÃO PAULO: Jandrei; Rafinha, Diego Costa, Arboleda e Reinaldo; Pablo Maia, Rodrigo Nestor, Gabriel Sara e Alisson; Rigoni e Jonathan Calleri.
Técnico: Rogério Ceni.
Juiz: Luiz Flavio de Oliveira.
Local: Estádio Distrital de Inamar, em Diadema (SP).
Na TV: Paulistão Play.

O MELHOR DA TV

TÊNIS
- **ATP 250 de Lyon**
Primeira rodada
7h30 / Star+
- **ATP 250 de Monterrey**
Primeira rodada
14h30 / Star+

FUTEBOL
- **Campeonato Russo**
Zenit x Rubin Kazan
13h / BandSports
- **Campeonato Paulista**
Água Santa x São Paulo
15h / Pay-per-view
- **Campeonato Italiano**
Atalanta x Sampdoria

Granada x Cádiz
17h / Star+
- **Campeonato Inglês da Segunda Divisão**
West Bromwich Albion x Swansea City
17h / ESPN 4

BASQUETE
- **Eliminatórias da Copa do Mundo**
Brasil x Colômbia
20h / ESPN 2

VÔLEI
- **Superliga Masculina**

É hora de tirar máscara das crianças?

Parte dos pais e dos médicos fala em prejuízos aos mais novos; outro grupo vê risco sanitário na ideia

HELCIO NAGAMINE/ESTADÃO

Flexibilização
A empresária Mariana defende a retirada de máscaras pelo menos ao ar livre, como já vem ocorrendo em parte da Europa e nos EUA.

RENATA CAFARDO

Depois de os Estados Unidos e países europeus flexibilizarem nas últimas semanas o uso de máscaras por crianças em escolas, o debate ganha força no Brasil. Shows, restaurantes e festas com adultos sem qualquer proteção e fiscalização têm feito pais e mães reclamarem da rigidez imposta aos alunos, sobretudo aos menores.

Estudos científicos publicados recentemente sobre o tema não são conclusivos. Alguns apontam impactos importantes nas interações com professores e colegas. Outros não reportam esses efeitos.

A polêmica também divide famílias e especialistas. Um grupo preocupa-se com prejuízos ao desenvolvimento das crianças, nas relações sociais e na alfabetização. E outros apontam o fato de os menores não estarem com o esquema vacinal completo e dizem que os índices de casos e mortes por covid ainda são altos para deixar de usar máscaras – uma das armas mais eficazes contra a covid-19, segundo pesquisas. Embora haja queda recente, a média de óbitos no Brasil estava em 690 por dia ontem – causados pela explosão da variante Ômicron, mais contagiosa.

Segundo apurou o **Estadão**, o tema já começa a ser discutido no governo de São Paulo e com entidades da rede particular, mas ainda com ressalvas. A segunda quinzena de março é considerada como uma possibilidade para que as máscaras possam passar a ser flexibilizadas no Estado e em escolas, dependendo da gravidade da pandemia após o carnaval. A gestão Eduardo Leite (PSDB) anunciou anteontem a suspensão da obrigatoriedade de máscaras para menores de 12 anos no Rio Grande do Sul.

Com a melhora nos índices da pandemia, o Central for Disease Control and Prevention (CDC), órgão federal de controle de doenças america- →

KAYLEE GREENLEE BEAL /REUTERS

Crianças durante aula no Texas; Estados americanos flexibilizam uso da máscara

→ no, decidiu na sexta-feira que as máscaras só serão necessárias em escolas que estão em locais onde há alto risco de transmissão. E passou a considerar não só um, mas três fatores para essa classificação: novas internações por covid, porcentagem de leitos ocupados pela doença e número de casos por 100 mil habitantes da última semana. Antes disso, Estados e cidades até governados por democratas, como Nova Jersey, já anunciavam o fim da exigência de máscaras nas escolas.

QUEIXAS. A empresária Mariana Ruske Pereira, de 39 anos, mãe de dois filhos, acredita que já é a hora de as crianças ao menos fazerem atividades ao ar livre sem máscara no recreio ou na educação física. A cidade de Nova York anunciou na sexta que não será mais preciso usar máscaras nas partes externas das escolas.

"Não é só questão de incômodo, há um impacto importante numa janela de desenvolvimento", diz. Ela conta que o filho Marcelo, de 6 anos, já tinha problema de fala antes da pandemia, mas ela afirma que não melhora por causa da máscara. "Ele não consegue coordenar a fala com respiração, os colegas não o escutam, já começou a se sentir intimidado, inseguro, bem na fase de alfabetização."

O tema, como muitos relacionados à pandemia, suscita emoções e polarização. A arquiteta Manuela de Souza, de 38 anos, mãe de um menino de 8 e uma de 5, afirma se sentir intimidada de falar sobre o assunto na escola porque teme ser tachada de "negacionista".

Ela conta que, no fim de 2021, a turma toda do filho se emocionou ao tirar as máscaras por segundos para que a professora pudesse conhecer seus rostos. Na escola onde estudam, as crianças são proibidas de conversar durante o lanche por estarem sem proteção.

Vigilância americana

Decisão mais recente, dos EUA, prevê uso apenas em escolas em locais com mais alto risco de transmissão

"Mais uma vez estamos fazendo as escolhas erradas, não priorizando a educação", diz Isabel Quintella, porta-voz do movimento Escolas Abertas, que surgiu na pandemia para defender aulas presenciais. Ela faz referência a Estados e municípios que fecharam as redes de ensino em 2020 e 2021, mas deixaram bares e restaurantes abertos. O grupo pede a flexibilização das máscaras para crianças o quanto antes.

Estudo publicado em fevereiro por cientistas do Canadá e de Israel concluiu que a máscara causa "robusta piora" nas habilidades de reconhecimento facial das crianças, o que pode ter "efeitos significativos nas interações sociais e na habilidade delas de formar relações com os professores". Por meio de fotos de pessoas com máscara ou não, a pesquisa testou a capacidade de alunos do ensino fundamental reconhecer expressões em rostos, considerado por estudos anteriores como importante para a percepção holística do outro, com emoções, vozes etc.

Outra pesquisa, de 2020, publicada na revista científica *Plos One*, pediu a crianças americanas de 7 a 13 anos que identificassem sentimentos como felicidade, medo, raiva, tristeza e surpresa em imagens de pessoas com máscaras cirúrgicas e sem. Foram colocadas também fotos de pessoas com óculos de sol. A conclusão foi que "embora possa haver alguma perda de informação emocional por causa das máscaras" elas ainda conseguiram inferir emoções. O impacto, segundo o estudo, foi semelhante ao observado quando se usa óculos de sol.

CAUTELA. Independentemente dos resultados sobre impactos, as pesquisas deixam claro a inquestionável proteção das máscaras na transmissão da covid-19, especialmente de modelos PFF2 e N95. "Sou a favor das máscaras em crianças, mas isso não significa que ela não vai ter dano psicológico no médio ou longo prazo que não precise ser explorado", diz o epidemiologista brasileiro e pesquisador da Universidade de Zurich, na Suíça, Onicio Leal.

Para ele, ainda não há evidências claras para nenhum dos dois lados, mas a ciência precisa continuar pesquisando o assunto. Especialmente, ele diz, estudar a efetividade das máscaras já que as crianças muitas vezes não a usam de maneira adequada. Leal é um dos autores do mais abrangente estudo, publicado este mês numa revista científica internacional, que mostrou que a abertura de escolas no Brasil não piorou a pandemia.

Maria Fernanda, de 11 anos, foi a última a voltar para o ensino presencial na escola particular onde estuda, na zona norte de São Paulo. A mãe, a psicóloga Katia Vieira, de 47 anos, diz que só cedeu em prol da saúde mental da menina. "A pandemia não acabou, não entendo porque as pessoas acham que está tranquilo para arrancar as máscaras", afirma.

Katia se preocupa também porque há famílias que se recusam a vacinar seus filhos na escola. "Ninguém gosta de usar máscaras, mas elas são também uma questão de civilidade, eu me protejo para proteger o outro." As crianças não são o grupo de maior risco para a covid-19, mas também podem ter o quadro de infecção agravado – principalmente aquelas com comorbidades.

A pedagoga Lilian Felix, de 41 anos, tem um filho de 10 anos e teme que, sem as máscaras, aumente o risco de casos nas escolas, o que levaria a um fechamento das instituições novamente. "Aí vai afetar a criança muito mais."

Há dez dias, houve conflito entre as áreas da Saúde e da Educação em São Paulo sobre fechar turmas e escolas com surtos de covid. Secretário estadual da Educação, Rossieli Soares defende que os casos sejam analisados pela Vigilância Sanitária e só quando houver grandes surtos todas as crianças da turma sejam enviadas para casa. Já a Secretaria da Saúde publicou nota em que previa fechar escolas com surtos, caracterizados com dois casos de covid na mesma unidade. Depois, porém, a Saúde esclareceu que também haverá avaliação da Vigilância.

DESAFIOS. Nas escolas particulares, diretores e professores percebem as dificuldades em uma educação com máscaras, mas também há medo e dúvidas. "Sabemos que ela reduz a transmissão da covid, mas não podemos ignorar que há um custo. E isso pode aparecer só daqui a alguns anos nas crianças", diz o diretor do Colégio Itatiaia, que tem nove unidades na capital, Carlos Lavieri. Ele conta que professores de Inglês, por exemplo, têm reclamado da dificuldade de ensinar a pronúncia correta das palavras e de entender o que o aluno está tentando dizer.

A alfabetização, que ocorre nos primeiros anos do fundamental, também é uma preocupação. A maior questão, de acordo com especialistas, é prejudicar o vínculo e a comunicação entre professores e crianças, cruciais para aprender a ler e escrever.

"Esse rito de passagem para o ensino fundamental é revestido de forte apelo emocional, a criança precisa sentir que pertence à escola, gostar da professora, para se interessar pelo que ela apresenta", diz a professora de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Silvia Colello. "A máscara atrapalha essa interação e o enlace afetivo."

Mas, para ela, é possível ensinar mesmo com a proteção que os protocolos exigem. "Existe uma pressuposição de que a aprendizagem da escrita seja uma transposição de fonemas para grafemas, mas ela é muito mais que isso, tem uma função social e a professora precisa mostrar isso."

Pelos Estados do País

Rio Grande do Sul já flexibilizou e São Paulo prevê avançar no debate na segunda quinzena de março

A Europa também começou a flexibilizar o uso em lugares fechados e escolas, como no Reino Unido, na Suíça e na Polônia. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda máscaras para crianças de 5 a 11 anos quando há alto risco de transmissão da covid no local, mas indica levar em conta impactos na aprendizagem e no desenvolvimento (*Mais informações nesta página*). O uso não é indicado em atividades físicas, como correr, pular ou brincar em parquinhos, mas a OMS pede distanciamento.

"Em breve, vamos considerar apenas recomendações pontuais de uso de máscara, como quando houver surto de influenza (*gripe*) ou covid. Ou decisões individuais, de pais que quiserem manter", diz o presidente do departamento de infectologia da Sociedade Brasileira de Pediatria, Marco Aurélio Safadi. A tendência é que o Brasil siga o que acontece com outros países. "O ponto principal é a vacinação, ela que vai garantir a gente fazer a transição para convívio com o vírus. Teremos de aprender a conviver com o vírus." ●

Protocolos

● A favor da exigência
Parte dos pais e dos especialistas afirma que é cedo para desobrigar o uso de máscaras, pois ainda há significativa transmissão da covid-19 e grande parte das crianças ainda não tomou as duas doses da vacina.

● Contra a exigência
Outra parcela defende o fim da obrigatoriedade, sobretudo dos mais novos, por causa dos prejuízos emocionais e de aprendizagem. Uma das propostas é permitir que fiquem sem máscara ao menos ao ar livre, como no recreio e na educação física.

● Diretrizes da OMS
A Organização Mundial da Saúde (OMS) orienta não exigir de menores de 5 anos. Para a faixa de 6 a 11 anos, diz a entidade, a decisão envolve análise de riscos, considerando intensidade da transmissão, capacidade de usar corretamente e com supervisão adulta, impacto na aprendizagem e no desenvolvimento, horas de atividades esportivas e deficiências. Para acima de 12 anos, a OMS orienta seguir os mesmos protocolos dos adultos.

HÉLCIO NAGAMINE/ESTADÃO

Com o Instituto Responsa, Karine Vieira acompanha os profissionais por 1 ano nas vagas de emprego

Empregabilidade

Ex-detenta ajuda quem já foi preso a encontrar trabalho

Fundadora do Instituto Responsa, que já atendeu mais de 1,8 mil pessoas desde 2018, viveu 15 anos no crime

MARINA DAYRELL

No primeiro andar de um prédio na zona oeste de São Paulo, lê-se na parede: "O Cívico enquanto comunidade deve estimular a empatia, praticar a humildade, inspirar a solidariedade, interpelar para a generosidade e mobilizar para a prática da justiça social norteada pela misericórdia". O lugar é um hub de inovação de negócios de impacto e ativistas sociais, entre eles o Instituto Responsa, que insere egressos do sistema prisional no mercado de trabalho.

O nome por trás do instituto é Karine Vieira, assistente social de 40 anos. A área em que empreende é considerada por muitos como polêmica. Mas a história de vida de Karine, misturada aos números do instituto e às estatísticas do sistema, atestam a necessidade de organizações como a dela. "Nós precisamos criar pontes na sociedade. A grande maioria que passou pelo sistema prisional foi por falta de acesso, e por não conhecer outras realidades."

Hoje, no Brasil, há mais de 820 mil pessoas presas, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Dessas, ao menos 42% são reincidentes. A vida de Karine tem a ver com esses dados. Ela foi presa uma vez, em 2005, quando já havia passado mais de uma década no crime, principalmente no tráfico. Em 2006, foi absolvida, mas, ao sair da cadeia, passou dois anos vivendo de atividades ilícitas. Ao todo, foram 15 anos no crime.

> *"Nós precisamos criar pontes na sociedade. A maioria que passou pelo sistema prisional foi por falta de acesso e por não conhecer outras realidades."*
> Karine Vieira

"Eu sei que parte dessa absolvição teve a ver com o fato de eu ser branca (negros são 63% dos presos). Nunca fui moradora da comunidade. Tinha advogado particular", diz. Foi em 2018 que Karine decidiu mudar. Na época, tinha dois filhos e matriculou-se no supletivo para finalizar o ensino médio. "Foi um momento difícil, porque eu não reconhecia mais as minhas habilidades fora do mundo do crime."

Conseguiu uma bolsa de estudos para cursar Serviço Social, depois trabalhou em um escritório de advocacia e ajudou núcleos de medidas socioeducativas. Com apoio e investimento do Instituto Ação pela Paz e do Humanitas 360, que trabalham na reabilitação de presidiários, Karine transformou o trabalho da pessoa física no Instituto Responsa.

Hoje, trabalha com 11 funcionários, além de uma equipe jurídica voluntária. Por lá, ela tem conseguido bons resultados: a taxa de reincidência entre os assistidos fica entre 3% a 5%. Para criar pontes com o mercado, o cerne do Responsa é a empregabilidade, mas também oferece assistência jurídica e de saúde.

Na capacitação, os atendidos recebem orientações sobre como se portar em uma entrevista de emprego, desde a roupa até a linguagem adequada, e aprendem sobre empreendedorismo e educação financeira. Outras aulas técnicas e comportamentais são dadas pelo instituto e por parceiros, como o Sebrae.

Uma vez que o profissional está capacitado, o instituto faz a ponte com as empresas. Depois que a pessoa é contratada, ainda é acompanhada por cerca de um ano.

"A gente faz a gestão compartilhada com a empresa. Os gestores nos trazem os pontos que as pessoas precisam melhorar e a gente vai ministrando os módulos para elas se desenvolverem." O instituto também presta consultoria para as empresas.

Desde 2018, o Instituto Responsa já atendeu mais de 1,8 mil egressos. Mais de 1,4 mil já passaram pelas capacitações e foram geradas 1.073 oportunidades de trabalho. A maior parte das vagas é operacional, como ajudante geral e auxiliar de limpeza. Segundo Karine, isso acontece porque a maior parte tem baixa escolaridade e não possui experiência – 31% têm ensino médio completo, apenas 1% possui ensino superior.

O maior desafio, diz Karine, é a captação de vagas para todos esses ex-detentos, mas ela já percebeu um movimento mais ativo das empresas. "No contexto de hoje, falando de ESG, não adianta esperar que a solução venha só do Estado e da sociedade civil. A gente precisa se unir." ●

Delivery: Empresas testam a utilização de drones para agilizar as entregas

ECONOMIA & NEGÓCIOS
SEGUNDA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2022 O ESTADO DE S. PAULO

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B24)

Tensão no Leste Europeu **Efeitos**

Guerra deve elevar preço de alimentos

Inflação brasileira, que já vinha alta, deve sofrer a pressão adicional dos custos de commodities que têm Rússia e Ucrânia como grandes produtores, como trigo e milho

A inflação brasileira, que terminou 2021 acima dos 10%, começou este ano ainda bastante pressionada e com números ainda altos. O IPCA de janeiro ficou em 0,54%, o maior número para o mês desde 2016, puxado principalmente pelos alimentos. As previsões para o ano, até agora, vinham variando entre 5,5% a algo pouco acima dos 6% (lembrando que o teto da meta perseguida pelo Banco Central é de 5%). Mas essas previsões devem mudar, e para pior, por conta da Guerra na Ucrânia.

Um dos impactos mais imediatos é no preço do trigo, um dos grãos mais importantes usados na alimentação – está presente nos pães, nas massas, nas bebidas e também nas rações animais. O Brasil é um importador desse produto, já que produz menos do que consome. Em 2021, o País produziu 7,7 milhões de toneladas e importou um pouco mais de 6,2 milhões de toneladas, principalmente da Argentina.

E, embora a importação direta da Rússia ou da Ucrânia (respectivamente o primeiro e o quarto maiores exportadores mundiais) não seja relevante, o Brasil sentirá o efeito da alta nos preços que pode ocorrer por conta da guerra. Segundo a consultoria Agroconsult, os preços internacionais já subiram 20% desde o início do ano e tendem a subir ainda mais com o conflito.

> **Dependência**
>
> **6,2 milhões** de toneladas de trigo foram importadas pelo Brasil no ano passado, a maior parte da Argentina

O milho, grão fundamental para a alimentação animal, é outro que afetará a inflação. Segundo os especialistas, o produto já está com cotações muito elevadas no mercado internacional, e qualquer aumento adicional vai pressionar ainda mais os custos dos produtores de carne. A Ucrânia é responsável por cerca de 16% das exportações mundiais de milho.

Também há o impacto nos fertilizantes. A Rússia é o maior fornecedor desse produto para o Brasil, com cerca de 20% dos adubos comprados pelo País. Este é exatamente o momento do ano em que os produtores estão comprando os fertilizantes para a safra 2022/2023, e o aumento dos custos por conta do conflito tornou-se motivo de grande preocupação.

PETRÓLEO. A tudo isso se junta o preço dos combustíveis, que tem impacto direto e indireto na inflação. Na semana passada, após o início da invasão russa, o barril do petróleo chegou a passar dos US$ 105. O dólar, que tende a se fortalecer, também deve pressionar os preços.

Com esse cenário, especialistas já começaram a prever um quadro de estagflação – mistura de inflação alta com atividade econômica estagnada. O economista Armando Castellar, pesquisador associado da FGV/Ibre, por exemplo, disse esperar agora uma inflação na casa dos 6,2% ou 6,3%, com o PIB subindo entre 0,3% ou 0,4%, números piores que os projetados antes do início da guerra. Mas todos esses ainda são números preliminares, que vão depender da extensão da guerra, das sanções, dos efeitos que virão. O certo mesmo é que nada de positivo se pode esperar dessa situação. ●

Na mesma tecla

ARTIGO

Luís Eduardo Assis
Economista, foi diretor de Política Monetária do BC e professor de Economia da PUC-SP e da FGV-SP. E-mail: luiseduardoassis@gmail.com

Comecemos pela novidade velha. O alinhamento dos planetas que fez coincidir o choque nos preços das commodities com forte desvalorização cambial e condições climáticas desfavoráveis jogou para cima a inflação e teve impacto devastador sobre uma política econômica que, se antes não tinha rumo, agora só faz girar em torno de si mesma, alucinada. Na falta de opções, o Banco Central (BC) aplica um choque de juros.

Olhando para trás, os juros da Selic ainda são negativos. Nos últimos 12 meses, acumularam apenas 5,04%, menos da metade da inflação. Por essa métrica, estamos há 16 meses com juros negativos. Mas conta mais o que vem pela frente. Em 2022, a taxa de juros real deve ficar em torno de 6%. Voltamos ao regime que tivemos em 2016 e 2017, com juros reais extremamente elevados.

A tese do mercado é de que os juros sinalizam a expectativa de inflação e, dessa forma, refreiam as remarcações. Mais fácil é acreditar que juros altos arrocham a demanda e tornam os reajustes mais difíceis. Seja como for, os juros altos encontrarão pela frente uma economia que já se arrasta.

> ***Com o governo que o Brasil tem hoje, não, não temos atualmente opção ao aumento dos juros***

Como o choque de preços não foi provocado por excesso de demanda, a estratégia de subir juros para combater a inflação tem eficácia limitada. Vem daí a necessidade de juros reais tão altos.

A elevação do custo do dinheiro afeta o maior dos devedores: o próprio governo. Com a dívida bruta do governo central em R$ 7 trilhões, a Instituição Fiscal Independente (IFI) estima que as despesas de juros crescerão mais de R$ 200 bilhões neste ano e atingirão R$ 702 bilhões em 2022. As famílias também estão mais endividadas. O saldo do crédito às pessoas físicas era de R$ 1,53 trilhão no mês passado, com crescimento anual de 24%. Na outra ponta, o saldo de aplicações de clientes "Private" bateu R$ 1,72 trilhão no final de 2021. Eles estarão entre os principais beneficiários do choque de juros. Concentração de renda na veia.

Poderia ser diferente? Considerando que os bancos centrais do mundo inteiro abraçaram com volúpia várias teses heterodoxas nos últimos anos, sim, poderia. Controle da volatilidade do câmbio, aumento de compulsórios, atuação na curva de juros são alternativas que poderiam ser estudadas para dirimir os efeitos nefastos do choque de juros. Mas isso exigiria um governo com credibilidade, competência e capacidade de articulação. Não, não temos hoje opção ao aumento dos juros. ●

Tensão no Leste Europeu **Combustíveis**

Invasão russa pode afetar custo do gás natural também no Brasil

Segundo especialistas, um encarecimento do produto na Europa teria reflexo em contratos de importação no País

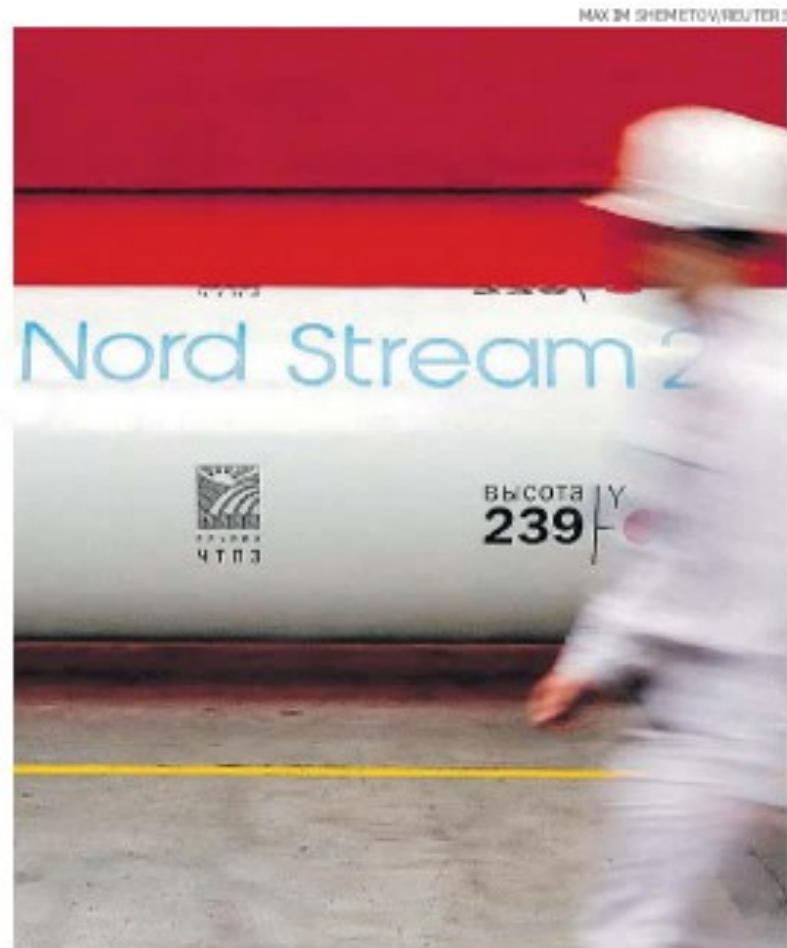
WILIAN MIRON

A invasão da Rússia à Ucrânia deve ter reflexos no mercado global de gás natural, encarecendo ainda mais o preço do produto também no mercado brasileiro nos próximos meses, segundo especialistas consultados pelo Estadão/Broadcast. Nesse cenário, haveria pressão também sobre o custo da geração de energia em termelétricas, embora não se fale, nesse momento, em risco de falta de gás.

Isso ocorre porque a Rússia responde sozinha por 40% do gás utilizado na Europa, que, em meio ao conflito diplomático e econômico com seu principal fornecedor, pode recorrer ao Gás Natural Liquefeito (GNL) importado de outras localidades para suprir sua demanda. Além disso, um encarecimento do gás na Europa tem reflexos diretos em parte dos contratos de importação para o Brasil, uma vez que esses documentos costumam atrelar os valores às rubricas praticadas no mercado global.

RETALIAÇÃO. "Não é apenas a questão militar, com as sanções, há também um risco econômico e regulatório, por isso há uma situação tensa no mercado", disse o professor do Instituto de Energia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), Edmar Luiz Fagundes de Almeida.

Segundo ele, as retaliações econômicas e sanções impostas à Rússia, além da suspensão da licença do gasoduto Nord Stream 2, construído para levar gás diretamente da Rússia à Alemanha – mas que ainda não começou a operar –, têm potencial para gerar desarranjo na economia global, mesmo que as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) não partam para um conflito armado. "É um momento muito delicado porque tem muitos malefícios para a economia mundial", disse.

MAXIM SHEMETOV/REUTERS

Gasoduto Nord Stream 2 teve a licença suspensa pela Alemanha

Entenda

● **Mercado global**
Rússia responde por 40% do gás utilizado na Europa, que pode recorrer ao produto de outros mercados, pressionando os preços em todo o mundo

● **Desarranjo**
Sanções e retaliações econômicas à Rússia podem desarranjar o abastecimento global de energia, mesmo que a Otan não decida por um conflito armado

● **Sem infraestrutura**
O Brasil tem grande reserva de gás natural, mas pelo menos metade desse insumo é injetado de volta aos campos de petróleo. Segundo especialistas, não há infraestrutura para o escoamento desse gás

Opinião semelhante tem o engenheiro e fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires. Ele, contudo, lembra que o Brasil adquire no mercado internacional, principalmente da Bolívia, boa parte do gás que consome, mas ele acredita que no caso do produto entregue pelas concessionárias de distribuição, os aumentos devem acontecer apenas no momento das revisões tarifárias feitas pelas agências reguladoras estaduais. "Antes havia a percepção de que no segundo semestre teríamos uma estabilidade, mas (com essa situação) provavelmente teremos novos aumentos no preço do gás esse ano", disse.

Em 2021, a crise no mercado global de fornecimento de gás deu os primeiros sinais de desarranjo, o mercado já sentiu um estresse com aumentos de preços pela Petrobras, principal fornecedora nacional do produto no Brasil. Na época, a estatal anunciou elevação superior a 50% para contratos no mercado nacional, o que provocou uma onda de judicialização da questão e reclamações contra a empresa no Cade.

INFRAESTRUTURA. Embora o Brasil tenha uma grande reserva de gás natural, o País reinjeta pelo menos metade desse insumo de volta nos campos de petróleo, pois falta infraestrutura de gasodutos para escoamento desse gás. Caso ela existisse, o cenário poderia ser diferente e o País teria mais fôle-

Outro especialista que enxerga pressão nos preços do gás como consequência dos conflitos na Europa é o advogado Ali El Hage Filho, sócio do escritório Veirano. "O GNL acaba influenciando os preços do gás no mundo todo, e a gente já vinha de um cenário de pressão de preços mesmo antes da situação da Ucrânia. Acho que certamente vai continuar aumentando", disse.

Ele lembrou que, nos últimos anos, a Petrobras tem buscado paridade internacional para seus preços, e que outros supridores compram gás no exterior para atender contratos no mercado brasileiro. Essa situação de novos reajustes neste ano pode intensificar os problemas políticos e econômicos que a escalada nos preços

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Em cumprimento às disposições legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que divulgamos através do presente relatório, contendo as notas explicativas e relatório dos auditores independentes atuarial e demonstrações financeiras. Apesar das incertezas criadas pela pandemia da Covid-19, a Seguradora encerrou o exercício de 2021 mantendo a sua posição de liderança na atuação no mercado de seguro de crédito com um total de prêmios emitidos de R$196.496 no exercício. Visando nos adequarmos à nova realidade da economia, temos focado na revisão de exposição de limites de crédito concedidos aos compradores de nossos clientes, principalmente, nos setores mais afetados pela crise. O contínuo monitoramento dos riscos alinhado à estratégia comercial segue contribuindo para mantermos um portfólio de risco controlado ("loss ratio" líquido de resseguro em 2021 de 11,2%) mesmo diante da situação delicada e desafiadora em que estamos operando. Em relação aos indicadores de solvência, a Seguradora segue sólida em todos os seus indicadores, fortalecida pelo seu nível de ativos e programa de resseguro, demonstrando sua capacidade de continuar operando mesmo diante do cenário mais pessimista devido a pandemia ou pós pandemia cujas incertezas ainda persistem. Com uma atuação focada nos diversos setores da economia, presença nas principais regiões brasileiras e melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos clientes e parceiros de negócios, continuaremos nosso objetivo de disseminar a cultura de seguro de crédito no país como a mais relevante ferramenta de gestão de risco para as empresas e confirmar a nossa liderança no mercado local. Agradecimentos: A Administração aproveita para manifestar seus agradecimentos aos clientes pela confiança em nosso trabalho, aos parceiros (corretores, bancos e outros), aos fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores, que tanto contribuem para o sucesso da Coface do Brasil. Da mesma forma, agradecemos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R$)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		446.919	251.213
Disponível		8.034	8.883
Caixa e bancos		8.034	8.883
Aplicações	5	194.046	38.892
Créditos das operações com seguros e resseguros		186.658	144.400
Prêmios a receber	6	148.340	120.795
Operações com resseguradoras	7	38.318	23.605
Outros créditos operacionais		62	62
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	32.573	43.752
Títulos e créditos a receber		13.808	5.438
Títulos e créditos a receber		1.774	402
Créditos tributários e previdenciários	9	8.601	2.472
Outros créditos	8	3.433	2.564
Despesas antecipadas		195	210
Custos de aquisição diferidos		11.543	9.576
Seguros	13c	11.543	9.576
Ativo Não Circulante		51.005	127.658
Realizável a Longo Prazo		45.164	123.404
Aplicações	5	30.247	110.951
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	8.358	7.494
Prêmios a receber		8.358	7.494
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	595	516
Títulos e créditos a receber		3.716	3.440
Créditos tributários e previdenciários	9	2.971	2.747
Depósitos judiciais e fiscais	15	745	693
Outros valores e bens	3.12	1.094	–
Custos de aquisição diferidos		1.154	1.003
Seguros	13c	1.154	1.003
Investimentos		246	246
Participações societárias	3.4	224	224
Outros investimentos		22	22
Imobilizado		1.881	1.008
Bens móveis		1.881	1.008
Intangível		3.714	3.000
Outros intangíveis		3.714	3.000
Total do Ativo		497.924	378.871

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		396.631	298.406
Contas a pagar		94.311	38.803
Obrigações a pagar	10	9.046	2.192
Impostos e encargos sociais a recolher		3.379	2.978
Encargos trabalhistas		1.601	1.995
Impostos e contribuições	12	19.419	1.574
Outras contas a pagar	10	60.866	30.064
Débitos de operações com seguros e resseguros		143.751	107.678
Prêmios a restituir		53	51
Operações com resseguradoras	7	120.753	86.790
Corretores de seguros e resseguros		16.713	14.580
Outros débitos operacionais	7	6.232	6.257
Depósitos de terceiros	11	4.107	2.807
Provisões técnicas - seguros		154.120	149.118
Danos	13a	154.120	149.118
Outros Débitos	3.12	342	–
Débitos diversos		342	–
Passivo Não Circulante		12.487	9.414
Débitos das operações com seguros e resseguros		1.184	991
Corretores de seguros e resseguros		1.184	991
Provisões técnicas - seguros		8.472	7.841
Danos	13a	8.472	7.841
Outros débitos		2.044	582
Provisões judiciais	14	2.044	582
Outros Débitos	3.12	787	–
Débitos diversos		787	–
Patrimônio Líquido	16	88.806	71.051
Capital social	16a	48.957	48.957
Reservas de lucros	16b	40.103	21.462
Ajuste de avaliação patrimonial	16d	(254)	632
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		497.924	378.871

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
Prêmios emitidos	18a	196.496	142.484
Variação das provisões técnicas de prêmios		(31.776)	(13.006)
Prêmios ganhos		164.720	129.478
Sinistros ocorridos	18b	4.885	(42.946)
Custos de aquisição	18c	(20.558)	(16.846)
Outras receitas (despesas) operacionais	18d	(24)	1.042
Resultado com resseguro	7a	(56.988)	(13.937)
Receita (despesa) com resseguro	7a	(6.195)	23.866
Despesa com resseguro	7a	(50.793)	(37.803)
Despesas administrativas	18e	(47.768)	(47.372)
Despesas com tributos	18f	(6.323)	(4.643)
Resultado financeiro	18g	6.423	(2.218)
Resultado operacional		44.367	2.558
Ganhos com ativos não correntes		67	10
Resultado antes dos impostos e participações		44.434	2.568
Imposto de renda	19	(11.443)	(1.152)
Contribuição social	19	(8.072)	(715)
Participações sobre o lucro		(472)	95
Lucro líquido do exercício		24.447	796
Quantidade de ações		20.537.185	20.537.185
Lucro por lote de mil ações (R$)		1.190,38	38,76

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	24.447	796
Outros resultados abrangentes	(886)	(70)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(1.477)	(117)
Efeitos tributários sobre resultados abrangentes	591	47
Resultados abrangentes	23.561	726

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Ajuste TVM	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		23.494	3.705	16.990	702	–	44.891
Aumento capital - incorporação acervo líquido da Sbce - Portaria Susep nº 7.640 15/06/2020	1	25.463	–	–	–	–	25.463
Reversão de dividendos propostos AGE 30/07/2020		–	–	160	–	–	160
Títulos e valores mobiliários	16d	–	–	–	(70)	–	(70)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	796	796
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	–	40	–	–	(40)	–
Reserva estatutária	16b	–	–	567		(567)	–
Dividendos mínimos obrigatório - R$ 0,04 por ação	16c	–	–	–	–	(189)	(189)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		48.957	3.745	17.717	632	–	71.051
Títulos e valores mobiliários	16d	–	–	–	(886)	–	(886)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	24.447	24.447
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	–	1.222	–	–	(1.222)	–
Reserva estatutária	16b	–	–	17.419	–	(17.419)	–
Dividendos mínimos obrigatório - R$ 1,19 por ação	16c	–	–	–	–	(5.806)	(5.806)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		48.957	4.967	35.136	(254)	–	88.806

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R$)

	2021	2020
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	24.447	796
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	632	435
Reversão de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	39	(996)
Variação cambial operacional	2.362	(173)
Variação nas contas patrimoniais:	(18.687)	(6.655)
Ativos financeiros - aplicações	(75.336)	(32.909)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(41.721)	13.104
Ativos de resseguro	21.097	25.368
Créditos fiscais e previdenciários	(6.353)	1.313
Custos de aquisição diferidos	(1.994)	(579)
Depósitos judiciais e fiscais	(52)	(502)
Despesas antecipadas	15	(135)
Outros ativos	(3.335)	6.340
Impostos e contribuições	25.268	1.651
Outras contas a pagar	32.585	5.743
Débitos de operações com seguros e resseguros	24.373	(34.030)
Depósitos de terceiros	1.300	2.527
Provisões técnicas - seguros e resseguros	3.603	5.778
Provisões judiciais	1.462	(109)
Outros passivos	401	(215)
Caixa gerado (consumido) pelas operações	8.793	(6.593)
Imposto sobre lucro pagos	(7.423)	(883)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	1.370	(7.476)
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(929)	(665)
Aquisição de intangível	(1.290)	(871)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(2.219)	(1.536)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	(849)	(9.012)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8.883	594
Caixa e equivalente de caixa oriundos da Incorporação do Acervo Líquido da SBCE	–	17.301
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	8.034	8.883

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora" ou "Coface do Brasil"), situada na Praça João Duran Alonso, 34, 10º andar - São Paulo, é controlada pelo grupo francês "Compagnie Française d'Assurances pour le Commerce Extérieur" ("COFACE FRANÇA") cujo controladores, em última instância, são os "Banques Populaires e Caisses d'Epargne". A Seguradora, constituída em 5 de abril de 2005, foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em junho do mesmo ano, e tem por objeto social, atualmente, a exploração do seguro de crédito em todo o território nacional. A Seguradora é controlada diretamente pela Cofinpar S/A ("COFINPAR") e, adicionalmente, pela COFACE FRANÇA. **1.1. Incorporação do Acervo Líquido da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S/A (SBCE):** Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a incorporação da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A. ("Sbce") pela Coface do Brasil, mediante aumento de capital da Seguradora com o acervo líquido da Sbce, no montante de R$25.463. A reestruturação societária teve por objetivo potencializar a sinergia da estrutura do Grupo Coface no país, resultando em benefícios de ordem administrativa e operacional. O Patrimônio Líquido da empresa incorporada (Sbce), em 31 de março de 2020, estava suportado por laudo de avaliação a valor contábil, datado de 30 de abril de 2020. Em 30 de junho de 2020, foi publicada, no diário oficial, a Portaria SUSEP nº 7.640, autorizando a incorporação da Sbce pela Coface do Brasil nos termos do instrumento de protocolo e justificação de incorporação firmado em 30 de abril de 2020, com a consequente extinção da Sbce. De acordo com os termos do instrumento de protocolo e justificação de incorporação, as variações patrimoniais ocorridas a partir de 31 de março de 2020 foram reconhecidas na Coface do Brasil.

Abaixo, são demonstrados os ativos e passivos incorporados em 31 de março de 2020:

Ativo	31/03/2020	Passivo	31/03/2020
Disponível	17.301	Contas a pagar	12.893
		Débitos de operações	
Aplicações	34.247	de resseguros	30.375
Créditos das operações	33.067	Depósitos de terceiros	280
Títulos e créditos a receber	3.718	Provisões técnicas	30.216
Despesas antecipadas	–	Outros débitos	144
Custos de aquisição diferidos	1.341	Patrimônio líquido	25.463
Ativos de resseguros	9.473		
Permanente	224		
Total	99.371	**Total**	99.371

Para análise das demonstrações financeiras do exercício de 2021 deve-se considerar que os valores relativos ao seguro exportação impactaram no demonstrativo de resultado a partir de abril de 2020.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 22 de fevereiro de 2022. **2.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais (R$/000), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora, exceto, quando indicado. **2.3. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Parte das disponibilidades e das aplicações financeiras é mantida em moeda estrangeira, conforme autorizada pela Resolução nº 4.444/15 e alterações posteriores do Banco Central do Brasil. Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de [illegible]

Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) as informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil: Nota explicativa nº 3.10 - Classificação dos contratos de seguros. Nota explicativa nº 5 - Aplicações (instrumentos financeiros). Nota explicativa nº 6 - Créditos das operações com seguros e resseguros. Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários e previdenciários. Notas explicativas nº 3.5 e nº 13 - Provisões técnicas. Nota explicativa nº 14 - Provisões judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixas e bancos: Caixa e bancos incluem saldos em moeda nacional e estrangeira disponíveis em contas correntes mantidas em instituições financeiras. **3.2. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: Valor justo por meio de resultado - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda de acordo com a sua gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado da Seguradora. Mantidos até o vencimento - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e, as mudanças no valor justo, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, na forma líquida dos seus respectivos efeitos tributários. Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Prêmios a receber", os ativos de "Resseguro" e outros recebíveis decrescido de qualquer perda no valor recuperável. Redução ao valor recuperável (ativo financeiro): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros que perderem valor podem incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos ou quando houver evidência objetiva de que o ativo tem perda no valor recuperável e neste caso será reconhecida ao resultado. No que se refere aos prêmios de seguros de crédito doméstico, a provisão para riscos sobre créditos é apurada considerando o estudo técnico desenvolvido internamente pela Seguradora, que considera, entre outros fatores, a quantidade de parcelas vencidas e no tempo em que o segurado possui seguro com a Seguradora. No que se refere aos prêmios de seguros de crédito à exportação, a provisão para redução ao valor recuperável é apurada considerando o [illegible]

base em estudo, elaborado pela Seguradora, que leva em consideração o histórico de recebimentos. Valor justo: Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" e "disponível para venda" são registrados pelo valor investido, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e ajustados ao seu valor justo que, no caso de títulos públicos, é apurado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. **3.3. Ativos de resseguros:** Os ativos de resseguro compreendem as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S/A e Munich Re do Brasil Resseguradora S/A por meio dos movimentos operacionais sujeitos a análise do Ressegurador. O nível médio de retenção do risco da Seguradora está divulgado na nota explicativa nº 7c. **3.4. Investimentos:** Refere-se à participação no capital do IRB - Brasil Resseguros S.A., avaliado por custo histórico no montante de R$224. **3.5. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as metodologias descritas nas notas técnicas atuariais e de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. A Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos - RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que ainda não foram emitidas, mas já possuem riscos cobertos pela Seguradora. O registro da provisão é baseado em estimativas do valor histórico de emissões em atraso. A partir de 2015, o cálculo passou a considerar triângulo de "run-off" dos prêmios emitidos em atraso dos últimos 42 meses, para determinar o montante de prêmios RVNE e também a correspondente PPNG-RVNE. A Provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. Os avisos de sinistros correspondem aos recebíveis não honrados pelos clientes dos nossos segurados. A mensuração da estimativa de PSL também considera (i) o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação, sendo estimada por meio de triângulos de "run-off" de 15 semestres. Para se chegar ao IBNER, subtrai-se da estimativa de sinistros ocorridos e ainda não pagos a estimativa de IBNR e a PSL constituída caso a caso e, (ii) o ajuste decorrente do abatimento em função da expectativa de recuperação em ressarcimentos. Os sinistros avisados e ainda pendentes, que compõem a PSL podem ser classificados em sinistros administrativos e sinistros judiciais. A estimativa inicial da provisão de sinistros administrativos a liquidar (PSL administrativo), considera o saldo devedor relativo à

coface

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

efetivamente encerrados (com ou sem indenização) e aqueles provisionados inicialmente, de forma que determina-se percentuais a serem reconhecidos de acordo com a classificação de perda indicada pelo advogado externo sobre o valor total do risco atualizado mensalmente pelos advogados, incluindo juros, correção monetária e honorários de sucumbência, brutos de resseguro abrangidos pela cobertura do seguro (limitado ao saldo devedor). A Provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data-base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, foi utilizado o modelo matemático "triângulo de run-off" considerando o método de desenvolvimento dos sinistros avisados para 15 semestres. A referida provisão é reduzida pela expectativa de ressarcimento, que consiste no cálculo de um percentual histórico dos últimos 90 meses obtidos com base na razão entre ressarcimentos recebidos e sinistros pagos, o qual é aplicado sobre a provisão total de Sinistros Ocorridos e Ainda não Pagos. Aplica-se este percentual também sobre a provisão IBNR, gerando a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros ainda não avisados. A diferença entre a expectativa total de ressarcimentos e a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros não avisados gera a expectativa de ressarcimento sobre a PSL. A Provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR) inclui estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados e a PDR (PSL) contempla estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Cada parcela é obtida pela aplicação sobre a respectiva provisão (IBNR e PSL respectivamente) do percentual histórico de despesas avisadas na regulação dos sinistros em relação aos sinistros avisados dos últimos 90 meses. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização dos contratos de seguro, conforme previsão contratual na apólice. A estimativa leva em consideração a apuração do resultado técnico de cada apólice baseada na estimativa do percentual de pagamento do excedente sobre o prêmio emitido da carteira levando em consideração a experiência histórica desde janeiro de 2012. **3.6. Teste de adequação dos passivos**: Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar, na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa prefixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo prefixada e do cupom IPCA foram obtidas a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2021. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo prefixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui a provisão dos sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão das despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e impostos foi comparado à soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE líquidas da DAC. O resultado do Teste de Adequação de Passivos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não indicou a necessidade de ajustes nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-bases. Embora o resultado do TAP seja negativo, e o normativo não exija os cálculos relacionados aos ativos de resseguro quando não há apuração de PCC, foi também efetuado o cálculo do TAP para os ativos de resseguro, de forma análoga aos procedimentos aplicáveis às provisões técnicas e mantendo a mesma premissa de sinistralidade, de forma a obtermos o fluxo realista de PPNG, referente ao ativo de resseguro. O resultado do TAP para o Ativos de Resseguros também foi negativo, não sendo necessário o registro do ativo de resseguro da Provisão Complementar de Cobertura em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **3.7. Benefícios a empregados**: Os benefícios a empregados incluem os benefícios de curto prazo, tais como ordenados e salários, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) os quais, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade de contribuição definida - Plano gerador de benefícios livres (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R$302 (R$266 em 31 de dezembro de 2020). As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Seguradora, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional. **3.8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a 15% até junho de 2021 e a partir desta data a 20% retornando a alíquota anterior a partir de janeiro de 2022. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferida são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias sobre a alíquota prevista de realização deste crédito. O imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado e esteja disponível. **3.9. Provisões judiciais**: São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável ou no caso de serem consideradas obrigações legais. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo. **3.10. Classificação dos contratos de seguros**: Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Nos termos do CPC 11, os contratos emitidos pela Seguradora atendem todas as características de um contrato de seguro visto que prevê indenizações específicas para reembolsar o detentor por uma perda em razão do devedor específico do segurado não efetuar o pagamento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro descritos no CPC 11. **3.11. Mensuração dos contratos de seguros**: Os prêmios de seguros e custos de aquisição (comercialização) são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento dos custos de aquisição. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição (comercialização) cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas baseadas em

em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando as como "arrendamento". A Seguradora atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos existentes, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: I) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e II) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição de seguro. • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de mercado. • Risco de capital. • Risco operacional. • Risco legal e de "compliance". **4.1. Estrutura de gerenciamento de riscos**: Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de riscos engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus "stakeholders", incluindo seus acionistas, investidores, clientes, fornecedores e outros, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à ética, transparência e prestação de contas. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos é adaptada ao porte dos negócios e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pelas áreas compartilhadas das empresas do grupo de Risco e Compliance e dos especialistas responsáveis por essas áreas da Seguradora do grupo e demais colaboradores envolvidos, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco determinado pela Seguradora. Para o gerenciamento dos seus riscos a Seguradora conta com a estrutura de governança corporativa, descrita a seguir, além de mantermos um programa de controles internos, o qual está detalhado na nota explicativa relativa ao risco operacional. **a) Conselho de administração**: Reúne-se, no mínimo, bimestralmente e, representa os interesses dos acionistas, tendo por atribuição fornecer orientação geral dos negócios, bem como suas diretrizes e objetivos básicos, aprovar as demonstrações financeiras, fiscalizar a gestão da Diretoria, entre outras atividades. **b) Reuniões da diretoria**: A Seguradora mantém um "fórum" para discussão e deliberação de assuntos estratégicos, tendo por objetivo primordial cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Estatuto Social, por meio da gestão dos negócios, administração do patrimônio e execução de todos os atos necessários ao seu funcionamento. Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos. Adicionalmente aprova Políticas e Normas Internas. **c) "Management committee" (Comitê de gestão)**: **d)** Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos e tem por objetivo dividir e discutir assuntos de interesse das diversas áreas da Seguradora, em um nível executivo, e de tomar decisões em conjunto. Pode aprovar políticas, normas, ferramentas, estudos ou outros trabalhos demandados pelo comitê e de interesse da Seguradora. Auditoria interna. Atividade independente e objetiva, executada por empresa terceirizada e concebida para adicionar valor e melhorar as operações da organização, nos ajudando a atingir os objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração. **e) Comitê de provisões**: Reúne-se trimestralmente e participam deste comitê as áreas como: Sinistros, Controladoria, Cobrança, Subscrição e membros da Diretoria. São discutidos neste fórum os níveis de sinistralidade, reservas técnicas e taxas de recuperação da Seguradora, definindo, quando necessário, os planos de ação a fim de melhorar os índices da Seguradora. **f) Comitê de turnover (contratos)**: Reúne-se trimestralmente e participam os especialistas das áreas Técnica, Comercial, Risco de Subscrição e membros da Diretoria. O objetivo deste comitê é verificar os contratos em processo de fechamento, tanto os novos negócios como as renovações, e as apólices canceladas, a fim de verificar o impacto na receita da Seguradora. **g) Comitê de controles internos**: O comitê de Controles Internos, formado pela diretoria/presidência, gestor jurídico, responsável por compliance e gestor de riscos, pode ser convocado sempre que necessário (porém é realizado com uma periodicidade mínima de quatro vezes ao ano) para deliberar sobre assuntos específicos da área que não tenham sido analisadas em uma reunião de diretoria. **4.2. Gestão de risco de seguros**: O seguro de crédito é uma modalidade de seguro que tem por objetivo indenizar o segurado (credor) pelas perdas líquidas definitivas que o mesmo venha a sofrer em consequência da inadimplência dos créditos concedidos a seus compradores, desde que decorrentes, exclusivamente, dos riscos indicados e definidos no contrato de seguro. São asseguradas somente às pessoas jurídicas, que comercializam seus produtos para outras pessoas jurídicas. É definido como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Dentro do risco de seguro de crédito, destaca-se o risco de subscrição, que é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na análise e na aceitação, exame e aprovação do objeto segurável, no caso da Coface Seguros, os "recebíveis" dos segurados. Outros riscos também podem afetar os objetivos e resultados da Seguradora, que são: • Risco de aprovação de coberturas que impliquem em aumento do risco da apólice de seguro de crédito. • Risco de subscrição inapropriada dos limites de crédito dos compradores. • Risco de elaboração de políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Risco de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas. **a) Mitigadores do risco de aceitação do seguro**: A apólice é estruturada a partir de uma análise da carteira de clientes do segurado, onde são verificados os limites de crédito que podem ser concedidos de acordo com o perfil individual da Empresa (comprador). Os limites concedidos são constantemente monitorados pela nossa área de riscos. Antes da emissão, também são avaliadas as condições de cobertura de cada apólice considerando-se os principais aspectos: a perda histórica do Segurado, a expectativa de sinistros, o risco do País, o setor de atividade, entre outros parâmetros. O produto oferecido pela Seguradora inclui não apenas cobertura por perdas incorridas, como também serviço de cobrança para prevenção e diminuição de perdas e assistência no desenvolvimento de uma base de clientes rentáveis. Um dos elementos-chave da política de subscrição é a participação do segurado no risco coberto pela Apólice, sendo o objetivo primordial do seguro de crédito evitar prejuízos na medida do possível, buscando o interesse comum do segurado e da Seguradora. Este parâmetro visa manter o interesse do segurado na adequada seleção de seus riscos, assim como no resultado das ações judiciais e extrajudiciais. Os prêmios das apólices são fixados baseados num balanceamento entre a experiência de perdas reais do segurado e a estatística de perdas para o perfil de uma população de segurados com características semelhantes. As taxas de prêmios são calculadas a partir da mensuração mais individual e fidedigna possível da expectativa de sinistros para o período de cobertura da apólice. A apólice, desenhada em formato de módulos, permite uma melhor mensuração de determinada cobertura em razão dos riscos apurados estatística e historicamente para determinados segmentos ou linha de negócios. Os prêmios são revisados com base na experiência de perdas reais do contrato e na ponderação pelo risco gerado na época da renovação. A subscrição comercial ou tarifação da Coface Seguros está baseada nos mesmos critérios utilizados pelo grupo COFACE, controlador da Seguradora, que detém longa experiência mundial nesta modalidade de seguros, sendo os critérios por ela utilizados, amplamente testados ao longo dos seus mais de 70 anos de existência de sua controladora, o que resulta em consagrada aceitação de seus critérios de subscrição pelos principais resseguradores mundiais. A experiência do Grupo COFACE, por meio de sua base estatística e modelos atuariais, que representados por meio de ferramenta corporativa, são utilizados pela Seguradora na definição da taxa indicativa da perda estatística esperada por setor de atividade e País. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador - SUSEP e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Os procedimentos de recuperação começam imediatamente após o aviso de inadimplência, visando à gestão da cobrança pela Seguradora. Para cobrança internacional é utilizada a rede de cobrança, composta por correspondentes internos do grupo COFACE em diversos países, como também as agências de cobrança internacional e rede de advogados especializados em cobrança judicial. Adicionalmente, a Seguradora mantém um portfólio de clientes com uma carteira pulverizada e diversificada, de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade que pode ser causado pela inadimplência de um determinado devedor, uma desaceleração em qualquer indústria em particular ou um evento adverso de crédito em um dos países com os quais trabalha. Além disso, as apólices de seguro contêm cláusulas permitindo que limites de crédito venham a ser reduzidos durante a vigência do contrato. Consequentemente, os riscos dos devedores podem ser extintos ou reduzidos de forma relativamente rápida em caso de deterioração da solvência do devedor. **b) Mitigadores do risco de subscrição**: Os "Underwriters" da Seguradora analisam, individualmente, o risco de cada um dos compradores apresentados pelo segurado e estabelecem um nível de exposição máxima para ele. O portfólio de seguro de crédito consiste, basicamente, de riscos de curto prazo, cuja duração máxima do crédito raramente excede os 180 dias. A Seguradora tem em todos os momentos a

chamado Atlas, utilizado por todas as unidades do grupo COFACE no mundo. A utilização de tal sistema garante à Seguradora grande vantagem no sentido de gerenciamento de risco de crédito global, proporcionando a oportunidade de verificar o comportamento de uma determinada empresa e/ou se suas controladoras e subsidiárias em todo o mundo, resultando numa gestão de riscos de subscrição mais efetiva. Após um período de formação, que inclui um treinamento in loco com os especialistas globais da Seguradora no México, é concedida a cada "Underwriter" da Seguradora uma alçada de aprovação pessoal e intransferível. As decisões acima desses limites individuais são apreciadas por dois "Underwriters" em conjunto ou até mesmo pelo Comitê Global de "Underwriting", realizado na matriz, dependendo dos valores envolvidos. Para as tomadas de decisão de crédito analisa-se não somente as empresas para as quais foram solicitados limites de crédito, mas toda ramificação de suas controladoras e subsidiárias. Para cada um dos riscos segurados da carteira são concedidos pontos que avaliam o nível de sua saúde financeira, medem a qualidade do risco e a probabilidade de insolvência, consistindo no rating do comprador. As análises de crédito baseiam-se em informações como: financeiras, comerciais, setor de atividade, bancárias e o país no qual o comprador é domiciliado. **c) Mitigadores do risco de resseguro**: O principal risco assumido pela Seguradora é o de que a frequência e severidade dos sinistros aos segurados sejam maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro firmados consideram condições não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A Seguradora a partir de 2017 passou a operar o resseguro junto a Munich Re que detém o rating AA emitido pela Fitch Ratings em junho de 2021. Temos também relacionamento operacional com o IRB-Brasil Re, classificado como risco A- (dezembro/2021) pela A.M. Best Co. **d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes**: Por fim, como forma de mitigar o risco de constituir provisões insuficientes, é realizada, anualmente, teste de consistência conforme determinação da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores que possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. Adicionalmente, tem-se o teste de adequação de passivos, efetuado a cada data de balanço de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores que determina se há necessidade de constituição adicional de provisões em relação aos passivos de seguro já registrados na data-base. **4.2.1. Exposição dos limites de crédito**: As exposições dos limites de crédito aprovados pela Seguradora aos compradores dos segurados são analisadas a fim de monitorar a concentração dos riscos nos segmentos de atuação dos segurados. O gráfico, abaixo, mostra a concentração de risco no âmbito do negócio baseado no valor de importância segurada bruta de resseguro na data-base de 31 de dezembro de 2021.

Sensibilidade do risco de seguro

É efetuada para demonstrar os impactos que podem ser gerados sobre o resultado e patrimônio líquido, no caso de alterações de premissas ou variáveis nos contratos vigentes na Seguradora. Testes de sensibilidade utilizam-se de projeções e variáveis, que apesar de serem baseadas em experiências passadas, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste realizado levou em consideração a variação, nos sinistros retidos no exercício para mais em 30 pontos percentuais, demonstrando o impacto no resultado e patrimônio líquido da Seguradora.

Ano	Variação de sinistros ocorridos (líquidos de resseguro)	Variação líquida de impostos
Em 31 de dezembro de 2021	(1.824)	(1.003)
Em 31 de dezembro de 2020	(7.463)	(4.478)

4.3. Gestão de risco de seguros: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Seguradora gerar, por meio do curso normal do negócio bem como como gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente a Seguradora adota a política corporativa do grupo COFACE para a gestão de caixa e investimentos. A política mencionada define as regras de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação e descrição dos produtos dentre outros aspectos. Sendo assim, para mitigação dos riscos financeiros significativos, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa considerando as disponibilidades e obrigações de curto prazo bem como o portfólio de ativos financeiros. De acordo com as políticas corporativas do grupo COFACE, às quais a Seguradora está submetida, o perfil de investimentos se limita a opções de baixo e baixíssimo risco. Além disso, são efetuados acompanhamentos mensais dos índices de liquidez definidos pela SUSEP tais como: Margem de Solvência, Suficiência de Capital, Ativos Financeiros x Provisões Técnicas. A tabela, a seguir, apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	31/12/2021				
Ativos financeiros	Sem vencimento definido	Vencidos	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Caixa e bancos	8.034	–	–	–	8.034
Aplicações (i)	8.265	–	185.781	30.247	224.293
Prêmios a receber (ii)	–	4.651	143.689	8.358	156.698
Operações com resseguradoras	–	–	38.318	–	38.318
Outros créditos operacionais	–	–	62	–	62
Ativos de resseguros - provisões técnicas (ii)	–	–	32.573	595	33.168
Créditos tributários e previdenciários	–	–	8.601	2.971	11.572
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	–	745	745
Outros Valores e bens	–	–	–	1.094	1.095
Total	16.299	4.651	409.024	44.010	473.984

(i) Fundo de investimentos financeiro alocado "sem vencimento". (ii) Os prêmios relativos a riscos vigentes e não emitidos, no montante de R$72.872, foram alocados,

coface

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

31/12/2021

Passivos Financeiros	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Obrigações, outras contas a pagar	69.912	–	69.912
Impostos, contribuições e encargos	24.399	–	24.399
Prêmios a restituir	53	–	53
Operações com resseguradoras	120.753	–	120.753
Corretores de seguros e resseguros	16.713	1.184	17.897
Outros débitos operacionais	6.232	–	6.232
Depósitos de terceiros	4.107	–	4.107
Provisões técnicas seguros (i)	154.120	8.472	162.592
Provisões judiciais	–	2.044	2.044
Débitos diversos	342	787	1.129
Total	396.631	12.487	409.118

(i) O montante de R$31.968 é referente a PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR, foi alocada na faixa a vencer em até 1 ano.

31/12/2020

Ativos Financeiros	Sem vencimento definido	Vencidos	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Caixa e bancos	8.883	–	–	–	8.883
Aplicações (i)	7.659	–	31.233	110.951	149.843
Prêmios a receber (ii)	–	3.471	117.324	7.494	128.289
Operações com resseguradoras	–	–	23.605	–	23.605
Ativos de resseguros - provisões técnicas (ii)	–	–	43.752	516	44.268
Créditos tributários e previdenciários	–	–	2.472	2.747	5.219
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	–	693	693
Total	16.542	3.471	218.386	122.401	360.800

(i) Fundo de investimentos financeiro alocado "sem vencimento" (ii) Os prêmios relativos a riscos vigentes e não emitidos, no montante de R$59.277, foram alocados integralmente na faixa a vencer em até 1 ano em prêmios a receber assim como os valores relativo a IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico no montante total de R$10.598 em ativos de resseguros.

31/12/2020

Passivos Financeiros	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
Obrigações, outras contas a pagar	32.256	–	32.256
Impostos, contribuições e encargos	6.547	–	6.547
Prêmios a restituir	51	–	51
Operações com resseguradoras	86.790	–	86.790
Corretores de seguros e resseguros	14.580	991	15.571
Outros débitos operacionais	6.257	–	6.257
Depósitos de terceiros	2.807	–	2.807
Provisões técnicas seguros (i)	149.118	7.841	156.959
Provisões judiciais	–	582	582
Total	298.406	9.414	307.820

(i) O montante de R$45.056 é referente a PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR, foi alocada na faixa a vencer em até 1 ano. **4.4. Gestão de risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado tais como risco de taxa de juros e risco na taxa de câmbio, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, considerando-se que a natureza do próprio negócio, por envolver, em parte, a securitização de recebíveis em moeda estrangeira, representa um risco elevado às variáveis de mercado. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo grupo COFACE e aprovados localmente pelo Conselho de Administração. Diariamente a Administração monitora a performance das suas posições bem como acompanha por meio de boletins dos seus bancos parceiros quais as projeções de curto e longo prazo para as posições cambiais e de taxa de juros do mercado. Assim sendo, a exposição a riscos cambiais na forma de investimentos não é permitida, exceto quando na existência de passivo também na mesma moeda, o que de fato ocorre nas nossas operações. Esse tipo de operação tem por finalidade criar cobertura cambial a eventuais oscilações negativas. Sempre que existe uma necessidade renovada de aumento material das posições para efeito de cobertura cambial, a decisão é apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração. No que tange a exposição ao risco de taxa de juros, busca-se alocar ativos financeiros em portfólios de baixo risco. Segundo a política de investimentos do grupo COFACE, não existem limitações quanto ao percentual investido em títulos do Governo Brasileiro. 4.4.1. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) e (iii) taxa de câmbio em relação ao dólar americano em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. As definições dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade são: a elevação ou redução de 20% na taxa Selic como também a elevação ou redução de 20% na variação cambial. O índice de rentabilidade que a Seguradora apurou nos seus saldos de investimentos financeiros são: fundo VIP Cambial 179,5% do CDI no exercício de 2021 e carteira administrada, composta por títulos públicos - LFT e NTN, 94,6% do CDI no exercício de 2021 (107,6% do CDI em 2020). A tabela, abaixo, demonstra os impactos nas aplicações financeiras em 2021 com relação à variação da taxa SELIC e do dólar:

31/12/2021

Premissas	Aplicação financeira	Variação %	Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
Aumento do CDI	LFT - Letra do tesouro nacional	20% da Selic	873	524
Aumento do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	366	220
Aumento do USD	Fundo VIP cambial	20% do dólar	130	78

Premissas	Aplicação financeira	Variação %	Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
Redução do CDI	LFT - Letra do tesouro nacional	20% da Selic	(1.629)	(977)
Redução do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	(349)	(209)
Redução do USD	Fundo VIP cambial	20% do dólar	(130)	(78)

4.5. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletivo, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, com rating mínimo de BBB, recomendadas por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. De acordo com a política de investimentos, não existem limitações para investimentos em títulos públicos do governo brasileiro, entretanto, os mesmos devem ser evitados se possuírem vencimentos superiores a três anos. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2021 distribuídos por rating de crédito obtido junto a agência de rating Fitch Ratings. Os ativos classificados na categoria "Sem Rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

31/12/2021

Ativos financeiros/rating	BB	Sem rating	Total
Disponíveis para a venda	192.655	–	192.655
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/NTN (i)	192.655	–	192.655
Negociação	8.264	–	8.264
Fundo de Investimento Financeiro (ii)	8.264	–	8.264
Mantido até o vencimento	23.373	–	23.373
Time deposit (ii)	23.373	–	23.373
Caixa e bancos	8.034	–	8.034
Prêmios a receber de segurados	–	156.698	156.698
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]

31/12/2020

Ativos financeiros/rating	BB	Sem rating	Total
Disponíveis para a venda	134.359	–	134.359
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/NTN (i)	134.359	–	134.359
Negociação	7.659	–	7.659
Fundo de Investimento Financeiro (ii)	7.659	–	7.659
Mantido até o vencimento	7.825	–	7.825
Time deposit (ii)	7.825	–	7.825
Caixa e bancos	8.883	–	8.883
Prêmios a receber de segurados	–	128.289	128.289
Total	158.726	128.289	287.015

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial. **4.6. Gestão capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. O capital mínimo requerido (CMR) para o funcionamento das seguradoras é constituído como o máximo, entre o capital base (montante fixo de capital) e um capital de risco (CR) baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional (valor variável) e de mercado. Este capital mínimo requerido visa garantir os riscos inerentes às operações. Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e a qualidade de cobertura do CMR deverá atender aos seguintes requisitos: **a)** no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1. **b)** no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3. **c)** no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido	88.806	71.051
(–) Despesas antecipadas	(195)	(210)
(–) Créditos tributários - prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - nota 9	–	(797)
(–) Outros investimentos	(246)	(246)
(–) Ativo intangível	(3.714)	(3.000)
Patrimônio líquido ajustado (A)	84.651	66.798
Capital-base (I)	8.100	15.000
Capital de risco (II) - (C)	26.128	23.777
Capital de risco de subscrição	21.910	20.371
Capital de risco de crédito	3.957	2.476
Capital de risco operacional	1.192	1.000
Capital de risco de mercado	2.544	3.225
Deflator em função da correlação entre os riscos	(3.475)	(3.295)
Capital mínimo requerido (B) - (maior entre I e II)	26.128	23.777
Suficiência de capital (A) - (B)	58.523	43.021

31/12/2021

Nível de PLA	PLA	CMR cobertura	PLA final	PLA/CMR
Nível 1	102.679	13.064	102.679	786%
Nível 2	54.800	–	54.800	N/A
Nível 3	4.155	3.920	4.155	106%
Nível 2 + 3	58.955	13.064	58.955	451%

4.7. Risco operacional: A Seguradora define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A COFACE na França estruturou uma área global de *Risk Management* responsável por desenvolver procedimentos para mitigação dos riscos operacionais, como identificação de riscos, captura de incidentes e perdas, gestão das políticas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos e testes periódicos nos controles internos. Em nível local, o gestor de riscos, sob a supervisão do principal executivo da Seguradora, tem por objetivo implementar o programa de gestão de riscos, em conformidade com as normas locais e orientações da matriz, garantindo o cumprimento dos requerimentos das autoridades locais. A Auditoria Interna, como terceira linha independente, executa um plano de auditoria anual, recomendando melhorias, quando aplicáveis. Para melhorar o conhecimento dos riscos operacionais e os controles internos em todas as suas entidades, o grupo COFACE desenvolveu mundialmente um programa de Controles Internos, no sistema Enablon, aplicável à Seguradora, com o objetivo de alcançar: • Uniformidade dos controles entre as entidades, agregando sinergia entre as regiões e países. • Aculturamento acerca de riscos e controles, considerando que os controles são formalizados pela primeira e segunda linha no sistema Enablon. • Transparência do ambiente de controle e gestão de riscos, sendo formalizados as avaliações e planos de ação em sistema. O Grupo COFACE implementou um sistema de controle e gerenciamento de risco baseado na governança transparente. O processo de gerenciamento de risco se aplica tanto ao nível estratégico e aos vários níveis operacionais necessários para a condução das atividades. Seu objetivo é identificar eventos potenciais que podem afetar negativamente o Grupo COFACE e usada para gerenciar riscos dentro dos limites e indicadores definidos em nosso "apetite de risco". A gestão dos controles internos da organização compreende o programa e os respectivos procedimentos que incluem as políticas estabelecidas pela Seguradora para ajudar a alcançar o seu objetivo de garantir, tanto quanto possível a adequação das políticas internas e legislação vigente, a salvaguarda dos seus ativos, a prevenção e detecção de lavagem de dinheiro, fraudes e erros e a correção e completude dos registros contábeis. O procedimento de identificação de riscos é uma das mais importantes ferramentas do Programa de Controles Internos da Seguradora e tem o objetivo de identificar quais os riscos que podem afetar o desempenho dos respectivos processos para que então sejam implementados controles internos mais rígidos desenvolvidos para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos. Adicionalmente, o sistema de controle interno, liderado pelo Departamento de Risco do Grupo, é baseado em mapeamento de risco exaustivo de acordo com as cinco principais categorias de risco identificadas, com foco nos riscos operacionais e de não conformidade. O sistema é organizado em um Programa de três níveis de Controles, sendo: *Controle de Nível 1* são controles atribuídos as linhas de negócios, com base em procedimentos de aplicação operacional, são os controles diários que todos devem praticar ao realizar suas respectivas tarefas. O *Controle de Nível 2* são os controles permanentes atribuídos a Gestão de Riscos ou Compliance a depender do risco, visando otimizar os processos e controles internos. O *Controle de Nível 3* são os controles periódicos atribuídos ao departamento de Auditorias Interna. **4.8. Risco legal e de "compliance":** A Seguradora considera como Risco Legal a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. A Seguradora é obrigada a respeitar os princípios gerais relativos a sigilo comercial imposto na apólice. O risco de "Compliance" vai além do conceito do risco operacional, contemplando o risco legal, associado a sanções, perdas financeiras ou de reputação em razão de descumprimento de dispositivos legais - aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas de mercado - e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Tal risco também está associado a práticas inadequadas de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Dentro do escopo do programa de "compliance", destacamos a utilização dentro de nossos processos internos de verificação de clientes, o uso de uma ferramenta que a partir da razão social da empresa (futuro segurado) e dos nomes, como controladores, administradores, procuradores, busca informações negativas em diversas bases de dados utilizadas mundialmente por instituições financeiras, os quais são constantemente atualizadas. A ferramenta contempla a busca de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), empresas e pessoas envolvidas com lavagem de dinheiro e fraudes, informações relacionadas a crimes como terrorismo, entre outros, conforme determina a legislação da Susep vigente. Somente após a passagem pelos filtros dos processos internos é que a empresa torna-se um segurado ou tem seu contrato renovado. Para mitigar as perdas financeiras decorrentes de falhas no cumprimento de aplicação de normas, a área de "Compliance" adota controles no sentido de identificar novos normativos expedidos pelas autoridades regulatórias e acompanhar sua implementação dentro da Seguradora. Para a mitigação de risco legal, por meio da constituição do seu departamento Jurídico, a Seguradora revisa e aprova todos os contratos celebrados, além de gerenciar os processos judiciais, bem como redigir e controlar contratos de sigilo. Adicionalmente mantemos uma apólice de seguro de D&O - "Directors and Officers" a fim de nos proteger de eventuais ocorrências em que um risco se reverta em realidade. A Seguradora está primordialmente sujeita às disposições e regulamentações da SUSEP, assim como dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Sendo uma Empresa que possui grande parte de seu capital pertencente a uma multinacional, deve se enquadrar dentro das exigências, desde que não contradigam os requerimentos locais, do Código de Seguros Francês, do Departamento do Tesouro do Ministério Francês das Finanças e da "Autorité des Contrôle Assurances et des Mutuelles", ou ACAM, autoridade de supervisão francesa de seguros. A SUSEP, como órgão independente de supervisão, determina que as entidades supervisionadas cumpram todos os requisitos legais e regulamentares estabelecidas para o ramo de seguros que operam. Também é responsável por verificar que as seguradoras podem honrar seus compromissos junto a seus segurados a qualquer momento e que eles atendem as margens de solvência exigidas.

5. APLICAÇÕES

Tipo	Sem vencimento	Acima 365 dias	Até 365 dias	Em 31 de dezembro de 2021 Valor contábil/justo	Custo atualizado	%	Em 31 de dezembro de 2020 Valor contábil/justo	Custo atualizado	%
Disponível para a venda									
Títulos do Tesouro Nacional	–	30.247	162.409	192.656	193.079	86%	134.359	133.306	90%
Negociação									
Fundo investimento financeiro	8.264	–	–	8.264	8.264	4%	7.659	7.659	5%
Mantidos até o vencimento									
Time deposit	–	–	23.373	23.373	23.373	10%	7.825	7.825	5%
Total	8.264	30.247	185.782	224.293	224.716	100%	149.843	148.790	100%

A totalidade das aplicações financeiras títulos públicos encontram-se vinculadas à SUSEP para cobertura das provisões técnicas. O ajuste a valor justo, em 31 de dezembro de 2021, bruto de imposto de renda e contribuição social é de R$(423) (R$1.053 em 31 de dezembro de 2020).

Movimentação de aplicações financeiras	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Saldo das aplicações financeiras no início do exercício	149.843	82.757
Valor justo por meio do resultado		
Quota de fundo de investimento		
(Saldo da incorporada	–	4.916
Aplicações	–	2.880
Rendimento - nota 18g	605	(137)
Variação	605	7.659
Disponível para venda		
Letras financeiras do tesouro nacional		
Saldo da incorporada	–	29.330
(Aplicações	97.726	69.343
Resgates	(40.319)	(50.865)
Rendimento - nota 18g	6.632	2.544
Ajuste ao valor justo	144	(144)
Variação	64.183	50.208
Notas do tesouro nacional		
Resgates	(6.046)	–
Rendimento - nota 18g	1.781	1.368
Ajuste ao valor justo	(1.621)	26
Variação	(5.886)	1.394
Mantido até o vencimento		
Time deposit		
Aplicações	35.106	15.083
Resgates	(20.734)	(7.063)
Rendimento - nota 18g	88	31
Variação cambial - nota 18g	1.088	(226)
Variação	15.548	7.825
Saldo das aplicações financeiras no fim do exercício	224.293	149.843

Hierarquia do valor justo das aplicações financeiras

A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2021	31/12/2020
	Nível 1	Nível 1
Disponível para venda	192.656	134.359
Negociação	8.264	7.659
	Nível 2	Nível 2
Mantidos até o vencimento	23.373	7.825
Total	224.293	149.843

Desempenho

A Administração mensura o desempenho da rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2021, o desempenho dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 54,1% no acumulado do exercício (39,7%

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2021	31/12/2020
Composição:		
Prêmios a receber de segurados (i)	158.250	129.802
Operações com resseguradoras	39.170	24.457
Total	197.420	154.259
Provisão para riscos de créditos sobre:		
Prêmios a receber de segurados	(1.552)	(1.513)
Operações com resseguradoras	(852)	(852)
Total	(2.404)	(2.365)
Total circulante e não circulante	195.016	151.894

(i) O período médio de parcelamento oferecido pela Seguradora para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 4 parcelas.

Prêmios a receber por vencimento

	Total 31/12/2021	Doméstico 31/12/2021	Exportação 31/12/2021	Doméstico 31/12/2020	Exportação 31/12/2020
Prêmios a vencer	152.509	126.832	25.677	100.494	24.632
De 1 a 30 dias	88.204	73.260	14.944	55.490	14.985
De 31 a 60 dias	8.039	7.102	937	7.935	932
De 61 a 120 dias	19.677	16.796	2.881	12.847	2.827
De 121 a 180 dias	11.115	8.478	2.637	5.386	2.262
De 181 a 365 dias	17.116	14.425	2.691	12.795	2.173
Superior a 365 dias	8.358	6.771	1.587	6.041	1.453
Prêmios vencidos	5.741	3.572	2.169	3.240	1.436
De 1 a 30 dias	3.757	2.479	1.278	2.950	471
De 31 a 60 dias	1.059	833	226	141	240
De 61 a 120 dias	126	17	109	–	272
De 121 a 180 dias	78	78	–	42	87
De 181 a 365 dias	210	58	152	–	1
Superior a 365 dias	511	107	404	107	365
Total circulante e não circulante	158.250	130.404	27.846	103.734	26.068

Movimentação de prêmios a receber

	Total 31/12/2021	Doméstico 31/12/2021	Exportação 31/12/2021	Doméstico 31/12/2020	Exportação 31/12/2020
Prêmios a receber no início do exercício	129.802	103.734	26.068	98.150	–
(+) Acervo líquido SBCE	–	–	–	–	18.365
(+) Prêmios emitidos	217.608	191.066	26.542	128.802	29.185
(–) Prêmios cancelados	(21.108)	(18.860)	(2.248)	(13.857)	(1.615)
(+/–) Variação cambial	1.418	–	1.418	–	(471)
(–) Recebimento	(170.357)	(146.423)	(23.934)	(109.983)	(19.396)
(+/–) IOF sobre prêmios	887	887	–	622	–

coface

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

— continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Movimentação da provisão para riscos sobre créditos

	Total 31/12/2021	Doméstico 31/12/2021	Exportação 31/12/2021	Doméstico 31/12/2020	Exportação 31/12/2020
Saldo no início do exercício	(1.513)	(158)	(1.355)	(256)	–
(+) Acervo líquido SBCE	–	–	–	–	(1.582)
(+) Ajustes estimativas	(58)	–	(58)	–	406
(+) Constituições do exercício	(1.023)	(359)	(664)	(58)	(989)
(–) Reversões do exercício	1.042	59	983	156	810
Saldo no final do exercício	(1.552)	(458)	(1.094)	(158)	(1.355)

7. OPERAÇÕES DE RESSEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

Descrição	Total 31/12/2021	Doméstico 31/12/2021	Exportação 31/12/2021	Doméstico 31/12/2020	Exportação 31/12/2020
Operações com resseguradoras - Ativo	38.318	30.986	7.332	11.759	11.846
Recuperação de sinistros pagos	26.665	21.588	5.077	6.538	3.786
Recuperação de despesas pagas	3.296	2.822	474	225	349
Recuperação de excedente técnico	8.151	6.390	1.761	4.810	7.691
Outros créditos	206	186	20	186	20
Ativos de resseguros - provisões técnicas	33.168	25.520	7.648	34.086	10.182
Provisão de sinistros a liquidar (PSL) - Nota 13b	9.383	8.874	509	11.121	4.408
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - Nota 13b	5.106	4.511	595	9.063	1.941
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	575	440	135	817	175
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) - Nota 13b	14.119	8.713	5.406	10.363	2.486
Provisão de excedente técnico (PET)	3.985	2.982	1.003	2.722	1.172
Operações com resseguradoras - Passivo	120.753	93.444	27.309	69.282	17.508
Prêmios de resseguro	52.274	40.229	12.045	33.976	4.743
Adiantamento de sinistro	36.996	28.394	8.602	14.834	7.127
Outros débitos - ressarcimento	31.483	24.821	6.662	20.472	5.638
Outros débitos operacionais - Passivo	6.232	3.259	2.973	2.852	3.405
Valores de ressarcimento a classificar	6.232	3.259	2.973	2.852	3.405

a) Resultado das operações com resseguro (ganhos e perdas)

Descrição	Total 31/12/2021	Doméstico 31/12/2021	Exportação 31/12/2021	Doméstico 31/12/2020	Exportação 31/12/2020
Receitas (despesas) com resseguros	(6.195)	(1.647)	(4.548)	18.016	5.850
Recuperações de avisos e despesas de sinistros	(2.262)	1.467	(3.729)	10.885	4.428
Estimativa de ressarcidos sobre PSL	710	552	158	466	(159)
IBNeR sobre recuperação de sinistro	1.739	1.324	415	233	(353)
Provisão para despesas relacionadas sobre PSL e IBNR	(483)	(437)	(46)	272	187
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(5.899)	(4.553)	(1.346)	6.160	1.747
Despesas com resseguros	(50.793)	(34.796)	(15.997)	(33.739)	(4.064)
Prêmios líquidos cedidos em resseguro	(46.789)	(31.386)	(15.403)	(15.797)	(1.155)
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.313	(1.649)	2.962	(15.526)	(1.693)
Ressarcimento de resseguros	(4.769)	(4.350)	(419)	(4.918)	(878)
Outros	(548)	2.589	(3.137)	2.502	(338)
Resultado operacional de resseguros	(56.988)	(36.443)	(20.545)	(15.723)	1.786

b) Prêmios de resseguro - Carteiras: A Seguradora possui contrato de resseguro de excesso de danos. **c) Percentual ressegurado:** O nível de cessão de riscos em resseguros atingiu o patamar de 23,81% da carteira no período analisado (11,90% em 31 de dezembro de 2020). **d) Discriminação dos resseguradores:** A Seguradora manteve, até dezembro de 2016, contrato de cessão de resseguros junto a um dos resseguradores locais - IRB- Brasil RE, cujo rating é A- emitida pela classificadora de risco A.M. Best (dezembro de 2021). A partir de 2017, iniciou relacionamento operacional com a Munich Re que globalmente possui rating AA emitido pela Fitch em junho de 2021.

8. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a funcionários	221	286
Créditos a receber - rateio (nota 19)	3.212	2.278
Total	3.433	2.564

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL - antecipações e restituições	8.601	2.472
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	2.971	1.950
IRPJ e CSLL sobre prejuízos e base negativa	–	797
Total	11.572	5.219

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias estão fundamentadas em estudo técnico que levam em consideração projeção de resultados, quando aplicável. Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem principalmente de provisões temporárias de despesas, ajustes de marcação a mercado das aplicações e demais provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao prazo previsto da realização da despesa efetiva e/ou desfecho das ações em andamento.

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR/OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a pagar	6.067	261
Gratificação, participação nos lucros e outros	4.183	2.375
Partes relacionadas - nota 20	59.662	29.620
Total	69.912	32.256

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Aging	01 a 60	Acima 180	Total
Prêmios e emolumentos	4.091	16	4.107

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	11.079	359
Contribuição social	7.834	224
COFINS	581	490
PIS	94	80
Outros - MTM	(169)	421
Total	19.419	1.574

13. PROVISÕES TÉCNICAS

a) Danos

Descrição	Total 31/12/2021	Doméstico 31/12/2021	Exportação 31/12/2021	Doméstico 31/12/2020	Exportação 31/12/2020
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG) - nota 13b	107.156	87.706	19.450	69.314	19.590
Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - (PSL/IBNeR) - nota 13b	22.996	19.962	3.034	23.119	8.737
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - nota 13b	12.765	11.277	1.488	18.122	3.881
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.366	1.085	281	1.646	353
Provisão com excedente técnico - PET	18.309	13.532	4.777	8.462	3.735
Total	162.592	133.562	29.030	120.663	36.296

b) Movimentação das principais provisões técnicas

Bruto de resseguros	Ramo	31/12/2020	Constituição	Reversão/ Ajuste	Pagamento	Variação cambial	31/12/2021
Provisão prêmios não ganhos riscos	Doméstico	69.313	191.066	(172.673)	–	–	87.706
vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	Exportação	19.590	26.542	(27.759)	–	1.077	19.450
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	Doméstico	23.118	25.660	(10.836)	(17.980)	–	19.962
	Exportação	8.736	4.060	(7.357)	(2.822)	417	3.034
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Doméstico	18.122	3.663	(10.508)	–	–	11.277
	Exportação	3.882	1.351	(3.745)	–	–	1.488
Provisão despesas relacionadas PDR	Doméstico	1.646	2.458	(1.006)	(2.013)	–	1.085
	Exportação	353	783	(624)	(252)	21	281
Provisão excedente técnico PET	Doméstico	8.462	18.962	(6.458)	(7.434)	–	13.532
	Exportação	3.737	2.681	(733)	(912)	4	4.777
	Total	156.959	277.226	(241.699)	(31.413)	1.519	162.592

Resseguros	Ramo	31/12/2020	Constituição	Reversão/ Ajuste	Pagamento	Variação cambial	31/12/2021
Provisão prêmios não ganhos riscos	Doméstico	10.362	17.425	(19.074)	–	–	8.713
vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	Exportação	2.487	9.809	(6.847)	–	(43)	5.406
Provisão sinistros a liquidar e sinistros	Doméstico	11.119	4.278	(1.734)	(4.789)	–	8.874
ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	Exportação	4.409	(322)	(2.860)	(927)	209	509
Provisão sinistros ocorridos e não	Doméstico	9.063	1.895	(6.447)	–	–	4.511
avisados - IBNR	Exportação	1.941	674	(2.020)	–	–	595
Provisão despesas relacionadas PDR	Doméstico	818	116	246	(740)	–	440
	Exportação	175	215	(245)	(30)	20	135
Provisão excedente técnico PET	Doméstico	2.722	631	(371)	–	–	2.982
	Exportação	1.172	169	(338)	–	–	1.003
	Total	44.268	23.017	(27.817)	(6.486)	186	33.168

c) Custo de aquisição diferido

Bruto de resseguros	Ramo	31/12/2020	Constituição	Reversão Ajuste	Variação cambial	31/12/2021
Custo de aquisição diferido	Doméstico	8.521	82.754	(80.698)	–	10.577
	Exportação	2.058	16.895	(16.957)	124	2.120
	Total	10.579	99.649	(97.655)	124	12.697

d) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do

Sinistros brutos de resseguro

Montante estimado para o sinistro	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
						Ano de aviso do sinistro		
No ano do aviso	509.046	89.931	34.483	25.742	52.282	41.249	19.306	–
Um ano após o aviso	397.797	75.816	32.526	21.326	47.717	30.617	–	–
Dois anos após o aviso	385.254	71.039	32.439	20.610	46.554	–	–	–
Três anos após o aviso	383.648	65.091	32.465	20.606	–	–	–	–
Quatro anos após o aviso	381.483	64.993	32.569	–	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso	380.429	64.824	–	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso	378.020	–	–	–	–	–	–	–
Estimativas dos sinistros	378.020	64.824	32.569	20.606	46.554	30.617	19.306	592.496
Incorporação SBCE	–	412	778	123	4.228	4.678	–	10.219
Oscilação cambial	–	(145)	32	(34)	(46)	(209)	13	(389)
(–) Pagamentos	(374.780)	(64.260)	(30.610)	(19.949)	(50.645)	(27.709)	(4.798)	(572.751)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2021 (i)	3.240	831	2.769	746	91	7.377	14.521	29.575

(i) O montante de R$(6.579), referente às operações de retrocessão, estimativa de ressarcimento e de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro.

Sinistros líquidos de resseguro

Montante estimado para o sinistro	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
						Ano de aviso do sinistro		
No ano do aviso	187.703	40.273	19.741	13.751	20.507	24.438	15.737	–
Um ano após o aviso	162.477	36.369	17.860	11.628	17.933	19.884	–	–
Dois anos após o aviso	158.193	35.557	17.726	11.140	17.430	–	–	–
Três anos após o aviso	157.726	35.100	17.678	11.136	–	–	–	–
Quatro anos após o aviso	157.727	35.012	17.678	–	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso	157.241	34.860	–	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso	156.787	–	–	–	–	–	–	–
Estimativas dos sinistros	156.787	34.860	17.678	11.136	17.430	19.884	15.737	273.512
Incorporação SBCE	–	371	596	123	2.863	3.527	–	7.480
Oscilação cambial	–	(131)	19	(34)	(65)	(191)	13	(389)
(–) Pagamentos	(156.113)	(34.643)	(16.995)	(10.925)	(20.156)	(19.920)	(4.500)	(263.252)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2021 (i)	674	457	1.298	300	72	3.300	11.250	17.351

(i) O montante de R$(3.736), referente às operações de retrocessão, estimativa de ressarcimento e de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro.

Sinistros pagos brutos de resseguro

Montante indenizado dos sinistros	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
						Ano de aviso do sinistro		
No ano do aviso	140.161	28.822	19.564	13.566	14.352	14.492	4.798	235.755
Um ano após o aviso	352.460	56.601	28.985	19.880	48.321	27.709	–	533.956
Dois anos após o aviso	369.503	63.170	30.527	19.949	50.645	–	–	533.794
Três anos após o aviso	371.518	63.945	30.610	19.949	–	–	–	486.022
Quatro anos após o aviso	372.488	63.989	30.610	–	–	–	–	467.087
Cinco anos após o aviso	373.902	64.260	–	–	–	–	–	438.162
Seis anos após o aviso	374.470	–	–	–	–	–	–	374.470
Sete anos ou mais após o aviso	374.780	–	–	–	–	–	–	374.780
Total dos sinistros pagos	374.780	64.260	30.610	19.949	50.645	27.709	4.798	572.751

Sinistros pagos líquidos de resseguro

Montante indenizado dos sinistros	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
						Ano de aviso do sinistro		
No ano do aviso	68.344	14.334	10.189	5.957	9.370	10.050	4.500	122.744
Um ano após o aviso	146.069	32.581	16.710	10.856	19.694	19.920	–	245.830
Dois anos após o aviso	153.714	34.091	16.983	10.925	20.156	–	–	235.869
Três anos após o aviso	155.232	34.360	16.995	10.925	–	–	–	217.512
Quatro anos após o aviso	155.407	34.400	16.995	–	–	–	–	206.802
Cinco anos após o aviso	155.797	34.643	–	–	–	–	–	190.440
Seis anos após o aviso	155.833	–	–	–	–	–	–	155.833
Sete anos ou mais após o aviso	156.113	–	–	–	–	–	–	156.113
Total dos sinistros pagos	156.113	34.643	16.995	10.925	20.156	19.920	4.500	263.252

14. PROVISÕES JUDICIAIS

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Provisão/(Reversão)	Atualização monetária	Saldo em 1/12/2021
Trabalhista (a)	582	1.354	108	2.044
Sinistro (b)	743	(166)	29	606
Total	1.325	1.188	137	2.650

A Seguradora responde processos judiciais de natureza trabalhista e cível e são avaliados pela área jurídica interna como por consultores externos, e são classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa, tais como: perda remota, possível e provável. Com base nessas avaliações e em conformidade ao CPC 25 é dado o seguinte tratamento contábil: para perdas prováveis efetua-se a provisão; para perdas possíveis é mencionado em nota explicativa e remota não há provisão contábil e menção em nota explicativa. Mensalmente a Seguradora, através de seus advogados, elabora um relatório da evolução das contingências e, quando necessário, tais contingências são prontamente ajustadas a fim de refletir com a maior fidedignidade possível o seu passivo. A estimativa inicial da PSLJ considera os valores esperados de desembolso pela Seguradora, brutos de resseguro, abrangidos pela cobertura do seguro, multiplicado pela probabilidade de perda informadas em cada ação judicial referente a sinistro e que são definidas pelo advogado responsável, baseado na jurisprudência, nas provas produzidas e nas decisões proferidas no decorrer do processo que são calculadas através de estudo atuarial considerando estas variáveis. (a) Existem duas contingências trabalhistas. Os objetos das referidas ações contemplam: equiparação salarial, horas extras, remuneração variável, garantia de emprego, dentre outras solicitações. Ambas classificadas como perda "provável". Não há em 31 de dezembro de 2021 contingências trabalhistas classificadas como perda "possível". (b) As provisões para os sinistros em discussão judicial encontram-se registradas na rubrica "provisões técnicas" no passivo não circulante. Nas constituições encontram-se as atualizações em função das mudanças de probabilidade quando aplicável. Existem 2 ações judiciais em andamento com probabilidade de perda "possível". Ambas as ações os autores requerem o pagamento das indenizações securitárias. Referidos processos tramitam um na Primeira Instância e outro na Segunda Instância. (c) Em 31 de dezembro de 2021, há cinco ações fiscais, sendo uma no âmbito municipal (trata-se de Ação Anulatória visando o cancelamento de débito fiscal de ISS objeto do Auto de Infração n° 124355 - Processo em trâmite na Primeira Instância) e as outras na esfera federal (trata-se de Pedido de Compensação - DCOMP, por meio da qual a empresa compensou crédito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - Processos tramitando em Segunda Instância). O valor do risco envolvendo as 5 ações resultam no montante de R$1.602. Todas as ações são classificadas como perda "possível".

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

A tabela, abaixo, demonstra a movimentação dos depósitos judiciais e fiscais.

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adição/(Baixa)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
Depósito judicial fiscal	497	–	14	511
Depósito judicial trabalhista	196	32	6	234
Total	693	32	20	745

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social no valor de R$48.957 (R$48.957 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscrito e integralizado, sendo R$25.463 em razão do ativo líquido da Sbce incorporado, em 30 de junho 2020, e é representado por 20.537.185 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (20.537.185 em 31 de dezembro de 2020). De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. Em 31 de dezembro de 2021 o grupo francês COFACE FRANÇA detinha 37,003% do capital acionário da Seguradora e a COFINPAR S.A. 62,997%. **b) Reserva de lucros:** Reserva legal: Constituída, ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social.

Reserva estatutária: Destina-se a futuro aumento de capital ou compensação de prejuízos, sendo seu montante limitado ao capital social. **c) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada exercício, deduzido da reserva legal. **d) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Representa a diferença entre o valor de mercado e custo atualizado das aplicações financeiras classificadas como "títulos disponíveis para venda" líquida de impostos. **e) Distribuição de lucros:** Conforme definido no Estatuto Social da Seguradora são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% sobre o Lucro Líquido do exercício ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No exercício de 2021, foram provisionados R$ 5.806 (R$ 189 em 2020) a título de dividendo mínimo obrigatório.

17. RAMO DE ATUAÇÃO

A Seguradora opera somente no seguro de crédito conforme rege o seu estatuto. O índice de sinistralidade, líquido da recuperação de resseguro, foi 5,12% em 2020 (26% em 31 de dezembro 2020), com índice de comissionamento de 17% (18% em 31 de dezembro 2020).

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	31/12/2021	31/12/2020
a) Prêmios emitidos líquidos		
Prêmios emitidos	217.608	157.987
Prêmios cancelados/restituídos	(21.112)	(15.503)
Total	196.496	142.484
b) Sinistros ocorridos		
Constituição de avisos e despesas de sinistros	(9.718)	(38.500)
Ressarcimentos	8.787	8.462
Variação das provisões técnicas - IBNR/IBNeR/PDR	5.816	(12.908)
Total	4.885	(42.946)
c) Custo de aquisição		
Comissões	(22.552)	(17.426)
Variação das despesas de comercialização diferida	1.994	580
Total	(20.558)	(16.846)
d) Outras receitas operacionais		
Provisão para créditos duvidosos	(39)	996
Outros	15	46
Total	(24)	1.042
e) Despesas administrativas		
Despesa com pessoal	(23.921)	(21.311)
Despesa com terceiros	(22.547)	(24.753)
Despesa com localização e funcionamento	(2.183)	(3.161)
Despesa com publicidade e propaganda	(51)	(45)
Recuperação de despesa administrativa com rateio - nota 20	928	2.120

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

f) Despesas com tributos	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	(4.869)	(3.560)
Programa de integração social - PIS	(791)	(579)
Taxa fiscalização - SUSEP	(564)	(355)
Outros	(99)	(149)
Total	(6.323)	(4.643)
g) Resultado financeiro		
Rendimento aplicação financeira - nota 5	10.194	3.580
Receitas (despesas) financeiras com operações de seguros	(2.387)	104
Variação cambial sobre conta corrente em moeda estrangeira e intercompany	(1.296)	–
Variação cambial sobre conta corrente em moeda estrangeira e intercompany	(88)	(5.872)
Outros	–	(30)
Total	6.423	(2.218)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos impostos e participações sobre o resultado	44.434	2.568
Participação nos lucros - PLR	(472)	95
Lucro antes das adições e exclusões	43.962	2.663
Ajustes:		
Adições (exclusões) temporárias	2.550	(1.779)
Provisão devedores duvidosos	39	1.227
Provisão para gratificação e PLR	1.049	99
Contingências e outros	1.462	(3.105)
Adições (exclusões) permanentes	766	562
Gratificações estatutárias	653	562
Multas e brindes	113	–
Lucro	47.278	1.446
Realização prejuízo fiscal	–	(434)
Lucro tributável	47.278	1.012
Imposto de renda	(11.867)	(635)
Incentivo fiscal - PAT	284	16
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	606	(251)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	(466)	(282)
Total IRPJ	(11.443)	(1.152)
Contribuição social	(8.155)	(395)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	363	(151)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	(280)	(169)
Total CSSL	(8.072)	(715)
Alíquota efetiva	44%	70%

20. PARTES RELACIONADAS - VALORES LÍQUIDOS A RECEBER

Descrição	31/12/2021 Ativo	31/12/2021 Passivo	31/12/2021 Receita	31/12/2021 Despesa	31/12/2020 Ativo (Passivo)	31/12/2020 Receita (Despesa)
Coface do Brasil Serviços de Gerenciamento de Crédito Ltda.	3.212	(283)	928	(1.816)	2.008	(155)
Coface Debt Collection (b)	–	(157)	–	(68)	(146)	(188)
Cogeri (a)	–	(4.786)	–	(1.084)	(3.738)	(954)
Coface SA (e)	–	(46.029)	–	(14.644)	(22.830)	(30.190)
Itália	1.541	–	1.541	–	–	–
Ibérica	163	–	163	–	–	–
Estados Unidos	636	–	636	–	–	–
Coface Service México (d)	–	(11.187)	–	(6.105)	(3.052)	(14.094)
Total	5.552	(62.442)	3.268	(23.717)	(27.758)	(45.581)

(a) A Seguradora mantém com a Cogeri S.A., empresa do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de análise e opinião de risco e monitoramento dos clientes dos seus segurados sediados no exterior que são atualizados por variação cambial, quando aplicável. (b) A Seguradora mantém com empresas do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de cobrança dos seus segurados junto a devedores no exterior, informados em provisão de despesas com sinistros. (c) A despesa total com remuneração aos Administradores, em 2021, atingiu o montante de R$3.448 (R$2.907 em 31 de dezembro de 2020) que compreende, substancialmente, a benefícios de curto prazo relacionados a pró-labore e gratificação por desempenho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações. (d) Coface Service México é responsável pelo suporte nas análises de riscos da Seguradora que estão alocados na região latina, além de suporte para atividades de Compliance, estratégias comerciais e acompanhamento financeiro. Estes serviços têm como objetivo melhorar a governança e transparência da Seguradora. (e) Coface França desenvolve e dá suporte a aplicativos específicos ligados à área operacional e de negócio da Coface Brasil e complementarmente presta serviço direcionados a administração da Seguradora.

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

Conforme descrito na nota 16.c, a Seguradora deliberou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$5.995, ainda não pagos em 31 de dezembro de 2021 relativo ao ano corrente e ao exercício de 2020.

22. OUTROS ASSUNTOS - COVID 19

A Seguradora colocou em prática as premissas do Plano de Contingência de Negócios (PCN) de forma a garantir a continuidade de toda sua operação. O PCN da Seguradora não contemplava um plano de contingenciamento específico para a pandemia, porém, como este prevê cenários que demandam a continuidade das operações de forma remota, observamos uma boa resposta do plano aplicado desde a sua implementação em meados de março de 2020 bem como pela manutenção do seu ambiente de controles internos. Em paralelo, a Administração adotou reuniões de acompanhamento dos efeitos da pandemia em seus negócios e tomou decisões envolvendo áreas pertinentes a aplicações financeiras com liquidez e segurança, revisão da exposição de limites de créditos, identificação de maiores setores de risco dentre várias outras medidas a fim de continuar apoiando e cumprindo as obrigações regulamentares, dos seus colaboradores e clientes nesse momento desafiador. Esclarecemos que o que levou a Administração da Seguradora a dar início ao PCN foi a manifestação da Organização Mundial de Saúde declarando a COVID-19 como pandemia, de forma a preservar seus funcionários e a sociedade em geral. Até o momento não identificamos aumento significante de sinistros, porém há uma expectativa de aumento destes em função dos impactos negativos que a pandemia tem causado no mercado doméstico e também de modo geral em nível global. Ainda durante o primeiro semestre de 2020, a Seguradora incorporou o patrimônio da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S/A e obteve indiretamente um reforço em seu capital com melhora de sua liquidez e adicionalmente conta ainda com contrato de resseguro que lhe dá suporte substancial na aceitação e proteção de riscos, estes pontos dentre outros possibilitam a Seguradora a fazer frente as possíveis perdas por eventuais aumentos da sinistralidade.

23. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

O CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis editou novas normas e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas, conforme apresentadas abaixo: CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com isenção opcional para as entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4/CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela SUSEP. O CPC 06 (R2) que estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração de arrendamento mercantil e terá como vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. A SUSEP homologou o referido normativo com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. A Seguradora não apurou impactos significativos em suas demonstrações financeiras por conta da adoção desse normativo. O CPC emitiu um pronunciamento técnico CPC 50 equivalente ao IFRS 17 descrito a seguir: IFRS 17 - Contrato de Seguro: Este pronunciamento substitui o IFRS 4 - Contrato de Seguros, que define novos critérios de mensuração dos contratos de seguros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 (para as entidades supervisionada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou para empresas que reportam em IFRS, conforme IASB, essa norma foi objeto de normatização por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 50 aguardando manifestação da SUSEP. A Seguradora ainda não concluiu suas análises sobre os impactos do referido normativo.

Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitidas e a serem emitidas com base nas normas novas e revisadas do IASB, é esperado um posicionamento da SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

Diretoria

Rosana Passos de Pádua
Rose do Amaral Cordeiro

Conselho de Administração

Marcele Lemos Ferreira
Jose Jesus Nieto Sañudo
Salvador Antonio Persico

Contador e Atuário

Walter Nascimento de Borgonha
Contador CRC 1SP 217793/O-2
Cristina Cantanhede Biasotto Mano
Atuário Responsável Técnico - MIBA 900

Parecer do Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. é responsável pelas provisões técnicas pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

Joel Garcia - Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	**31/12/2021**
Total de provisões técnicas	162.592
Total de ativos de resseguro provisões técnicas	33.168
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	38.318
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2021**
Provisões Técnicas auditadas (a)	162.592
Valores redutores auditados (b)	43.806
Total a ser coberto (a-b)	118.786
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2021**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	26.128
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	26.128
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2021**
Patrimônio Líquido Ajustes contábeis Total (a)	84.651
Ajustes Econômicos do PLA	0
Exigência de Capital (CMR) (b)	26.128
Suficiência(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	58.523
Ativos Garantidores (d)	200.920
Total a ser Coberto (e)	118.786
Suficiência(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	82.134
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2021**
0748, 0860	275
0749, 0819	307

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluírmos

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Um carnaval de reflexão

Este é mais um carnaval de tempos singulares. Bem diferente do que estamos acostumados, sem festas populares, blocos de rua e desfiles de escolas de samba. O motivo é preservar vidas. Essa pausa também representa uma oportunidade de reflexão sobre a complexidade e os desafios que temos à frente – pautados por mudanças no cenário global, com inflação, juros e o conflito armado da Rússia com a Ucrânia, e incertezas locais.

No livro "Carnavais, Malandros e Heróis", um clássico da antropologia brasileira, Roberto da Matta analisa o significado social do carnaval. Para ele, essa festa popular é o espaço de questionamento da norma, do padrão, da forma habitual de viver o cotidiano e da libertação de amarras. Mesmo sem a folia nas ruas, essa lição pode ser transportada às nossas atividades e negócios, para identificar novos comportamentos e paradigmas.

Reflexo das aspirações da sociedade, o carnaval questiona padrões. Temas como o feminismo, racismo e a quebra de preconceitos são predominantes nas músicas e marchinhas, ao lado do romantismo dos amores, paixões, tristezas e alegrias cantadas no embalo dos blocos. Os desfiles de escolas de samba, a nossa ópera popular a céu aberto, são momentos de encantamento e espanto, de exaltação e crítica, de diversidade e síntese.

O carnaval cresceu até se desdobrar em um dos grandes empreendimentos do calendário econômico

A festa do carnaval faz parte da construção da identidade brasileira. Cresceu ao longo do tempo até se desdobrar em um dos grandes empreendimentos sazonais do calendário econômico do País, movimentando bilhões em investimentos, gerando renda e emprego. Milhares de pessoas são beneficiadas em todas as regiões brasileiras. Infelizmente, diante de uma nova variante da covid-19, a ômicron, mais transmissível embora menos letal, as autoridades foram obrigadas a cancelar aglomerações. Foi a decisão mais coerente.

Da Matta nos ajuda a entender melhor a complexa sociedade brasileira, que vive uma distopia, uma realidade fragmentada e heterogênea cujas contradições precisam ser resolvidas. O carnaval sempre foi um grande ritual sobre essa distopia, com o povo no centro das atenções, invertendo papéis e exercendo seu direito de crítica.

Agora, mesmo com as restrições sanitárias, podemos continuar a fazer do carnaval o compartilhamento de alegrias, esperanças e sonhos. E exercitar nossa capacidade de encontrar a inspiração no novo, no provocativo e no diferente. ●

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BRADESCO. ESCREVE A CADA DUAS SEMANAS

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (**quinzenalmente**) ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska (**revezam quinzenalmente**) e Pedro Doria ● **SÁB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros (**quinzenalmente**) e Affonso Celso Pastore (**quinzenalmente**), Paulo Leme (**1º domingo do mês**), Roberto Rodrigues (**2º domingo do mês**), Albert Fishlow (**3º domingo do mês**) e Gustavo Franco (**último domingo do mês**)

Tensão no Leste Europeu Petróleo

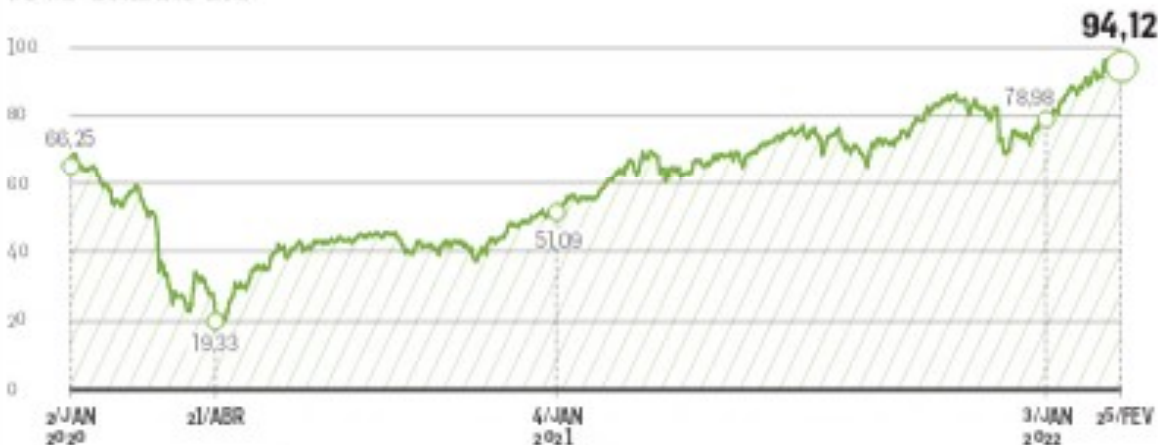
Petrobras diz que manterá política de preços

FERNANDA NUNES
DENISE LUNA
RIO

O preço do petróleo passou por forte volatilidade na semana passada, com a invasão da Rússia à Ucrânia. Na quarta-feira, 23, o preço do barril do óleo tipo Brent chegou a ultrapassar os US$ 105, mas depois acabou recuando. Na sexta-feira, 25, fechou em US$ 94,12, diante das perspectivas de que as sanções de aliados ocidentais à Rússia fossem poupar o setor de energia do país. Mas tudo isso ainda é muito incerto.

Essa volatilidade deve afetar o preço dos combustíveis no País. Mas a Petrobras diz que isso não deve abalar a determinação de manter seus preços atrelados aos do mercado internacional. O argumento é de que, se não acompanhar as cotações do petróleo e dos derivados, o mercado brasileiro de combustíveis e o abastecimento interno poderão ser afetados, como afirmou o diretor de Comercialização e Logística da estatal, Cláudio Mastella, em teleconfe-

TRAJETÓRIA ASCENDENTE

Petróleo subiu mais de 400% desde que atingiu US$ 19,33, o menor patamar da pandemia, em abril de 2020

FONTE: BROADCAST / INFOGRÁFICO ESTADÃO

A Petrobras utiliza o Preço de Paridade de Importação (PPI) para definir os reajustes dos valores da gasolina e óleo diesel em suas refinarias. Por essa política, os preços internos deveriam subir em linha com a valorização das cotações do petróleo e dos seus derivados nos princi-

México, nos EUA, e o de Londres.

Além da commodity, também pesam no cálculo da estatal o câmbio e custos de importação. Isso porque os principais concorrentes da empresa, atualmente, são os importadores e o objetivo da Petrobras é manter

de, a cotação vem subindo, por conta das tensões geopolíticas provocadas pela ameaça de invasão russa. Mesmo assim, os preços no Brasil permanecem inalterados desde o dia 12 de janeiro. A posição da empresa é complexa, já que a manutenção do PPI e os efeitos sobre os preços

tamente a ambição do presidente da República, Jair Bolsonaro, de vencer as eleições deste ano.

"Temos observado a elevação dos preços nas últimas semanas e, em paralelo, o dólar foi desvalorizando. Com esses dois movimentos, em contraposição, a gente pôde manter nossos preços (inalterados)", afirmou Mastella, acrescentando que, na quinta-feira, 24, em particular, a volatilidade foi maior e a empresa estava "observando" o mercado para avaliar possíveis reajustes.

A visão do executivo é de que, mesmo com as turbulências internacionais, a Petrobras é competitiva e se mantém alinhada ao mercado externo, ao mesmo tempo em que evita repassar aos consumidores as volatilidades conjunturais das cotações.

Um dos motivos para a estatal manter o PPI é o interesse em atrair investidores para as refinarias à venda. O receio é que, se atender à reivindicação de Bolsonaro de congelar os preços dos combustíveis para aliviar a inflação, vai afugentar empresas que teriam interesse no negócio, mas não querem parti-

Tensão no Leste Europeu Óleo e gás

Analistas já veem petróleo na casa dos US$ 130 o barril

Segundo especialistas, cotações podem se aproximar do recorde registrado em 2008, dependendo da situação na Ucrânia

MARIANNA GUALTER

Investidores de Wall Street apostam que o movimento de alta que levou a cotação do barril de petróleo a mais de US$ 105, apurado na semana passada após o início da invasão russa à Ucrânia, seja apenas o começo de uma trajetória de elevação. Alguns consideram que a cotação possa se aproximar do recorde de 2008, quando se aproximou de US$ 150, devido às limitações globais de oferta.

A consultoria Rystad Energy aposta em patamar próximo de US$ 130 se a situação na Ucrânia piorar, enquanto analistas do JPMorgan acreditam que o petróleo pode chegar a US$ 120. O diretor executivo de futuros de energia da Mizuho Securities, Robert Yawger, projeta que o petróleo pode chegar a US$ 125 se o conflito no leste europeu piorar.

O petróleo Brent, o indicador global dos preços do material, terminou a semana com o barril a US$ 94,12 e o petróleo norte-americano (WTI), a US$ 91,59. Ambos os indicadores, porém, chegaram a US$ 100 na quinta-feira, 24, pela primeira vez desde 2014.

Embora o choque de oferta deva levar a um aumento nos preços da gasolina na bomba, os investidores não estão apostando em uma desaceleração na demanda e dizem que a expectativa é que o mercado de alta de commodities continue. Com esse cenário em vista, o governo do presidente americano Joe Biden disse que está considerando liberar estoques estratégicos domésticos de petróleo para aliviar a pressão sobre os consumidores.

A Rússia responde por mais de 10% da produção mundial de petróleo, gás natural e trigo. As commodities representam uma grande parte da pegada econômica global do país, que também é um dos principais produtores de potássio, insumo fundamental para fertilizantes, além de paládio e platina, metais vitais para os conversores catalíticos que filtram as emissões dos carros. ● COM DOW JONES NEWSWIRES

Extremos

US$ 147,50 foi a cotação do barril de petróleo tipo Brent em julho de 2008, um pouco antes da falência do banco Lehman Brothers

US$ 19,33 foi a cotação alcançada em abril do ano passado, em meio à queda da demanda provocada pela covid-19

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 110ª (Centésima Décima) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Securitizadora")

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 110ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA" e "CRA" respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio dos CRA ("Termo de Securitização"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 625, de 14 de maio de 2020, conforme alterada ("Instrução CVM 625"), e do §2º do artigo 124 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia 21 de março de 2022, às 10:00 horas exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Securitizadora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados nos termos deste Edital por meio de link que será informado pela Securitizadora e/ou pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("Agente Fiduciário"), nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) diante do descumprimento de uma obrigação não pecuniária pelo cedente e coobrigado dos lastros dos CRA ("Cedente"), qual seja não cumprimento integral das Condições Precedentes de Desembolso até a data limite disposta nos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), discutir e votar a respeito da não caracterização do Evento de Resolução da Cessão (conforme definido no Termo de Securitização) ou dos Eventos de Recompra Obrigatória (conforme definido no Termo de Securitização) com a consequente prorrogação do prazo para cumprimento da obrigação descumprida; (ii) discutir e votar sobre as alterações dos critérios de elegibilidade para aquisição dos lastros dos CRA pela Securitizadora, dispostos na cláusula 4.3.1., do Termo de Securitização notadamente os relacionados a atualização do Relatório de Auditoria (conforme definido no Termo de Securitização), aumento do limite de concentração de valor por Devedor, inserção da possibilidade de cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio por partes relacionadas do Cedente e definição do percentual limite, inserção da possibilidade de cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio por clientes novos da Cedente e definição do percentual limite, inclusão de Notas Promissórias como lastro dos CRA; e inserção de lista exaustiva de 05 clientes com limite maior de concentração e definição do valor limite; (iii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados ou registrados, se o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação às 10:00 horas do dia 21 de março de 2022, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as deliberações em Assembleia de Titulares de CRA serão tomadas pelos votos favoráveis de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação. **(ii)** Nos termos do artigo 4º, parágrafo primeiro, da Instrução CVM 625, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo terceiro, da Instrução CVM 625. **(iii)** Observado o disposto na Instrução CVM 625, e, de acordo com o item "(i)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Securitizadora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância. São Paulo, 25 de fevereiro de 2022. **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. - Cristian de Almeida Fumagalli** - Diretor de Relações com Investidores.

PORTO SEGURO S.A.

Companhia Aberta | CVM nº 01665-9
CNPJ nº 02.149.205/0001-69 | NIRE 35.300.151.666

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31/03/2022

A Porto Seguro S.A. ("Companhia") convida seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, em **31 de março de 2022, às 11h00, de modo exclusivamente digital**, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM nº 481/09, para deliberarem sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária: 1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos. **3.** Ratificar as declarações de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, deliberadas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 26 de julho de 2021 e 26 de outubro de 2021. **4.** Determinar as datas para o pagamento dos dividendos e dos juros sobre capital próprio aos acionistas. **5.** Definir o número de membros do Conselho de Administração, observado o limite estatutário. **6.** Eleger os membros do Conselho de Administração e designar aqueles que ocuparão as funções de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração. **7.** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 1.** Deliberar sobre novo plano de remuneração baseado em ações da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 567/2015, que substituirá o plano de remuneração baseado em ações em vigor, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de março de 2018. **Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente virtual, por meio da plataforma eletrônica "Zoom" ("Plataforma"), com transmissão de imagem, som e possibilidade de exercício do direito de voto para cada item da ordem do dia, nos termos da Instrução CVM nº 481/09. Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da Assembleia por meio da Plataforma deverão se cadastrar por meio de correspondência eletrônica a ser enviada à Companhia (ao e-mail: relacionamento.investidores@portoseguro.com.br) e submeter, de forma digital, os documentos indicados abaixo, bem como todos os demais documentos e informações que forem solicitados pela Companhia, **até o dia 29 de março de 2022, às 11h00**. Os e-mails de cadastro dos acionistas ou representantes deverão ser enviados com a seguinte indicação de assunto: *"AGOE de 31.03.2022 - Cadastro de Participante"*. Para realização de seu cadastro, de forma a possibilitar sua participação na Assembleia, nos termos do art. 5º, §3º, da Instrução CVM nº 481/09, o acionista ou representante deverá apresentar o comprovante atualizado da titularidade das ações emitidas pela Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, e os seguintes documentos, conforme aplicável: **Acionistas Pessoas Físicas:** cópia do documento de identidade, com foto, do acionista. Os acionistas pessoas físicas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Acionistas Pessoas Jurídicas:** (i) cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) cópia do documento de identidade, com foto, dos respectivos representantes legais. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, de acordo com os atos constitutivos da sociedade, que não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, conforme decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ2014/3578, de 04 de novembro de 2014. **Fundos de Investimento:** (i) cópia do regulamento atualizado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) cópia do estatuto ou contrato social atualizado do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) cópia documento de identidade, com foto, dos respectivos representantes legais. Em decorrência da atual situação do país e de forma a facilitar a participação dos acionistas na Assembleia, a Companhia, excepcionalmente, não exigirá cópias autenticadas, o reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro, nem a notarização, a consularização e o apostilamento de documentos assinados fora do Brasil. No entanto, a tradução simples de quaisquer documentos estrangeiros será obrigatória. As orientações para participação virtual por meio da Plataforma estão detalhadas na Proposta da Administração divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração") e encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia e nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Os acionistas poderão participar da Assembleia, ainda, por meio do envio de boletim de voto a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09. As orientações para o envio do boletim de voto distância constam do modelo de boletim de voto a distância e da Proposta da Administração, disponibilizados, nesta data, nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A Companhia informa que, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 481/09, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, a Proposta da Administração e todos os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social e nos websites da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram publicadas nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" na edição de 28 de fevereiro de 2022. A Companhia informa que, para fins do artigo 141, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM nº 165/91, o percentual mínimo para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% do capital votante. A requisição do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração deverá ser encaminhada, por escrito, à Companhia em

Mercado imobiliário Valorização

Investidores aumentam apetite por compra de imóveis nos EUA

Número cada vez maior de aquisições por parte de empresas pode estar tendo reflexo nas altas dos preços

KEVIN SCHAUL
JONATHAN O'CONNELL
WASHINGTON POST

ALEX S. MACLEAN/THE NEW YORK TIMES-6/10/2014

Cidade de Detroit está entre as que mais atraem os investidores

Em 2021, os investidores compraram aproximadamente uma de cada sete casas vendidas nas principais áreas metropolitanas dos Estados Unidos, o maior número registrado nas últimas duas décadas, de acordo com a empresa de serviços imobiliários Redfin.

Essas aquisições acontecem em um momento em que possíveis compradores em todo o país estão vendo preços aumentarem desenfreadamente, levantando a dúvida em relação ao impacto que os investidores estão tendo nos preços para todas as pessoas. Os investidores foram ainda mais agressivos nos últimos três meses de 2021, comprando 15% de todas as casas vendidas em 40 mercados.

Os investidores em imóveis podem ser grandes corporações, empresas locais ou pessoas ricas, e não costumam viver nas propriedades que estão comprando. Alguns planejam vendê-las em seguida para novos compradores, enquanto outros as alugam.

Os bairros onde a maioria dos residentes são negros têm sido muito visados, segundo uma análise do *Washington Post* dos dados da Redfin. Em 2021, 30% das vendas de casas em bairros cujos moradores eram em sua maioria negros foram realizadas para investidores, em comparação com 12% em outras áreas das cidades, mostram os dados da análise.

ATRATIVIDADE. “Sabemos que, historicamente, os lugares onde as minorias vivem são pouco valorizados ou têm preços mais baixos”, disse Sheharyar Bokhari, da Redfin. Isso, disse ele, faz com que os locais se tornem mais atrativos para os investidores, aumentan-

O efeito da atividade dos investidores difere de cidade para cidade. As regiões com a maior porcentagem de compras por investidores estão no sul do país. Mas algumas das regiões mais visadas estão no “Cinturão da Ferrugem”, sobretudo nos bairros habitados de forma significativa por minorias em Detroit e Cleveland.

Intensificação
Investidores foram ainda mais agressivos nas compras nos últimos três meses do ano passado

O número crescente de aquisições por investidores tem atraído cada vez mais o escrutínio dos legisladores democratas no Capitólio, principalmente quando os compradores miram em bairros onde vivem minorias. “Uma das razões para os preços dos imóveis terem saído tanto de controle é que as empresas americanas detectaram uma oportunidade para se dar bem”, disse o senador democrata Sherrod Brown, na semana passada, durante uma

Habitacionais e Urbanos, que ele preside.

Brown falava especificamente das empresas de private equity e dos proprietários que usam os imóveis como ativos. “Eles compraram as propriedades disponíveis, aumentaram os aluguéis, reduziram as prestações, avaliaram casas de família com preços menores e forçaram os inquilinos a deixarem suas casas”, disse ele.

Na audiência, tanto democratas quanto republicanos no comitê, liderados pelo senador republicano Patrick Toomey, falaram das preocupações com um problema latente: as rígidas regras de zoneamento em muitas cidades que impedem a construção de mais casas.

Bokhari também falou a respeito dessa preocupação ao discutir sua pesquisa. Como há poucas casas sendo construídas, há possibilidade de lucro na escassez. “Se estivéssemos construindo moradias suficientes, não haveria tanta atividade de investimento com as casas que temos”, disse. “Se tivéssemos casas suficientes para atender à demanda, todo

EULER HERMES SEGUROS S.A.

CNPJ 04.573.811/0001-32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em conformidade com as disposições legais, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas, do relatório do auditor independente, do parecer dos auditores atuariais independentes e do parecer do comitê de auditoria. Diante de um novo ambiente de negócios decorrente da pandemia global originada pela proliferação do Covid-19 (Coronavírus) em 2020, a Euler Hermes vem adotando uma série de ações para resguardar os seus colaboradores e garantir a continuidade de suas atividades, bem como manter o atendimento às necessidades de seus Clientes. A Seguradora mantém ativo seu plano de contingência permitindo que 100% de sua operação seja desempenhada de forma remota, sem perda de produtividade. Além disso, desde o início da pandemia vem direcionando esforços para manter seus preços e exposição em níveis satisfatórios e compatíveis ao momento econômico do país e do mundo, com vistas a proteger seus resultados e sua solvência. O volume de negócios da Companhia atingiu R$ 163,6 milhões em prêmios emitidos, 23% superior aos R$ 132,6 milhões auferidos no mesmo período do ano anterior. A Euler Hermes implementou iniciativas para garantir um nível satisfatório de retenção de seus clientes, bem como para aumentar o volume de novos negócios gerados em 2021. Tais iniciativas englobam, substancialmente, (i) lançamento de novos produtos; (ii) prospecção mais eficiente e com foco em setores específicos e (iii) suporte contínuo à área comercial, que permite aprovações tempestivas de condições necessárias para fechamento e renovação dos negócios. A sinistralidade apresentou índice de 2% no período em decorrência do baixo volume de avisos e, principalmente, por conta da reversão de provisões constituídas sob um cenário adverso vivido em 2020. A manutenção da boa performance comercial, o impacto positivo da sinistralidade, a gestão rígida sobre os custos e despesas, com melhorias contínuas em termos de eficiência e produtividade, e o aumento da taxa anual de juros (SELIC), que impactou positivamente a carteira de investimentos da Seguradora, contribuíram para o lucro líquido de R$ 13,1 milhões obtidos no exercício, 191% superior aos R$ 4,5 milhões auferidos no exercício de 2020. A Seguradora permanece focada em sua estratégia de crescimento e desenvolvimento no mercado segurador brasileiro, oferecendo novas soluções ao setor por meio de produtos e iniciativas digitais, bem como buscando maior proximidade com clientes e corretores. A Euler Hermes adota política rígida de aceitação de riscos (underwriting), envidando seus esforços na manutenção e no monitoramento da exposição de riscos, com o intuito de proteger seus segurados e a própria solvência. A Companhia segue política conservadora e prudente para os seus investimentos, alinhada aos preceitos regulatórios. As políticas de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos seguem as diretrizes advindas do acionista, que determinam a alocação do lucro no próprio negócio. A Companhia monitora constantemente o nível de seu patrimônio líquido com vistas a garantir a manutenção do capital mínimo requerido. A Euler Hermes apoia a iniciativa de colaboradores do Grupo Allianz que mantém associação beneficente visando proporcionar oportunidades de crescimento pessoal e social à crianças e adolescentes em condições de baixa renda. Agradecemos a confiança de nossos acionistas, a parceria estabelecida com corretores, prestadores e resseguradores, a atenção e orientação prestadas pelos reguladores e, a dedicação, profissionalismo e comprometimento de nossos colaboradores. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais

Ativo	2021	2020
Circulante	229.852	197.220
Disponível	5.809	7.861
Caixa e bancos	5.809	7.861
Aplicações (Nota 4)	11.355	4.705
Créditos das operações com seguros e resseguros	116.154	102.644
Prêmios a receber (Nota 5)	114.561	97.533
Operações com seguradoras	284	143
Operações com resseguradoras (Nota 6)	1.309	4.968
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 6 e 12b)	76.854	70.147
Títulos e créditos a receber	6.437	2.094
Títulos e créditos a receber	138	492
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8a)	6.277	1.514
Outros créditos	22	88
Outros valores e bens	84	-
Despesas antecipadas	23	16
Custos de aquisição diferidos	13.136	9.753
Seguros (Nota 5 c)	13.136	9.753
Ativo não circulante	113.620	95.253
Realizável a longo prazo	113.277	94.679
Aplicações (Nota 4)	62.592	40.465
Créditos das operações com seguros e resseguros	20.594	23.844
Prêmios a receber (Nota 5)	20.050	23.555
Operações com seguradoras	544	289
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 6 e 12b)	22.907	23.801
Títulos e créditos a receber	60	57
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8a)	19	47
Depósitos judiciais e trabalhistas	41	10
Outros valores e bens (Nota 9)	1.004	-
Custos de aquisição diferidos	6.120	6.512
Seguros (Nota 5c)	6.120	6.512
Imobilizado (Nota 10)	343	574
Bens móveis	131	264
Outras imobilizações	212	310
Total do ativo	343.472	292.473

Passivo	2021	2020
Circulante	248.973	209.881
Contas a pagar	15.121	8.367
Obrigações a pagar	3.859	2.511
Impostos e encargos sociais a recolher	3.574	2.577
Encargos trabalhistas	1.250	1.324
Impostos e contribuições (Nota 8b)	6.438	1.955
Débitos de operações com seguros e resseguros	100.349	87.798
Prêmios a restituir	656	233
Operações com seguradoras	1.291	667
Operações com resseguradoras (Nota 6)	84.847	72.441
Corretores de seguros (Nota 7)	13.546	14.450
Outros débitos operacionais	9	7
Depósitos de terceiros (Nota 11)	180	1.114
Provisões técnicas - seguros	132.778	112.602
Danos (Nota 12a)	132.778	112.602
Outros débitos	545	-
Arrendamentos (Nota 9)	467	-
Provisões trabalhistas (Nota 18)	78	-
Passivo não circulante	54.234	55.533
Contas a pagar	407	460
Tributos diferidos	66	-
Obrigações a pagar	341	460
Débitos de operações com seguros e resseguros	15.343	16.100
Operações com seguradoras	2.381	1.286
Operações com resseguradoras (Nota 6)	9.604	12.444
Corretores de seguros (Nota 7)	3.358	2.370
Provisões técnicas - seguros	37.973	38.973
Danos (Nota 12a)	37.973	38.973
Outros débitos (Nota 9)	510	-
Patrimônio líquido (Nota 13)	40.266	27.059
Capital social	58.445	58.445
Ajustes com títulos e valores mobiliários	71	(70)
Prejuízos acumulados	(18.250)	(31.316)
Total do passivo e patrimônio líquido	343.472	292.473

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2021	2020
Prêmios emitidos líquidos (Nota 15a)	163.560	132.570
Variação das provisões técnicas (Nota 15b)	(26.208)	(15.083)
Prêmios ganhos (Nota 14)	137.352	117.487
Sinistros ocorridos (Notas 14 e 15c)	(2.566)	(31.035)
Custo de aquisição (Notas 14 e 15d)	(16.265)	(12.502)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 15e)	(209)	68
Resultado com resseguro	(77.535)	(45.148)
Receita com resseguro (Nota 15f)	838	26.793
Despesa com resseguro (Nota 15g)	(78.373)	(71.941)
Despesas administrativas (Nota 15h)	(19.965)	(21.048)
Despesas com tributos (Nota 15i)	(3.443)	(2.997)
Resultado financeiro (Notas 15j e k)	3.041	2.129
Resultado operacional	20.410	6.954
Resultado antes das participações	20.410	6.954
Imposto de renda (Nota 8b)	(3.733)	(1.105)
Contribuição social (Nota 8b)	(2.544)	(677)
Participações sobre o resultado	(1.067)	(675)
Lucro Líquido do exercício	13.066	4.497
Quantidade de ações no final do exercício	126.872.645	126.872.645
Lucro Líquido por ação - R$	0,10	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em milhares de reais

	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	13.066	4.497
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	235	(113)
Efeitos tributários	(94)	45
Resultados abrangentes atribuíveis aos acionistas controladores	13.207	4.429

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste TVM	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	58.445	(2)	(35.813)	22.630
Títulos e valores mobiliários	-	(68)	-	(68)
Lucro Líquido do exercício	-	-	4.497	4.497
Em 31 de dezembro de 2020	58.445	(70)	(31.316)	27.059
Títulos e valores mobiliários	-	141	-	141
Lucro líquido do exercício	-	-	13.066	13.066
Em 31 de dezembro de 2021	58.445	71	(18.250)	40.266

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	13.066	4.497
Ajuste para:		
Depreciações e amortizações	240	331
Perda (reversão de perdas) por redução do valor recuperável de ativos	204	(72)
Variação cambial	126	(28)
Variação das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos	8.115	6.986
Ativo fiscal diferido	94	(45)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(28.635)	(396)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(9.984)	(33.160)
Ativos de resseguro	8.459	890
Créditos fiscais e previdenciários	2.271	1.089
Despesas antecipadas	(6)	-
Outros ativos	(699)	(339)
Fornecedores e outras contas à pagar	2.151	1.111
Impostos e contribuições	4.484	856
Débitos de operações com seguros e resseguros	11.632	24.582
Depósitos de terceiros	(934)	7
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(6.749)	(2.801)
Outros passivos	1.056	1
Caixa gerado pelas operações	4.891	3.509
Imposto de renda sobre o lucro pago	(4.226)	(808)
Contribuição social sobre o lucro pago	(2.809)	(573)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(2.144)	2.128
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra		
Imobilizado	(9)	(8)
Caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(9)	(8)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa no exercício	(2.153)	2.120
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.862	5.747
Efeito de variação cambial sobre conta corrente em moeda estrangeira	100	(6)
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5.809	7.861

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional: A Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado, controlada no Brasil pela Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. A estrutura societária do Brasil está sob responsabilidade da Euler Hermes *Luxembourg Holding S.A.R.L.*, situada em Luxemburgo, que, por sua vez, é detida 55,22% pela Euler Hermes S.A., entidade localizada na Bélgica, e 44,78% pela Euler Hermes *North America Holding Inc.* situada nos Estados Unidos, subsidiárias integrais da Euler Hermes Group SAS (França). A Euler Hermes é líder mundial no segmento de seguros de crédito, sendo subsidiária integral do Grupo Allianz, um dos maiores grupos seguradores do mundo. Seu controlador em última instância é a Allianz SE, situada na Alemanha. A Companhia, com sede em São Paulo, situada à Rua Eugênio de Medeiros, 303 - 4º andar, atua em todo o território nacional, oferecendo cobertura para os ramos de seguros de crédito, doméstico e à exportação, e garantia pública e privada. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2022.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP. A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. Na elaboração das demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1). **Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas sob o regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros que são mensurados ao valor justo para as categorias "valor justo por meio do resultado" e "valor justo por meio do resultado abrangente". **Moeda funcional:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real. Exceto quando mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais (R$000), arredondados pela casa decimal mais próxima. **Estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras (ii) as informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3(a) - Contratos de seguros; • Nota 4 - Aplicações; • Nota 3(c) e 5 - Prêmios a receber (Redução ao valor recuperável); • Nota 12 - Provisões técnicas - seguros.

3. Principais políticas contábeis - (a) Contratos de seguros: A Administração avaliou que suas operações atendem todas as características de "Contratos de Seguros", de acordo com as determinações previstas no CPC 11 - Contratos de Seguros. As operações de cosseguros aceitos e resseguros também se enquadram na característica de um "Contrato de Seguro", pois se tratam de transferências de riscos de seguro significativo e, portanto, são reconhecidas pelos mesmos critérios das operações de seguros. Os resseguros são contratados com vistas a assegurar o cumprimento do limite de retenção da Companhia e a mitigar perdas expressivas, compartilhando e diversificando o risco abrangido pelo contrato de seguro. Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de seguros são apresentados brutos de resseguro e líquidos de cosseguro, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que os contratos de cosseguro e resseguro não eximem à Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os prêmios de seguros, os prêmios de cosseguros aceitos e cedidos, os prêmios de resseguros cedidos, e os respectivos custos de aquisição são registrados por ocasião da emissão das apólices e reconhecidos no resultado no transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Os contratos de resseguro não proporcionais (excesso de danos) são registrados no momento da aceitação do risco por parte do ressegurador e o respectivo prêmio é reconhecido no resultado no decorrer do período de cobertura dos riscos abrangidos pelo referido contrato de resseguro. As operações contratadas, cujo período de risco está em curso, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes mas não emitidos), são registradas por estimativa e segundo critérios descritos no item (h) a seguir. **(b) Caixa e bancos:** Representam numerário disponível em caixa e em contas correntes. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo. São monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "Caixa e bancos". **(c) Instrumentos financeiros:** Compreendem, principalmente, aplicações financeiras e créditos das operações com seguros, cosseguros e resseguros. São classificados conforme seguem: **I. Valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo reconhecidas no resultado do período. **II. Valor justo por meio de resultado abrangente:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos, e que não tenham sido classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados pelo valor justo, e o ajuste ao valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido, pelo seu valor líquido de efeitos tributários. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **III. Recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os prêmios a receber que são registrados no grupo "Créditos das operações com seguros e resseguros". **Redução ao valor recuperável:** Os ativos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, são avaliados na data do levantamento das demonstrações financeiras visando apurar eventuais evidências objetivas de perdas destes valores. Essas evidências podem estar relacionadas a atrasos de pagamentos por parte de devedores, dúvida razoável de realização de créditos e declínio significativo ou prolongado do valor justo em relação ao valor de custo de um instrumento patrimonial. A reversão dessas reduções ocorrerá caso haja mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável de um ativo financeiro. Uma provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída de acordo com estudo interno baseado em dados históricos, que representa a melhor estimativa da Administração em relação a possíveis perdas incorridas. O estudo, revisado semestralmente, determina um percentual médio de perdas históricas efetivas que é aplicado sobre as parcelas em atraso de prêmios a receber. **(d) Ativos de resseguros e operações com resseguradoras:** Os ativos de resseguros compreendem (i) prêmios de resseguros diferidos das apólices, líquidos das respectivas comissões, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura ainda não expirou, e incluem variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira, e também a parcela de resseguro sobre as provisões técnicas constituídas. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado; e (ii) parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores. A Companhia constitui provisão para risco de crédito pelo valor integral das parcelas de resseguro a recuperar vencidas há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **(e) Ativos imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou aplicação e são compostos substancialmente por móveis e utensílios, equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros. As depreciações são calculadas e reconhecidas no resultado pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens, baseado em fatores históricos, parâmetros de mercado e obrigações contratuais. O método para definição da vida útil-econômica de um ativo imobilizado é revisto periodicamente e, caso haja constatação de alterações significativas no prazo estimado, as mesmas são reconhecidas. **(f) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** A Seguradora não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **(g) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que excede a R$ 240. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a alíquota de 15%. Em 1º de julho de 2021 a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para empresas do setor de seguros privados foi majorada em 5%, passando para 20%, até o dia 31 de dezembro de 2021, retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2022. As despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreendem os impostos correntes que são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionadas à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar (ou a recuperar) esperado sobre o lucro (prejuízo) tributável do exercício, às taxas correntes na data base. O imposto diferido é reconhecido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com determinações da SUSEP, e são calculados às alíquotas praticadas na data base. Os ativos e passivos gerados pelo diferimento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são revisados periodicamente, por ocasião do encerramento do balanço patrimonial, ou de outro fator relevante detectado no período, e são ajustados à medida em que haja qualquer dúvida na probabilidade de realização dos impostos diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial. **(h) Provisões técnicas:** A Companhia constitui suas provisões técnicas em conformidade com as determinações da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações

continuação

câmbio entre a data da emissão do risco e a data de levantamento das demonstrações financeiras. A parcela relativa a RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que, por questões operacionais, ainda não foram formalmente emitidas mas já possuem riscos cobertos pela Companhia. A provisão é mensurada com base em método atuarial que visa a construção de triângulos de desenvolvimento de prêmios, entre as datas de início de vigência dos riscos e de emissão da apólice/endosso. Os valores são alocados aos ramos contábeis, conforme critério definido em NTA. **Provisão de sinistros à liquidar (PSL):** Constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do levantamento das demonstrações financeiras. Contempla estimativas para demandas judiciais, registradas segundo política interna, que determina a contabilização de um percentual do valor reclamado em razão da expectativa de perda da causa (Provável: 100%; Possível: 50% e Remoto: 0%), suportado pela opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia. Além disso, contempla variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira e considera estimativas para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), apurado pela estimativa da evolução ou desenvolvimento de sinistros avisados e ainda não liquidados, calculado por meio da metodologia de desenvolvimento de sinistros incorridos, utilizando o modelo matemático "triângulo de *run-off*" considerando o período histórico de 24 meses agrupados por trimestres. Os sinistros avisados expostos em moeda estrangeira incluem também a respectiva variação cambial gerada pela flutuação da taxa de câmbio entre a data de registro do sinistro e a data base das demonstrações financeiras. **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados. Abrange também estimativas para IBNER. Para os ramos de crédito, o cálculo é realizado com base no método de desenvolvimento de sinistros incorridos que visa estimar os sinistros finais, ou seja, o total de sinistros esperados para um determinado período de ocorrência. Para o cálculo, utilizamos modelo matemático "triângulo de run-off" considerando o período histórico de 72 trimestres. O cálculo para os ramos de garantia leva em consideração o método de sinistralidade inicial esperada e o método de Bornhuetter-Ferguson, obtidos com base em dados de sinistros anuais disponibilizados pela SUSEP para o respectivo ramo, padrão de sinistros incorridos dos ramos de crédito e premissas de sinistralidade utilizadas para precificação contidas em nota técnica de carteira do produto. **Provisão de despesas relacionadas (PDR):** Estabelecida para cobrir despesas esperadas relacionadas a sinistros. Estimada com base na razão histórica entre as despesas diretamente relacionadas aos pagamentos de sinistros e os pagamentos de sinistros líquidos destas despesas para todo o período de experiência disponível. O percentual apurado é aplicado sobre a provisão de sinistros à liquidar e sobre a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados. **Teste de adequação de passivos - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11, na data do levantamento das demonstrações financeiras deve ser elaborado o teste de adequação de passivos para todos os contratos em curso na data da execução do teste. Realizado de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, esse teste visa avaliar a necessidade de eventuais ajustes nas provisões técnicas constituídas nas demonstrações financeiras. Caso haja diferença positiva entre o resultado do TAP e as provisões técnicas constituídas, líquidas dos custos de aquisição diferidos e de ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, tal diferença deverá ser reconhecida nas demonstrações financeiras. A metodologia utilizada compara o valor presente dos passivos atuariais com as provisões técnicas correspondentes a esses passivos para os ramos de crédito interno, crédito à exportação e garantia. Foram adotadas as premissas de sinistros ainda não pagos, sinistros a ocorrer, despesas administrativas, outras receitas e despesas diretamente relacionadas ao contrato, outras receitas e despesas operacionais e ressarcimentos. Os fluxos de caixa em valores nominais foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) definidas pela SUSEP. Quando o indexador da obrigação é o dólar americano, a curva de juros adotada é a cambial. A SUSEP emitiu estudo técnico alterando as ETTJs, porém a companhia ainda está avaliando os impactos dessa alteração. O resultado do teste de adequação realizado para as datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 2020 não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados nas datas-bases. Vide mais detalhes na nota explicativa 12d. (i) **Provisões judiciais (não relacionadas a sinistros):** São constituídas provisões pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Ações judiciais classificadas como possível, embora não sejam registradas, serão divulgadas nas Demonstrações Financeiras. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo. As contingências passivas são avaliadas pela Administração de forma individualizada, em conjunto com seus assessores jurídicos externos. (j) **Benefícios aos empregados:** As obrigações com benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas em bases sem desconto e são lançadas como despesa à medida que o serviço inerente ao benefício é prestado. A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores mantido junto à Mapfre Previdência S.A., na modalidade de contribuição definida. O montante reconhecido como despesa nos planos de contribuição definida para funcionários totalizou R$ 350 (R$ 201 em 2020). A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

4. Aplicações

Títulos	Taxa de juros contratada	31/12/2021 Sem vencimento definido	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Custo atualizado	Valor justo/contábil	31/12/2020 Custo atualizado	Valor justo/contábil
Valor justo por meio do resultado									
Quotas de fundos de investimentos	Variação do CDI	5.672	-	-	-	5.672	5.672	2.328	2.328
Total		5.672	-	-	-	5.672	5.672	2.328	2.328
Valor justo por meio de resultado abrangente									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	-	5.683	62.474	-	68.157	68.275	42.959	42.842
Total		-	5.683	62.474	-	68.157	68.275	42.959	42.842
Total Geral		5.672	5.683	62.474	-	73.829	73.947	45.287	45.170
Circulante		5.672	5.683	-	-	11.335	11.355	4.705	4.705
Não circulante		-	-	62.474	-	62.474	62.592	40.582	40.465

Da totalidade dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2021, 8% (5% em 2020) encontram-se classificados na categoria "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" e 92% (95% em 2020) na categoria "Valor justo por meio de resultado abrangente". A seguir apresenta-se a movimentação dos títulos e valores mobiliários:

Títulos	Saldos em 31/12/2020	Aplicação	Resgate	Rendimentos	Ajuste TVM	Saldos em 31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	42.842	25.565	(2.385)	2.018	235	68.275
Quotas de fundos de investimentos	2.328	24.750	(22.001)	595	-	5.672
Total	45.170	50.315	(24.386)	2.613	235	73.947

Títulos	Saldos em 31/12/2019	Aplicação	Resgate	Rendimentos	Ajuste TVM	Saldos em 31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	39.133	2.689	-	1.133	(113)	42.842
Quotas de fundos de investimentos	5.709	4.700	(8.170)	89	-	2.328
Total	44.842	7.389	(8.170)	1.222	(113)	45.170

	2021	2020
Circulante	11.355	4.705
Não circulante	62.592	40.465
Total	73.947	45.170

Os investimentos em quotas de fundos são compostos por fundos abertos cujo objetivo é proporcionar uma rentabilidade próxima a variação do depósito interfinanceiro (DI), sendo a carteira formada substancialmente por títulos públicos e administrada pelo Banco Bradesco S.A.

Cobertura das provisões técnicas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas - Seguros (Nota 12a)	170.751	151.575
Exclusões:		
Ativos de resseguros redutores:		
PPNG (*)	(31.038)	(19.737)
Provisão de sinistros a liquidar / IBNER	(15.744)	(13.628)
IBNR	(9.942)	(20.359)
PDR	(167)	(650)
Direito Creditório	(53.179)	(62.026)
Total	(110.070)	(116.400)
Total a ser coberto	60.681	35.175
Ativos garantidores:		
Renda fixa - públicos	68.275	42.842
Quotas de fundos de investimentos	4.471	-
Total	72.746	42.842
Suficiência de cobertura	12.065	7.667
20% sobre Capital de Risco (Nota 16b)	2.785	1.788
Suficiência	9.280	5.879

(*) Considera os ativos redutores referente a parcela de prêmios de resseguro diferidos, líquidos de montantes pendentes de pagamento à contraparte, vencidos e a vencer.

5. Prêmios a receber e custos de aquisição diferidos: A vigência média das apólices do ramo de seguro de crédito é de 13 meses (14 em 2020) e os prêmios possuem um período médio de parcelamento de 5 meses (4 em 2020). As apólices de seguro garantia possuem uma vigência média de 42 meses (43 em 2020) e os prêmios, em média, são parcelados em 9 meses (10 em 2020). Os custos de aquisição referem-se a despesas com comissões de corretagem e são diferidos pelo prazo de vigência das apólices, incluindo variação cambial para operações realizadas em moeda estrangeira, bem como parcela para riscos vigentes e não emitidos. O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 13 meses para os ramos de seguro de crédito e 42 para o ramo de seguro garantia. A seguir demonstra-se o detalhamento dos saldos de prêmios a receber, considerando os prazos de vencimento, bem como as movimentações de prêmios e custos de aquisição ocorridos no período.

a) Prêmios a receber por prazo de vencimento

	31/12/2021 Vincendos	Vencidos		Total	31/12/2020 Vincendos	Vencidos		Total
De 1 a 30 dias	15.147	1.299		16.446	15.656	2.294		17.950
De 31 a 60 dias	14.583	150		14.733	12.095	505		12.600
De 61 a 120 dias	6.702	217		6.919	7.847	741		8.588
De 121 a 180 dias	14.193	23		14.216	9.176	153		9.329
De 181 a 365 dias	19.921	-		19.921	9.935	153		10.088
Acima de 365 dias	20.050	443		20.493	23.555	797		24.352
Subtotal	90.596	2.132	2,0%	92.728	78.264	4.643	5,9%	82.907
Riscos vigentes não emitidos	43.299	-		43.299	39.136	-		39.136
Redução ao valor recuperável	-	(1.416)	66,4%	(1.416)	-	(955)	20,6%	(955)
Total	133.895	716		134.611	117.400	3.688		121.088

Prêmios a receber	2021	2020
Circulante	114.561	97.533
Não circulante	20.050	23.555
Total	134.611	121.088

b) Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2021 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2020 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Prêmios pendentes no início do período	69.398	15.661	36.029	121.088	40.936	9.907	39.643	90.486
Prêmios emitidos	125.135	26.829	29.423	181.387	95.405	27.120	14.249	136.774
Prêmios emitidos - cosseguros aceitos	-	-	1.185	1.185	-	-	4.081	4.081
Prêmios riscos vigentes não emitidos	4.401	259	(498)	4.162	12.751	3.761	142	16.654
Cancelamentos	(1.004)	(186)	(4.298)	(5.488)	(2.083)	(194)	(3.745)	(6.022)
Restituição	(10.294)	(2.653)	(1.642)	(14.589)	(12.417)	(4.758)	(1.582)	(18.757)
IOF sobre prêmios	952	-	-	952	1.058	-	-	1.058
Recebimentos	(102.360)	(20.067)	(26.805)	(149.232)	(66.567)	(21.687)	(9.766)	(98.020)
Recebimentos - cosseguros aceitos	-	-	(5.490)	(5.490)	-	-	(7.060)	(7.060)
Redução ao valor recuperável	957	296	163	1.416	315	(36)	67	346
Variação cambial sobre prêmios								

c) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	31/12/2021 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2020 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Custos de aquisição diferidos no início do período	6.220	1.320	8.725	16.265	3.602	1.085	9.488	14.175
Constituições	12.795	2.483	3.976	19.254	9.842	2.708	2.042	14.592
Apropriações	(10.761)	(1.899)	(3.603)	(16.263)	(7.224)	(2.473)	(2.805)	(12.502)
Custos de aquisição diferidos no final do período	8.254	1.904	9.098	19.256	6.220	1.320	8.725	16.265

Custo de aquisição diferidos	2021	2020
Circulante	13.136	9.753
Não circulante	6.120	6.512
Total	19.256	16.265

6. Ativos e passivos de resseguros: Os saldos patrimoniais das contas de ativos e passivos de resseguro estão assim demonstrados:

	31/12/2021 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2020 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Ativo circulante	51.571	11.172	15.420	78.163	44.702	9.871	20.542	75.115
Ativos de resseguro - provisões técnicas	50.262	11.172	15.420	76.854	40.167	9.438	20.542	70.147
Provisão de prêmios não ganhos, líquidos de comissão	31.440	5.945	13.615	51.000	19.519	4.393	11.598	35.510
Provisão de sinistros a liquidar	11.942	3.803	-	15.745	10.616	3.012	-	13.628
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	6.811	1.404	1.727	9.942	9.965	2.017	8.378	20.360
Provisão de despesas relacionadas	69	20	78	167	67	16	566	649
Operações com resseguradoras	1.309	-	-	1.309	4.535	433	-	4.968
Sinistros indenizados a recuperar	1.328	-	-	1.328	4.554	433	-	4.987
Constituição da redução ao valor recuperável	(19)	-	-	(19)	(19)	-	-	(19)
Ativo não circulante - Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.659	682	20.566	22.907	1.970	1	21.830	23.801
Provisão de prêmios não ganhos, líquidos de comissão	1.659	682	20.566	22.907	1.970	1	21.830	23.801
Passivo circulante - operações com resseguradoras	48.407	10.347	26.093	84.847	38.916	9.591	23.934	72.441
Prêmios de resseguro emitidos, líquidos de comissões	39.783	8.115	378	48.276	33.186	8.100	12.026	53.312
Prêmios de resseguro à liquidar, líquidos de comissões	8.558	2.232	25.715	36.505	5.410	1.491	11.908	18.809
Outros	66	-	-	66	320	-	-	320
Passivo não circulante - operações com resseguradoras	1.590	528	7.486	9.604	2.124	-	10.320	12.444
Prêmios de resseguros emitidos, líquidos de comissão	1.590	528	7.486	9.604	2.124	-	10.320	12.444

7. Corretores de Seguros: Os saldos estão distribuídos da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2021 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2020 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Comissões emitidas (a pagar)	5.760	851	1.965	8.576	4.106	1.198	4.110	9.414
Comissões emitidas - cosseguro aceito (a pagar)	-	-	745	745	-	-	1.111	1.111
Comissões riscos vigentes não emitidos	3.480	851	3	4.334	3.113	845	54	4.012
Redução ao valor recuperável	(64)	(8)	(37)	(109)	(44)	(20)	(23)	(87)
Total passivo circulante	9.176	1.694	2.676	13.546	7.175	2.023	5.252	14.450

Passivo não circulante	31/12/2021 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total	31/12/2020 Crédito doméstico	Crédito à exportação	Garantia	Total
Comissões emitidas (a pagar)	463	190	1.915	2.568	955	-	-	955
Comissões emitidas - cosseguro aceito (a pagar)	-	-	790	790	-	-	1.415	1.415
Total passivo não circulante	463	190	2.705	3.358	955	-	1.415	2.370

8. Imposto de renda e contribuição social - a) Créditos tributários e impostos diferidos - Compreendem: I - Antecipações de IRPJ e CSLL: R$ 6.116 (R$ 1.473 em 2020); II - Créditos de PIS e COFINS a compensar: R$ 14 (R$ 11 em 2020) e outros créditos tributários R$ 147 (R$ 30 em 2020); III - IRPJ e CSLL diferidos sobre ajuste ao valor de mercado R$ 19 (R$ 47 em 2020); IV - Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R$ 463 (R$ 463 em 2020), não registrados pelo fato da Companhia não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro nos últimos três exercícios, conforme regulamentação da SUSEP vigente.

b) Impostos e contribuições (passivo) - I - Conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/Prejuízo antes dos impostos e participações sobre o resultado	20.410	6.954
Participação nos lucros	(1.067)	(675)
Lucro/Prejuízo antes das adições e exclusões	19.343	6.279
Adições (exclusões) temporárias:		
Provisão para bônus e participações	377	(5)
Provisão para licença e manutenção de softwares	871	(176)
Redução ao valor recuperável	320	(86)
Variação cambial	166	(177)
Outros	77	29
Adições permanentes:		
Despesas com bônus e participações	269	522
Entidades de classe, donativos e brindes	44	63
Base de cálculo	21.467	6.449
Compensação de prejuízos fiscais	(6.440)	(1.935)
Base de cálculo após compensação de prejuízos fiscais	15.027	4.514
Imposto de renda - alíquota 15%	(2.254)	(678)
Imposto de renda - alíquota 10% sobre excedente de R$ 240	(1.479)	(427)
Contribuição social - alíquota 15%	(2.544)	(677)
Resultado do imposto de renda e da contribuição social	(6.277)	(1.782)

II - Saldos a pagar de PIS e COFINS

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	(138)	(149)
PIS	(23)	(25)
Total	(161)	(174)

9. Arrendamentos: A Seguradora reconheceu e realizou a mensuração inicial de seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no exercício corrente, aplicando as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 06 (R2). A Seguradora identificou apenas um contrato enquadrado como arrendamento, referente ao direito de uso do ativo utilizado para as instalações de seu escritório. O prazo remanescente do contrato é de dois anos e a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário utilizada na data da adoção foi de 6,40%, com base na sondagem junto a instituições financeiras para obtenção da taxa de captação de fundos para aquisição de ativo similar ao presente no contrato de arrendamento.

a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2021
Ativo não circulante	1.004
Outros valores e bens (imóveis de direito de uso)	1.004
Passivos de arrendamento	977
Circulante	467
Não circulante	510

b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado. A demonstração do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2021
Demonstração do resultado	505
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	502
Despesas com juros	3

c) Vencimento das prestações	2021
Até 1 ano	532
Acima de 1 ano	602
Valores não descontados	1.134
Juros embutidos	(130)
Saldo em 31/12/2021	1.004

10. Ativos imobilizado: a) Os ativos imobilizados estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Computadores e periféricos	20%	1.208	(1.104)	104	226
Móveis e utensílios	10%	316	(289)	27	38
Benfeitoria em imóveis	20%	946	(734)	212	310
Total		2.470	(2.127)	343	574

b) A movimentação do ativo imobilizado está assim apresentada:

Descrição	Saldos Residuais em 31/12/2020	Aquisições/Baixas	Depreciações	Saldos Residuais em 31/12/2021
Computadores e periféricos	226	9	(131)	104
Móveis e utensílios	38	-	(11)	27
Benfeitorias em imóveis	310	-	(98)	212
Total	574	9	(240)	343

Descrição	Saldos Residuais em 31/12/2019	Aquisições/Baixas	Depreciações	Saldos Residuais em 31/12/2020
Computadores e periféricos	338	48	(161)	225
Móveis e utensílios	63	(1)	(24)	39
Benfeitorias em imóveis	451	(39)	(101)	310
Total	852	8	(286)	574

11. Depósitos de terceiros

	31/12/2021 Prêmio	Outros	Total	31/12/2020 Prêmio	Outros	Total
De 1 a 30 dias	-	(68)	(68)	-	330	337
De 31 a 60 dias	(3)	-	(3)	-	784	784
De 61 a 120 dias	-	60	60	-	-	-
De 121 a 180 dias	102	64	166	-	-	-

continuação

12. Provisões técnicas: A movimentação das provisões técnicas está assim demonstrada:

a) Brutas de resseguro (passivo)

31/12/2021	PPNG + RVNE	PSL + IBNER	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2020	108.470	16.942	25.495	668	151.575
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de cosseguro cedido, cancelamentos e restituições	163.560	-	-	-	163.560
Risco decorrido	(137.352)	-	-	-	(137.352)
Avisos de sinistros	-	39.216	-	-	39.216
Pagamentos de sinistros	-	(16.921)	-	-	(16.921)
Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(18.776)	-	-	(18.776)
Variação cambial	515	893	-	-	1.408
Outras constituições	-	4.725	11.347	458	16.530
Outras reversões	-	(4.671)	(22.884)	(934)	(28.489)
Saldos em 31/12/2021	135.193	21.408	13.958	192	170.751

31/12/2020	PPNG + RVNE	PSL + IBNER	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2019	93.508	17.124	21.930	408	132.970
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de cosseguro cedido, cancelamentos e restituições	132.570	-	-	-	132.570
Risco decorrido	(117.487)	-	-	-	(117.487)
Avisos de sinistros	-	150.652	-	-	150.652
Pagamentos de sinistros	-	(32.233)	-	-	(32.233)
Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(123.731)	-	-	(123.731)
Variação cambial	(121)	496	-	-	375
Outras constituições	-	9.955	13.595	1.083	24.633
Outras reversões	-	(5.321)	(10.030)	(823)	(16.174)
Saldos em 31/12/2020	108.470	16.942	25.495	668	151.575

Provisões técnicas - brutas de resseguro	2021	2020
Circulante	132.778	112.602
Não circulante	37.973	38.973
Total	170.751	151.575

b) Resseguro (ativo):

31/12/2021	PPNG + RVNE	PSL + IBNER	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2020	59.311	13.628	20.358	651	93.948
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de comissões, cancelamentos e restituições	88.468	-	-	-	88.468
Diferimento pelo risco decorrido	(74.090)	-	-	-	(74.090)
Avisos de sinistros	-	25.453	-	-	25.453
Pagamentos de sinistros	-	(9.682)	-	-	(9.682)
Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(13.507)	-	-	(13.507)
Variação cambial	218	189	-	-	407
Outras constituições	-	4.366	13.416	466	18.248
Outras reversões	-	(4.703)	(23.832)	(949)	(29.484)
Saldos em 31/12/2021	73.907	15.744	9.942	168	99.761

31/12/2020	PPNG + RVNE	PSL + IBNER	IBNR	PDR	TOTAL
Saldos em 31/12/2019	51.481	12.787	18.202	388	82.858
Constituições decorrentes de prêmios, líquidos de comissões, cancelamentos e restituições	76.489	-	-	-	76.489
Diferimento pelo risco decorrido	(68.608)	-	-	-	(68.608)
Avisos de sinistros	-	113.171	-	-	113.171
Pagamentos de sinistros	-	(23.789)	-	-	(23.789)
Ajustes de estimativas / reaberturas / cancelamentos de sinistros	-	(93.060)	-	-	(93.060)
Variação cambial	(51)	356	-	-	305
Outras constituições	-	9.365	11.043	1.003	21.411
Outras reversões	-	(5.202)	(8.887)	(740)	(14.829)
Saldos em 31/12/2020	59.311	13.628	20.358	651	93.948

Provisões técnicas - brutas de resseguro	2021	2020
Circulante	76.854	70.147
Não circulante	22.907	23.801
Total	99.761	93.948

c) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia a medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Brutos de resseguro:

	Anterior a 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	102.267	13.497	23.352	48.703	30.256	23.508	18.904	35.357	23.981	18.496	339.321
Um ano após o aviso	87.406	9.744	27.164	55.497	30.088	23.730	17.810	36.828	25.032	-	313.299
Dois anos após o aviso	86.523	9.570	27.289	56.106	27.810	21.418	19.529	36.752	-	-	284.997
Três anos após o aviso	86.247	9.550	27.383	56.121	29.219	21.418	20.414	-	-	-	250.352
Quatro anos após o aviso	86.394	9.614	27.383	56.463	28.933	21.418	-	-	-	-	230.205
Cinco anos após o aviso	87.091	9.614	27.382	56.463	28.933	-	-	-	-	-	209.483
Seis anos após o aviso	86.511	9.614	27.382	56.463	-	-	-	-	-	-	179.970
Sete anos após o aviso	87.090	9.614	27.382	-	-	-	-	-	-	-	124.086
Oito anos após o aviso	87.136	9.641	-	-	-	-	-	-	-	-	96.777
Nove anos ou mais após o aviso	87.220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87.220
Posição em 31/12/2021	87.220	9.641	27.382	56.463	28.933	21.418	20.414	36.752	25.032	18.496	331.751
Pagamentos acumulados											
No ano do aviso	(25.726)	(1.040)	(7.042)	(8.036)	(13.988)	(8.269)	(8.017)	(20.130)	(16.162)	(7.871)	(116.281)
Um ano após o aviso	(51.388)	(7.936)	(18.630)	(43.951)	(11.347)	(11.826)	(9.956)	(16.052)	(8.296)	-	(179.382)
Dois anos após o aviso	(7.539)	(947)	(2.640)	(4.296)	(1.724)	(1.405)	-	(121)	-	-	(18.672)
Três anos após o aviso	(1.596)	-	(94)	(17)	(1.684)	-	(3)	-	-	-	(3.394)
Quatro anos após o aviso	(311)	(65)	-	(348)	-	-	-	-	-	-	(724)
Cinco anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	(845)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(845)
Nove anos ou mais após o aviso	(19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19)
Posição em 31/12/2021	(87.424)	(9.988)	(28.406)	(56.648)	(28.743)	(21.500)	(17.976)	(36.303)	(24.458)	(7.871)	(319.317)
Variação cambial incorrida	2.042	422	1.025	359	(167)	88	202	164	37	9	4.181
Total PSL em 31/12/2021(*)	1.838	75	1	174	23	6	2.640	613	611	10.634	16.615

Líquidos de resseguro:

	Anterior a 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	11.376	2.581	3.672	5.435	3.702	3.175	3.266	9.502	5.938	7.540	56.187
Um ano após o aviso	10.255	1.950	4.573	6.222	3.691	3.253	3.003	10.282	6.786	-	50.015
Dois anos após o aviso	10.145	1.916	4.605	6.288	3.588	3.136	3.091	10.305	-	-	43.074
Três anos após o aviso	10.111	1.911	4.608	6.292	3.941	3.137	3.135	-	-	-	33.135
Quatro anos após o aviso	10.141	1.924	4.608	6.298	3.941	3.137	-	-	-	-	30.049
Cinco anos após o aviso	10.153	1.924	4.608	6.300	3.941	-	-	-	-	-	26.926
Seis anos após o aviso	10.037	1.924	4.608	6.300	-	-	-	-	-	-	22.869
Sete anos após o aviso	10.153	1.924	4.608	-	-	-	-	-	-	-	16.685
Oito anos após o aviso	10.162	1.924	-	-	-	-	-	-	-	-	12.086
Nove anos ou mais após o aviso	10.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.200
Posição em 31/12/2021	10.200	1.924	4.608	6.300	3.941	3.137	3.135	10.305	6.786	7.540	57.876
Pagamentos acumulados											
No ano do aviso	(2.645)	(208)	(1.353)	(1.455)	(1.927)	(1.502)	(1.447)	(5.416)	(3.865)	(3.749)	(23.567)
Um ano após o aviso	(5.970)	(1.594)	(2.828)	(5.198)	(1.567)	(1.582)	(1.609)	(4.575)	(2.799)	-	(27.722)
Dois anos após o aviso	(1.019)	(207)	(536)	(619)	(98)	(70)	-	(60)	-	-	(2.609)
Três anos após o aviso	(279)	-	(3)	(4)	(392)	-	-	-	-	-	(678)
Quatro anos após o aviso	(62)	(12)	-	(6)	-	-	-	-	-	-	(80)
Cinco anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	(42)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42)
Nove anos ou mais após o aviso	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Posição em 31/12/2021	(10.021)	(2.021)	(4.720)	(7.282)	(3.984)	(3.154)	(3.056)	(10.051)	(6.664)	(3.749)	(54.702)
Variação cambial incorrida	52	106	112	1.025	47	18	55	(88)	8	5	1.340
Total PSL em 31/12/2021(*)	231	9	-	43	4	1	134	166	130	3.796	4.514

(*) Não inclui a parcela da estimativa relacionada aos sinistros não suficientemente avisados (IBNER) de R$ 4.794 bruta de resseguro, e de R$ 1.150, líquida de resseguro.

A Companhia possui prazo definido no contrato de seguro para realizar cobranças dos créditos inadimplentes de seus segurados junto aos respectivos devedores, antes que as indenizações sejam processadas. Essas ações iniciam-se imediatamente após o recebimento dos avisos de sinistros e, à medida que se concretizam, geram reduções ao longo dos anos nos valores das estimativas dos sinistros observadas acima. **d) Teste de adequação de passivos (TAP):** O TAP foi realizado para os segmentos de risco de crédito interno, crédito à exportação e garantia, que representam a totalidade da carteira da Companhia, e o seu cálculo foi efetuado bruto de resseguro. O programa de resseguro da Companhia para os ramos de crédito prevê, substancialmente, cessão de 50% para negócios gerados localmente e 95% para programas globais, emitidos na modalidade de quota-parte, e cobertura adicional para riscos severos, na modalidade excesso de danos. O resseguro para o ramo garantia prevê cessões entre 90% e 100% do risco, conforme volume de exposição. No que tange às premissas econômicas utilizadas no cálculo do TAP, os fluxos de sinistros futuros foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré livre de risco definida pela SUSEP (ETTJ). A sinistralidade projetada foi de 32,46% para os ramos de crédito, 16,21% para o ramo de garantia. Para refletir as despesas alocadas a sinistros, foi considerado o percentual de 0,33% para os ramos de crédito, 4,53% para os ramos de garantia multiplicado pelo montante de sinistros projetados. Na data-base de 31 de dezembro de 2021 e 2020, o teste realizado não apresentou necessidade de registro adicional nas provisões técnicas.

e) Sinistros Judiciais

Em 31/12/2021	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Provisionado / reclamado - %
Perda possível	5	8.834	4.417	50%

Em 31/12/2020	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Provisionado / reclamado - %
Perda possível	4	6.310	3.155	50%

13. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social é de R$ 58.445 (R$ 58.445 em 2020), representado por 126.872.645 (126.872.645 em 2020) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. **(b) Dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro do exercício, deduzido da reserva legal e observando o disposto nos artigos 189 e 190 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Os dividendos são refletidos nas demonstrações financeiras quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Os lucros auferidos nos exercícios de 2020 e 2021 foram utilizados para redução do prejuízo acumulado da Companhia.

14. Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos				Custo de aquisição			
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	%	31/12/20	%	31/12/21	%	31/12/20	%
Crédito doméstico	98.394	78.127	9.852	10%	25.885	33%	10.762	11%	7.224	9%

15. Detalhamento das contas de resultado

	31/12/2021	31/12/2020
a) Prêmios emitidos líquidos	163.560	132.570
Prêmios emitidos	181.387	136.773
Prêmios cancelados	(5.487)	(2.675)
Prêmios restituídos	(14.588)	(18.728)
Prêmios de cosseguros aceitos	1.142	703
Prêmios de cosseguros cedidos a congêneres	(3.056)	(158)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	4.162	16.655
b) Variação das provisões técnicas	(26.208)	(15.083)
Provisão de prêmios não ganhos	(21.450)	(5.984)
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	(4.758)	(9.099)
c) Sinistros ocorridos	(2.566)	(31.035)
Indenizações avisadas, incluindo estimativa para IBNER	(20.494)	(31.555)
Despesas com sinistros	(178)	(103)
Ressarcimentos	6.075	4.466
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	11.536	(3.565)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	495	(278)
d) Custo de aquisição	(16.265)	(12.502)
Comissões sobre prêmios de seguros e cosseguro aceito	(19.940)	(14.626)
Comissão sobre cosseguro cedido	686	36
Variação de comissão de corretagem	2.991	2.090
Outras despesas de comercialização	(2)	(2)
e) Outras receitas e despesas operacionais	(209)	68
Ajuste ao valor de realização para obrigações	258	(274)
Redução ao valor recuperável (prêmios)	(462)	346
Outras despesas operacionais	(5)	(4)
f) Receita com resseguro	838	26.793
Recuperação de sinistros	11.608	24.274
Recuperação de despesas com sinistros	144	88
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(10.417)	2.156
Variação de despesas relacionadas do IBNR	(497)	275
g) Despesa com resseguro	(78.373)	(71.941)
Prêmios cedidos em resseguro, líquidos de comissão	(89.387)	(106.261)
Prêmios cedidos em resseguro, líquidos de comissão - riscos vigentes não emitidos	1.518	29.772
Provisão de prêmios não ganhos	12.024	2.367
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	2.355	5.515
Ressarcimentos	(4.283)	(3.334)
h) Despesas administrativas	(19.965)	(21.048)
Pessoal	(14.578)	(14.673)
Serviços de terceiros	(3.888)	(4.675)
Localização e funcionamento	(1.186)	(1.298)
Publicidade e propaganda	(107)	(107)
Publicações	(105)	(101)
Outras	(101)	(194)
i) Despesas com tributos	(3.443)	(2.997)
PIS e COFINS	(3.045)	(2.559)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(341)	(339)
Demais tributos	(57)	(99)
j) Receitas financeiras	11.337	15.872
Disponível para venda - Títulos de renda fixa públicos	2.019	1.133
Variação cambial - operações de seguros e resseguros - não realizadas	6.389	10.121
Variação cambial - operações de seguros e resseguros - realizadas	1.291	2.896
Valor justo por meio do resultado - Fundos de investimento	595	90
Variação cambial s/ c/c em moeda estrangeira	1.020	1.605
Outras	23	27
k) Despesas financeiras	(8.296)	(13.743)
Variação cambial - operações de seguros e resseguros - não realizadas	(6.609)	(10.081)
Variação cambial - operações de seguros e resseguros - realizadas	(1.061)	(2.700)
Variação cambial s/ c/c em moeda estrangeira	(432)	(775)
Serviços de custódia e liquidação	(86)	(120)
Outras	(108)	(67)
Resultado Financeiro (j + k)	3.041	2.129

16. Gerenciamento de riscos: O grupo Euler Hermes, subsidiária integral do Grupo Allianz, estrutura seu gerenciamento de riscos corporativos promovendo e disseminando uma cultura interna voltada à gestão de riscos. Tal prática visa proteger a base de capital do Grupo e identificar riscos potenciais, que auxiliam na gestão e tomada de decisões. O processo de gerenciamento de riscos está apoiado na estrutura de controles internos, auditoria interna e *compliance*, e abrange todas as camadas da Companhia. A Euler Hermes comercializa no Brasil somente produtos dos segmentos de crédito e garantia e, portanto, gerencia seus riscos com ênfase nas características específicas desses produtos. Dentro de um contexto de governança corporativa, o gerenciamento dos riscos da Companhia está amparado (i) pela formalização de normas e políticas internas, que alinham as práticas aos processos e procedimentos definidos pelo Grupo, bem como a requerimentos legais, (ii) por treinamentos aos seus colaboradores, com foco no engajamento às práticas legais e do Grupo, (iii) por constante análise e monitoramento das práticas atuais, visando acompanhar as tendências de desenvolvimento dos negócios e garantir a manutenção do gerenciamento de riscos adotado e (iv) pela constituição de comitês, com objetivos e responsabilidades definidos, conforme seguem: **Comitê de gestão:** Formado pela Diretoria local, o comitê de gestão visa discutir semanalmente assuntos relevantes em andamento relativos à estratégia de atuação, evolução e tendência de resultados, cumprimento de políticas e *guidelines* definidos pela Companhia e pelo Grupo, e ações necessárias para manutenção de regras e procedimentos. **Comitê de riscos:** Com periodicidade mensal, os integrantes do departamento de Risco reúnem-se com os principais executivos responsáveis pela função no âmbito da Região Américas para tratar de questões inerentes à subscrição de riscos. Neste comitê são discutidos critérios utilizados no estabelecimento de crédito aos compradores elencados nas apólices de seguros de crédito e garantia, assegurando-se que os mesmos estejam alinhados às políticas e aos *guidelines* da Companhia. **Comitê de sinistros:** Estabelecido para acompanhar os casos de sinistros em curso, bem como o andamento de cobranças ativas e os impactos dessas ocorrências para o resultado da Companhia. O ponto focal do comitê é discutir tendências de variações da sinistralidade, avaliar casos de sinistros ocorridos fora da curva normal esperada e implementar ações para mitigar o risco de que eventos como estes sejam recorrentes. Este comitê reúne-se mensalmente e é composto por integrantes das áreas de Sinistros, Finanças, Subscrição comercial e Risco. **Comitê de Administração:** Formado por vice-presidentes responsáveis pela Região Américas e representantes dos acionistas, que em conjunto com a diretoria local, reúnem-se semestralmente para tratar da estratégia do Grupo e de assuntos relevantes que devem ser considerados para questões de gerenciamento de riscos do negócio. Os principais riscos monitorados pela Companhia estão apresentados como se seguem: **a) Risco de seguro:** Trata-se de risco significativo transferido por qualquer contrato que exista incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro). Os riscos de seguro são gerenciados sob o suporte de dois pilares principais, sendo eles: políticas de subscrição comercial e políticas de subscrição de risco. Ambos estão amparados por rígidas estruturas, cujos *guidelines* são fornecidos e praticados pelo Grupo em escala global. O Grupo administra um banco de dados com mais de 40 milhões de empresas cadastradas ao redor do mundo que serve de fundação para aplicação e cumprimento da política de subscrição de riscos. A compilação desses dados fornece uma análise detalhada da situação financeira da empresa analisada e, em conjunto com o cenário macro econômico de seu setor de atuação, permite subscrever riscos de crédito com níveis de segurança avançados. A subscrição comercial é regida por políticas operacionais e definição de processos baseados em modelos próprios que levam em consideração características dos seguros de crédito e garantia, experiências históricas e premissas atuariais. Como forma de pulverizar o risco de seguro subscrito, a Companhia mantém contratos de resseguro para diluir a responsabilidade da aceitação dos riscos de seguro. Os contratos firmados possuem condições proporcionais, que visam reduzir e proteger os riscos de maneira isolada, e não proporcionais, utilizados para garantir a cobertura de riscos catastróficos e severos, que podem ameaçar o limite de retenção da Companhia. **Análise de sensibilidade:** Deve demonstrar os principais impactos que podem ser gerados sobre o resultado e o patrimônio líquido da Companhia no caso de variações favoráveis ou desfavoráveis em premissas e variáveis observadas nos contratos de seguros e de investimentos da Companhia, dados a característica e o perfil desses contratos. Testes de sensibilidade requerem avaliações e projeções subjetivas que, mesmo amparadas por dados históricos e de mercado, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste de sensibilidade levou em consideração a realização de estresses nos percentuais de acréscimo ou diminuição dos sinistros na ordem de 25% e 50% sobre os sinistros ocorridos no período, com o objetivo de verificar o impacto, líquido de efeitos fiscais, no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
Variável	25%	50%	25%	50%
Sinistros	385	770	902	1.803

Política de resseguro: Substancialmente, a totalidade dos riscos vigentes da carteira de seguro de crédito e garantia da Companhia está ressegurada com o ressegurador local Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. (AGCS) por meio de contratos de quota parte e excesso de danos. O *run off* de negócios emitidos com início de vigência anterior a 30 de junho de 2013 está sob cobertura do IRB Brasil Re S.A.. Os contratos vigentes para os ramos de crédito com a Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. definem cessão de 50% para negócios gerados localmente (75% para ano de subscrição 2018 e anteriores) e 95% para negócios globais. O contrato de excesso de danos visa proteger a exposição da carteira contra eventuais sinistros vultosos, garantindo cobertura quando a participação proporcional da Companhia sobre uma perda exceder o seu limite de retenção. Os riscos vigentes das apólices do ramo garantia estão ressegurados 60% com o ressegurador eventual Euler Hermes North America Insurance Company e 40% com o ressegurador local Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A na modalidade quota parte. Os riscos cedidos podem variar de 90% a 100%, de acordo com faixa do montante de exposição de cada tomador do seguro. Os dados históricos de relacionamento com os resseguradores citados não apresentam estatística de inadimplência efetiva ao longo da vigência dos contratos.

Contratos de resseguros e discriminação do ressegurador: Contratos proporcionais - Quota parte

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria (rating)	Prêmio emitido (Nota 15a)	Prêmio cedido (Nota 15g)	% médio cedido	Comissão (Nota 15g)
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best "A+"	110.935	73.848	67%	19.391
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Eventual	Crédito doméstico	A. M. Best "A+"	7.303	7.303	100%	2.483
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best "A+"	24.250	12.761	53%	3.708
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Garantia	A. M. Best "A+"	10.875	10.873	100%	3.523
Euler Hermes North America Insurance Company	Eventual	Garantia	S&P "AA"	10.197	10.197	100%	3.620

Contratos não proporcionais - Excesso de danos

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria (rating)	Prêmio mínimo depósito BRL (Nota 15g)	Prioridade	Limite máximo
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M Best "A+"	1.920	USD 200	USD 73.000
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M Best "A+"	4.292	BRL 1.039	BRL 379.359

Concentração de riscos: O risco do seguro de crédito, analisado de maneira pura e conceitual, está na empresa que compra produtos ou serviços de uma empresa detentora de apólice de seguro de crédito. A carteira de clientes de cada segurado é nomeada pela Companhia e pode conter características específicas quando analisadas sob a ótica de concentração, sendo que, na perspectiva de risco, para os ramos de crédito doméstico e à exportação, o setor de atuação e o país dos compradores são os mais relevantes, respectivamente. Da mesma maneira, o crédito estabelecido para um determinado comprador pode ser dinâmico, sendo ampliado ou reduzido a qualquer momento, à medida que o monitoramento desse risco aponte uma tendência de aumento ou degradação da qualidade financeira-econômica desse comprador. Para obter uma estimativa da concentração do risco inerente às apólices em curso, apresenta-se a seguir a exposição total dos limites de crédito ativos na data base do levantamento das demonstrações financeiras, segregados pelos principais setores de atuação dos compradores, segundo critérios de classificação do Grupo Euler Hermes, para o ramo de crédito doméstico, e por países, para o ramo de crédito à exportação.

Exposição dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2021 - Crédito doméstico - Em bilhões de reais

Setor	Exposição	Representatividade
Varejo	7.993	23%
Alimentos	4.372	12%
Metal	4.107	12%
Serviços	3.367	10%
Construção	2.395	7%
Químico	2.242	6%
Máquinas e equipamentos	1.674	5%
Energia	1.419	4%
Automotivo	1.243	4%

continuação

Exposição dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2021 - Crédito à exportação - Em bilhões de dólares

País	Exposição	Representatividade
Colômbia	303	22%
Estados Unidos	224	16%
Chile	207	15%
Argentina	195	14%
México	121	9%
Cingapura	33	2%
Suíça	28	2%
China	23	2%
Alemanha	22	2%
Hong Kong	21	1%
Outros [1]	222	15%
Total	1.399	100%

[1] Os valores elencados como "Outros", embora sejam representativos quando comparados ao montante total em exposição, possuem alto grau de pulverização e, assim, se analisados individualmente, não representam mais do que 3% do total do risco subscrito.

Além disso, de acordo com as características do produto, ainda restam exposições de riscos com características discricionárias subscritas nas apólices, que podem ser alocadas pelos segurados de acordo com sua conveniência e necessidade operacional, desde que observados os limites determinados nos contratos de seguro e a política de subscrição de risco da Companhia. Para essa parcela, inviabiliza-se qualquer monitoramento com vistas à concentração de riscos tratadas anteriormente. O risco do seguro garantia está no tomador da apólice, ou seja, àquele que contrata cobertura sobre um risco de incapacidade financeira de performar determinado contrato de serviço ou obrigação decorrente de uma demanda judicial. Para fins de concentração de risco, a seguradora busca alocar sua exposição em ratings de alta qualidade, segundo métricas internas de avaliação de riscos. Na data base do levantamento das demonstrações financeiras, a seguradora possuía BRL 8,35 bilhões em exposição ativa, sendo 66% alocada em ratings classificados como bom ou ótimo e 34% em ratings classificados como medianos. Toda a exposição demonstrada para os ramos de crédito, inclusive a exposição de riscos com característica discricionária, está ressegurada pelo ressegurador local AGCS Resseguros Brasil S.A. no regime de participação proporcional e excesso de danos. A totalidade da exposição do ramo de seguro Garantia está ressegurado 60% com o ressegurador eventual Euler Hermes North America Insurance Company e 40% com o ressegurador local Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. na modalidade quota parte. A Administração entende que a concentração de riscos nestes resseguradores é mitigada por tratar-se de contraparte com alta qualidade e solidez, rating de crédito A.M. Best "A+" e S&P "AA", e pela entidade receber supervisão direta do órgão regulador do setor. **b) Risco de crédito:** Refere-se ao risco da contraparte de uma operação financeira desejar não honrar ou sofrer alterações significativas em sua situação patrimonial-financeira que afete a capacidade de cumprir suas obrigações contratuais, podendo gerar algum tipo de perda à Companhia. Na operação de seguro, a exposição ao risco de crédito está atrelada a capacidade de pagamento dos prêmios de seguros por parte dos segurados. Como a Companhia opera somente em ramo de seguro cuja característica é de risco a decorrer, a exposição ao risco de crédito é sensivelmente reduzida, já que a cobertura é fornecida somente mediante pagamento do prêmio de seguro correspondente. Além disso, no processo de subscrição comercial, o proponente é avaliado por meio de pesquisas cadastrais. Devido aos riscos significativos subscritos nas apólices, a Companhia mantém contratos de resseguros que também estão expostos ao risco de crédito. Atualmente, por questões estratégicas, esses contratos são firmados com um único ressegurador local e com um único ressegurador eventual que fazem parte do Grupo Allianz, ressaltando-se que ainda restam exposições vigentes (Sinistros à liquidar) relativos ao run-off de contratos assinados anteriormente com outro ressegurador local. Para gerenciamento dos riscos inerentes a operação, leva-se em conta a qualidade de crédito da contraparte, o rating atribuído por agências classificadoras de risco e o histórico de perdas no relacionamento. Ainda em relação ao risco de crédito, a Companhia segue política conservadora de investimentos, buscando alocar seus recursos em ativos de alta qualidade. A totalidade dos investimentos está alocada em títulos da dívida pública federal, cujo risco de crédito tende a zero, ou fundos de investimentos DI, administrados por bancos de primeira linha, onde a composição da carteira atinge aproximadamente 95% em títulos da dívida federal. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, segregada por classe, na data base do levantamento das demonstrações financeiras:

Composição da carteira:	A.M. Best "A+"	A.M. Best "A-"	S&P "BB-"	Sem rating	Saldos em 31/12/2021
Caixa e bancos	-	-	5.809	-	5.809
Títulos públicos (*)	-	-	68.275	-	68.275
Fundos de investimentos	-	-	5.672	-	5.672
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	134.611	134.611
Crédito com seguradoras	-	-	-	94	94
Ativos de resseguros (sinistros pendentes e a recuperar, IBNR e PDR)	27.162	1.686	-	-	28.848
Exposição máxima ao risco de crédito	27.162	1.686	79.756	134.705	243.309

(*) Risco soberano do Tesouro Nacional

Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, e atualizações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Patrimônio Líquido (+/-)	40.266
1. Ajustes contábeis:	
Despesas antecipadas (-)	(23)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	40.243
2. Ajustes econômicos:	
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	15.000
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	15.000
3. Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3:	
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total	55.243
3. Capital Mínimo Requerido	
Capital base - CB (a)	15.000
Capital de risco - CR (b)	13.924
Capital de risco de subscrição	11.693
Capital de risco de crédito	1.782
Capital de risco operacional	975
Capital de risco de mercado	909
Correlação entre os riscos	(1.435)
Capital mínimo requerido (maior entre a e b)	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	40.243
Índice de solvência (PLA/CMR)	368,29%

As Normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta liquidez de 75% equivalente a R$ 10.481 como se segue:

	2021	2020
Capital de Risco (a)	13.924	8.942
Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/16 - 20% sobre Capital de Risco	2.785	1.788
Excesso de Ativos líquidos - Nota explicativa 4 - (b)	10.481	5.879
Índice de liquidez em 31 de dezembro (b/a)	75%	66%

c) Risco de mercado: Associado à possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas, em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. As atividades da Companhia são estritamente de curto prazo, em que o passivo está atrelado à variações dos índices de inflação. Os investimentos são atrelados, substancialmente, à variação do depósito interfinanceiro (DI), e portanto, a operação não requer modelos sofisticados de gestão de risco de mercado. **Teste de sensibilidade:** O teste aplicado visa capturar efeitos nos investimentos da Companhia, considerando cenários de flutuações na taxa de juros de mercado. A seguir, apresentam-se os impactos, líquidos de impostos, no resultado e no patrimônio líquido, fruto do resultado de estresse de juros de carteira na ordem de 1 ou 5 pontos percentuais de acréscimo ou diminuição, na data base 31 de dezembro de 2021:

	1pp	5pp
Impacto	388	1.939

d) Risco de liquidez: Compreende o descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos, bem como a capacidade financeira do Grupo em adquirir ativos para garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado pelo monitoramento dos prazos e exposição dos passivos operacionais. Além disso, a Companhia busca assegurar, por meio da qualidade, o grau de liquidez e retorno dos investimentos, que os ativos estejam disponíveis e façam frente ao fluxo de caixa requerido pelos passivos. No horizonte de curto prazo, a Companhia não apresenta descasamento entre seus fluxos de caixa ativos e passivos para garantir a liquidação tempestiva de suas obrigações. Para o propósito de análise da capacidade da Companhia honrar seus fluxos de caixa passivos, embora os títulos que compõem suas carteiras de investimentos possuam datas de vencimentos superiores a um ano, a totalidade das aplicações financeiras possui liquidez imediata. **e) Risco operacional:** Possibilidade de perdas resultantes de falhas, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de processos externos, deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos à terceiros. Esse risco é gerenciado pela Companhia por meio de políticas, normas e procedimentos, formalmente emitidos e divulgados aos seus associados, que levam em consideração a determinação de práticas esperadas pelo Grupo na condução dos negócios. Além disso, a Companhia utiliza-se da estrutura de auditoria interna e *Compliance* para avaliar seus processos de controle e sistêmico, visando mitigar riscos de falhas em seu ambiente de negócios. Os procedimentos elencados acima são constantemente monitorados e revisados.

17. Transações com partes relacionadas: Seguindo as definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1), a Administração identificou como partes relacionadas à Companhia os seus Administradores, a resseguradora Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A., a resseguradora eventual Euler Hermes North America Insurance Company, a seguradora Allianz Seguros S.A., a operadora de saúde Allianz Saúde S.A. e a entidade francesa do Grupo, Euler Hermes Group, cujos controles em última instância são detidos pelo mesmo acionista da Companhia brasileira. A remuneração paga aos Administradores, contabilizada na rubrica "Despesas administrativas", totaliza R$ 1.727 (R$ 2.140 em 2020) e compreende, substancialmente, benefícios de curto prazo relacionados a honorários. A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Companhia ainda compartilha infra-estrutura de tecnologia e comunicação com a empresa Euler Hermes Group que atribui os custos incorridos de acordo com critérios técnicos acordados. A Euler Hermes Seguros S.A. mantém contratos de resseguro na modalidade quota parte e excesso de danos com a Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A., empresa do Grupo Allianz e com a Euler Hermes North America Insurance Company na modalidade quota parte, empresas do grupo Allianz. Os seguros patrimoniais, vida em grupo e automóvel são contratados junto à Allianz Seguros S.A. e o plano de saúde coletivo junto à Allianz Saúde S.A., ambas as empresas integrantes do Grupo Allianz. As transações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	62.690	49.061
Títulos e créditos a receber	-	388
Euler Hermes Group	-	388
Crédito das operações de seguros e resseguros	1.285	4.967
Operações com resseguradoras	1.285	4.967
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	1.285	4.967
Ativos de resseguro - provisões técnicas	61.405	43.706
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	61.405	43.706
Ativo não circulante	22.907	23.801
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.907	23.801
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	22.907	23.801
PASSIVO		
Passivo circulante	89.837	72.605
Obrigações a pagar	605	164
Euler Hermes Group	499	120
Allianz Saúde S.A.	102	-
Allianz Seguros S.A.	4	44
Operações com resseguradoras	89.232	72.441
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	84.847	66.704
Euler Hermes North America Insurance Company	4.385	5.737
Passivo não circulante	9.823	12.444
Operações com resseguradoras	9.823	12.444
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	7.631	11.804
Euler Hermes North America Insurance Company	2.192	640

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	31/12/2021	31/12/2020
Resultado com resseguro	(82.154)	(44.744)
Receita com resseguro	(839)	27.016
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	(839)	27.016
Despesa com resseguro	(78.284)	(71.760)
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A.	(71.707)	(65.382)
Euler Hermes North America Insurance Company	(6.577)	(6.378)
Despesas administrativas	(3.031)	(4.787)
Euler Hermes Group	(1.660)	(3.438)
Allianz Saúde S.A.	(1.351)	(1.342)
Allianz Seguros S.A.	(20)	(7)

18. Passivos contingentes: Em 31 de dezembro a Companhia apresenta a seguinte posição em contingências relacionadas a reclamações judiciais:

Probabilidade de perda	Natureza	Quantidade 2021	Quantidade 2020	Valor da causa 2021	Valor da causa 2020
Possível	Trabalhista	-	1	-	57
Provável	Trabalhista	1	-	78	-

A avaliação do caso é realizada segundo opinião de consultores jurídicos e, de acordo com definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 25, a seguradora constituiu provisão contábil para esta contingência em 2021.

19. Outras informações: a) Ressarcimentos: A Companhia é detentora de créditos vencidos e não pagos, cuja titularidade lhe foi transferida em função das indenizações por sinistros pagas aos seus segurados. A Companhia desenvolve ações de cobrança visando à recuperação desses valores. Os valores recuperados no exercício totalizam R$ 6.075 (R$ 4.466 em 2020), líquidos de despesas incorridas no processo de cobrança e brutos da parcela ressegurada, e estão registrados no grupo "Sinistros ocorridos" como ressarcimentos.

20. Novas normas internacionais: Os seguintes normativos foram divulgados pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) mas ainda não são aplicáveis para o exercício de 2021, tendo em vista que a Superintendência de seguros Privados (SUSEP) ainda não os aprovou. IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro; IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros; IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. Embora os pronunciamentos técnicos acima não sejam aplicáveis para o exercício, a companhia está avaliando junto ao Grupo os possíveis impactos em sua operação.

21. Impactos Covid-19 (Coronavírus): A pandemia do Covid-19 desenvolveu-se rapidamente em 2020, com um número significativo de casos. Internamente, adotamos todas medidas de segurança para mitigar seus efeitos, além de garantir o fornecimento de equipamentos essenciais aos nossos colaboradores para execução das atividades em home office. Graças ao constante gerenciamento de indicadores, projeções e controle de exposição ao risco, pudemos minimizar os efeitos da crise e entregar bons resultados. Seguiremos monitorando nosso fluxo de caixa e resultados, bem como permaneceremos atentos às orientações/sugestões de órgãos reguladores e governos, em paralelo, faremos o nosso melhor para continuar nossas operações com excelência e da forma mais segura possível, sem comprometer a saúde de nossos clientes, parceiros e colaboradores.

DIRETORIA

Rodrigo Rincon Jimenez
Diretor Presidente

Marcel Santos Rabelow
Diretor

CONTADOR/ATUÁRIA

Leandro Nunes Moreira
Contador - CRC SP-272949/O-4

André Correia
Atuário - MIBA 1141

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas, O Comitê de Auditoria ("Comitê") da **Euler Hermes Seguros S.A.** ("Companhia"), instituído nos termos do art. 126 da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, funciona em conformidade com o estatuto social da Companhia, e com o seu regimento interno aprovado pela Administração da Companhia. O presente Comitê foi constituído no primeiro semestre de 2021, conforme deliberação na ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021. Compete ao Comitê apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores contábeis independentes e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de compliance. A auditoria contábil independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e aos procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis as atividades da Companhia. O Comitê atua mediante reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores contábeis independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê mantém reuniões com gestores das áreas de contabilidade e finanças, controles internos e compliance, gestão de riscos, com os auditores contábeis independentes, e com os auditores internos, dentre outras. O Comitê estabeleceu com os auditores contábeis independentes um canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho, e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores contábeis independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores contábeis independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê manteve reuniões com o Diretor Presidente, e outros membros da diretoria da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de conhecer os principais fluxos operacionais, revisões de compliance e de gestão de riscos. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita, o Comitê considera que as demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

Ieda Cristina Correia Bheking da Silva
João Antônio Chiappa
Luiz Pereira de Souza

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Euler Hermes Seguros S.A.

Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Euler Hermes Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa [...] e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro [...] Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo – SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Euler Hermes Seguros S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Euler Hermes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das Provisões Técnicas de seguros (Notas 3(h) e 12)	
A Companhia possui registrados passivos relacionados a contratos de seguros, dos ramos de crédito e garantia, denominados Provisões Técnicas, com destaque para a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), que inclui a Provisão de Prêmios Não Ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR), bem como efetua testes para avaliar a suficiência desses passivos, através do Teste de Adequação de Passivos (TAP). O processo de determinação das metodologias utilizadas no cálculo das provisões técnicas, bem como a mensuração dessas provisões e do TAP, envolve julgamento, além do envolvimento de atuários na determinação dessas metodologias e premissas, que incluem, entre outras, construção de triângulos de desenvolvimento dos prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas consideradas na mensuração dessas provisões e do TAP poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.	Realizamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, efetuamos avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração dessas provisões técnicas e do TAP, tais como os fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Nossos procedimentos incluíram também recálculo e a confirmação de que as metodologias foram corretamente implementadas, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Companhia para as provisões de PPNG, PPNG-RVNE, IBNR e IBNeR. Adicionalmente, efetuamos testes de reconciliação das bases de dados dos prêmios emitidos e sinistros avisados, utilizadas no cálculo das provisões técnicas, com os respectivos saldos contábeis, bem como efetuamos testes de consistência históricos. Ainda quanto às bases de dados citadas anteriormente, efetuamos testes amostrais, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são razoáveis e consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

NOTAS E INFORMAÇÕES

A frustração dos eletroeletrônicos

Queda de vendas é consequência da alta da inflação, da diminuição da renda e da corrosão da confiança dos consumidores

O resultado decepcionante das vendas de produtos eletroeletrônicos é, em vários sentidos, uma síntese dos problemas por que passam a economia brasileira e os brasileiros, e também dos que se podem vislumbrar para os próximos meses. No ano passado, pela primeira vez em quatro anos, as vendas de eletroeletrônicos de consumo para o varejo caíram. A redução foi expressiva, de 7,2%, segundo a Eletros, a associação das empresas que fabricam esses produtos. Esse número destoa claramente dos estimados para os demais segmentos da economia. Ainda não se conhecem os números oficiais do desempenho da economia no ano passado, mas as projeções mais frequentes são de que o Produto Interno Bruto (PIB) deve ter crescido entre 4,5% e 5%.

"Foi uma frustração", disse ao **Estado** o presidente da Eletros, José Jorge do Nascimento Júnior. Os resultados do primeiro semestre de 2021 eram até animadores, mas os da segunda metade do ano mostraram uma grande virada, para baixo. Nem em 2020, o ano mais difícil para todos por causa da pandemia, os resultados tinham sido tão ruins.

A despeito de seu caráter um tanto inesperado, a queda tem várias explicações. São fatores que mostram os problemas que, tendo superado os piores impactos da pandemia, o País passou a enfrentar, por mudanças no cenário mundial e por erros internos, sobretudo da política econômica do governo Bolsonaro.

A inflação é o primeiro deles. Outros países registraram aceleração da inflação no ano passado, em razão de fortes medidas de estímulo à recuperação da atividade econômica. Mas, no Brasil, o aumento foi mais intenso. No ano passado, a inflação alcançou 10,06%, a mais alta desde 2015, em parte pelas incertezas disseminadas pelo governo. Na média das principais economias do mundo, a variação foi de cerca de 5%.

Custos industriais foram elevados em todo o mundo por problemas como gargalos na linha de suprimentos, por falta de bens ou dificuldades de transportes. Itens essenciais para a indústria eletroeletrônica, como aço e componentes, ficaram muito mais caros. A velocidade do aumento médio dos preços não foi, porém, acompanhada pela correção dos salários, cujo valor real médio caiu. O desemprego diminuiu, mas ainda há milhões de brasileiros sem ocupação, com trabalho precário ou afastados do mercado por falta de oportunidades.

O endurecimento da política monetária, com altas seguidas dos juros básicos decididas pelo Banco Central, resultou no encarecimento dos financiamentos. Com empréstimos mais caros, inflação em alta e renda real encolhendo, muitos consumidores desistiram de comprar produtos de maior valor, como os eletroeletrônicos, o que faziam por meio do crediário.

O empresariado considera que, sendo este um ano de Copa do Mundo, as vendas podem se recuperar. Mas pesquisas como as da Fundação Getulio Vargas mostram que, embora tenha subido em fevereiro, a confiança do consumidor continua muito baixa historicamente, mostrando um "comportamento volátil". Num ano eleitoral, essa volatilidade pode se intensificar.●

Tecnologia Startups

Omie planeja dobrar equipe e mira ser próximo 'unicórnio'

ELISA CALMON

A startup Omie vai reforçar o time em 2022 para se tornar o próximo unicórnio brasileiro, nome dado às empresas com valor de mercado de ao menos US$ 1 bilhão. Com o caixa forte bank em 2021, a fornecedora de serviços financeiros e de gestão para pequenas e médias empresas (PMEs) planeja criar mais de 1,5 mil vagas até dezembro.

A Omie é um dos 22 potenciais unicórnios brasileiros, segundo estudo produzido pela neste mês. Um dos fatores levados em consideração na análise é o crescimento da equipe. Se a meta de abertura de vagas para este ano se confirmar, a startup irá dobrar o quadro de funcionários pelo segundo ano consecutivo.

Além do cheque robusto re- clientes da Omie, também impulsionam a onda de contratações, segundo o chefe de recursos humanos da empresa, Luiz Massad. "Estamos otimistas com o avanço da vacinação, demanda por digitalização e retomada econômica. É hora de crescer para atender esse mercado muito amplo de PMES."

Diante desse cenário, a Omie espera saltar de 100 franquias para 250 em 2022. Cada unidade contém cerca de cinco funcionários. "Levando em consideração essa conta, o número de vagas pode ser ainda maior do que previsto inicial- são voltadas para a área comercial e 40% para a de tecnologia, distribuídas por todo o Brasil. A maior concentração ocorre no Sudeste e Sul, com oportunidades também em Fortaleza e na região metropolitana de Salvador. Os planos incluem ainda outros Estados do Nordeste sem franquias e também o Centro-Oeste.

A Omie avalia ainda ser cedo para se aprofundar quando o assunto é a expansão de receita para chegar ao *valuation* de US$ 1 bilhão. Mas vê "o crescimento exponencial como um movimento natural para esse

Tecnologia Delivery aéreo

Empresas testam drones para agilizar entregas

Experiências realizadas entre duas cidades de Sergipe resultaram em redução de até 35 minutos em relação à viagem convencional, feita por terra

RENÉE PEREIRA

Desde novembro passado, a pequena Barra dos Coqueiros, em Sergipe, experimenta uma novidade na logística local. Sem muitas opções de restaurantes, o município, de 28 mil habitantes, localizado ao lado da capital Aracaju, virou o centro de testes do iFood para entregas por drones. A operação reduzem até 35 minutos o trajeto entre as duas cidades e passa a atender a uma nova área que antes estava fora do radar da empresa por causa do tempo. Hoje as entregas são feitas em até 15 minutos.

Os drones circulam entre dois "droneports": um instalado no shopping RioMar Aracaju, de onde saem as comidas, e outro, em Barra dos Coqueiros. Desse espaço até a casa dos clientes, a entrega é feita em motos – sim, ainda vai demorar um bom tempo para os drones entregarem os pedidos na porta da casa das pessoas. A operação funciona de quarta a domingo, das 11 às 17 horas, e futuramente poderá ser expandida para o jantar.

"Para o iFood, cada minuto é essencial. Essa operação ajuda tanto a empresa quanto melhora a experiência do consumidor", diz a gerente de inovação logística da companhia, Brunna Bambini. Ela conta que novas rotas estão sendo estudadas junto com a Speedbird, dona de toda a tecnologia e fabricante dos drones, e com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), responsável pelas autorizações de voos. "Isso é só o começo. Estamos trabalhando para esse futuro virar realidade logo."

Como o iFood, outras empresas também entraram na corrida pelas entregas por drones. O movimento foi acelerado no mês passado, quando a pudesse fazer operações comerciais. A certificação permite o transporte de alimentos e outros produtos de até 2,5 quilos em um raio de 3 quilômetros. As entregas podem ser feitas em área urbana, desde que não sobrevoe pessoas.

"Essa foi uma das mais importantes autorizações que tivemos. A próxima será para transporte de produtos de até 5,9 kg, que já tem certificação para voo experimental", diz o sócio e cofundador da Speedbird, Manoel Coelho. Ele conta que, depois da autorização da Anac, o interesse das empresas pela operação teve um salto. Já são sete contratos fechados, três a serem assinados nos próximos dias e outros tantos em negociação. Até o fim do ano, Coelho estima que serão 50 operações ativas.

MEIO AMBIENTE. Uma das empresas que têm parceria com a Speedbird é a Natura. A companhia pretende usar os drones para tornar as entregas mais ágeis e seguras em locais afastados ou de difícil acesso. "A ideia é expandir a tecnologia e fazer com que ela chegue a todas as regiões do País à medida que mais rotas sejam validadas e regulamentadas", diz o diretor de Supply Chain e Inovação Logística da Natura & Co, Leonardo Romano.

Ele explica que a ideia é usar a tecnologia para aumentar a eficiência do serviço e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões de carbono. No mundo todo, diz o executivo, esse sistema tem trazido benefícios não só para a estratégia das empresas em reduzir o tempo de entrega, como também para o meio ambiente, visto que tem um baixo impacto ambiental.

"A tecnologia de drone para fazer entregas já é uma realidade em algumas partes do mundo, como Ruanda e Gana, onde

JORGE HENRIQUE/ESTADÃO

Teste do iFood em Aracaju utiliza uma rota entre dois 'droneports'

Entenda

Autorização
Em janeiro deste ano, a Anac concedeu a primeira autorização do País para a fabricante Speedbird iniciar a operação comercial de entregas por drones

Exigências
Os voos devem obedecer a algumas exigências, como fazer entregas com cargas de até 2,5 kg em um raio de 3 km. As operações podem ser feitas em áreas urbanas, desde que não sobrevoe pessoas. A autorização envolve o modelo DLV-1 Neo, mas a Speedbird já desenvolve um mais potente

Demanda
Com a autorização da Anac, várias empresas têm se mostrado interessadas em testar drones. Até o fim do ano, a Speedbird espera iniciar cerca de 50 operações em todo o País com produtos diversos, como bebidas, cosméticos, comidas, exames médicos, entrega de documentos e até sêmen de suínos

guns outros locais também começam a ser usados para entregas de varejo, alimentos e medicamentos."

O cofundador da Speedbird destaca que a diversidade de produtos que têm surgido para o transporte por drones é imensa. Nos últimos dez dias, afirma ele, houve interesse de empresas para movimentar sêmen de suínos, peças de telefone, amostras de minério e documentos. Entregas de bebidas também estão na lista. A Ambev tem uma parceria para estudar a alternativa com a Speedbird.

Multiuso
Além da área de alimentação, drones podem atuar em outros segmentos, como saúde

Segundo a empresa, o primeiro teste foi realizado em 2021 na cidade de Jaguariúna, interior de São Paulo. O drone tinha capacidade para transportar até 2 kg e percorreu 2 km até um condomínio de casas ao lado da cervejaria, trajeto feito em menos de 2 minutos. "De lá para cá, conseguimos evoluir no uso da tecnologia e estamos fazendo testes com drones maiores, em raios mais extensos, com voos mais longos e em outros municípios

chou contrato com a Speedbird é o Grupo Pardini. A empresa, uma rede de laboratórios, quer usar os drones para transportar amostras de exames e acelerar os resultados para os clientes. "O diagnóstico é importante e tem de ser rápido", diz o diretor de negócios lab to lab, Fernando Ramos. Segundo ele, a empresa atende regiões com desafios geográficos importantes.

"Em Ilhabela (SP), por exemplo, um automóvel pode demorar 120 minutos para ir e voltar de balsa. Fizemos um teste com drone e gastamos 14 minutos na operação." Nesse caso, por exemplo, é possível ter o resultado de um exame com mais de uma hora de antecedência, o que pode salvar vidas, completa Ramos. O mesmo ocorre em Itajaí (SC), onde a empresa também fez testes. Um trajeto que poderia demorar duas horas entre a cidade e o município de Navegantes por meio de ferryboat leva apenas oito minutos com o drone.

A operação do grupo, no entanto, depende de autorização específica da Anac, por se tratar de material biológico. O pedido já foi feito e a empresa aguarda o resultado. "Estamos acompanhando essa tecnologia há algum tempo e entendemos que, para o setor de saúde, será revolucionário."

Speedbird é a única empresa a ter autorização da Anac para fazer a logística de entrega por drones. A startup foi criada em 2019 pelo engenheiro Samuel Salomão e o administrador de empresas Manoel Coelho. Mas o negócio começou a ser pensado alguns anos antes.

Salomão morava nos Estados Unidos e trabalhava com Coelho em uma companhia de atendimento médico a distância. Era desenvolvedor de software para telemedicina. Em determinado momento, ele decidiu estudar o mercado de entregas. Em suas pesquisas, viu que vários países estavam desenvolvendo o assunto, mas que, na América Latina, havia um vazio sobre o tema.

Foi aí que ele resolveu deixar os Estados Unidos e voltar com a família para o Brasil, em 2018. Manoel Coelho se juntou a ele em junho de 2019, depois de 26 anos morando fora do País, e criaram a Speedbird. Em pouco tempo conseguiram atrair capital, desenvolver melhor os drones e atrair mais parceiros. Em janeiro, a Speedbird conseguiu a primeira autorização da Anac para voos comerciais com drones.

A empresa também teve certificação para fazer testes em Israel. A partir de março, fará apresentações em cidades do país sobre as operações realizadas no Brasil. "É uma grande

bmg | Seguros

BMG SEGUROS S.A.

CNPJ: 19.486.258/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento aos dispositivos legais e societários vigentes, apresentamos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da BMG Seguros S.A ("Companhia") relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Destacamos em 31 de dezembro de 2021 a diminuição em prêmios emitidos no montante de R$ 13 milhões, uma diminuição de 6,4% em comparação ao mesmo exercício do ano anterior, totalizando o volume de R$ 203,4 milhões em 2021 (R$ 216,4 milhões em 2020). Os Prêmios Ganhos ficaram no montante de R$ 164,4 milhões (R$ 115,3 milhões em 2020). O lucro líquido foi de R$ 5,8 milhões (R$ 10 milhões em 2020). O patrimônio líquido no exercício em 31 de dezembro de 2021 é R$ 51,3 milhões (R$ 46,3 milhões em 31 de dezembro de 2020). A Companhia, nos investimentos, mantém o foco em liquidez, no equilíbrio e otimização entre risco e retorno. O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 5,9 milhões (R$ 3,9 milhões em 2020). As aplicações financeiras atingiram o saldo de R$ 130,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R$ 128,1 milhões em 31 de dezembro de 2020), demonstrando solidez e capacidade de geração de caixa. A Companhia continuará operando em seguros no grupo de Riscos Financeiros e iniciando as operações em produtos de Riscos Elementares, através de canais digitais e novas parcerias. Em consonância com as melhores práticas empresariais, a Companhia adota a política de Governança Corporativa, visando a manutenção e o aprimoramento das suas estruturas de Controles Internos, Compliance e de Auditoria Interna, as quais buscam, constantemente, a transparência nos padrões mais elevados de integridade e ética profissional e social. A segurança da informação é preocupação constante para a Companhia. Agradecemos aos nossos acionistas e parceiros de negócios, pela confiança demonstrada e resseguradores por todo o suporte e parceria e aos nossos diretores e colaboradores pelo profissionalismo, esforços e dedicação que possibilitam os resultados alcançados.

São Paulo, 25 de fevereiro 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		385.382	327.288
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.772	3.989
Caixa e bancos		1.772	3.989
Aplicações	5	85.452	99.076
Títulos renda fixa - Públicos		62.106	56.557
Quotas de fundos de investimentos		23.346	42.519
Créditos das operações com seguros e resseguros		150.161	107.661
Prêmios a receber	6.1	142.366	90.731
Operações com seguradoras	6.2	7.270	16.743
Operações com resseguradoras	6.3	525	187
Outros créditos operacionais	6.4	9.784	6.840
Títulos e créditos a receber		1.377	1.242
Impostos e Contribuições a Recuperar	7.1	1.220	1.114
Outros créditos	7.3	157	128
Despesas antecipadas		229	91
Custos de aquisição diferidos	8	43.067	31.463
Ativos de resseguro e retrocessão	9	93.540	76.926
NÃO CIRCULANTE		373.339	353.700
Aplicações	5	45.336	29.039
Títulos renda fixa - Públicos		45.336	29.039
Créditos das operações com seguros e resseguros		123.489	126.772
Prêmios a receber	6.1	122.502	126.082
Operações com seguradoras	6.2	987	690
Títulos e créditos a receber		146	74
Tributos diferidos	7.2	146	74
Custos de aquisição diferidos	8	69.479	66.558
Ativos de resseguro e retrocessão	9	123.281	125.463
Imobilizado	10.1	1.151	1.160
Intangível	10.2	8.498	4.634
Ativos direito de uso	11	1.959	–
TOTAL DO ATIVO		758.721	680.988

PASSIVO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		333.766	261.810
Contas a pagar		9.874	6.410
Obrigações a pagar	12	2.062	3.175
Impostos e encargos sociais a recolher	13	1.150	764
Encargos trabalhistas	14	1.784	1.614
Impostos e contribuições	15.1	4.878	857
Operações com seguros e resseguros	16	133.956	101.216
Prêmios a restituir	16.1	1.651	178
Operações com seguradoras	16.2	4.395	4.196
Operações com resseguradoras	16.3	90.484	69.957
Corretores de seguros e resseguros	16.4	37.426	26.721
Outros débitos operacionais		–	164
Depósitos de terceiros	17	1.744	5.153
Provisões técnicas - seguros	18	187.758	149.031
Danos		187.758	149.031
Passivos de arrendamento	11	434	–
NÃO CIRCULANTE		373.591	372.841
Provisões técnicas - seguros	18	285.442	284.486
Danos		285.442	284.486
Passivos de arrendamento	11	1.692	–
Operações com seguros e resseguros	16	86.457	88.355
Operações com seguradoras	16.2	3.857	2.648
Operações com resseguradoras	16.3	53.856	55.335
Corretores de seguros e resseguros	16.4	28.744	30.372
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	51.364	46.337
Capital social		33.750	33.750
Reserva legal		1.108	814
Reserva estatutária		16.506	11.773
TOTAL DO PASSIVO		758.721	680.988

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Prêmios emitidos		203.353	216.408
(+/–) Variações das provisões técnicas de prêmios		(38.993)	(101.087)
Prêmios ganhos	22.a	164.360	115.321
Sinistros ocorridos	22.b	(2.434)	(2.707)
Custos de aquisição	22.c	(37.438)	(24.510)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(3.930)	8.054
Resultado com resseguro	22.e	(72.088)	(52.325)
Receita com resseguro		385	1.076
Despesa com resseguro		(72.473)	(53.401)
Despesas administrativas	22.f	(35.825)	(26.758)
Despesas com tributos	22.g	(5.713)	(3.903)
Resultado financeiro	22.h	5.945	3.281
Resultado operacional		12.877	16.453
Ganhos (Perdas) com ativos não correntes		–	62
Resultado antes dos impostos e contribuições		12.877	16.515
Imposto de renda	23	(3.496)	(4.008)
Contribuição social	23	(2.631)	(2.479)
Participação sobre o resultado		(870)	–
Lucro líquido do exercício		5.880	10.028
Quantidade de ações		28.859.317	28.859.317
Lucro por ação (em reais)		0,20	0,35

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício	5.880	10.028
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	5.880	10.028

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Discriminação	Capital Social	Aumento (Redução) Capital em Aprovação	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2019	19.750	1.500	313	4.628	–	26.191
Aumento de Capital - Portaria SUSEP nº 239 de 19/02/20	1.500	(1.500)	–	–	–	–
Aumento de Capital - Portaria SUSEP nº 413 de 02/07/20	2.500	–	–	–	–	2.500
Aumento de Capital - Portaria SUSEP nº 592 de 28/10/20	10.000	–	–	–	–	10.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	10.028	10.028
Destinação do resultado:						
Reserva Legal	–	–	501	–	(501)	–
Reserva Estatutária	–	–	–	7.145	(7.145)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(2.382)	(2.382)
Saldos em 31/12/2020	33.750	–	814	11.773	–	46.337
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	–	–	–	(167)	–	(167)
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	(686)	–	(686)
Lucro líquido do exercício						
Destinação do resultado:	–	–	–	–	5.880	5.880
Reserva Legal	–	–	294	–	(294)	–
Reserva Estatutária	–	–	–	4.189	(4.189)	–
Dividendos propostos	–	–	–	1.397	(1.397)	–
Saldos em 31/12/2021	33.750	–	1.108	16.506	–	51.364

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	5.880	10.028
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1.315	1.126
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	183	9
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	–	(62)
Ativo fiscal diferido	(72)	(74)
Variação dos custos de aquisição diferido	2.767	(4.429)
Variação dos ativos de seguro - provisões técnicas	(10.748)	(33.856)
Lucro líquido ajustado	(675)	(27.258)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(2.673)	(46.992)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(45.426)	(80.301)
Ativos de resseguro	(28.462)	(68.564)
Créditos fiscais e previdenciários	(106)	133
Despesas antecipadas	(138)	(30)
Custos de aquisição diferidos	(29.051)	(58.032)
Outros ativos	(2.973)	(6.846)
Impostos e contribuições	7.143	6.401
Outras contas a pagar	(4.179)	496
Débitos de operações com seguros e resseguros	35.188	66.210
Depósitos de terceiros	(3.409)	243
Provisões técnicas - seguros e resseguros	77.898	205.480
Caixa gerado (aplicado nas) pelas Operações	3.137	(9.060)
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(2.566)	(5.438)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais	571	(14.408)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	(5.170)	(3.514)
Imobilizado	(202)	(202)
Intangível	(4.968)	(3.312)
Recebimento pela venda:	–	103
Imobilizado	–	103
Caixa Líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(5.170)	(3.411)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	–	12.500
Dividendos pagos	2.382	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.382	12.500
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.217)	(5.319)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.989	9.308
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.772	3.989

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A BMG Seguros S.A. foi constituída em 11 de novembro de 2013 e é uma sociedade anônima fechada, autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Tem por objeto social a comercialização de seguros de danos em todo o território nacional, especificamente nos ramos de garantia de obrigações públicas e privadas, global de bancos, ramos elementares e podendo ainda, participar de outras sociedades. Em 22 de abril 2020 a BMG Participações em Negócios Ltda., sociedade controlada pelo Banco BMG, celebrou o acordo de acionistas com a Assicurazioni General Sp.A, transferindo ações emitidas e circulantes da sociedade, representando 30% do seu capital social total e votante, totalmente subscrito e integralizado.

2 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros, principalmente pela capacidade financeira de seus acionistas. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base neste princípio. Em 25 de fevereiro de 2022, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data. **2.2 - Adoção inicial de novos pronunciamentos:** CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O pronunciamento substitui, a partir de 01 de janeiro de 2021, o IAS 17/CPC 06 (R1) - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: I. reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e II. reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) pelo método de transição retrospectivo modificado em 1º de janeiro de 2021, utilizando-se os seguintes critérios: • taxa de desconto unificada, considerando uma carteira de contratos semelhantes; • cálculo do passivo de arrendamento e do Ativo de Direito de Uso pelo valor presente dos pagamentos remanescentes; e • revisão dos contratos e prazos dos arrendamentos. • A adoção inicial do CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2021, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

	01.01.2021
Ativo	2.929
Não Circulante	2.929
Ativos Direito de Uso	2.929

	01.01.2021
Passivo	3.109
Circulante	500
Passivos de Arrendamento	500
Não Circulante	2.609
Passivos de Arrendamento	2.609

2.3 - Base de mensuração, apresentação e moeda funcional: As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, arredondados para a casa deci-

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1- Classificação dos contratos de seguro: Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.2 - Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente. **3.2.1 - Estimativa do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de hierarquia. A hierarquia de valor justo deve ter os seguintes níveis: **Nível I** - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; **Nível II** - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1. Que são observáveis para ativo ou passivo. Diretamente. **Nível III** - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* observáveis). A Companhia não tem perda esperada de seus ativos financeiros por estarem avaliados a valor justo. **3.3 - Instrumentos financeiros: 3.3.1 - Caixa e equivalentes de caixa:** Disponível inclui caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **3.3.2 - Ativos financeiros não derivativos:** A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação destes na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros não derivativos são classificados, quando aplicável, de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: I. **Valor justo por meio do resultado ("mantido para negociação")** - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período; II. **Disponíveis para venda** - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores de mercado, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido; e **III. Mantidos até o vencimento** - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período. **3.3.3 - Empréstimos e recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, valores a receber e direitos junto a resseguradores e seguradoras no caso de cosseguro. **3.4 - Crédito das operações:** Demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas de encerramento dos balanços, combinados com os seguintes aspectos: • A provisão para recuperação ao valor recuperável de prêmios a receber é constituída para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo é baseado em um estudo sobre informações históricas de parcelas a receber, e o seu valor será constituído conforme experiência de recebimentos de parcelas inadimplentes. • Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias. • Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. • Custos de aquisição diferidos - As despesas de comercialização compreendem as comissões de seguros a pagar para os corretores e são diferidas de acordo com o prazo de vigência das apólices. **3.5 - Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** A Companhia realiza a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de fechamento de balanço. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo e passivo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável de prêmios a receber é constituído para fazer frente face as eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo é baseado em um estudo sobre informações históricas de parcelas a receber, e o seu valor será apurado e constituído mensalmente conforme experiência de recebimentos de parcelas inadimplentes. **3.6 - Imobilizado, Intangível e ativos de direito de uso: (a) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisadas anual-

de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. As amortizações são calculadas pelo método linear que levam em consideração a vigência dos contratos e são revisadas anualmente. **(c) Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento. A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado. A Companhia aplica as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento. **3.7 - Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios com participação nos lucros de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do lucro da empresa ou sua deliberação. A Companhia não tem benefícios a longo prazo e/ou baseado em ações. **3.8 - Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais - NTA, conforme descritos a seguir: A **provisão de prêmios não ganhos (PPNG)** é constituída pelo valor bruto dos prêmios de seguro retidos correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata dia". As parcelas referentes aos **Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)** é calculada através de metodologia atuarial própria, baseada na observação do desenvolvimento da carteira apurada através de triângulo de *Run-off*. A **provisão de sinistros a liquidar (PSL)** é constituída por estimativa de valor a indenizar com base nos avisos de sinistros recebidos, e ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas técnicas. A PSL inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, em decorrência de disputas judiciais em curso a qual é constituída com base nas notificações de ajuizamento recebidas e de processos em fase de regulação de sinistros, até a data-base das demonstrações financeiras. Seu valor é determinado com base nos critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores. A **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A **provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)** é constituída com base em metodologia própria que visa estimar valor suficiente e justo para fazer frente aos sinistros já ocorridos e que, por algum motivo, ainda não tenham sido comunicados à Companhia. **3.9 - Teste de adequação dos passivos:** O TAP (Teste de adequação dos passivos) é realizado com objetivo de averiguar eventual insuficiência entre o montante registrado a título de provisões técnicas e as estimativas correntes do fluxo de

bmg | Seguros

BMG SEGUROS S.A. CNPJ: 19.486.258/0001-78

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco utilizando-se dos parâmetros do índice IPCA, conforme critérios de estimação, interpolação e extrapolação estabelecidos em conformidade com as normas divulgadas pela SUSEP. As premissas realistas utilizadas baseiam-se, prioritariamente, nos dados históricos advindos das operações da própria Companhia. O teste foi realizado observando-se ainda as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, em linha como requerido pelo CPC 11. Acerca do relatório técnico emitido pela SUSEP em 31 de dezembro de 2021 considerando um novo método de estimação das estruturas a termo das taxas de juros (ETTJs) a serem utilizadas pelas entidades no Teste de Adequação do Passivo (TAP), tem-se que a Companhia irá avaliar os impactos decorrentes de possível alteração no método de estimação durante o primeiro semestre de 2022. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, consistentes com informações do mercado segurador. O índice de sinistralidade considerado no teste foi de 5,8%, valor este obtido através da observação de todo o mercado segurador para os ramos projetados no teste, tendo em vista a BMG Seguros ainda não possuir quantidade suficiente de sinistros para utilizar-se de índice próprio. Quando identificada insuficiência, registra-se a provisão complementar de cobertura ou realiza-se ajuste nas provisões de sinistros, a depender da origem da insuficiência - sinistros futuros ou sinistros já ocorridos, respectivamente - em contrapartida ao resultado do período. O teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2021 não identificou qualquer insuficiência e, consequentemente, não há necessidade de constituição de qualquer uma das provisões citadas. **3.10 - Avaliação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos. **3.11 - Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anuais para imposto de renda, e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social, exceto diferido, que se manteve em 15% para CSLL. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **3.12 - Mensuração dos contratos de seguros:** A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data de início de vigência dos riscos para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, e as correspondentes despesas e receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os prêmios e as comissões de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas (RVNE) são calculadas conforme nota técnica atuarial. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com os contratos firmados com os resseguradores. **3.13 - Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas:** Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. Caso seja identificado qualquer necessidade de provisão, a Companhia avalia em seu departamento jurídico e/ou com base na opinião de advogados externos. Em 31 de dezembro de 2021 não há nenhuma contingência registrada (trabalhista, cível e tributária), tanto passiva, quanto ativo contingente. **3.14 - Gestão de riscos:** A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez, risco de subscrição, risco operacional e risco socioambiental. A fim de mitigar estes riscos, a Companhia realiza em seu processo de gestão de risco, uma série de políticas e ações necessárias à identificação, avaliação e controle de riscos. A gestão de riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, a fim de proteger o resultado da Companhia. O grupo possui controles internos que se destinam, a garantir que essas políticas e estratégias sejam cumpridas de acordo com os objetivos definidos pela Companhia e seus acionistas. Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são: **Risco de liquidez** - O risco de liquidez consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros. Como forma de mitigar esse risco, a Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. O excesso de caixa mantido, é monitorado pela programação financeira. O excedente de caixa é direcionado às aplicações financeiras e em títulos e valores mobiliários, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões. **Risco de mercado** - O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas, decorrentes das flutuações do valor dos ativos, dada as oscilações do mercado financeiro. O controle de risco é baseado no modelo VAR (*Value at Risk*), que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira. **Risco de crédito** - O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte. A fim de minimizar o risco de crédito, a totalidade dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais que são criteriosamente selecionados e monitorados diariamente pela gerência de investimentos. A Companhia tem como política trabalhar com instituições que possuem alto grau de confiabilidade e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico. A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de *rating*. **Processo de gestão de risco financeiro** - A gestão de risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela gerência de investimentos e é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado e diversificação dos ativos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Risco de subscrição** - tem responsabilidade de analisar condições e critérios de taxação para aceitação dos negócios propostos, baseando-se em políticas internas e as fixadas pelos órgãos reguladores. Estuda propostas, pedidos de cobertura, averbação, garantias e respectivos endossos, aplicando tarifas, efetuando cálculos de prêmios e estabelecendo prazos de vigência e cobertura para adequá-los aos interesses dos segurados e cumprimento fiel das normas de aceitação da Companhia. **Risco operacional** - fica responsável pela coordenação dos trabalhos de natureza técnica e operacional, conduzindo-os de forma que atenda às diretrizes de governança e segurança, bem como a íntegra aplicação de toda a legislação vigente, sobretudo as normas do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) e do sistema de controles internos da Companhia. **Risco socioambiental** - Representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Os riscos socioambientais associados à nossa atividade são, em sua maioria significativa, indiretos e advém das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os segurados. **3.14.1 - Concentração dos Riscos:** O quadro abaixo demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseado no valor dos Prêmios retidos líquidos de RVNE.

	31.12.2021		31.12.2020	
Região de Operação	**Prêmio retido**	**%**	**Prêmio retido**	**%**
Centro-Oeste	7.112	6	6.993	5
Nordeste	13.429	12	8.747	7
Norte	3.041	3	2.038	2
Sudeste	80.735	71	104.697	82
Sul	8.919	8	5.429	4
Total	113.236	100	127.904	100

3.14.2 - Exposições ao crédito de resseguro: A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais e adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser escolhidas, o impacto das operações é avaliado regularmente. A Companhia utiliza estratégia de diversificação de riscos no programa de resseguro com resseguradores que tenham *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos seja minimizado.

Tipo	Agência classificadora	*Rating* (*)	31.12.2021 Prêmio Cedido	31.12.2020 Prêmio Cedido
Local	Sem *rating* -	–	5.641	(564)
Admitido	A.M. Best Company	A	3.236	7.422
Admitido	A.M. Best Company	A+	(14)	(406)
Admitido	Standard & Poor's/FITCH	A+	39.368	7.777
Eventual	A.M. Best Company	A-	–	4.310
Eventual	A.M. Best Company	A	11.645	5.173
Eventual	A.M. Best Company	A+	6.374	–
Eventual	Standard & Poor's/FITCH	BBB+	4.932	–
Eventual	Standard & Poor's/FITCH	A-	746	271
Eventual	Standard & Poor's/FITCH	A+	2.327	–
Eventual	Standard & Poor's/FITCH	AA	3.036	–
Eventual	Standard & Poor's/FITCH	AA+	–	1.033
Total			77.291	25.016

(*) Os dados das agências classificadoras de *rating* foram extraídos do site SUSEP.

3.15 - Análise de sensibilidade: Na presente análise de sensibilidade simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, um aumento ou diminuição na frequência das despesas administrativas de 2,5%, bem como um aumento ou diminuição na frequência da sinistralidade de 5%, cujo impacto no resultado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são demonstrados abaixo.

Premissas	Impacto líquido no resultado 31.12.2021
Aumento de 2,5% na frequência de DA	493
Diminuição de 2,5% na frequência de DA	(493)
Aumento de 2,5% na aplicação financeira	49

Premissas	31.12.2020
Aumento de 2,5% na frequência de DA	368
Diminuição de 2,5% na frequência de DA	(368)
Aumento de 2,5% na aplicação financeira	48
Diminuição de 2,5% na aplicação financeira	(48)
Aumento de 5% na sinistralidade	74
Diminuição de 5% na sinistralidade	(74)

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	–	1
Bancos	1.772	3.988
Total	1.772	3.989

5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Categoria	Nível de Hierarquia	*Aging*	31.12.2021 Valor Contábil	31.12.2021 % por Categoria	31.12.2020 Valor Contábil	31.12.2020 % por Categoria
I - Valor justo por meio do resultado						
Circulante						
Fundos de investimentos de renda fixa	II	Sem Vencimento	23.346	18%	42.519	33%
Letras Financeiras do Tesouro	I	01.03.2021	–	–	56.557	44%
Letras Financeiras do Tesouro	I	01.03.2022	41.489	32%	–	–
Letras do Tesouro Nacional	I	01.01.2022	20.617	16%	–	–
Total Circulante			85.452	66%	99.076	77%
I - Valor justo por meio do resultado						
Não circulante						
Letras do Tesouro Nacional	I	01.07.2023	13.350	10%	13.950	11%
Notas do Tesouro Nacional	I	15.05.2025	21.792	16%	15.089	12%
Letras Financeiras do Tesouro	I	01.09.2027	10.194	8%	–	–
Total não circulante			45.336	34%	29.039	23%
Total			130.788	100%	128.115	100%

5.1 - Movimentação das aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo em 31.12.2020	128.115	128.115
Aplicação	218.900	218.900
Resgate	(222.422)	(222.422)
Rendimentos	6.195	6.195
Saldo em 31.12.2021	130.788	130.788

	Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo em 31.12.2019	81.124	81.124
Aplicação	105.764	105.764
Resgate	(61.363)	(61.363)
Rendimentos	2.590	2.590
Saldo em 31.12.2020	128.115	128.115

6 - PRÊMIOS A RECEBER

6.1 - Movimentação dos prêmios a receber

31.12.2021

	Prêmios a receber seguros	Prêmios RVNE	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Prêmios diretos				
Compreensivo empresarial	1.269	–	(3)	1.266
Riscos de engenharia	299	–	(3)	296
Responsabilidade Civil Geral	4	–	(1)	3
Responsabilidade Civil Profissional	12	–	–	12
Garantia Segurado - Setor Público	206.500	16.329	(710)	222.119
Garantia Segurado - Setor Privado	2.227	46	(41)	2.232
Total direto	210.311	16.375	(758)	225.928
Prêmios cosseguro aceito				
Compreensivo empresarial	16	–	–	16
Riscos de engenharia	44	–	–	44
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	29	–	–	29
Responsabilidade Civil Profissional	290	–	–	290
Garantia Segurado - Setor Público	24.754	1.869	(552)	26.071
Garantia Segurado - Setor Privado	12.388	102	–	12.490
Total cosseguro aceito	37.521	1.971	(552)	38.940
Total (direto + aceito)	247.832	18.346	(1.310)	264.868
Circulante	125.330	18.346	(1.310)	142.366
Não Circulante	122.502	–	–	122.502

31.12.2020

	Prêmios a Receber Seguros	Prêmios RVNE	Redução ao valor recuperável	Prêmios a Receber Líquido
Prêmios diretos				
Compreensivo empresarial	62	–	(32)	30
Responsabilidade Civil Geral	9	–	(5)	4
Garantia Segurado - Setor Público	150.805	11.246	(126)	161.925
Garantia Segurado - Setor Privado	1.224	14	–	1.238
Riscos Diversos	4	–	–	4
Total direto	152.104	11.260	(163)	163.201
Prêmios cosseguro aceito				
Garantia Segurado - Setor Público	35.981	1.916	(21)	37.876
Garantia Segurado - Setor Privado	15.648	88	–	15.736
Total Cosseguro Aceito	51.629	2.004	(21)	53.612
Total (direto + aceito)	203.733	13.264	(184)	216.813
Circulante	77.561	13.264	(184)	90.731
Não Circulante	126.082	–	–	126.082

O parcelamento médio com base nas emissões é de 1,33 parcelas para o ramo garantia e 2,45 para demais ramos em 2021 (4 parcelas para o ramo garantia em 2020).

6.1.1 - *Aging* Prêmios a Receber

Prêmios diretos — A vencer	31.12.2021 Curto Prazo	31.12.2021 Longo Prazo	31.12.2021 Total	31.12.2020 Curto Prazo	31.12.2020 Longo Prazo	31.12.2020 Total
De 1 a 30 dias	16.460	–	16.460	13.652	–	13.652
De 31 a 60 dias	16.522	–	16.522	7.080	–	7.080
De 61 a 120 dias	20.589	–	20.589	6.398	–	6.398
De 121 a 180 dias	1.773	–	1.773	2.005	–	2.005
De 181 a 365 dias	25.675	–	25.675	21.460	–	21.460
Acima de 365	–	100.740	100.740	–	92.034	92.034
	81.019	100.740	181.759	50.595	92.034	142.629

Prêmios diretos — Vencidos	31.12.2021 Curto Prazo	31.12.2021 Longo Prazo	31.12.2021 Total	31.12.2020 Curto Prazo	31.12.2020 Longo Prazo	31.12.2020 Total
De 1 a 30 dias	18.704	–	18.704	6.356	–	6.356
De 31 a 60 dias	4.695	–	4.695	419	–	419
De 61 a 120 dias	736	–	736	577	–	577
De 121 a 180 dias	3.782	–	3.782	1.735	–	1.735
De 181 a 365 dias	419	–	419	196	–	196
Acima de 365	216	–	216	192	–	192
	28.552	–	28.552	9.475	–	9.475
Total prêmios diretos	109.571	100.740	210.311	60.070	92.034	152.104

Prêmios cosseguro aceito — A vencer	31.12.2021 Curto Prazo	31.12.2021 Longo Prazo	31.12.2021 Total	31.12.2020 Curto Prazo	31.12.2020 Longo Prazo	31.12.2020 Total
De 1 a 30 dias	1.217	–	1.217	246	–	246
De 31 a 60 dias	3.497	–	3.497	6.723	–	6.723
De 61 a 120 dias	2.689	–	2.689	2.196	–	2.196
De 121 a 180 dias	390	–	390	365	–	365
De 181 a 365 dias	7.966	–	7.966	8.051	–	8.051
Acima de 365	–	21.762	21.762	–	34.048	34.048
	15.759	21.762	37.521	17.581	34.048	51.629
Total prêmios cosseguro aceito	15.759	21.762	37.521	17.581	34.048	51.629
Total prêmios a receber sem RVNE	125.330	122.502	247.832	77.651	126.082	203.733

6.2 - Operações com seguradoras

	31.12.2021 Curto Prazo	31.12.2021 Longo Prazo	31.12.2021 Total	31.12.2020 Curto Prazo	31.12.2020 Longo Prazo	31.12.2020 Total
Prêmios de Cosseguro Aceito	6.072	–	6.072	12.656	–	12.656
Restituição de Cosseguro Cedido	276	–	276	3.701	–	3.701
Comissão de Cosseguro Cedido	731	987	1.718	386	690	1.076

6.3 - Operações com resseguradoras

	31.12.2021	31.12.2020
Sinistros pagos a recuperar de resseguradores	525	187
Total	525	187

6.4 - Outros créditos operacionais

	31.12.2021	31.12.2020
Incentivo à Produção	3.363	6.708
Adiantamento de Comissão	6.421	–
Consórcio DPVAT	–	132
Total	9.784	6.840

7 - TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

7.1 - Impostos e Contribuições a Recuperar/Compensar

	31.12.2021	31.12.2020
IRPJ a compensar	514	514
IRRF a Recuperar	199	–
CSLL a compensar	398	398
COFINS a compensar	17	128
PIS a compensar	57	71
Outros	35	3
Total	1.220	1.114

7.2 - Tributos diferidos

IR e CSLL sobre diferenças temporárias decorrentes de:	31.12.2020	Constituição/ (Reversão)	31.12.2021
Ativo	74	768	842
IR e CSLL sobre provisão crédito liquidação duvidosa	74	450	524
IR e CSLL sobre arrendamentos	–	318	318
Passivo	–	(696)	(696)
IR e CSLL sobre provisão crédito liquidação duvidosa	–	(377)	(377)
IR e CSLL sobre arrendamentos	–	(319)	(319)
Total	74	72	146

Os tributos diferidos são calculados a partir da diferença temporária decorrentes do reconhecimento da Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (prazo de realização indeterminada) e depreciação dos ativos de direito de uso (contrato vigente até fevereiro de 2028).

7.3 - Outros créditos

	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamento de férias	23	91
Adiantamento a fornecedores	125	28
Outros	9	9
Total	157	128

8 - CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos pela Companhia, em sua totalidade, correspondem às comissões de corretagem de seguros sobre riscos vigentes emitidos e riscos vigentes não emitidos (RVNE) e das despesas administrativas relacionadas diretamente à operação de seguros. O diferimento é calculado da mesma forma que a PPNG, ou seja, são diferidos linearmente pelo método "pro rata dia" com base na vigência da apólice e são separados entre circulante e não circulante.

8.1 - Detalhamento por ramo

31.12.2021

	Custo de aquisição diferido - Direto	Custo de aquisição diferido - Cosseguro Aceito	Total
Compreensivo empresarial	222	23	245
Riscos de engenharia	75	9	84
Global de bancos	1	–	1
Riscos Diversos	7	–	7
Responsabilidade de Adm e Dir. - D&O	–	6	6
Responsabilidade Civil Profissional	2	57	59
Garantia Segurado - Setor Público	93.270	8.265	101.535
Garantia Segurado - Setor Privado	3.593	7.016	10.609
	97.170	15.376	112.546
Circulante	37.563	5.504	43.067
Não circulante	59.607	9.872	69.479

31.12.2020

	Custo de aquisição diferido - Direto	Custo de aquisição diferido - Cosseguro Aceito	Total
Compreensivo empresarial	6	–	6
Global de bancos	1	–	1
Riscos Diversos	7	–	7
Fiança locatícia	3	–	3
Garantia Segurado - Setor Público	76.592	11.246	87.838
Garantia Segurado - Setor Privado	1.380	8.786	10.166
	77.989	20.032	98.021
Circulante	25.428	6.035	31.463
Não circulante	52.561	13.997	66.558

8.2 - Movimentação

	31.12.2020	Constituição/ (Reversão)	31.12.2021
Compreensivo Empresarial	6	239	245
Riscos de engenharia	–	84	84
Global de bancos	1	–	1
Riscos Diversos	7	–	7
Responsabilidade de Adm e Dir. - D&O	–	6	6
Responsabilidade Civil Profissional	–	59	59
Fiança Locatícia	3	(3)	–
Garantia Segurado - Setor Público	87.838	13.697	101.535
Garantia Segurado - Setor Privado	10.166	443	10.609
Total	98.021	14.525	112.546

	31.12.2019	Constituição/ (Reversão)	31.12.2020
Compreensivo Empresarial	–	6	6
Global de bancos	–	1	1
Riscos Diversos	–	7	7
Fiança Locatícia	–	3	3
Garantia Segurado - Setor Público	55.203	32.635	87.838
Garantia Segurado - Setor Privado	13.802	(3.636)	10.166
Total	69.005	29.016	98.021

9 - ATIVOS DE RESSEGURO

31.12.2021

Ativos de resseguro	Prêmio de resseguro diferido	IBNR-Sinistros ocorridos e não avisados	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Compreensivo Empresarial	909	2	911
Riscos de engenharia	1.014	–	1.014
Responsabilidade de Adm e Dir. - D&O	10	–	10
Responsabilidade Civil	2	–	2
Responsabilidade Civil Profissional	106	–	106
Fiança Locatícia	1	–	1
Garantia Segurado - Setor Público	197.172	2.320	199.492
Garantia Segurado - Setor Privado	15.040	245	15.285
Total	214.254	2.567	216.821
Circulante	90.973	2.567	93.540
Não Circulante	123.281	–	123.281

31.12.2020

Ativos de Resseguro	Prêmio de resseguro diferido	IBNR-Sinistros ocorridos e não avisados	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Compreensivo Empresarial	34	9	43
Fiança Locatícia	5	–	5
Garantia Segurado - Setor Público	183.732	2.052	185.784
Garantia Segurado - Setor Privado	15.906	651	16.557
Total	199.677	2.712	202.389
Circulante	74.214	2.712	76.926
Não Circulante	125.463	–	125.463

10 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

10.1 - Imobilizado

31.12.2021

Descrição	Taxa anual de depreciação	Valor de custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Hardware	20%	576	(171)	405

bmg | Seguros

BMG SEGUROS S.A. CNPJ: 19.496.258/0001-78

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.12.2020				
Descrição	Taxa anual de depreciação	Valor de custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Hardware	20%	378	(75)	303
Móveis, máquinas e utensílios	10%	190	(45)	145
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	950	(238)	712
Total		1.518	(358)	1.160

10.2 - Intangível

31.12.2021				
Descrição	Taxa anual de amortização	Valor de custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Licenças de Softwares	20%	10.805	(2.307)	8.498
Total		10.805	(2.307)	8.498

31.12.2020				
Descrição	Taxa anual de amortização	Valor de custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Licenças de Softwares	20%	5.836	(1.202)	4.634
Total		5.836	(1.202)	4.634

10.3 - Movimentação Imobilizado e Intangível

	Imobilizado	Intangível
Saldo em 31.12.2019	1.194	2.254
Aquisição	202	3.312
Baixa	(42)	–
Depreciação/Amortização	(194)	(932)
Saldo em 31.12.2020	1.160	4.634
Aquisição	202	4.968
Depreciação/Amortização	(211)	(1.104)
Saldo em 31.12.2021	1.151	8.498

11 - ARRENDAMENTOS

11.1 - Ativos Direito de Uso

31.12.2021	Ativos Direito de Uso	Depreciação acumulada	Ativos Direito de Uso (Líquido)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	4.006	(1.077)	2.929
Depreciação	–	(436)	(436)
Constituição (reavaliação de taxa ou baixa)	(534)	–	(534)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.472	(1.513)	1.959

Os Ativos de Direito de Uso referem-se a locações de imóveis de terceiros para a condução dos negócios da Companhia. Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial do CPC 06 (R2) ocorreu em 01 de janeiro de 2021, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma (vide nota explicativa nº 2.2).

11.2 - Passivos de Arrendamento

31.12.2021	Passivo de Arrendamento	Juros a Apropriar	Passivo de Arrendamento (Líquido)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	5.095	(1.986)	3.109
Apropriação de Juros financeiros	–	360	360
Constituição (reavaliação de taxa ou baixa)	(557)	–	(557)
Pagamentos do aluguel	(786)	–	(786)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.752	(1.626)	2.126
Circulante			434
Não Circulante			1.692

Deve-se aos passivos de arrendamentos, mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim dos contratos, calculados através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos. Com a adoção do CPC 06 (R2), a partir de 01 de janeiro de 2021, a Companhia passou a reconhecer em seu Balanço Patrimonial o Ativo De Direito de Uso, assim como os Passivos dos contratos de arrendamentos, ambos trazidos a valor presente. Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial do CPC 06 (R2) ocorreu em 01 de janeiro de 2021, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma (vide nota explicativa nº 2.2).

12 - OBRIGAÇÕES A PAGAR

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	668	793
Dividendos a pagar	–	2.382
Participação sobre os resultados	514	–
Outras	880	–
Total	2.062	3.175

13 - IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda retido na fonte	448	370
Contribuições previdenciárias	301	67
ISS retido a recolher	71	203
FGTS	109	93
PIS/COFINS e CSLL de terceiros	104	21
IOF sobre Prêmios	115	8
Outros	2	2
Total	1.150	764

14 - ENCARGOS TRABALHISTAS

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão de Férias	1.330	1.203
Provisão de INSS sobre Férias	348	315
Provisão de FGTS sobre Férias	106	96
Total	1.784	1.614

15 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de Renda	2.260	262
Contribuição Social	1.853	216
COFINS	658	326
PIS	107	53
Total	4.878	857

16 - OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

16.1 - Prêmios a restituir

	31.12.2021	31.12.2020
Garantia Segurado - Setor Público	1.636	140
Garantia Segurado - Setor Privado	15	38
Total	1.651	178

16.2 - Operações com seguradoras

	31.12.2021 Curto Prazo	Longo Prazo	Total	31.12.2020 Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Compreensivo empresarial	151	–	151	30	–	30
Riscos de engenharia	31	–	31	–	–	–
Global de bancos	15	–	15	3	–	3
Responsabilidade civil	8	–	8	5	–	5
Fiança locatícia	49	–	49	–	–	–
Garantia Segurado - setor público	4.141	3.857	7.998	4.158	2.648	6.806
	4.395	3.857	8.252	4.196	2.648	6.844

16.3 - Operações com resseguradoras

	31.12.2021 Curto Prazo	Longo Prazo	Total	31.12.2020 Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Compreensivo empresarial	781	–	781	110	–	110
Riscos de engenharia	158	–	158	–	–	–
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	14	–	14	–	–	–
Responsabilidade civil	12	–	12	2	–	2
Responsabilidade Civil Profissional	972	–	972	–	–	–
Fiança locatícia	–	–	–	4	–	4
Garantia Segurado - setor público	81.177	50.388	131.565	61.849	50.132	111.981
Garantia Segurado - setor privado	7.370	3.468	10.838	7.992	5.203	13.195
	90.484	53.856	144.340	69.957	55.335	125.292

16.4 - Corretores de seguros e resseguros

	31.12.2021 Curto Prazo	Longo Prazo	Total	31.12.2020 Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Compreensivo empresarial	251	–	251	13	–	13
Riscos de engenharia	80	–	80	–	–	–
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	8	–	8	–	–	–
Responsabilidade civil	2	–	2	2	–	2
Responsabilidade Civil Profissional	78	–	78	–	–	–
Garantia Segurado - setor público	34.988	26.632	61.620	22.444	27.203	49.647

17 - DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Aging	31.12.2021	31.12.2020
De 1 a 30 dias	1.236	5.054
De 31 a 60 dias	5	41
De 61 a 120 dias	24	–
De 121 a 180 dias	4	58
De 181 a 365 dias	475	–
Total	1.744	5.153

18 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E RESSEGUROS

31.12.2021	Provisão de Prêmios não ganhos - PPNG	Sinistro a liquidar - PSL	Sinistros Ocorridos, mas não avisados - IBNR	Outras Provisões - PDA	Total
Compreensivo Empresarial	1.383	4	–	–	1.387
Riscos de engenharia	380	–	–	–	380
Global de bancos	7	–	–	–	7
Riscos Diversos	138	–	–	–	138
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	29	–	–	–	29
Responsabilidade civil	5	–	–	–	5
Responsabilidade Civil Profissional	303	–	–	–	303
Fiança Locatícia	5	–	–	–	5
Garantia Segurado - Setor Público	427.250	1.518	2.379	213	431.360
Garantia Segurado - Setor Privado	38.870	439	243	34	39.586
Total	468.370	1.961	2.622	247	473.200
Circulante	182.928	1.961	2.622	247	187.758
Não circulante	285.442	–	–	–	285.442

31.12.2020	Provisão de Prêmios não ganhos - PPNG	Sinistro a liquidar - PSL	Sinistros Ocorridos, mas não avisados - IBNR	Outras Provisões - PDA	Total
Compreensivo Empresarial	48	18	–	–	66
Global de Bancos	9	–	–	–	9
Riscos Diversos	133	–	–	–	133
Responsabilidade Civil	7	–	–	–	7
Fiança Locatícia	20	–	–	–	20
Garantia Segurado - Setor Público	390.643	60	2.693	196	393.592
Garantia Segurado - Setor Privado	38.517	439	637	97	39.690
Total	429.377	517	3.330	293	433.517
Circulante	144.891	517	3.330	293	149.031
Não circulante	284.486	–	–	–	284.486

18.1 - Movimentação das provisões técnicas de seguros e resseguros

Constituição/Reversão	31.12.2020	Constituição / (Reversão)	31.12.2021
Provisão de Prêmios não ganhos - PPNG	429.377	38.993	468.370
Sinistros Ocorridos, mas não avisados - IBNR	3.330	(708)	2.622
Provisão de Sinistros a liquidar - PSL	517	1.444	1.961
Outras Provisões - PDA	293	(46)	247
Total	433.517	39.683	473.200

Constituição/Reversão	31.12.2019	Constituição / (Reversão)	31.12.2020
Provisão de Prêmios não ganhos - PPNG	328.290	101.087	429.377
Sinistros Ocorridos, mas não avisados - IBNR	2.118	1.212	3.330
Provisão de Sinistros a liquidar - PSL	–	517	517
Outras Provisões - PDA	110	183	293
Total	330.518	102.999	433.517

18.2 - Garantia das provisões técnicas

	31.12.2021	31.12.2020
Provisões técnicas	473.200	433.517
Direitos creditórios	(216.213)	(203.611)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(50.012)	(44.233)
Ativos de resseguro redutores de PPNG	(99.005)	(90.208)
Ativos de resseguro redutores de PSL	(1.875)	(134)
Ativos de resseguro redutores de IBNR	(527)	(2.369)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(165)	(210)
Total a ser coberto (a)	105.403	92.752
Ativos vinculados SUSEP (b)	115.753	128.116
Ativos líquidos (a-b)	10.350	35.364
20% do Capital de Risco (CMR)	–	5.946
Suficiência R$	10.350	29.417

Em virtude das alterações trazidas pela Circular SUSEP nº 634, de 14 de julho de 2021, foi revogada a necessidade da margem de liquidez (20% do Capital de Risco).

19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 - Capital social: O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 33.750.000,00 (trinta e três milhões e setecentos e cinquenta mil), representados por 28.859.317 (vinte e oito milhões e oitocentos e cinquenta e nove mil e trezentos e dezessete) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **19.2 - Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a Reserva de Investimento e Capital de Giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro da Companhia, podendo, inclusive, absorver prejuízos. **19.3 - Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Companhia, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço. Em reunião extraordinária da administração, realizada na data de 25 de fevereiro de 2021 foi decidido a não distribuição dos dividendos com base no lucro do ano de 2021, sendo destinado a reserva estatutária. **19.4 - Patrimônio líquido ajustado:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21, as sociedades seguradoras deverão apresentar mensalmente, quando do fechamento dos balancetes mensais, patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). Tal Resolução alterou a forma de cálculo do PLA, inserindo nova forma de apuração através do lucro. Desta forma, a partir de 31 de dezembro de 2021 a Nota será apresentada da seguinte forma:

	31.12.2021
a) PL - Patrimônio Líquido	51.531
b) Ajustes Contábeis	(10.714)
c) Ajustes Associados à variação dos valores econômicos	16.462
d) PLA de Nível 1 (a + b – f)	39.975
e) PLA de Nível 2 (c)	16.462
f) PLA de Nível 3	842
g) Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e 3 e PLA de nível 3	(974)
PLA - Patrimônio Líquido Ajustado (d + e + f + g)	56.305

Para fins de demonstração de 31 de dezembro de 2020, mantivemos a apresentação da seguinte forma:

	31.12.2020
Patrimônio Líquido	46.337
Despesa Antecipadas	(91)
Ativos Intangíveis	(4.634)
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA	41.612

20 - ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

	31.12.2021	31.12.2020
Capital Base (CB) - I	15.000	15.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	20.922	18.389
Capital adicional baseado no risco de crédito	13.987	13.171
Capital adicional baseado no risco operacional	1.940	1.777
Capital adicional baseado no risco de Mercado	965	1.586
Benefício da correlação entre risco	(5.153)	(5.193)
Capital de Risco (CR) - II	32.661	29.730
Capital mínimo requerido (CMR) maior entre (I) e (II)	32.661	29.730
Suficiência de capital (PLA X CMR) deve ser maior que 0	23.644	11.882

21 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Seguindo as definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05, a Administração identificou como partes relacionadas à Companhia os seus administradores o Banco BMG S.A cujos controles em última instância são detidos pelo mesmo acionista da Companhia. Também foram identificadas transações com as seguintes empresas do grupo: Cifra S.A. Crédito, Financiamento e Investimento; BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.; BMG Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. Todas as transações têm como base taxas praticadas pelo mercado.

Ativo Circulante	31.12.2021	31.12.2020
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		
Banco BMG S.A.	327	48
Banco Cifra S.A.	11	–
BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.	30	7
BMG Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	6	2
Cifra S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	2.412	–
Total	2.786	57
Passivo Circulante		
Obrigações a pagar		
Banco BMG S.A.	793	20
Total	793	20
Resultado	31.12.2021	31.12.2020
Prêmios emitidos		
Banco BMG S.A.	709	1.089
Banco Cifra S.A.	11	13
BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.	128	963
BMG Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	14	47
Cifra S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	2.413	10
Despesas administrativas		
Banco BMG S.A.	(844)	(471)
Total	2.431	1.651

22 - DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a - Ramos de atuação:

31.12.2021	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Compreensivo Empresarial	684	32	18
Riscos de engenharia	71	–	25
Global de bancos	372	–	5
Riscos Diversos	15	–	7
Responsabilidade de Adm. e Dir. - D&O	10	–	20
Responsabilidade civil	8	–	–
Responsabilidade Civil Profissional	106	–	18
Fiança Locatícia	8	–	25
Garantia Segurado - Setor Público	147.941	2	22
Garantia Segurado - Setor Privado	15.145	(3)	28
Total	164.360	1	23

31.12.2020	Prêmio Ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Compreensivo Empresarial	25	184	16
Global de bancos	342	8	3
Riscos diversos	6	–	–
Responsabilidade Civil	4	–	25
Fiança Locatícia	86	–	23
Garantia Segurado - Setor Público	107.122	1	21
Garantia Segurado - Setor Privado	7.736	15	25
Total	115.321	2	21

b - Sinistros ocorridos:

31.12.2021	Indenização Avisada	Ressarcimento	Variação IBNR	Variação PDR IBNR	Assistência 24 horas	Sinistros Ocorridos
Compreensivo Empresarial	(186)	–	–	–	(35)	(221)
Garantia Segurado - Setor Público	(2.935)	1	313	–	–	(2.621)
Garantia Segurado - Setor Privado	(56)	–	394	70	–	408
Total	(3.177)	1	707	70	(35)	(2.434)

31.12.2020	Indenização Avisada	Variação IBNR	Variação PDR IBNR	Assistência 24 horas	Sinistros Ocorridos
Compreensivo Empresarial	(22)	–	–	(24)	(46)
Global Bancos	(26)	–	–	–	(26)
Garantia Segurado - Setor Público	(787)	(612)	(89)	–	(1.488)
Garantia Segurado - Setor Privado	(455)	(600)	(92)	–	(1.147)
Total	(1.290)	(1.212)	(181)	(24)	(2.707)

c - Custo de aquisição:	31.12.2021	31.12.2020
Comissão sobre Prêmio Emitido Direto	(50.580)	(42.905)
Comissão sobre Prêmio Emitido Cosseguro Aceito	(1.295)	(10.710)
RVNE Comissão	(1.385)	(707)
Recuperação Comissão sobre Prêmio Cosseguro Cedido	1.297	496
Comissão Diferida sobre Prêmio Emitido Direto	18.214	22.568
Comissão Diferida sobre Prêmio Emitido Cosseguro Aceito	(4.669)	6.333
RVNE Comissão Diferida	980	115
	(37.438)	(24.510)

d - Outras receitas e despesas operacionais:	31.12.2021	31.12.2020
Outras receitas com operações de seguros	–	9.045
Consórcio DPVAT	133	63
Despesas com cobrança	(278)	(236)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável - RVR	(183)	(9)
Outras despesas com operações de seguros	(3.602)	(809)
Total	(3.930)	8.054

e - Resultado com resseguro:	31.12.2021	31.12.2020
Prêmio de Resseguro Cedido Líquido	(87.049)	(86.861)
Recuperação de sinistros	880	315
Despesas com sinistros	51	6
Variação da PPNG de Resseguro	14.576	33.460
Variação da Provisão IBNR de Resseguro	(494)	635
Variação da Provisão PDR s/ IBNR de Resseguro	(52)	120
Total	(72.088)	(52.325)

f - Despesas administrativas:	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com pessoal	(22.346)	(16.963)
Despesas com serviços de terceiros	(9.263)	(6.240)
Despesas com localização e funcionamento	(2.922)	(2.685)
Despesas com publicidade e propaganda	(362)	(244)
Despesas com publicação	(136)	(134)
Despesas com donativos e contribuições	–	(152)
Outras despesas administrativas	(796)	(340)
Total	(35.825)	(26.758)

g - Despesas com tributos:	31.12.2021	31.12.2020
COFINS	(3.906)	(2.971)
PIS	(634)	(482)
Taxa de Fiscalização	(939)	(325)
Impostos Estaduais	(6)	(28)
Impostos Municipais	(101)	(97)
Impostos s/ remessa ao exterior	(127)	–
Total	(5.713)	(3.903)

h - Resultado financeiro:	31.12.2021	31.12.2020
Receita Financeira	6.757	3.739
Título de Renda Fixa Público	4.363	3.033
Fundo de investimento	1.163	621
Outras receitas financeiras	1.231	85
Despesa Financeira	(812)	(458)
Impostos s/operação Financeira	(343)	(241)
Outras despesas financeiras	(469)	(217)
Total	5.945	3.281

23 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R$ 240 mil anuais. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 20%, até 31 de dezembro de 2021. O montante dos tributos registrados no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 3.496 (R$ 4.008 em 31 de dezembro de 2020) para o Imposto de Renda e o valor de R$ 2.631 (R$ 2.479 em 31 de dezembro de 2020) para a Contribuição Social.

	31.12.2021 IRPJ	31.12.2021 CSLL	31.12.2020 IRPJ	31.12.2020 CSLL
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	12.521	12.521	16.515	16.515
(–) Participações dos resultados	(514)	(514)	–	–
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	12.007	12.007	16.515	16.515
Alíquota vigente (i)	25%	20%	25%	15%
Imposto de renda e contribuição social				

bmg | Seguros

BMG SEGUROS S.A. CNPJ: 19.486.258/0001-78

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021 IRPJ	31.12.2021 CSLL	31.12.2020 IRPJ	31.12.2020 CSLL
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	563	257	(51)	31
Total de imposto de renda e contribuição social D = A + B + C	3.541	2.658	4.054	2.508
Tributo diferido	(45)	(27)	(46)	(29)
Alíquota efetiva	29%	22%	25%	15%

24. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS/CPC

As IFRS's a seguir foram emitidos pelo IASB, entretanto não foram aprovadas pela SUSEP até o fechamento destas demonstrações financeiras, portanto, não causaram impacto nesse exercício. • A IFRS 9 - Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e não reconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1° de janeiro de 2018, com possibilidade de postergação para as Companhias de Seguros para 2023. • A IFRS 17 - *Insurance Contracts* - foi emitida em maio de 2017 pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) objetivando contribuir com investidores e outros *stakeholders* a entender de forma mais adequada e transparente os aspectos de exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira das empresas de seguros. A IFRS 17 substituiu a IFRS 4 publicada em 2004 e referendada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC sob a nomenclatura de "CPC 11 - Contratos de Seguro" e pela SUSEP por meio da publicação da Circular SUSEP n° 379, de 19 de dezembro de 2008. O prazo para implantação da IFRS 17 - *Insurance Contracts* - é até 1° de janeiro de 2023, prazo este que necessita ser aprovado e referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Companhia está operando 100% em home office desde o dia 16/03/2020 sem nenhum prejuízo aos clientes, corretores, parceiros, fornecedores e/ou colaboradores e mantém sem previsão até a presente divulgação de retorno ao escritório, pois o plano de Contingência implantado tempestivamente tem demonstrado bastante eficiente e mantido todas as operações satisfatoriamente em funcionamento. Salientamos que a companhia não apresentou nenhum colaborador, gestor ou diretores com suspeita ou confirmação de contágio pelo Covid-19. Destacamos que a companhia não tem enfrentado nenhuma dificuldade ou problema no processo de recepção, regulação e liquidação de sinistro. A companhia avaliou e não houve impacto na mensuração dos ativos financeiros e as provisões para créditos de liquidação duvidosa se mantiveram estabilizados, inclusive, a implementação de acompanhamento tempestivo do *aging* de prêmios vencidos e maior ação na cobrança junto aos segurados e tomadores, com o intuito de mitigar risco de inadimplência. Outro fator importante, a Companhia não identificou em termos gerais diminuição significativa na receita de prêmios, porém, algumas linhas que estavam com projeção de expansão foram paralisadas principalmente em decorrência do fechamento de comércio e do judiciário, porém, já sinalizando positivamente para a retomada.

DIRETORIA

Jorge Lauriano Nicolai Sant'anna – Diretor Presidente
Renata Olivex Coutinho – Diretora Vice-Presidente
Denis Jorge Namur Rangel – Diretor Administrativo Financeiro
Marcio Augusto Cimitan – Diretor
Michele Cherubini – Diretor

ATUÁRIO

Clayton Lafaiety Rodrigues Prates – MIBA n° 2696

CONTADOR

Eduardo Póvoa – CRC-1SP 223513O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da BMG Seguros S.A. é um órgão estatutário, criado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04/08/20, tendo sido os seus membros aprovados pela Susep, conforme Carta homologatória Eletrônica n° 280/2020/CGRAT/DIR1/SUSEP, de 16/12/2020, com as respectivas posses ocorridas em 27/01/2021. No exercício de 2021 o Comitê realizou 07 (sete) reuniões, nas quais participaram os membros da administração, os auditores externos, os auditores internos e os responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles. Em 2022 foram realizadas outras 02 (duas) reuniões, com vistas à avaliação final das demonstrações financeiras, dentre outros assuntos. Com base nas informações recebidas, nas reuniões realizadas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da BMG Seguros vem sendo constantemente aperfeiçoado e está adequado ao porte, complexidade e crescimento de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria externa (PwC) e pela Auditoria Interna (KPMG). Os trabalhos realizados pela auditoria interna e auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem afetar, de forma relevante, as informações constantes das demonstrações financeiras. O Comitê reuniu-se com os auditores externos, analisou os procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Com base nas revisões e observações acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da BMG Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31/12/2021.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022
COMITÊ DE AUDITORIA

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas - **BMG Seguros S.A.**

Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **BMG Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **BMG Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **BMG Seguros S.A.** - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da BMG Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMG Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade, (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros, e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador - CRC 1SP197007/O-2

'Ideia é usar carro voador para atender a classe média'

PRIMEIRA PESSOA

Paul Malicki
Diretor executivo da Flapper

FLAPPER

A Flapper, que conecta passageiros e voos executivos por meio de uma plataforma online, é uma das empresas que já encomendou da Embraer "carros voadores". De acordo com o diretor executivo da Flapper, Paul Malicki, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte estão entre as primeiras cidades que receberão os eVTOLs (sigla em inglês para veículos elétricos de pouso e decolagem virtual, nome oficial do "carro voador"). Além da encomenda feita com a Embraer, a Flapper também tem fechado parcerias com outras empresas do setor aéreo para traba-

tricas. A seguir, trechos da entrevista.

Como funcionará a parceria com a Embraer? A Flapper hoje não tem aeronaves próprias. Vocês vão comprar os eVTOLs?

Ainda não sei dizer se vai ser leasing (*contrato de aluguel com um terceiro que, ao final, oferece a opção de compra*) ou compra direta da aeronave, mas a ideia é que uma empresa com experiência no setor faça essa operação.

O contrato foi fechado em número de horas de voo que a Embraer fornecerá, e

rias deve melhorar nos próximos anos, não sabemos se, para ter 25 mil horas de voos, precisaremos de cinco ou quinze aeronaves. Fizemos um contrato que considera nossa demanda em horas, que já existe, mas não estipula o número exato de aeronaves.

Quando e onde a Flapper deve começar a trabalhar com "carros voadores"?

Se a Embraer começar a entregar as aeronaves em 2026, podemos imaginar que a Flapper será um dos primeiros clientes. Vamos operar em cidades em que o aeroporto é longe do centro, que têm trânsito inten-

zonte e Curitiba serão prioridade. No longo prazo, nada impede de operarmos entre Angra dos Reis e Rio, onde já temos muita demanda.

O que mudará na comparação com o que a Flapper oferece hoje?

Esse tipo de veículo abre um mercado que hoje está reservado para pessoas mais ricas. A ideia é atender a classe média. Estamos falando de um voo que talvez custe o dobro de uma corrida de Uber, mas que, no longo prazo, vai ser mais barato. Estamos falando de criar algo totalmente novo. Será um mercado sustentável e com ae-

CLARICE COUTO,
ISADORA DUARTE E
LETICIA PAKULSKI

EMAIL:
COLUNA.BROADCASTAGRO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast Agro

Fintech A de Agro quer chegar a R$ 18 bi em 2026 com mais linhas de crédito

A agfintech A de Agro, que utiliza análise de lavouras por satélite e inteligência artificial para conceder crédito, está captando recursos para um plano ambicioso, que deve culminar na oferta de R$ 18 bilhões a 20 mil agricultores em 2026. Hoje centrada em financiamento de insumos agrícolas para pequenos e médios produtores, começará em março a vender seguro rural baseado em dados específicos das fazendas e com preço customizado, fruto da parceria com uma grande corretora. Até o fim de 2022, pretende criar uma linha para aquisição de terras, conta Rafael Coelho, CEO da startup. Dentro de quatro anos, a plataforma ganhará mais serviços, como seguro e crédito para maquinário.

Na carona de grandes parceiros

A A de Agro prioriza parcerias para criar soluções: em crédito, tem hoje os bancos BTG e Alfa; para terras, a gestora Kijani, que captou R$ 240 milhões para um Fiagro usando dados da startup. A fintech dá seu quinhão: 5% de todo o crédito concedido.

Um passo de cada vez

Em 2022, a A de Agro prevê liberar R$ 1,450 bilhão a 1,3 mil a produtores de milho e soja, ante R$ 270 milhões oferecidos no ano passado. Para 2023, a expectativa é bater R$ 5 bilhões em financiamento de insumos e terras. Quanto ao seguro rural quer fechar este ano com R$ 800 mil em apólices.

● PESA AQUI. O conflito Ucrânia-Rússia acende alerta para o agro brasileiro sobre financiamento à exportação. Sérgio Mendes, diretor geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), lembra que sanções internacionais à Rússia podem dificultar a obtenção de cartas de crédito para negociação de grãos, atrapalhando o pagamento em real por mercadorias vendidas em dólar, a exemplo do que já ocorreu com o Irã. "Quando se tem um fator externo como esse, pode acabar tendo aqui e ali algum problema não previsto", diz.

● OPORTUNIDADE. A Marcher Brasil está vendendo mais equipamentos para armazenagem de grãos em silos-bolsas em razão do La Niña. No Sul do País, o faturamento em janeiro aumentou 12%, com o maior interesse de produtores por essas estruturas de baixo custo, para estocar o que conseguiram colher. No Norte e Nordeste, onde as chuvas afetaram as condições das estradas, agricultores guardaram grãos nas propriedades e o crescimento foi de 119%, conta Myriam Bado, CEO da empresa.

● QUEBRA MAS NÃO CAI. A previsão de uma produção brasileira superior à de 2021 leva a Marchera projetar crescimento de 30% da receita em 2022 e uma fatia de 14% da produção nacional de soja e milho armazenada em mais de 200 mil silos-bolsas. Em 2021, o faturamento aumentou 140%. Cerca de 10% da colheita de soja e milho do País foi estocada em 160 mil silos-bolsas, estima ela.

● CRESCE. A Coimma, líder nacional em balanças e equipamentos de contenção para pecuária, espera receita 15% a 20% maior neste ano, para R$ 100 milhões. No ano passado, suas vendas cresceram 40% em volume. O otimismo vem da confiança na expansão da cadeia de carne bovina do País, diz Bruno Silveira, diretor comercial da empresa. "Os pecuaristas brasileiros investem cada vez mais na produção de carne de forma sustentável e com respeito ao bem-estar animal", explica.

● SUSTENTA. Parte do avanço da Coimma deve vir de novos investimentos, projetados em cerca de R$ 5 milhões para este ano. O montante dos recursos vai para a ampliação da fábrica, abertura de novas filiais e de centros de distribuição, além de contratação de equipe especializada em serviços e aumento da frota de veículos. Os aportes anuais da companhia são da ordem de 50% do lucro. O objetivo da Coimma é manter crescimento de dois dígitos por ano.

MAIS DINHEIRO

VIVI ZANATTA/ESTADÃO-29/1/2007

Soja é a principal cultura financiada pela A de Agro. Depois, vêm a produção de milho e, em menor medida, a de cana.

GIRO

Conflito no Leste Europeu faz preço do trigo disparar

ALFREDO DO NASCIMENTO JR.

A incerteza no fornecimento de trigo por parte da Rússia e da Ucrânia fez os preços do cereal subirem quase 7% na semana no mercado internacional. "A tendência é de preços firmes no curto prazo. Até onde vai a alta dependerá da evolução do conflito", diz Roberto Sandoli, gerente sênior de Risco de Grãos e Algodão da consultoria HedgePoint.

VEM AÍ

Governo avalia impactos para o agronegócio

EPITÁCIO PESSOA/ESTADÃO-27/7/2011

O governo está avaliando os impactos da crise entre Rússia e Ucrânia sobre o agronegócio brasileiro. A abrangência das sanções econômicas e a extensão do conflito definirão os efeitos. O agro é a base da balança comercial entre Brasil e Rússia, com dependência brasileira de fertilizantes.

BROADCAST MERCADOS

VALORES DE MERCADO REFERENTES AO PREGÃO DE 25/02/2022

Ibovespa: 113.141,94 PTS. | Dia 1,39% | Mês 0,89% | Ano 7,94%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
SID NACIONAL ON	26,10	6,87	36110
3R PETROLEUM ON	33,18	5,64	16195
VALE ON NM	92,28	5,41	10.755

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
QUALICORP ON	13,86	-7,15	27.747
LOCAWEB ON NM	9,59	-6,80	31.871
CCR SA ON NM	11,76	-5,34	38.483

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK-DJIA	34.058,75	2,51	-3,05	-6,27
FRANKFURT - DAX	14.567,23	3,67	-5,84	-8,29
LONDRES - FTSE	7.489,46	3,91	0,34	1,92
TÓQUIO - NIKKEI	26.476,50	1,95	-4,95	-8,04

TESOURO DIRETO (*)

	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/08/2026	5,48	3.020,21
	15/05/2035	5,73	1.840,13
JUROS SEMESTRAIS	15/08/2032	5,73	3.935,24
PREFIXADO	1/1/2025	11,68	726,92

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,73	0,67	0,67	10,60
IGPM (FGV)	0,87	1,82	1,82	16,91
IGP-DI (FGV)	1,25	2,01	2,01	16,79
IPC (FIPE)	0,52	0,74	0,74	9,60
IPCA (IBGE)	0,73	0,54	0,54	10,38
CUB (Sinduscon)	0,33	0,38	0,38	13,91
FIPE ZAP SP (FIPE)	0,36	0,49	0,49	4,6

Índices de reajuste de aluguel (fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,1691	IPCA (IBGE)	1,1038

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)

Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.212,00	7,5%
DE 1.212,01 ATÉ R$ 2.427,35	9%
DE R$ 2.427,36 ATÉ R$ 3.641,03	12%
DE R$ 3.641,04 ATÉ R$ 7.087,22	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.212,00 A 7.087,22	20%	DE 242,40 A 1.417,44

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY**	MAR/22	17,99	17,58	17,55	18,08	4,88
CAFÉ NY**	MAI/22	231,65	229,65	231,10	240,00	0,32
SOJA CBOT**	MAR/22	16,903	1.655	16,355	16,95	4,20
MILHO CBOT**	MAI/22	6,56	688,25	6,553	7,080	5,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

SOJA	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano %
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	195,03	4,26	30,57

BOI	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano %
Cepea/esalq, R$/@	343,05	0,69	13,28

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1557	0,99	-3,83	-7,54
DÓLAR TURISMO	5,3130	0,83	-3,83	-7,39
EURO	5,8080	1,68	-2,63	-8,01
OURO	302,20,20	-3,30	1,48	-6,10
WTI US$/BARRIL	91,59,00	-1,36	4,13	21,36
BRENT US$/BARRIL	98,46,00	-1,00	10,28	26,41

	US$ 1/NY	1 Euro/Europa	1 Libra/Londres	R$ 1/Brasil
DÓLAR AMER.	1,000	1,1239	1,3415	0,1940
EURO	0,892	1,0000	1,1983	0,1727
FRANCO SUÍÇO	0,926	1,0410	1,2405	0,1798

Aplicações Investimento em ações

Conflito na Ucrânia trava ganhos na Bolsa brasileira em fevereiro

Depois de ter passado dos 115 mil pontos, o Ibovespa fechou o mês aos 113 mil, alta de 0,89%; ataque russo trouxe aversão ao risco nos mercados internacionais, com impacto imediato sobre os investimentos brasileiros

JENNE ANDRADE

Após emendar uma sequência de altas na primeira metade do mês, o Ibovespa inverteu o sinal na última semana, mas conseguiu fechar fevereiro com alta de 0,89%, aos 113.141,94 pontos. O principal fator que pesou sobre o índice foi o acirramento das tensões entre Rússia e Ucrânia. Na última quinta-feira, as tropas de Vladimir Putin avançaram sobre o território ucraniano.

O ataque russo trouxe aversão ao risco nos mercados, e os impactos sobre os investimentos brasileiros foram imediatos. O Ibovespa registrou queda de 0,37% naquele pregão, após ter mergulhado mais de 2% na mínima da sessão, enquanto o dólar avançou 2,02% sobre o real. É importante lembrar que a moeda e a Bolsa brasileira vêm se valorizando na esteira do fluxo estrangeiro recorde direcionado à B3.

Em janeiro, por exemplo, houve uma entrada de capital externo de R$ 32,5 bilhões – a maior da série histórica. A migração de capital para o País continuou ao longo de fevereiro, mesmo com o estresse global em relação ao conflito entre o governo russo e ucraniano se acentuando. No total, os gringos deixaram R$ 58,8 bilhões por aqui até a última quarta-feira.

O resultado foi o descolamento do Ibovespa e do real em 2022. No acumulado do ano, o principal índice de ações da B3 apresenta alta de 8,87% e o dólar cede 7,54% frente à moeda nacional, apesar das perdas recentes devido às tensões geopolíticas.

Para efeito de comparação, no mesmo período o americano S&P 500 apresenta uma baixa de 8%, assim como o europeu Stoxx Europe 600, que cai 7,5%. Na América Latina, a performance do Índice Bovespa também se destaca.

Mais risco

Em março, a agenda política deve voltar a influenciar com força o mercado no Brasil

O movimento de alta no mercado brasileiro deve ser interrompido para dar lugar ao receio. De acordo com Rodrigo Franchini, sócio da Monte Bravo Investimentos, o embate entre Rússia e Ucrânia faz com que o investidor estrangeiro busque proteção em moedas fortes e mercados maduros.

A Bolsa brasileira também já não está tão atrativa como no início do ano. No primeiro pregão de 2022, o Ibovespa estava descontado, no patamar de 104 mil pontos. Segundo Franchini, agora que o índice chegou aos 110 mil pontos, os gestores e grandes fundos ficam mais criteriosos. "O que aconselhávamos muito em janeiro era 'colocar os pés no chão' e esperar. A Bolsa não subiria 5% em todos os meses até o fim do ano, uma hora iria chegar a um preço que os investidores parariam de comprar", afirma Franchini. "Vimos um incremento nessa soma de riscos, o mais terrível deles, a guerra."

JURO NOS EUA. Outro ponto é que o banco central americano (Federal Reserve) sinaliza a possibilidade de elevar os juros para 1% até julho. Isso significa que os treasuries – títulos do tesouro americano, considerados os mais seguros do mundo – passarão a render mais e reduzirão o custo de oportunidade de se investir em renda variável.

"Isso faz com que os investidores saiam de ativos de risco no exterior. Tanto que, no mês, os principais índices de países desenvolvidos estão com queda", diz Matheus Jaconeli, analista de investimentos da Nova Futura Investimentos.

Luiz Adriano Martinez, portfólio manager da Kilima Asset, também vê o Ibovespa se aproximando dos pares estrangeiros. "Provável que aquele movimento de descorrelação que vínhamos tendo com as bolsas estrangeiras deixe de acontecer. Em certos momentos nesse ano, o Ibovespa até subia quando o S&P 500 estava em queda", diz. A movimentação geopolítica deve ser o principal tema a ser observado no mês que vem.

"A Rússia tem uma esfera de influência muito importante, principalmente no mercado de commodities, na área de petróleo e agrícola, que acabam influenciando outros setores econômicos", ressalta Carlos Vaz, CEO da Conti. "A Ucrânia é uma das maiores exportadoras de milho."

Hoje, 40% do gás natural da Europa é proveniente da Rússia. A interrupção das cadeias energéticas em função do conflito terá como resultado a escalada dos preços das commodities no mundo. Entre elas, o petróleo, cujo barril (Brent) já subiu 22% em 2022 e está encostando nos US$ 100.

Portanto, as expectativas para a inflação e para os juros podem ser atualizadas para cima, mesmo no Brasil. Com isso, as empresas cíclicas devem continuar pressionadas. É o caso de varejistas e companhias de tecnologia, mais dependentes de perspectivas macro favoráveis. Ações ligadas a alimentos, que dependem da importação de insumos como trigo, também tendem a sofrer.

A agenda política nacional deve voltar com força e influenciar o mercado a partir de março. "É importante ficar atento ao crescimento da China. A diminuição de estímulos no país pode afetar o desempenho das commodities e, a bolsa brasileira", diz Jaconeli. ●

Iuri Miranda

‘Estamos otimistas para o pós-pandemia’

CEO do Burger King no Brasil afirma que avanço digital ajuda na recuperação da empresa

ENTREVISTA

CEO da BK Brasil, uma das principais companhias do segmento de fast- food, listada na Bolsa desde 2017

REBECA SOARES

O impacto negativo da pandemia foi claro em diferentes setores. Os restaurantes fast-food, por exemplo, precisaram renovar formatos e estratégias. Aceleração em investimentos nas áreas de tecnologia e de ESG (meio ambiente, social e governança) foram duas variáveis que contribuíram para a adaptação do segmento. Esses dois fatores foram as principais mudanças dos negócios para acompanhar a transformação do comportamento dos clientes de restaurantes, segundo explica Iuri Miranda, CEO do BK Brasil.

Listada desde 2017 na B3, a companhia registrou lucro líquido de R$ 23,6 milhões no quarto trimestre de 2021, diferentemente do prejuízo de R$ 97,3 milhões no mesmo período do ano anterior. Também com resultado positivo, a receita operacional líquida chegou a R$ 913 milhões, 17,9% a mais que em 2020. Além disso, um destaque do balanço é o aumento da participação das vendas digitais sobre a receita total, que cresceu 81% do quarto trimestre de 2020 para o mesmo período de 2021, chegando a R$ 298 milhões, o equivalente a 33% de participação sobre as vendas totais.

Quais foram as dificuldades dos últimos dois anos?
O setor de fast-food é um dos mais impactados pela covid-19. Chegamos a ter, na primeira onda da pandemia, 65% dos restaurantes fechados. Houve um desafio claro de queda de

CLÁUDIO GATTI

‘Setor de fast food se mostrou resiliente’, afirma Miranda

restrições, as vendas retornam gradualmente. Isso mostra como o setor é resiliente. Além disso, no fim da primeira e da segunda onda, tivemos restaurantes chegando a vender mais do que em 2019. A companhia tem posição de balanço bastante sólida. Fizemos um follow-on (*oferta adicional de ações*) no final de 2020, com captação de

Desafio
‘Nível de consciência e de preocupação do consumidor com a qualidade cresceu muito’

R$ 510,3 milhões. Nem todas as empresas vão apresentar um balanço que suporte um momento como esse.

O que os investidores podem esperar para 2022?
Podem esperar o BK Brasil voltando aos níveis de crescimento de antes da pandemia. Estamos preparados e otimistas para o que virá pós-pandemia.

A possível recessão econômica em 2022 preocupa?
A atuação digital e escala ampliada nos ajuda a mitigar esses efeitos. Vimos isso nos últimos resultados, especialmente com o uso da tecnologia. O setor de fast-food é muito resi-

tíquete atrativo. Já tivemos crescimento mesmo em anos com PIB negativo no País.

Houve expectativa do mercado para a associação com a Domino’s em 2021, o que não veio a ser concretizado. É possível esperar novo acordo?
Fizemos um distrato amigável, e uma das cláusulas é que existe o direito recíproco para deixar a porta aberta por mais 12 meses a partir de novembro, data do distrato. Se o ambiente de negócio voltar a fazer sentido, podemos voltar ao acordo. Por enquanto, o que existe é a possibilidade de reavaliação.

De que forma a mudança de comportamento dos brasileiros por conta da pandemia altera a atuação da companhia?
Os números que temos com o avanço digital, claramente acelerado desde o início da pandemia, nos ajudam na recuperação rápida. Isso é visto com o aumento das vendas por meio de canais digitais: um terço das nossas vendas acontece de forma digital, o que representava menos de 5% em 2019.

Além do digital, quais mudanças a empresa precisou tomar no começo e ao longo da pandemia para atender a demandas de clientes e investidores?
O nível de consciência e preocupação do consumidor com a qualidade do produto cresceu muito. Isso dá uma vantagem para empresas que têm processo de controle de qualidade de produtos. Também vimos uma preocupação por conta da comoção em relação à pandemia. Realizamos campanhas de doação e focamos em campanhas de suporte a LGBTQI+ e Pessoas com Deficiência (PCD) dentro da empresa, além do objetivo de ter mais mulheres na liderança.

Como a empresa avalia as necessidades e os resultados ESG?
Uma tarefa de ESG não é algo que a empresa consegue fazer só. É necessário o envolvimento dos fornecedores. Além disso, alguns restaurantes compram energia distribuída, o que nos permite saber quantos fazem esse processo e, a partir daí, saber a quantidade de emissão de carbono a ser economizada. Avaliamos a participação de minorias, representatividade de gênero e também de carreira com

Antonio Penteado Mendonça

O congresso dos corretores de seguros

Entre 3 e 5 de março acontece, em Campinas (SP), o 22.º Congresso Brasileiro dos Corretores de Seguros. Apesar de muita gente estar preocupada com a data do congresso e o atual estágio da pandemia, com alto número de óbitos causados pela covid-19, a organização garante que tomou todas as medidas necessárias para proteger a saúde dos participantes, exigindo desde a apresentação dos atestados de vacinação até testes negativados de todos os congressistas. Além disso, haverá suporte para toda e qualquer necessidade referente ao coronavírus no local do evento.

O congresso acontece num momento de mudanças, e seu tema tem tudo a ver com o futuro da atividade.

Com o mote “O Setor de Seguros e o Corretor, Realidade e Perspectivas”, a organização coloca na mesa os pontos mais relevantes para pautar o amanhã dos corretores de seguros. E, para participar do grande debate, convidou alguns dos principais nomes do setor, além de especialistas que podem contribuir com suas experiências para o sucesso do evento e – muito mais – para o sucesso profissional dos corretores de seguros.

Num momento em que, em virtude de ações da Superintendência de Seguros Privados (Susep), o setor de seguros vê pela primeira vez surgir players com desenhos e propostas inéditas, a realidade do corretor passa por dúvidas e incertezas, que precisam ser discutidas para se verificar até que ponto as inovações introduzidas são vantagens ou desvantagens e até que ponto podem alavancar ou atrapalhar a atividade.

O corretor de seguros é responsável pela imensa maioria das vendas de apólices no Brasil. Pode-se dizer que o corretor de seguros é praticamente o único canal de distribuição de seguros no País. E mais, pode-se dizer que ele é competente em sua missão.

Mas a penetração do seguro na sociedade brasileira é baixa. Menos de 30% da frota de veículos tem seguros, a imensa maioria das residências não é segurada, grande número de empresas ou não tem seguros ou, se os tem, é para cumprir tabela. Seguros de responsabilidade civil são raros, como os são os seguros para os eventos climáticos e risco cibernéticos.

Novas companhias, embaladas no “Sand Box” da Susep, falam abertamente em venda de seguros sem o corretor, em novos produtos com outros desenhos, em utilizar massivamente a internet como canal de distribuição direta.

O congresso coloca na mesa como o corretor de seguros deve se posicionar sobre as mudanças

De outro lado, os novos riscos que ameaçam o planeta estão fora do radar da maioria dos corretores de seguros. Riscos ambientais, pandemias, riscos cibernéticos e mesmo desenhos mais sofisticados de seguros de veículos, como carros compartilhados, não são assuntos tratados rotineiramente nas corretoras brasileiras.

Ao atacar esses temas, o Congresso Brasileiro dos Corretores de Seguros coloca na mesa não apenas a discussão de como tratá-los, mas, principalmente, como o corretor de seguros deve se posicionar em relação ao que vem pela frente. As mudanças estão acontecendo. Não acreditar nelas e não ouvir quem conhece é não ser inteligente. ●

SÓCIO DE PENTEADO MENDONÇA E CHAR ADVOCACIA E SECRETÁRIO-GERAL DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

Ranking Transferências em alta

Pix ganha força como marca e supera Nubank

Com pouco mais de um ano, ferramenta de transferências cai no gosto do brasileiro e é 22.ª marca mais bem avaliada entre 1,6 mil nomes, aponta pesquisa da agência VMLY&R

WESLEY GONSALVES

Pouco mais de um ano depois de ser lançado pelo Banco Central, o Pix entrou de vez na vida do brasileiro, deixando no passado funcionalidades como TED e DOC. A ferramenta se tornou uma das marcas mais lembradas pelos consumidores no País, segundo pesquisa da agência VLMY&R.

De acordo com o estudo, a ferramenta de transferências do BC se estabeleceu como a 22.ª marca mais bem avaliada entre 1,6 mil nomes. Com o desempenho, o Pix deixou para trás nomes como iPhone (23.º), Samsung Galaxy (24.º) e Brastemp (25.ª). Ainda segundo o estudo, o Pix conseguiu superar outras marcas importantes do mundo digital, como o Nubank, que ficou na 29.ª posição, e o Instagram, que aparece no 33.º lugar.

Segundo dados do Banco Central, o Pix já atingiu a marca de 120 milhões de contas ativas, entre pessoas físicas e jurídicas, com aproximadamente 395 milhões de chaves cadastradas, pois cada cliente pode escolher mais de uma forma de receber e enviar dinheiro.

Chefe do departamento de comunicação do BC, Eduardo Daniel de Souza conta que a boa aceitação da ferramenta teve o apoio de campanhas de bancos particulares, uma vez que a própria autarquia não teve verba para ações de marketing sobre o Pix. "Criamos essa marca pensando que ela precisava ser fácil para as pessoas falarem e também estar em harmonia com as empresas que ofertam o serviço para a população", diz Souza.

Para o consultor em marcas Luciano Deos, da consultoria GAD, um dos principais pontos de sucesso do Pix está na facilidade do nome dado ao serviço digital de transferência. "Poderia ser um nome muito mais complexo, ou uma sigla como TED e DOC, mas nesse sentido o BC foi muito feliz em trazer um apelido simples que facilita a conexão com os usuários", avalia.

CRIS FAGA-5/10/2020

Pix já é usado por 120 milhões de pessoas físicas e jurídicas, diz BC

Professor da FGV e especialista em precificação de valor de companhias, Hsia Hua Sheng explica que apesar de não se tratar de uma empresa privada, ou de um produto do mercado, é possível imaginar quanto vale a "marca" Pix levando em consideração o valor de negócio que a ferramenta conseguiu retirar das empresas do setor de pagamentos. "Se o Banco Central fosse privatizar o Pix ele valeria por volta de R$ 180 bilhões, que é quanto as maquininhas de pagamento e os grandes bancos deixaram de registrar depois desse serviço", afirma.

Para Sheng, o preço "hipotético" do Pix seria comparável ao valor de mercado do Nubank, que na última sexta-feira valia aproximadamente US$ 35,9 bilhões, ou R$ 181 bilhões, na cotação do dólar do dia.

Apesar de o Pix ser reconhecido e bem avaliado pela população, Luciano Deos chama, porém, a atenção para o fato de que, tecnicamente, o Pix não pode ser classificado como marca. "A ideia de marca está ligada à perspectiva de concorrência, por meio da qual o consumidor escolhe o produto em detrimento de outro por conta do seu valor – o que não ocorre com o serviço oferecido pelo Banco Central", afirma. ●

CULTURA & COMPORTAMENTO

O ESTADO DE S. PAULO SEGUNDA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2022

C4 **Visuais.** Exposição traz imagens de obras de Portinari. C6 **Cinema.** 'Ilusões Perdidas' ganha César de melhor filme.

C7 **Moda.** Linha futurística marca desfile na Milão Fashion Week

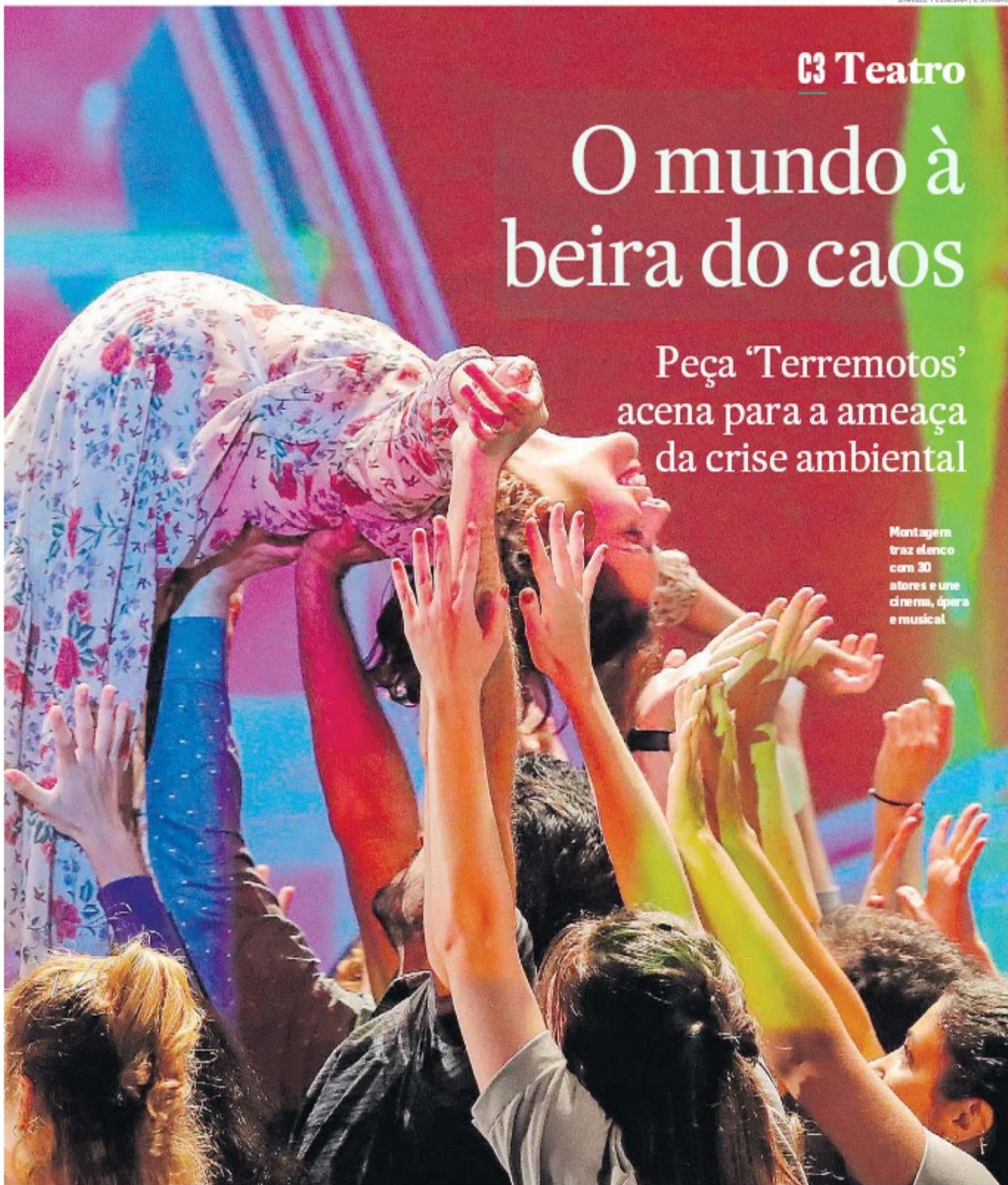
ALESSANDRO GAROFALO / REUTERS

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO

C3 **Teatro**

O mundo à beira do caos

Peça 'Terremotos' acena para a ameaça da crise ambiental

Montagem traz elenco com 30 atores e une cinema, ópera e musical

Direto da Fonte
Sonia Racy

Gabriel Manzano (interino)

BLOG

INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Marina Helena Santos
Diretora do Instituto Millenium

'Agenda liberal precisa furar as bolhas e avançar'

Economista conta o desafio de pregar liberdade econômica e conquistar novas plateias num país 'capturado por grupos de interesse'

JOSI GIRARDELO

ENCONTROS

Pregar para convertidos é fácil, mas não é esse o objetivo da economista **Marina Helena Santos**, diretora do Instituto Millenium – um think tank que se dedica a defender e divulgar, no País, as ideias liberais "e a dizer quanto custa ter um dos piores índices de liberdade econômica do mundo". Formada pela UnB, com 15 anos de experiência no mercado financeiro, e tendo comandado a área de Desestatização no Ministério da Economia em 2019, sua palavra de ordem é outra: tornar as ideias simples e compreensíveis, "furar bolhas" para conquistar novas plateias.

Nas palestras e publicações como os Millenium Papers e as Millenium Talks, Marina bate o pé na defesa do teto de gastos ("Se for desrespeitado, a dívida do País entra numa trajetória insustentável"). Avisa que "não há nenhuma contradição entre equilíbrio fiscal e gastos sociais". E aponta um quadro desolador: "O Brasil é o país que cobra mais imposto, que tem a maior dívida. Entre 177 países, estamos no 133.° lugar no Ranking de Liberdade Econômica do planeta".

Nesta conversa com **Gabriel Manzano**, a diretora conta os desafios de passar esses princípios a um ambiente invadido por populismos à esquerda e à direita, influencers, redes e fake news de todo tipo. "O que queremos é levar a mensagem a outros públicos e dizer: 'A gente tem uma solução melhor do que a que aí está. Vamos discuti-la?'" A seguir, trechos da entrevista.

Como é o trabalho de levar princípios e valores liberais à opinião pública num mundo hoje povoado de redes, youtubers, fake news?

É cada vez mais difícil. Nosso maior desafio é trazer as pessoas para os temas de fato capazes de mudar o Brasil, verdades que acrescentem algo à vida delas. A linguagem precisa ser acessível. Sabemos que a maioria dos problemas é complexa e que as respostas, quando simples e fáceis, são populistas e nada resolvem. Nosso objetivo é furar essas bolhas.

Como se organizam para pregar a agenda liberal?

A gente tem debates, vídeos, podcasts. Faz com convidados, gente de fora comunicando de outras maneiras. Prepara os artigos de políticas públicas com os especialistas e depois vai falando com eles, buscando as maneiras de dar o recado de modo mais claro. A gente tem site, YouTube, Instagram, Facebook, está no Spotify, no Soundcloud e acabou de entrar no TikTok. São cerca de 200 pessoas nessa operação toda.

Vocês têm métricas para avaliar o retorno disso?

Há um projeto novo sendo implantado e as métricas apontam que o resultado tem sido melhor – mas longe ainda do que a gente quer. Educar pessoas é um objetivo ambicioso. Ainda há muito a avançar.

Em entrevista recente ao Estadão, o ministro Paulo Guedes, da Economia, disse que tem faltado apoio para a agenda liberal. Por que falta esse apoio?

Essa questão, a meu ver, vai muito além de um presidente ou um ministro ter apoio. O que temos é uma realidade concreta a enfrentar. Somos o país emergente que paga os maiores tributos no planeta, o que cobra mais imposto, também o que tem a maior dívida. E temos um dos piores índices de liberdade econômica do mundo. Estamos no 133.° lugar entre 177 países, no Ranking de Liberdade Econômica de 2022 da Heritage Foundation. Uma das últimas posições.

> **Tarefa difícil**
> 'O desafio é trazer as pessoas para temas de fato capazes de mudar o Brasil. Ainda há muito a avançar'

Por que, a seu ver, o Brasil está tão atrás de todos?

Porque o que temos aqui são populismos de direita e de esquerda, muito próximos do autoritarismo. E este é o contrário do liberalismo, no qual a sociedade tem de se proteger, tem que ter propriedade privada, direito à vida. Temos um Estado completamente capturado por grupos de interesses, muito distantes da população. E que são azes em criar polêmicas, polarizações, deixando as pessoas perdidas, sem focar no que realmente importa. Isso é o contrário do liberalismo.

Os avanços da tecnologia ajudam o mercado a ver os cidadãos como meros consumidores. A tecnologia é uma inimiga a ser domada?

Discordo de que a tecnologia reduza as pessoas a consumidores. A tecnologia digital democratizou o conhecimento, a informação, a cultura e o entretenimento. Exemplo: com o valor de um ingresso de cinema se tem acesso a um catálogo inteiro de filmes, séries e documentários, além de livros digitais, músicas. É verdade que há problemas, mas os efeitos positivos na vida das pessoas são compensadores. ●

Teatro Estreia

‘Terremotos’ é um moderno épico sobre o risco ambiental

Com direção de Marco Antônio Pâmio, peça do inglês Mike Bartlett mostra como tragédias climáticas abalam uma estrutura familiar

UBIRATAN BRASIL

Um tremor de terra abalou a cidade de Londres em 2008 e, embora não houvesse registro de grandes danos ou ferimentos, o chacoalhar de paredes naquela madrugada mexeu com a imaginação do dramaturgo Mike Bartlett e o estimulou a escrever uma de suas principais peças, *Terremotos*, que estreia no sábado, 5, no Teatro do Sesi.

Trata-se de um grande evento cultural – na peça com cinco atos e 30 atores, o impacto sísmico imaginado pelo autor inglês é traduzido em uma trama que aponta para uma moralidade dividida, oscilando entre a necessidade individual e a responsabilidade coletiva. “A partir de relações familiares fragmentadas, Bartlett mostra a ameaça vivida hoje pela humanidade, cujos atos podem levar à sua extinção”, comenta Marco Antônio Pâmio, diretor do espetáculo, além de assinar a tradução e adaptação do original.

Pâmio assistiu à estreia da peça em Londres, em 2010, e ficou impactado por uma saga épica contemporânea encenada de forma totalmente não convencional. “Os atores interpretavam entre os lugares da plateia, o que obrigava os espectadores a se mexerem para todos os lados.”

No Sesi, a disposição será a tradicional, mas não menos impactante. *Terremotos* acompanha a trajetória de três irmãs: Maya (Paloma Bernardi), dona de casa que trava uma difícil relação com sua gravidez; Yasmin (Bruna Guerin), a caçula que exercita seu cinismo enquanto aproveita a vida; e Sara (Virgínia Cavendish), a mais velha, que ocupa um cargo no governo e, embora pragmática, se contenta com medidas de pequeno impacto (como diminuir o tamanho da pista do aeroporto).

De formas distintas, elas sofrem com os erros cometidos no passado pelo pai (Rubens Kramer), brilhante engenheiro que ... bertas na pesquisa ambiental e se corrompeu ao aceno da destrutiva indústria aérea, que atingiu expressivo progresso da década de 1970 em diante.

“Se há alguma forma de arte que deveria ser totalmente aberta para refletir toda a sociedade, é o teatro”, disse Bartlett ao jornal inglês *Evening Standard*, em 2018. “E é o que ele faz, especialmente em *Terremotos*, cuja ação rápida, inundada de informações, serve como alerta”, completa Pâmio.

CUBOS. A montagem brasileira flerta com o cinema, a ópera e o musical, como pede o autor: projeções complementam as cenas, assim como os enormes cubos que delimitam os espaços e a trilha sonora, que colabora para pontuar a difícil trajetória de Maya – é a expectativa do destino de seu bebê, que vai chegar num mundo caótico, que transforma a peça em um espetáculo poético e apocalíptico. Sem avançar no spoiler, é surpreendente o desenlace em torno dessa criança.

“Logo no início do texto, ele escreve: ‘a peça é sobre o excesso – e temos de sentir isso’”, observa Pâmio, que preferiu não localizar as ações em um lugar específico (no original, é Londres), tornando possível que elas aconteçam em qualquer metrópole no mundo. Mas investiu na linguagem ágil, por meio de cenas curtas, em ritmo quase cinematográfico.

Para isso, tornou-se essencial a participação de Marco Aurélio Nunes que, ao assinar a coreografia e a direção de movimentos, tornou-se praticamente um codiretor. “Boa parte do elenco é formada por não bailarinos, então, os gestos são orgânicos, naturais, que reproduzem o estado de espírito dos personagens naquele momento da história”, comenta Nunes, que traz belos momentos como a dança dos carrinhos de bebê.

Como de hábito, Bartlett parte do individual para tratar do conjunto. “E oferece a possibilidade de que possamos evitar o fim do planeta”, diz Pâmio. ●

Terremotos
Teatro do Sesi-SP
Avenida Paulista, 1313. 5ª a sábado, 20h. Domingo, 19h. Grátis (reserva ...

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO

Representações sociais, como a da política Sara, fazem o público pensar nas falhas do outro

Preste atenção

● **Na dramaturgia**
O inglês Mike Bartlett costura com talento quatro histórias contadas simultaneamente: a das três irmãs e de seu pai, um cientista afamado.

● **Na coreografia**
Criada, assim como a direção de movimentos, por Marco Aurélio Nunes, a dança surge como uma nova verbalização do que o público vê na cena.

● **No cenário**
São quatro grandes cubos metálicos vazados, criados por Duda Arruk e que limitam o espaço da ação e também participam da coreografia.

● **Na trilha sonora**
De autoria de Gregory Slivar, traz não apenas canções que pontuam bem a narrativa, como efeitos sonoros necessários para a atmosfera da peça.

Arte *Exposição*

Uma viagem imersiva pela obra do pintor brasileiro Candido Portinari

Mostra 'Portinari para Todos' tem curadoria de Marcello Dantas e será aberta no sábado, dia 5, no MIS Experience

ELIANA SILVA DE SOUZA

FOTOS JOÃO CANDIDO PORTINARI

Mesmo não integrando os eventos da Semana de Arte Moderno de 1922, Cândido Portinari (1903-1962) impulsionou o modernismo nacional. Mais que isso, é um dos artistas que inequivocamente retrataram o Brasil e os brasileiros. Nada mais justo que seja ele o escolhido para ter suas obras reunidas na mostra *Portinari para Todos*, que será inaugurada no sábado, 5, no MIS Experience, em São Paulo. Sob a curadoria de Marcello Dantas, a exposição contará com imagens de mais de 150 obras do pintor. "Ninguém retratou a identidade brasileira como Portinari, ninguém fez isso na sua escala com essa diversidade, essa técnica e essa especificidade", explica o curador sobre a escolha do artista homenageado.

Como na mostra anterior realizada pelo MIS Experience, sobre Leonardo Da Vinci, novamente o público será levado a uma imersão nos trabalhos e na vida do pintor, primeiro artista brasileiro retratado dessa forma. Segundo o curador, a escolha de Portinari para essa imersão teve como ponto de partida, além da importância do artista no cenário nacional e internacional, o fato de ele ter produzido incansavelmente. "Para realizarmos essa exposição, usando essas tecnologias imersivas, a gente precisava ter uma base que fosse muito diversa e a de Portinari é incomparável", avalia Marcello, que justifica não ter sido "uma questão de quem é melhor ou pior", mas sim por ele realmente ter feito 5 mil obras, o que o coloca em outro patamar. "Quantos artistas na história da humanidade fizeram cinco mil?", questiona.

MODERNISMO. Mais que a quantidade de obras, Portinari foi escolhido por retratar em sua arte o povo brasileiro. E é esse ponto que o curador destaca. "Se é para falarmos a partir de um ponto de vista brasileiro, é importante a gente olhar para alguém que olhou para brasilidade, para essa identidade", reforça, expressando sua convicção na escolha. "Portinari é o artista, é o candidato natural" para a exposição com esse per- Semana de Arte Moderna de 1922, e Marcello Dantas deixa claro essa aspecto explicando que são "duas coisas que nunca se encontraram". Portinari é um nome intrinsecamente ligado ao movimento. "Ele é um dos pilares do Modernismo brasileiro, independente de ele ter estado ou não na Semana de 22", esclarece o curador. Para ele, o que é importante mesmo, além da Semana, são os cem anos modernos que surgiram a partir dela. "Nesse aspecto, Portinari é um protagonista de primeiríssima grandeza. Villa-Lobos, Portinari e Niemeyer fizeram os eixos principais do Modernismo no Brasil."

Com um leque tão grande de trabalhos, o tempo despendido para estudar tudo seria demasiadamente longo. Mas, graças ao filho de Portinari, João Candido, o desenvolvimento do projeto pôde ser realizado de forma mais tranquila.

"Fez uma bela diferença o trabalho que o João Candido Portinari realizou desde 1979"

"Ele é um dos pilares do Modernismo brasileiro, independente de ele ter estado ou não na Semana de 22"

"O público vai ver também todo o simbólico trabalhado por ele sobre a infância

1. Quadro 'Cambalhota' de 1958

2. 'Meninos Soltando Pipas', de 1941

3. 'Palhaço', também, de 41

"A obra dele foi profundamente documentada e estudada pelo Projeto Portinari, o que viabiliza conseguir fazer um projeto desses", pois alguém ficou trabalhando em cima da sua obra, explica o curador. "Fez uma bela diferença o trabalho que o João Candido Portinari realizou desde 1979."

A EXPOSIÇÃO. Responsável pela montagem da emblemática exposição dos painéis *Guerra e Paz*, que rodou o País, Marcello Dantas conta que esse projeto também será tema de um dos módulos da mostra do MIS Experience. "O público vai ver também todo o simbólico que ele trabalhou sobre a infância no Brasil, criando uma identidade que é linda, muito singular, com os balões, espantalhos, futebol, café, as brincadeiras de rua." Por outro lado, acrescenta Dantas, será o momento de apreciar um aspecto que todos esquecem: o pintor sacro.

Identidade

"Se é para falarmos de brasileiros, é importante olhar para alguém que pintou essa brasilidade"

Um dos pontos de maior admiração do curador é o dos animais na obra de Portinari. Trata-se de um recorte pouco explorado na produção do artista. "Um dos momentos mais lindos da exposição é ver a forma como ele retratou a fauna."

Há uma sala inteira dedicada ao seu pensamento, com uma sequência de experiências, e depoimentos animados de amigos, inclusive Maria, a mulher de Portinari, personagem importantíssima em sua vida. "A gente criou uma coisa muito engraçada", diz o curador. "Nessa era de fake news, usando a tecnologia da deepfake, a gente criou as deep reals: você pega a voz do Drummond, por exemplo, e coloca no retrato que o Portinari fez sobre o poeta, que é uma verdade, une as duas coisas e anima."

INTERATIVIDADE. A exposição tem cunho interativo, onde o público poderá se sentir um verdadeiro artista. "Você poderá pegar um pincel e passá-lo sobre os painéis do Portinari e, ao fazer isso, aparecerá o que existe por trás de cada detalhe", explica o curador. Assim, segue ele, "em cada um dos momentos, descobrem-se os personagens que estavam ali dentro, como Tiradentes, o carrasco, Marília de Dirceu, ou cada um dos inconfidentes, e outros momentos". ●

Portinari para todos
MIS Experience. Rua Vladimir Herzog, 75, Água Branca. De 3ª a 6ª e dom., 10h/ 17h; sáb. e fer., 10h/18h.

Crônicas de SP* Gilberto Amendola

Do lado de lá do bloco de carnaval

Na quadra 8, terreno 25, Pedro lamentou não ter mais cintura para tanta vontade de sair dançando. Na quadra 12, terreno 48, Ana tirou o pó (e a areia) do peito e foi acordar a vizinha.

Na quadra 12, terreno 49, Luiza disse que não queria levantar – já que havia sido difícil achar uma posição confortável para descansar em paz.

Na quadra 15, terreno 34, Astolfo puxou uma marchinha do tempo em que ele conheceu Antonieta, que estava na mesma quadra e terreno.

Mas, na quadra 27, terreno 52, havia uma criança que nunca brincou o carnaval.

Os moradores daquele espaço, indignados com o destino de um menino tão novinho, decidiram agir.

Da quadra 27, terreno 41, saiu Amália batendo palmas para que outros ajudassem naquela missão. Das flores postas na quadra 28, terreno 36, ela improvisou um colar. Não era uma fantasia brilhante, mas suficientemente honesta para não deixar o menino Jonas (esse era o nome dele) deslocado na folia.

E então, com todo cuidado que se deve ter com quem já é mais osso do que pele, o menino foi erguido até a parte mais acessível do muro que dividia a Rua Horácio Lane e o cemitério onde morava.

Jonas viu o bloco do Ó do Borogodó passar. Bateu palmas instintivas. Ele conheceu o pirata da perna de pau e

> *Os moradores de todas as quadras se emocionaram, do jeito que só quem já morreu sabe como é*

aprendeu marchinhas como Mamãe Eu Quero, Me Dá Um Dinheiro Aí e outras.

O menino gostou, especialmente, da espuma que as crianças atiravam umas nas outras. Parecia uma coisa do outro mundo, do mundo dos vivos.

Do outro lado, do lado do bloco, só as crianças muito novinhas conseguiam ver o amiguinho sentado no muro.

Algumas dessas crianças tentavam até espirrar a espuma carnavalesca na direção de Jonas. Ele ria com vontade e se deixava molhar.

O menino também curtiu as fantasias de super-homem, de pirata e de caveira. Aliás, a fantasia de caveira era mesmo familiar. Jonas experimentava a felicidade e a descontração de um verdadeiro carnaval.

Os moradores de todas as quadras se emocionaram, daquele jeito que só quem já morreu sabe como é.

O bloco passou. E Jonas acompanhou maravilhado a maior celebração daquilo que os moradores mais velhos daquele cemitério chamavam de vida. Ou de vidão!

Naquele dia, os coveiros sentiram na alma que era preciso ligar o rádio e ouvir marchinhas de carnaval. E dançaram com suas pás como se estivessem em um salão.

A festa continuou. E o menino brincou do jeito que podia naquele cordão do além-vida.●

REPÓRTER DO 'ESTADÃO' E OBSERVADOR DA VIDA URBANA

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● TER. Patrícia Ferraz ● QUA. Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● QUI. Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin (quinzenal), Patrícia Ferraz ● SEX. Marcelo Rubens Paiva (quinzenal), Gilberto Amendola ● SÁB. Sérgio Augusto (quinzenal), Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● DOM. Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto (Aliás, quinzenal), Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Podemos ser maiores
Data estelar: Lua míngua em Aquário

Algumas pessoas se sobrepõem aos traumas que sofreram e seguem em frente, fazendo o melhor com o que lhes é inerente. Outras, diante dos mesmos ou semelhantes eventos traumáticos, se apegam a essa dinâmica e estacionam numa condição dramática.

Se eventos semelhantes conduzissem matematicamente sempre aos mesmos resultados, então poderíamos afirmar categoricamente que, sim, nós somos o resultado do que nos acontece.

Porém, essa é uma meia verdade, porque a outra metade dessa reside em que podemos todos ser maiores do que as circunstâncias em que crescemos e fomos educados, e se isso não fosse verdade, nossa humanidade nunca teria saído das cavernas, continuaríamos sendo um amontoado de humanoides intimidados pelas forças da natureza. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Reunir as pessoas certas para fazer acontecer seus planos, esse é o movimento propício de hoje. Tenha em mente todas as dificuldades desse movimento, porque você está tratando com pessoas, sempre uma caixa de surpresas.

TOURO 21-4 a 20-5
Tudo pode começar bastante atrapalhado, mas isso não há de servir para você criar certezas sombrias a respeito do futuro. Persista no esforço sincero e digno, sem se apegar demais aos resultados iniciais. Persista.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
A vontade de se lançar a alguma aventura, ou participar de algum evento excitante, o que poderia haver de errado nesse movimento? A alma quer excitação, quer sair do lugar comum, participar de eventos intensos. Em frente.

CÂNCER 21-6 a 21-7
As suspeitas precisam ser investigadas, antes de se tornarem fundamento para as atitudes que você pretende tomar. Suspeitas não hão de ser tomadas como certezas sem a devida investigação, isso levaria a errar.

LEÃO 22-7 a 22-8
Às vezes é mais fácil reconhecer os adversários do que as pessoas que estão ao seu favor, dado elas tomarem atitudes que deixam lugar a dúvida sobre o relacionamento que mantêm com você. É preciso usar o discernimento.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Mesmo que as coisas não pareçam dar muito certo, ainda assim persista no caminho, porque, você verá, no transcurso do dia o ritmo da vida se assenta e se torna mais consistente. É questão de persistência apenas.

LIBRA 23-9 a 22-10
A boa vontade pode ser muito boa, mas não é necessariamente eficiente. É aquela história das boas intenções que nunca chegam a se concretizar, e que, por isso, acabam atrapalhando mais do que ajudando. É assim.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Termine o que esteja ao alcance de seu domínio, sem grandes pretensões, apenas para aliviar o peso das tarefas que, ao longo do dia, aumentarão de tom e intensidade. Organize, e se oriente por um método racional.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12
Muitas coisas precisam ser esclarecidas, mas como envolvem outras pessoas, você não pode pretender que elas estejam dispostas, como você, a empreender esse caminho. Tudo precisa ser conversado com muita serenidade.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
É propício refletir a respeito de sua segurança e estabilidade pessoal, mas sem exagerar o tom desse assunto, porque uma coisa é você se assegurar de forma sensata, outra diferente é incorrer em paranoia.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Nem todas as atitudes precipitadas que você tomar servirão para se adiantar e ganhar vantagem. Respire fundo e pense melhor nos passos que decidiu tomar, pois

PEIXES 20-2 a 20-3
Apesar das apreensões, que parecem profetizar com absoluta certeza um futuro sombrio, você verá que, sem perder muito tempo, no transcurso do dia, seu hu-

Cinema Premiação

'Ilusões Perdidas' ganha o César, o Oscar francês, de melhor filme

Na cerimônia de sexta-feira, discursos se limitaram a prestar apoio para a Ucrânia, invadida pela Rússia

Ilusões Perdidas, adaptação de uma novela de Balzac, ganhou o César de melhor filme no prêmio de cinema francês na sexta-feira, 25, que transcorreu sem escândalos ou grandes protestos políticos, exceto pela denúncia da invasão da Ucrânia pela Rússia.

"Não vamos mudar o mundo, não somos os mais indicados para dar lições", reconheceu o mestre de cerimônias, o ator e escritor Antoine de Caunes, no início da gala na sala Olympia, em Paris. "Esta noite pensamos nos ucranianos. Temos a sorte que eles não têm."

Tratava-se antes de tudo de recuperar o público, diante da queda de audiência registrada no ano passado, quando somente 1,6 milhão de franceses assistiram à cerimônia.

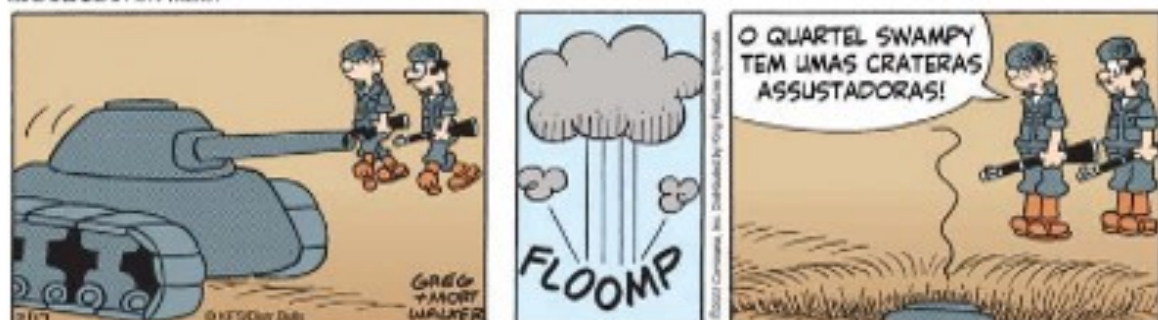
O setor cinematográfico francês, apesar de seguir funcionando e lançando filmes, sofreu como o resto do mundo o fechamento de salas durante a pandemia, e uma queda substancial na bilheteria.

Ilusões Perdidas, de Xavier Giannoli, 49, superou estes obstáculos. Mais de 870 mil pessoas assistiram ao longa.

Como melhor diretor, a academia francesa premiou a Leo Carax, pela ópera-rock *Annette*. O César de melhor atriz foi para Valérie Lemercier, por uma pseudobiografia da cantora canadense Céline Dion. O de melhor ator ficou para Benoit Magimel, pelo seu papel de doente terminal em *De Son Vivant*. Uma atriz não profissional, Aissatou Diallo Sagna, ganhou o prêmio de melhor coadjuvante pelo papel de enfermeira em *La Fracture*. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

Moda *Estilo*

Dolce & Gabbana adota linha futurística na Milão Fashion Week

Casa de moda italiana apresentou para o guarda-roupa feminino uma série de looks que brinca com as formas

De grandes óculos de sol a jaquetas brilhantes com mangas enormes, a casa de moda italiana Dolce & Gabbana apresentou no sábado, 26, uma variedade de looks futurísticos para os guarda-roupas femininos de inverno na Semana de Moda de Milão.

Os designers Domenico Dolce e Stefano Gabbana apresentaram muitos looks totalmente pretos no geral, que brincam com as formas. Ombros exagerados, mangas volumosas, calças de uma perna só e óculos de sol assimétricos.

As modelos usaram tops transparentes, vestidos e leggings, casacos e tops com capuzes transformados e blazers sincronizados ou vestidos de casacos com meia-calça.

Pinceladas de cores brilhantes apareceram em bodysuits usados com vestidos pretos com fitas que desciam pela perna ou pescoço, jaquetas abotoadas em rosa, laranja e amarelo, e casacos de pele xadrez ou rosa chiclete, acompanhado por chapéus e botas que combinavam.

ALESSANDRO GAROFALO / REUTERS

Ombros exagerados e mangas volumosas marcaram as criações

PELE. Mês passado, a Dolce & Gabbana disse que pararia de usar casacos de pele em coleções, favorecendo roupas e acessórios de pele ecológicos. Foi a primeira marca a fazê-lo, em meio a uma mudança de gosto de consumidores mais jovens e conscientes em relação ao meio ambiente.

Tops soltos com logotipos apresentaram looks mais descontraídos. Outros designs brilharam: roupas douradas ou prata, vestidos e casacos vermelhos e vestidos brilhantes transparentes.

A Versace mostrou calças cargos espaçosas e vestidos espartilhos em seu desfile na noite de sexta-feira, apresentando uma coleção outono/inverno que brincou com contrastes. ● REUTERS

CRUZADAS & SUDOKU

NA WEB Jogue as cruzadas estadao.com.br/e/cruzadas

NA WEB Jogue o sudoku estadao.com.br/e/sudoku

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Casa noturna dos anos 1980 · Sintoma de doenças intestinais · Escama capilar · Enorme (fem.) · Fruto que possui uma castanha · O estádio de São Paulo · Em (?): em teoria · Ambiente onde vive a baleia · Sentido pelo erro cometido · Apresentar-se em local determinado · Reacomodar · Consoantes de "dono" · Coloca na balança · Pedra antiafta · Pôr em ordem · Tribunal de Contas do Estado (sigla) · (?) Hot Chili Peppers, banda de rock · Esburacado com a pá · Policial, em inglês · Auxiliar do Capitão Gancho (Lit. inf.) · Item da data com quatro números · Indivíduo rico e poderoso (gíria) · Coragem; ousadia · (?) Lins, cantor e compositor · E, em inglês · Aquele que discursa · Bebida popular em Cuba · Flor comum em buquês (pl.) · Doente, na linguagem infantil · Festividade associada ao Papai Noel · Trabalhar; batalhar · Menina · Árvore tida como símbolo nacional · A brincadeira que não ofende (pop.) · Regiane Alves, atriz · Serviço de Atendimento ao Cliente (sigla) · Pedra, em tupi · Escolher; decidir-se · O "palco" do desfile de moda

R U M

BANCO 3/and — cop — ita — red. 6/grado. 7/barrica.

Nível Fácil

	7			3			4	
1	4						6	8
			1	6	4			
		9	2		6	1		
6		1		5		9		7
		3	8		1	6		
			9	1	5			
5	1						9	3

SOLUÇÕES

CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Sabe o que é um trava-língua?

O trava-língua é o nome que se dá a uma **FRASE** formada por palavras **DIFÍCEIS** de pronunciar numa **SEQUÊNCIA**, geralmente devido à repetição de **SÍLABAS** ou de sons, ou à complexidade para articular certos **FONEMAS** em conjunto. Parte integrante do folclore brasileiro, esse tipo de frase é muito usado em **BRINCADEIRAS** para ver quem consegue **PRONUNCIAR** a frase rapidamente, sem cometer **ERROS**, o que quase nunca acontece, e assim a **LÍNGUA** acaba "travando" ou "tropeçando". Além de ter finalidade **LÚDICA**, os trava-línguas são úteis em **EXERCÍCIOS** para a melhora da **DICÇÃO**, em sessões de fonoaudiologia e até mesmo em aulas de Teatro e de **ORATÓRIA**. Num trava-língua, que pode ser curtinho ou composto por várias orações, raramente a frase tem um sentido **LÓGICO**. Isso porque o importante ali é a forma das **PALAVRAS** e a dificuldade oferecida para articulá-las, e não seu **CONTEÚDO**. Há dezenas de **EXEMPLOS** conhecidos de trava-língua, entre eles "O rato roeu a roupa do rei de Roma", "O peito do pé do Pedro é preto" e "Três pratos de trigo para três tigres tristes".

D E O M P A L A V R A S C O M O E O E N M
I S O I C I C R E X E D I R S T T S M H D
B R I N C A D E I R A S O A E D S N A O E
D A I R O T A R O E T R C I F S N D R R O
O S M N I I R D D A C C G C R E E D T S F
H D I F I C E I S R R I T N D Q G F M C A
L B S M M N I T D E H S D U L U D O A S S
I F M D M B L O G I C O S N I E I N A O E
N O N I U T D A S L O R E O A N I E C L D
G E H N E D T A N O L R N R C C M M S P I
U T E O Â Ç C I D I R E F P I I E A F M R
A E N E A O F T N F E U M U D A C S N E A
M N E E T G L D I F I O L O U R G S N X F
O D U E T N O C R C S A B A L I S E G E O

Solução

Radar do streaming

Por Simião Castro

TWITTER

FACEBOOK

JOSHUA WILKS / NETFLIX
Era amor ou cilada? Histórias de match e dislike

Quem não quer um príncipe – ou princesa – encantado? Aquele conto de fadas, o cavalo branco, o buquê de flores. Ou qualquer coisa que o valha em 2022. Era meio atrás disso que estavam as mulheres retratadas em *O Golpista do Tinder*. O filme documental foi lançado no começo do mês e virou hit. Ele mostra como a lábia e a ostentação de um trambiqueiro ludibriaram mulheres que pensaram ter achado o match perfeito no app. Mas na verdade acabaram caindo do conto de fadas para o conto do vigário, emprestando dinheiro, cartões e fazendo empréstimos – que eram usados para enganar outras vítimas. Entre jatinhos, caviares e investigações internacionais, o documentário desvenda o modus operandi por trás de um dos golpes mais antigos da humanidade: o do coração. ●

POR FORA, BELA VIOLA

Simon Leviev é o nome do estelionatário. Ele se passava por filho de um magnata dos diamantes, bilionário com negócios ao redor do mundo e sob constante ameaça dos adversários de comércio. Cenário perfeito para forjar a farsa de que, em algum momento, a perseguição dos inimigos o obrigasse a suspender transações financeiras e precisar fugir com dinheiro vivo. Na real, o salafrário estava era com dates diversos em continentes diferentes, pagando os luxos das novas conquistas com o dinheiro das anteriores. De dar raiva. Na Netflix.

REFRESCO ÁCIDO

O triste é pensar que se alguma dessas mulheres enganadas por Leviev ouvissem o quadro *Picolé de Limão* do podcast *Não Inviabilize*, nada disso aconteceria. Déia Freitas conta histórias de pessoas reais quase diariamente. Fundamental, nos serviços de streaming de áudio.

AMOR MODERNO

Também sobre gente de verdade, com um pouquinho de tempero, é a série *Modern Love*. Com duas temporadas e 16 episódios no total, os sabores e dissabores da vida são espremidos sem dó na tela com um elenco excepcional. Confesso que esperava mais da segunda temporada, já que a primeira é muito boa! Todas as histórias são baseadas na coluna de mesmo nome do *The New York Times*. Para rir e soluçar, no Amazon Prime Video.

AMOR ÀS CEGAS

Sabe quando você está conhecendo alguém, vai tudo bem, até que a pessoa diz aquela uma coisa que dá aquela broxada? Em *Dating Around*, dá para ver que acontece com frequência. No reality show, a cada episódio, um – ou uma – participante dos mais diferentes perfis tem cinco encontros às cegas. E precisa escolher qual deles vai virar um segundo date. E a gente não sabe com quem vai ser o segundo date até, literalmente, a última cena. Divertida e envolvente, na Netflix.

DATES EM PT-BR

Em 2020, *Dating Around* ganhou uma temporada no Brasil. Sob o título de *O Crush Perfeito*, a série tem seis episódios e é curioso reconhecer as locações – e as pessoas. Um ex-vizinho meu participou, não conto quem!

SENSUALIDADE ANIMAL

Em outro reality show, *Sexy Beasts* – talvez mais da pegação do que do amor –, solteiros(as) se encontram com três pretendentes a cada episódio. A diferença de *Dating Around* é que, no final, não há exatamente um segundo encontro, mas apenas a revelação de quem foi escolhido(a). Ah, sim! E, na primeira fase do programa, todos usam fantasias dignas de *The Masked Singer* durante todo o date. Spoiler: ninguém debaixo das máscaras foge dos típicos padrões de beleza. Uma exploração antropológica, na Netflix.

Dança *Coreografias*

SPCD se prepara para a temporada 2022

Com início em maio, apresentações vão acontecer em quatro teatros: São Pedro, Alfa, Sérgio Cardoso e Sala São Paulo

ELIANA SILVA DE SOUZA

CHARLES LIMA
Coreografia 'Desassossegos' é uma criação de Henrique Rodovalho

A São Paulo Companhia de Dança divulgou a sua programação para a temporada 2022. Com o título *Cor do Arco-Íris*, inspirado no poema *Receita de Ano Novo*, de Carlos Drummond de Andrade, a programação contará com 10 obras, das quais seis inéditas. "Ao longo do ano, ocuparemos quatro importantes teatros da cidade, o São Pedro, o Sérgio Cardoso, o Alfa e a Sala São Paulo, com uma diversidade de programas que vão do clássico ao contemporâneo, com criadores nacionais e internacionais", revela Inês Bogéa, diretora artística e executiva do grupo, ao **Estadão**.

"*Cor do Arco-Íris* levará aos palcos dois grandes clássicos da dança – *O Lago dos Cisnes* e *O Quebra-Nozes* –, além de obras que celebram o centenário da Semana de 22, misturando 21, os ares de inovação deixados pelos ventos modernistas", explica Bogéa. Ela ressalta ainda que peças do repertório da companhia também estão agendados.

DESTAQUES. A Temporada 2022 terá início em 26 de maio, no Theatro São Pedro, momento em que contará com música ao vivo executada pela Orquestra do teatro regida por Cláudio Cruz. A primeira coreografia do *Choro n.º 6*, de Heitor Villa-Lobos, e inspirada livremente em obras de Di Cavalcanti. Esta é a primeira colaboração da coreógrafa com a companhia. Segundo Bogéa, a trajetória de Miriam é profundamente atravessada pelas artes visuais. "Eu busquei seu olhar singular para este que será seu primeiro trabalho para a SPCD."

No mesmo palco, mas no mês de junho, o grupo apresentará novos trabalhos dos dois um quarteto feminino inédito em *Desassossegos*, que teve préestreia em janeiro na cidade paulista de Santa Bárbara D'Oeste", conta a diretora. "Já Stephen Shropshire, americano que vive na Holanda, estará conosco pela primeira vez de modo presencial após ter criado duas obras para a SPCD inteiramente de modo virtual nos últimos dois anos", explica Bogéa sobre a obra, ainda sem título e que será uma coprodução com o The Dutch Performing Arts Program of the Performing Arts Fund NL (Holanda).

MOVIMENTO. "Teremos também a estreia de uma obra que reflete sobre as relações do ser humano com seu entorno e será assinada por Gal Martins, coreógrafa com uma linguagem de movimento intensa e potente", conta a diretora. Apresentação está agendada para agosto, no Teatro Alfa. Em setembro, tem novidade também, como conta Bogéa. "A temporada conta ainda com uma obra inédita do brasileiro Juliano Nunes, grande nome do momento na Europa, que assinará sua primeira coreografia para n.º 8, de Villa-Lobos."

Fechando a Temporada 2022, a SPCD dança uma versão completa "com um toque de brasilidade de *O Quebra-Nozes*, criada sob encomenda pela estrela da dança Márcia Haydée ao som da composição original de Piotr Ilitch Tchaikovski", diz Inês Bogéa, enfatizando que esta é a segunda obra que "Márcia cria para a SPCD e também para uma companhia no Brasil".

Nos palcos
Programação tem o título 'Cor do Arco-Íris', inspirado no poema 'Receita de Ano Novo', de Drummond

Mas a SPCD não se limita a expor sua arte no País, começando o ano com apresentações na França e para lá retornando logo mais. "Agora em março voltaremos a esse país para dançarmos em nove diferentes cidades", avisa Bogéa. Depois, segundo conta, seguirão para Montreal, no Canadá, para mais quatro espetáculos. Por aqui, ainda há sessões agendadas para unidades das

Demonstrações Financeiras 2021

Quem tem Porto, tem

- Cartão de Crédito
- Soluções para locação
- Consórcio

e muito mais

Compartilhamos as informações de nossos produtos e serviços referentes ao ano de 2021.

Seguros

Número de clientes

Itens comercializados	17,8 milhões

Automóvel

Prêmios emitidos:	10,8 bilhões
Veículos segurados:	5,8 milhões

Vida e Previdência

Contribuições de PGBL e VGBL:	444,5 milhões
Participantes de planos de previdência:	127,2 mil
Prêmios auferidos:	1,0 bilhão
Vidas seguradas:	4,2 milhões

Patrimonial

Prêmios:	2 bilhões
Itens segurados:	2,6 milhões

Serviços

Carro Fácil

Receitas:	172,9 milhões
Contratos ativos:	10 mil

Porto Faz e Reppara!

Receitas:	62,5 milhões
Quantidade de serviços - Porto Faz	39 mil
Contratos ativos - Reppara!	20 mil

Saúde

Saúde empresarial

Prêmios:	2 bilhões
Vidas seguradas:	349 mil

Odontológico

Prêmios:	146,9 milhões
Vidas seguradas:	653 mil

Serviços Médicos/Saúde Ocupacional

Receitas:	128,5 milhões
Vidas:	405 mil

Negócios financeiros

Cartão de Crédito

Receita:	1,6 bilhão
Clientes:	2,9 milhões

Financiamento

Receita:	479,4 milhões
Clientes:	119,1 mil

Consórcio

Receita:	487,1 milhões
Clientes ativos:	192 mil
Clientes contemplados:	21,7 mil

Porto Seguro S.A. Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 11° andar

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, as receitas da Porto Seguro atingiram R$ 21,6 bilhões (+14,4% vs. 2020), acompanhadas de uma expansão significativa na base de clientes, fruto das iniciativas em curso com o objetivo de acelerar o crescimento dos negócios, permeadas por uma abertura ainda maior para repensar formatos e estabelecer mudanças que permitam fortalecer os pilares da Companhia e amplificar a inovação que sempre esteve presente em seu DNA.

Na vertical Seguros, os prêmios cresceram 11,0% (vs. 2020), favorecidos pela fidelização e expansão na base de clientes através de soluções segmentadas para os diferentes perfis de consumidores. O seguro Auto expandiu 11,6% nos prêmios, sustentado principalmente pelo incremento de 311 mil veículos na frota segurada (vs. 2020). Os prêmios dos seguros Patrimoniais aumentaram 10,0% (vs. 2020), decorrente principalmente do crescimento dos seguros Empresariais, do Residencial da marca Porto Seguro e dos novos produtos, em especial os seguros para bikes, smartphones e responsabilidade civil profissional. No seguro de Vida, houve uma ampliação de 12,8% (vs. 2020) nos prêmios, explicado pela evolução dos seguros de Vida Individual, Vida Coletivo e pela retomada do crescimento do seguro de Viagem, favorecido pela retomada dos deslocamentos com destinos internacionais.

A vertical Saúde ampliou em 16,1% seu faturamento anual, através da manutenção de taxas de renovação elevadas e de um aumento consistente no número de vendas novas, resultando no quinto ano consecutivo de crescimento em duplo dígito nos prêmios do Saúde Empresarial. Houve um aumento de 91 mil vidas nos negócios de Saúde consolidados (vs. 2020), atingindo 1,2 milhão de pessoas cobertas. A vertical tem investido em tecnologia, processos e liderança dedicada para aumentar ainda mais sua relevância no segmento.

A vertical Negócios Financeiros apresentou elevação nas receitas de 20,9% no ano (vs. 2020), através do crescimento acelerado de seus principais negócios. As receitas de Cartão de Crédito e Financiamento cresceram 24,0% (vs. 2020), através de iniciativas bem sucedidas de vendas e de uma estratégia eficaz de crédito, com um crescimento significativo da Carteira de Crédito (+32,9% vs. 2020), atingindo R$ 13,3 bilhões ao final de 2021. Os Riscos Financeiros e Capitalização expandiram as receitas em 14,9% (vs. 2020), impulsionados principalmente pelo Aluguel Essencial, com processo de contratação mais ágil, digital e econômico em relação ao produto tradicional, e pela ampliação da base de parceiros (imobiliárias e corretores), revisão de estratégia e aceitação. As receitas do Consórcio obtiveram um incremento de 26,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, favorecidas pelo crescimento da carteira de créditos administrados, atingindo R$ 32,1 bilhões ao final do ano (+36,0% vs. 2020) associado ao aumento do número de cotas ativas (+13,3% vs. 2020).

Na vertical Serviços foi registrado um aumento de 31,5% nas receitas anuais, com destaque para o Carro Fácil, que cresceu 61,7% (vs. 2020) e alcançou 10 mil contratos ativos ao final de 2021. Ênfase também para os serviços de assistência (PortoFaz e Reppara!), que cresceram 36,2% (vs. 2020), alavancados principalmente pelas operações *business to business*.

No consolidado de todos os negócios de seguros (incluindo Saúde e Riscos Financeiros), o índice combinado de 2021 foi de 94,9%, permanecendo 1,1 p.p. melhor do que a média dos últimos 10 anos. No comparativo anual, o índice aumentou 4,8 p.p. em relação a 2020, explicado pela elevação da sinistralidade do Auto no segundo semestre de 2021 e do Saúde até o terceiro trimestre de 2021. No seguro Auto, a maior sinistralidade foi decorrente da inflação de peças, aumento no preço dos carros e da maior circulação de veículos, em função da redução do isolamento social. No Saúde, a sinistralidade foi impactada pela segunda onda da COVID-19 no primeiro semestre de 2021 e pelo crescimento dos procedimentos eletivos no terceiro trimestre, mas encerrou o último trimestre do ano com a sinistralidade já tendo retornado aos patamares pré-Covid.

O resultado financeiro foi de R$ 468,7 milhões em 2021, superando o "benchmark" ao atingir rentabilidade sobre as aplicações financeiras (ex-Previdência) de 184% do CDI. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável. Esse resultado foi 49,1% inferior ao obtido em 2021, que foi muito superior à média histórica dessa linha.

O lucro líquido alcançou R$ 1.544,2 milhões em 2021 (-8,5% vs. 2020), atingindo um Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 16,9% no período, 2,7 p.p. menor do que o registrado em 2020.

O ano de 2021 foi bastante dinâmico para a Porto Seguro, marcado por diversas iniciativas nos campos da inovação e societário, com reflexos positivos no processo de transformação digital e que demonstram o protagonismo da Companhia na jornada de aceleração do crescimento.

No campo da inovação, houve o lançamento do "Bilu", primeiro seguro de automóvel por assinatura mensal já lançado pela Porto Seguro; o desenvolvimento de um "SuperApp", que melhora a experiência do usuário e já concentra produtos e serviços utilizados por mais de 75% dos clientes da Porto Seguro, e a ampliação dos atendimentos via WhatsApp, com 40% do total de assistências já passando por esse canal, que além de melhorar a experiência do cliente, também contribui para ganhos de eficiência operacional; e a criação do "Tech Fácil", serviço de assinatura para smartphones.

No campo societário, houve a realização de uma joint venture com a Cosan para a criação da Mobitech, que atuará no fornecimento de soluções inovadoras de mobilidade, tais como modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos; a aquisição de 50% de participação da Conectcar, do grupo Ultra, através de sua controlada Portoseg S.A., potencializando a conexão entre a mobilidade e os diversos serviços financeiros da Porto Seguro, através da ampliação e modernização de benefícios existentes e do fortalecimento da estratégia de atração de clientes; a aquisição de participação na Petlove através da transferência da Porto.Pet; e a compra de participação majoritária na Alar, fintech que desenvolve soluções de Banking-as-a-Service (BaaS), com o objetivo de acelerar o processo de transformação digital da vertical de Negócios Financeiros.

Além disso, está em andamento a cisão da operação de assistência (sujeita à aprovação da SUSEP), que está dentro de uma das seguradoras do grupo (Porto Seguro Cia de Seguros Gerais) para uma nova empresa (Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.), com o objetivo de alavancar o crescimento da vertical de Serviços através da otimização da gestão e oferta de serviços também para terceiros.

Na frente ASG, ênfase para a contribuição da Porto Seguro com a sociedade no enfrentamento da pandemia através de seus produtos e serviços, com destaque para o seguro de Vida, que desde o início da crise sanitária já indenizou mais de 3 mil famílias vítimas de perdas decorrentes da COVID-19, através de aproximadamente R$ 160 milhões em indenizações, e para o seguro Saúde, que deu cobertura para mais de 8,6 mil beneficiários que precisaram ser internados, sendo aproximadamente 5,3 mil em leito comum e 3,3 mil na UTI, além de ter prontamente ter realizado quase 160 mil testes da COVID-19 até dezembro de 2021.

Vale ressaltar também a parceria da Porto Seguro com a Associação Crescer Sempre na comunidade de Paraisópolis, na cidade de São Paulo, com o objetivo de promover transformação social através de educação de qualidade. Em 2021 conduzimos cursos: 320 alunos na escola regular de Educação Infantil; 209 alunos na escola integral de Ensino Médio; 160 alunos no projeto de reforço em Português e Matemática Jovem Crescer; e, 45 alunos nos Cursos Profissionalizantes presenciais. Ainda no campo social, a Renova Ecopeças, Empresa da Porto Seguro, pioneira na reciclagem automotiva no país, assumiu seu papel de acreditar e fomentar a ressocialização e busca pela redução da violência, desenvolvendo um Programa de contratação de egressos do sistema prisional, através de parceria com o Instituto Ação pela Paz.

Por fim, a Porto Seguro agradece mais uma vez aos colaboradores, corretores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e demais "stakeholders" pela confiança e dedicação na Companhia ao longo de 2021, e segue firme no propósito de oferecer experiências transformadoras para cada momento da vida das pessoas e assim ser cada vez mais um Porto Seguro para todos.

TENTATIVA DE ATAQUE CIBERNÉTICO

Em relação ao incidente ocorrido no dia 14 de outubro de 2021, a Administração conclui que não foi identificado qualquer vazamento de dados da Companhia, suas controladas, seus clientes e/ou parceiros, incluindo quaisquer dados pessoais, assim como não houve impacto nos negócios e nas Demonstrações Financeiras.

NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:

Índice Combinado de Seguros %

89,5 85,6 92,4

2019: 94,5 — 2,7; 2,6; 13,8; 22,6; 52,8
2020: 90,1 — 2,9; 2,7; 13,8; 23,2; 47,5
2021: 94,9 — 2,6; 2,1; 14,3; 22,8; 53,1

Tributos · Despesa Operacional · Despesas Administrativas · Comissionamento · Sinistralidade · Índice Combinado Ampliado · Índice Combinado

Nos títulos a seguir, as expressões "em 2021" e "em 2020" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, respectivamente. Valores expressos em R$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

DETALHAMENTO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Auto consolidado	2021	2020	Variação %/p.p.
Prêmios auferidos	10.841,4	9.716,0	11,6
Sinistralidade (%)	53,2	46,9	6,3
Veículos segurados - frota	5.773	5.462	5,7

• Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2021 R$ 10.841,4 milhões, aumento de R$ 1.125,4 milhões ou 11,6% sobre os R$ 9.716,0 milhões em 2020.

Prêmios auferidos - Saúde	2021	2020	Variação %
Saúde empresarial	2.048,7	1.745,2	17,4
Saúde odontológica	146,9	139,4	5,4
Total Saúde	2.195,6	1.884,6	16,5

Sinistralidade - Saúde	2021	2020	Variação %
Saúde empresarial	81,7	74,4	7,3
Saúde odontológica	45,1	42,1	3,0
Total Saúde	79,3	72,0	7,3

Patrimonial	2021	2020	Variação %
Prêmios auferidos	1.793,5	1.630,2	10,0
Sinistralidade (%)	32,5	33,5	(1,0)
Itens segurados	2.556	2.430	5,2

• As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R$ 444,5 milhões em 2021 um aumento de 1,1% em relação aos R$ 439,5 milhões em 2020. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 127,2 mil em 2021, uma queda de 3,6% em relação aos 132,0 mil em 2020.

• As receitas com crédito e financiamento totalizaram R$ 2.119,4 milhões em 2021, aumento de R$ 410,1 milhões ou 24,0% em relação aos R$ 1.709,3 milhões em 2020. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 32,9%, passando para R$ 13.316,3 milhões em 2021 em relação aos R$ 10.019,6 milhões em 2020.

• As receitas de administração de consórcios totalizaram R$ 487,1 milhões em 2021, com aumento de R$ 103,1 milhões ou 26,8%, em relação aos R$ 384,0 milhões em 2020. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 13,2% passando para 192,2 mil em 2021, em relação aos 169,8 mil em 2020.

• As demais receitas com prestação de serviços totalizaram R$ 822,6 milhões em 2021, com aumento de R$ 72,2 milhões ou 9,6%, em relação aos R$ 750,4 milhões em 2020, com destaque para a Mobitech que cresceu 61,7% no ano e alcançou mais de 10 mil contratos ativos em 2021. As receitas recorrentes de serviços contam também com outros produtos sinérgicos aos negócios da Porto Seguro com potencial de expansão atrativo, como o PortoFaz e Reppara!.

Despesa de comercialização	2021	2020	Variação p.p.
Custos de aquisição - seguros	22,8	23,2	(0,4)

Despesas administrativas e operacionais	2021	2020	Variação p.p.
Despesas administrativas - seguros (*)	14,3	13,8	0,5
Outras receitas/desp. operacionais - seguros	2,1	2,7	(0,6)
Total despesas administrativas e operacionais	16,4	16,5	(0,1)

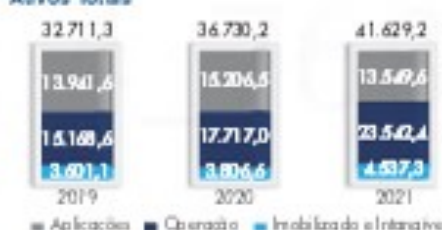
(*) Em 2021, considerando os valores de INSS sobre PLR, o índice de despesas administrativas - seguros é de 13,6%.

• No ano de 2021, o índice de despesas administrativas e operacionais - Seguros atingiu 16,4% (em relação ao prêmio ganho), permanecendo estável em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes e corretores.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	2021	2020	Variação p.p.
Resultado financeiro - seguros	431,1	779,3	(44,7)
Resultado financeiro - outros negócios	37,6	141,8	(73,5)
Total resultado financeiro	468,7	921,1	(49,1)

• O resultado financeiro decresceu 49,1% no ano, impactado principalmente pelo desempenho dos ativos de renda variável, embora as alocações em ativos indexados à inflação tenham contribuído positivamente. As aplicações financeiras obtiveram retorno acima do CDI, explicado principalmente pelo desempenho positivo das alocações em títulos indexados à inflação.

POSIÇÕES PATRIMONIAIS

VALOR ADICIONADO

Em 2021, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R$ 4.701,3 milhões, com redução de 9,5% sobre o montante de R$ 5.193,4 milhões do ano de 2020, conforme distribuído abaixo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo B3 destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ainda, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas ("Comitês"), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

COMITÊ DE PESSOAS

O Comitê de Pessoas tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

O Comitê de Remuneração tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores e colaboradores das sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulem o assunto, além da legislação e regulamentação aplicável.

COMITÊ DE RISCO INTEGRADO

O Comitê de Risco Integrado tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

COMITÊ DE ÉTICA E CONDUTA

O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimento tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à gestão dos investimentos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

COMITÊ DE MARKETING

O Comitê de Marketing tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro para os seus diversos públicos.

COMITÊ DIGITAL

O Comitê Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas às pesquisas e tendências tecnológicas, de mercado e inovações de novos produtos e processos em linha com os objetivos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E "MARKETING"

Em 2021, a Porto Seguro ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:

Programa Start: com o objetivo de contratar mil profissionais para áreas digitais até 2025, lançamos o Start, programa que oferece bolsas de estudo 100% gratuitas para formação em carreiras digitais.

Aquisição de 74,67% da Segfy: empresa oferece soluções tecnológicas para corretores. Esse foi o primeiro aporte do fundo de investimentos em participações da Porto Seguro, a Porto Ventures.

Lançamento do Bllu: destinado a veículos de até R$ 60 mil, lançamos o Bllu, seguro auto por assinatura da Porto Seguro, operado pela Azul Seguros, com o objetivo de atingir uma fatia do mercado que não contava com um seguro para o carro.

Aquisição da ConectCar e lançamento da Tag Porto Seguro: com um investimento de mais de R$ 160 milhões, a Porto Seguro adquiriu 50% da ConectCar e lançou a Tag Porto Seguro para oferecer aos clientes mais comodidade e agilidade em pedágios, estacionamentos e postos de combustíveis.

Lançamento do Tech-Fácil: plano de assinatura anual de celulares de última geração, com seguro e aparelho reserva em caso de imprevisto, criado em parceria com a Samsung.

Aquisição da Petlove: apostamos no mercado pet com a compra de 13,5% das participações da Petlove, o maior pet shop on-line do Brasil. Nessa transação, passamos a deter participação acionária na Petlove e, em contrapartida, a operação da PortoPet, antiga Health for Pet, foi transferida para o pet shop.

Lançamento da moto aquática em São Paulo: para apoiar nos resgates em enchentes e alagamentos, lançamos a moto aquática da Porto e contamos com o apoio de um especialista nesse tipo de resgate para treinar nossos prestadores. Atualmente, temos três prestadores de serviços com habilitação de motonauta, treinamento para bombeiro civil e salvamento.

Lançamento «rastreador» de motos: apresentamos ao mercado mais essa opção de segurança para quem trabalha sobre duas rodas ou aproveita as motocicletas em momentos de lazer.

Expansão da frota elétrica de guinchos: expandimos a nossa frota elétrica como mais uma alternativa para reduzir o impacto ambiental das nossas operações, uma vez que é uma matriz energética de fonte renovável. Dessa forma, passamos a contar com 50 bicicletas elétricas, uma moto elétrica, cinco caminhões e 16 carros elétricos, além de 30 pontos de recarga gratuitos para veículos elétricos - de segurados e não segurados - nos Centros Automotivos Porto Seguro em São Paulo.

Lançamento Vida do Seu Jeito: um seguro de vida personalizável que permite a contratação de coberturas variadas de maneira independente. Com isso, além de o cliente receber uma oferta mais adequada ao seu perfil e momento, ele tem liberdade e flexibilidade para escolher o valor das coberturas de cada uma das proteções selecionadas.

Lançamento Vida On: focado no público jovem, o Vida On é um seguro de vida individual acessível, com contratação descomplicada - 100% on-line - e valores a partir de R$ 9,26 por mês.

Aquisição de 74,5% da Atar: a empresa desenvolve soluções de Banking as a Service (BaaS) e infraestrutura bancária para empresas e a aquisição reforça a nossa estratégia de aceleração da transformação para o mercado digital.

Joint Venture com a Cosan para a criação da Mobitech: trata-se de uma aposta em mobilidade urbana que, de início, manterá o foco na assinatura de veículos leves do Carro Fácil.

Transporte por app: na Azul Seguros, os clientes que contratarem a cobertura de Carro Reserva têm mais uma opção. No momento do sinistro, podem optar pelo recebimento de créditos nos aplicativos Uber ou 99 de Táxi, em vez de retirar um carro na locadora.

Lançamento App Porto Seguro: o aplicativo tem o objetivo de reunir em um só lugar todos os produtos da companhia para oferecer mais comodidade ao cliente. Além disso, o novo app conta com interface mais moderna e amigável e traz novas funcionalidades.

Vistoria Digital Porto Seguro Auto: a abertura do sinistro, que já podia ser feita pelo site, agora também pode ser feita via WhatsApp. Além disso, a experiência digital ganhou novas funcionalidades, como o uso de inteligência artificial na análise dos danos causados ao veículo, além de ser possível acompanhar em tempo real todo o processo de indenização e reparos, na tela do celular.

PRÊMIOS DE 2020

A Porto Seguro recebeu diversos reconhecimentos em 2021, em categorias diferentes, destacando-se:

- Marcas Mais Valiosas do Brasil 2020 (Interbrand)
- Prêmio Estadão Mobilidade 2022 (O Estado de S.Paulo)
- Ranking das 100 empresas com melhor reputação no Brasil (MERCO)
- Estadão Finanças Mais (O Estado de S.Paulo)
- Empresas mais Inovadoras do Brasil em 2020 (Forbes)
- Top of Mind (Folha de S.Paulo)
- Marcas Mais (O Estado de S.Paulo)
- Marcas mais amadas pelos cariocas (O Globo)

RECURSOS HUMANOS

O Grupo Porto Seguro encerrou o ano de 2021 com 12.164 colaboradores, sendo 7.936 pessoas nas empresas seguradoras e 4.228 nas demais. Foram admitidos 3.667 funcionários, sendo 530 nos programas "Jovem Aprendiz" e "Inclusão de Pessoas com Deficiência". Já o índice de rotatividade acumulado do ano, que mede a relação entre contratados e desligados, foi de 27,03%.

Em mais um ano atípico como o de 2021, com altos e baixos ocasionados pela pandemia, continuamos tratando de adequações internas, reforçando o cuidado com a saúde e com a segurança dos nossos colaboradores. Mantivemos ao longo do ano o trabalho em home office como prioridade, seguindo todos os protocolos da OMS.

O Centro de Testagem para Covid-19, localizado no nosso Edifício Rosa Garfinkel, se manteve ativo, contribuindo com a segurança e com a saúde de todos. E, em outubro, iniciamos o movimento de retorno presencial, no qual todos os colaboradores realizaram o teste de Covid-19 para início das atividades, com o objetivo de proporcionar um ambiente seguro na Empresa. Encerramos 2021 com um total de 18.726 testes realizados entre nossos colaboradores e prestadores de serviço.

Seguimos os protocolos sanitários - como aferição de temperaturas nas entradas de nossas unidades, disponibilização de máscaras e de álcool em gel, além do distanciamento seguro. Realizamos rondas periódicas para garantir a efetividade das ações implementadas.

No mês de abril/21, realizamos a campanha de vacinação contra influenza para 5.300 colaboradores e 1.250 dependentes em todo o Brasil, de maneira descentralizada e em diversos pontos para garantir o distanciamento social e a segurança de todos.

Lançamos uma campanha de incentivo à vacinação da Covid-19 e, em nosso mapeamento, tivemos adesão massiva dos nossos colaboradores.

Como parte de nossa estratégia de cuidados com a Saúde Integral, o que inclui a saúde física, mental e financeira, trabalhamos fortemente com o Programa de Gerenciamento de Estresse. Com ele, realizamos rodas de conversas, ações em grupos focados e atendimentos com equipe multidisciplinar, atuando preventivamente no cuidado da saúde mental dos nossos colaboradores com impacto na redução de sinistralidade e no não agravamento dos índices de afastamentos previdenciários. Adicionalmente, orientamos práticas de cuidados, como extensão do horário de almoço, período na semana livre de reuniões e sessões de musicoterapia e meditação.

Lançamos o Programa Retorno Saudável, que tem o intuito de acompanhar o retorno ao trabalho dos colaboradores que ficaram em afastamento previdenciário por saúde mental. Esse acompanhamento é feito por um time multidisciplinar, dentre psicólogos, médicos e assistentes sociais.

Ainda sobre a Saúde Integral, promovemos ações com foco na saúde física, mental e bem-estar para os colaboradores. Durante o ano, foram mais de 20 mil participações em projetos como aulas de música com gaita, ukulele e violão, podologia, muay thai, pilates, super treino, yoga, zumba e teatro. Em julho de 2021, iniciamos também a parceria com o Gympass (benefício que dá acesso a uma rede de academias com valores diferenciados).

Na frente de atração e desenvolvimento de jovens talentos na Porto Seguro, o ano de 2021 foi marcado por avanços. Realizamos o primeiro Programa de Trainee com o objetivo de fortalecer o pipeline de liderança, suportando os desafios da companhia e alinhados à Temporada. Contamos com mais de 40 mil inscritos para 20 vagas disponíveis em diversas áreas.

No ano, tivemos 3 ondas do Programa de Estágio com mais de 29 mil inscritos, resultando em 48 novos jovens talentos que iniciaram na companhia.

Com foco na gestão do clima e no engajamento, de julho a agosto de 2021, aplicamos uma pesquisa intermediária: Raio-X da Liderança. O objetivo foi dar suporte à tomada de decisão e aumentar a velocidade de resposta da Porto por meio do monitoramento ágil e recorrente de aspectos chave para gestão do clima e do engajamento, com ênfase na atuação da liderança. A adesão foi de 66%.

No tema de aprendizagem e desenvolvimento, investimos R$ 440 mil/mês em programas de treinamento para colaboradores, totalizando 2.666 horas/mês considerando ações nos formatos remoto e on-line. Dentre os programas, destacam-se as ações de desenvolvimento para a liderança, totalizando mais de 32 mil horas/ano.

Realizamos o lançamento do programa de Diversidade e Inclusão, o Juntos. Desejamos ser um porto seguro onde a equidade, a representatividade e o respeito às diferenças sejam parte de nossa cultura. Entre as principais iniciativas realizadas em 2021, estão: palestras de sensibilização para lideranças e demais colaboradores; estruturação da governança para que os temas relacionados à diversidade e inclusão ganhem relevância e celeridade nas pautas da companhia; mentoria de liderança inclusiva para os executivos (Vice-presidentes e CEO); criação de grupos de afinidade para equidade de gênero, raça e etnia, LGBTI+ e pessoas com deficiência; desenvolvimento e publicações de conteúdos em datas importantes do calendário de diversidade.

Além disso, foram realizados desenvolvimentos de sistemas visando melhorar a experiência do usuário para acesso às informações referentes à gestão de pessoas, com foco em simplicidade, integração e cliente no centro.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Segundo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

Dentre as inúmeras iniciativas de sustentabilidade realizadas pela Cia, destacam-se os seguintes projetos em 2021:

EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

- Realizadas 50 ações de educação socioambiental para o público interno, com abordagens de consumo consciente, sustentabilidade, mudanças climáticas, resíduos, entre outras. No total, tivemos 10.248 participações de colaboradores.
- Realização da segunda Maratona da Sustentabilidade, da qual 65 Agentes Socioambientais - colaboradores da Porto Seguro - participaram, construindo soluções para desafios reais de sustentabilidade das Instituições Sociais credenciadas pela Porto Seguro na Matriz. Ao final, a ideia vencedora que tinha como desafio a capacitação técnica e apoio às equipes e instituições na interação com o público atendido, será implantada em 2022 no projeto de desenvolvimento de gestores sociais promovido pela área de Sustentabilidade.
- Realização do Mês da Sustentabilidade, com palestras e oficinas destinada aos colaboradores, prestadores e Corretores, com os temas de: 1)Pilares Conceituais: Ambiental, Social e de Governança, 2)Oficina do Consumo Consciente, 3)Sustentabilidade na Porto, 4)Riscos Socioambientais e o case Renova. Também lançamos um jogo on-line, o Cada Vez + Sustentável, para dependentes dos colaboradores e prestadores, de 7 a 12 anos, que puderam aprender sobre a economia de recursos naturais como a água, energia elétrica e alimentos, além de praticar a coleta seletiva e doação de roupas e brinquedos. O evento totalizou 460 participações ao vivo e 325 visualizações no YouTube pós evento, além de 431 pessoas participando do nosso jogo.

ECOEFICIÊNCIA

- Iniciativas de redução do consumo de energia, como lâmpadas LED, sensores de presença nos espaços, instalação de placas solares e o Programa Hora da Terra - quando as luzes da Companhia são apagadas por uma hora e utilizamos iluminação natural. Em 2021 todas essas iniciativas somadas à redução do consumo nos prédios em função do trabalho remoto, garantiram economia de energia de 3.290.468,03 kwh, o que equivale a R$ 957.272 mil.
- Iniciativas de redução do consumo de água, como captação de água da chuva, estação de tratamento de água interna, água de reuso, sistema dual flush, descargas a vácuo. Em 2021, essas iniciativas representaram economia de 19.998.870 litros de água, o equivalente a R$ 722.798 mil.
- 66% dos resíduos descartados na matriz foram direcionados à reciclagem, contribuindo para a geração de renda aos cooperados.

PROJETOS SOCIAIS

O **Programa de Voluntariado Corporativo** tem por objetivo propiciar e fortalecer a cultura do voluntariado através de metodologias e práticas de mobilização e engajamento de diferentes públicos da Porto Seguro e da sociedade. Em 2021 foram realizadas mais de 60 ações diferentes, que continuaram de forma on-line, nos segmentos de: Capacitar pessoas, promover bem-estar, apoio aos refugiados, mentoria para jovens e educação socioambiental, tendo a participação de 716 colaboradores, que juntos doaram mais de 5 mil horas para 30 instituições sociais parceiras.

Doações que contemplam todos os projetos que incluem recebimento de donativos, como Estação Consumo Consciente, Campanhas de Arrecadação nas localidades e doações esporádicas. Em 2021, foram realizadas 143 campanhas, totalizando a doação de 261.437 itens, para 77 instituições em todo Brasil, gerando 169.854 atendimentos.

O **Instituto Porto Seguro** tem como objetivo potencializar o desenvolvimento de projetos educacionais e socioculturais em Campos Elíseos, região onde está instalada a Matriz da Cia. Em 2021, oferecemos mais de 16 cursos de capacitação profissional com 471 alunos formados e 25% de empregabilidade. No Ação Educa, atendemos 200 crianças com oficinas socioeducativas no contraturno escolar. Já na Escola de Costura Industrial, tivemos 12 alunas e faturamento de R$ 138.961. E no Programa de Aprendizagem, atendemos como entidade formadora 77 jovens, ativamente, ao longo deste período.

Associação Campos Elíseos + Gentil: tem por objetivo melhorar o bairro de Campos Elíseos, tornando-o mais limpo, funcional e, consequentemente, seguro. Destaque para os 485 protocolos enviados por moradores, zeladores voluntários e comerciantes do bairro em 30 ruas zeladas com 90% de resolubilidade pelos órgãos competentes da Prefeitura Regional Sé;

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante Omicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros eminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

De um lado, a pior hidrologia dos últimos 90 anos gerou severo estresse ao sistema elétrico, largamente baseado em geração hidrelétrica, implicando numa forte alta das tarifas do setor. De outro lado, a contínua deterioração do arcabouço fiscal aumentou a percepção de risco-país, que se traduziu numa taxa de câmbio mais depreciada, o que por sua vez acentuou o movimento de alta dos preços de diversos produtos.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

NEGÓCIOS

Para reduzir o impacto ambiental de suas operações nos atendimentos, bem como melhorar o tempo médio dos mesmos, a Porto Seguro trabalha com modais alternativos e mais sustentáveis, na capital e em algumas cidades do Estado de São Paulo: são carros elétricos, guinchos menores, motos e bicicletas elétricas e deslocamento por transporte público. Até o primeiro semestre de 2021*, os modais + sustentáveis representaram cerca de 50% dos km percorridos em atendimentos, reduzindo diretamente as emissões de gás carbônico na atmosfera.

*Em virtude de instabilidade sistêmicas, os dados do 2º Semestre não foram contabilizados até o momento.

A Renova Ecopeças tem como propósito garantir a destinação ambientalmente adequada dos veículos em final de vida útil proporcionando o comércio de itens de reuso para o consumidor final ou atacadista e contribuir para a inclusão de mão de obra de pessoas em situação de alta vulnerabilidade social. Em 2021 a Renova deu a destinação ambientalmente adequada para 3.091 veículos, possibilitando que 2,2 mil toneladas de resíduos tivessem o direcionamento correto.

COMPLIANCE

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

No período de janeiro a dezembro de 2021, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2022

A Administração

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2021	Controladora Dezembro de 2020	Consolidado Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2020
Circulante		1.052.927	1.787.513	27.311.577	24.570.126
Caixa e equivalentes de caixa	7	60.496	146.714	1.400.834	915.881
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	8.1.1	872.100	1.581.446	7.477.041	8.999.532
Empréstimos e financiamentos	9	–	–	9.382.483	7.192.576
Prêmios a receber de segurados	10	–	–	5.590.561	4.608.343
Recebíveis de prestação de serviços		–	–	80.400	70.304
Ativos de resseguro	20.3	–	–	159.734	179.764
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	49.495	30.403	218.243	130.025
Bens à venda	12	–	–	208.844	107.899
Custos de aquisição diferidos	13	–	–	2.218.715	1.924.421
Instrumentos financeiros derivativos	14	709	–	18.022	–
Outros ativos	15	70.127	28.950	596.700	441.381
Não circulante		9.048.168	7.907.359	14.317.661	12.160.076
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	8.1.1	–	–	1.808	1.587
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.1.2	–	–	3.718.693	4.472.292
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	168.770	347.291	2.352.016	1.733.121
Empréstimos e financiamentos	9	–	–	1.142.828	976.168
Prêmios a receber de segurados	10	–	–	301.708	152.449
Ativos de resseguro	20.3	–	–	13.779	6.718
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	–	–	926.965	333.053
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	–	–	2.295	2.295
Custos de aquisição diferidos	13	–	–	166.862	73.837
Outros ativos	15	113	144	337.971	358.512
Investimentos					
Participações em controladas	16.1	8.791.869	7.466.342	–	–
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	16.2	–	–	579.447	–
Outros investimentos		34.982	–	34.982	–
Propriedades para investimentos		52.434	93.004	103.203	139.695
Imobilizado	17	–	578	2.158.579	1.650.505
Intangível	18	–	–	2.378.685	2.156.123
Ativo de direito de uso	19	–	–	97.840	103.721
TOTAL DO ATIVO		10.101.095	9.694.872	41.629.238	36.730.202

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2021	Controladora Dezembro de 2020	Consolidado Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2020
Circulante		420.156	423.091	24.959.484	20.745.575
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	–	–	10.670.728	9.504.592
Débitos de operações de seguro e resseguro	21	–	–	615.783	502.154
Passivos financeiros	22	38.088	–	11.658.869	8.915.922
Impostos e contribuições a recolher	11.2	1.001	2.399	660.563	539.776
Dividendos e JCP a pagar	16.2	357.970	398.739	357.970	406.111
Instrumentos financeiros derivativos	14	–	143	–	143
Passivo de arrendamento	24	–	–	12.894	20.227
Outros passivos	25	23.097	21.810	982.677	856.650
Não circulante		316.380	268.167	7.305.026	6.980.878
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	–	–	5.758.977	6.110.483
Passivos financeiros	22	39.583	–	755.193	262.484
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.3.2	276.797	268.167	312.849	308.939
Impostos e contribuições a recolher	11.2	–	–	20.640	10.405
Passivo de arrendamento	24	–	–	118.814	115.339
Outros passivos	25	–	–	185.616	58.291
Provisões judiciais	23	–	–	152.937	114.937
Patrimônio líquido		9.364.559	9.003.614	9.364.728	9.003.749
Capital social	26 a	8.500.000	4.500.000	8.500.000	4.500.000
Reservas de lucros		793.395	3.965.562	793.395	3.965.562
(–) Ações em tesouraria	26 b	(205.493)	(160.061)	(205.493)	(160.061)
Reservas de lucros - demais	26 c	998.888	4.125.623	998.888	4.125.623
Dividendos adicionais propostos	26 d	261.729	443.298	261.729	443.298
Outros resultados abrangentes		(190.565)	94.754	(190.565)	94.754
Participação dos acionistas não controladores		–	–	169	135
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.101.095	9.694.872	41.629.238	36.730.202

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reservas de lucros-demais	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo final em 31 de dezembro 2019		4.000.000	(19.788)	3.830.145	–	361.418	134.482	8.306.257	146	8.306.403
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	26 c	–	–	–	–	(361.418)	–	(361.418)	–	(361.418)
Aumento de capital	26 a	500.000	–	(500.000)	–	–	–	–	–	–
Aquisição de ações de própria emissão	26 b	–	(141.196)	–	–	–	–	(141.196)	–	(141.196)
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	26 e	–	–	6.306	–	–	–	6.306	–	6.306
Ações outorgadas - controladas	26 b/e	–	923	(923)	–	–	–	–	–	–
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	(51.120)	(51.120)	–	(51.120)
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	2.205	2.205	–	2.205
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	9.187	9.187	–	9.187
Redução de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	–	(36)	(36)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	1.688.191	–	–	1.688.191	25	1.688.216
Destinações:										
Reserva legal		–	–	84.410	(84.410)	–	–	–	–	–
Reserva estatutária		–	–	705.685	(705.685)	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos/JCP:										
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	26 d	–	–	–	(454.798)	–	–	(454.798)	–	(454.798)
Dividendos adicionais propostos	26 d	–	–	–	(443.298)	443.298	–	–	–	–
Saldo final em 31 de dezembro 2020		4.500.000	(160.061)	4.125.623	–	443.298	94.754	9.003.614	135	9.003.749
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	26 c	–	–	–	–	(443.298)	–	(443.298)	–	(443.298)
Aumento de capital	26 a	4.000.000	–	(4.000.000)	–	–	–	–	–	–
Aquisição de ações de própria emissão	26 b	–	(45.432)	–	–	–	–	(45.432)	–	(45.432)
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	26 e	–	–	13.116	–	–	–	13.116	–	13.116
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	(297.250)	(297.250)	–	(297.250)
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	10.474	10.474	–	10.474
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	1.457	1.457	–	1.457
Aumento de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	–	20	20
Lucro líquido do exercício		–	–	–	1.544.249	–	–	1.544.249	14	1.544.263
Destinações:										
Reserva legal		–	–	77.212	(77.212)	–	–	–	–	–
Reserva estatutária		–	–	782.937	(782.937)	–	–	–	–	–
Distribuição de dividendos/JCP:										
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	26 d	–	–	–	(422.371)	–	–	(422.371)	–	(422.371)
Dividendos adicionais propostos	26 d	–	–	–	(261.729)	261.729	–	–	–	–
Saldo final em 31 de dezembro 2021		8.500.000	(205.493)	998.888	–	261.729	(190.565)	9.364.559	169	9.364.728

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2021	Controladora Dezembro de 2020	Consolidado Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2020
Receitas					
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	27	–	–	17.712.070	15.804.951
(–) Prêmios de resseguros cedidos	27	–	–	(125.830)	(159.532)
(=) Prêmios e contraprestações, líquidos de resseguro	27	–	–	17.586.240	15.645.419
Receitas de operações de crédito	28	–	–	2.119.399	1.709.262
Receitas de prestação de serviços	29	–	–	1.309.719	1.134.405
Contribuições de planos de previdência		–	–	150.918	151.358
Receita com títulos de capitalização		–	–	59.357	49.858
Outras receitas operacionais	30	–	6.291	387.233	186.963
Equivalência patrimonial	16	1.651.593	1.648.501	(11.232)	–
Total das receitas		1.651.593	1.654.792	21.601.634	18.877.265
Despesas					
Variação das provisões técnicas - seguros		–	–	(1.379.795)	(670.142)
Variação das provisões técnicas - previdência		–	–	(133.179)	(115.700)
(=) Total de variação das provisões técnicas	31	–	–	(1.512.974)	(785.842)
Sinistros retidos bruto	32	–	–	(10.148.761)	(8.221.391)
(–) Recuperações de resseguradoras	32	–	–	100.936	137.204
(–) Recuperações de salvados e ressarcimentos		–	–	1.440.341	976.035
Benefícios de planos de previdência		–	–	(5.004)	(13.110)
(=) Despesas com sinistros e benefícios, líquidas		–	–	(8.612.488)	(7.121.262)
Custos de aquisição - seguros	33	–	–	(3.697.948)	(3.475.487)
Custos de aquisição - outros		–	–	(350.827)	(276.194)
Despesas administrativas	34	(42.826)	(18.594)	(3.601.766)	(3.158.869)
Despesas com tributos	35	(25.643)	(23.122)	(617.409)	(635.720)
Custos dos serviços prestados		–	–	(187.201)	(168.365)
Outras despesas operacionais	36	(13.356)	(12.621)	(1.773.980)	(1.571.370)
Total das despesas		(81.825)	(54.337)	(20.354.594)	(17.193.109)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.569.768	1.600.455	1.247.040	1.684.156
Receitas financeiras	37	153.415	274.116	1.558.792	1.899.844
Despesas financeiras	38	(162.559)	(191.429)	(1.090.081)	(978.772)
		(9.144)	82.687	468.711	921.072
Lucro operacional		1.560.624	1.683.142	1.715.751	2.605.228
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.560.624	1.683.142	1.715.751	2.605.228
Imposto de renda e contribuição social	11.4	(16.375)	5.049	(171.488)	(917.012)
Corrente		(7.745)	–	(761.490)	(992.748)
Diferido		(8.630)	5.049	590.002	75.736
Lucro líquido do exercício		1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		1.544.249	1.688.191	1.544.249	1.688.191
- Acionistas não controladores em controladas		–	–	14	25
Lucro por ação:					
- Básico	40	2,39781	2,60202	2,39783	2,60206
- Diluído	40	2,39781	2,60202	2,39783	2,60206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2021	Controladora Dezembro de 2020	Consolidado Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2020
Caixa líquido atividades operacionais	838.741	(405.228)	2.471.524	1.438.758
Caixa gerado nas operações	(95.455)	52.312	1.731.621	1.931.245
Lucro líquido do exercício	1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Depreciações - imobilizado	–	–	105.146	103.367
Amortizações	12.622	12.622	125.162	124.519
Resultado de equivalência patrimonial	(1.651.593)	(1.648.501)	(11.232)	–
Resultado na venda de imobilizado	(733)	–	(31.718)	15.143
Variações nos ativos e passivos	940.713	(457.329)	1.396.691	209.823
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	709.346	(330.691)	1.522.270	(886.509)
Aplicações financeiras - demais categorias	178.521	(94.949)	134.704	(378.402)
Prêmios a receber de segurados	–	–	(1.091.477)	(762.266)
Empréstimos e financiamentos	–	–	(2.356.567)	(1.587.094)
Ativos de resseguro	–	–	12.969	(68.005)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.630	(5.049)	(590.002)	(75.736)
Impostos e contribuições a recuperar	(19.092)	11.885	(88.218)	25.310
Bens à venda	–	–	(100.945)	70.791
Custos de aquisição diferidos	–	–	(387.319)	(135.442)
Outros ativos	(35.558)	(4.136)	(711.579)	(14.701)
Operações de arrendamentos	–	–	2.023	6.704
Passivos de contratos de seguros e de previdência complementar	–	–	814.630	1.043.301
Débitos de operações de seguros e resseguros	–	–	113.629	103.789
Passivos financeiros	80.342	–	3.403.505	2.214.681
Instrumentos financeiros derivativos	(852)	(663)	(18.165)	13.630
Impostos e contribuições a recolher	5.119	660	502.510	655.411
Provisões	–	–	38.000	(29.270)
Outros passivos	14.257	(34.386)	196.723	13.631
Outros	(6.517)	(211)	(656.788)	(702.310)
Outros resultados abrangentes	–	–	(285.320)	(39.729)
Participação dos acionistas não controladores	–	–	20	(36)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.517)	(211)	(371.488)	(662.545)
Caixa líquido atividades de investimento	(32.790)	1.168.264	(929.224)	(448.563)
Alienação de imobilizado e intangível	1.311	–	198.086	191.396
Aquisição de imobilizado	–	–	(776.798)	(369.737)
Aquisição de intangível	–	–	(350.512)	(270.222)
Caixa líquido atividades de financiamento	(892.169)	(830.711)	(1.057.347)	(967.577)
Recompras - ações em tesouraria	(45.432)	(141.196)	(45.432)	(141.196)
Juros sobre captação de recursos pagos	(2.671)	–	(167.849)	(136.866)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(844.066)	(689.515)	(844.066)	(689.515)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(86.218)	(67.675)	484.953	22.618
Saldo inicial de caixa e equivalentes	146.714	214.389	915.881	893.263
Saldo final de caixa e equivalentes	60.496	146.714	1.400.834	915.881

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Outros resultados abrangentes	(285.319)	(39.728)	(285.319)	(39.728)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(495.417)	(85.200)	(495.417)	(85.200)
Efeitos tributários	198.167	34.080	198.167	34.080
Ajustes acumulados de conversão em controladas	10.474	2.205	10.474	2.205
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	1.457	9.187	1.457	9.187
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	1.258.930	1.648.463	1.258.944	1.648.488
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	1.258.930	1.648.463	1.258.930	1.648.463
- Acionistas não controladores em controladas	–	–	14	25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Seguro S.A. ("Controladora") é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B ("Edifício Rosa Garfinkel") - 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. "Porto Seguro" ou "Companhia"), que podem explorar atividades: de seguros em todos os ramos; de instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A seguir, estão descritas as empresas controladas e que são consolidadas:

• Seguros, previdência complementar e capitalização:

(i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Porto Cia"), opera seguros de danos e de pessoas.
(ii) Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida e Previdência"), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
(iii) Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. ("Porto Seguro Uruguai"), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
(iv) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde.
(v) Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros"), opera seguros de danos e de pessoas.
(vi) Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Itaú Auto e Residência"), opera seguros de danos.
(vii) Porto Seguro Capitalização S.A. ("Porto Capitalização"), administra e comercializa títulos de capitalização.

• Financeiras e consórcio:

(viii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
(ix) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
(x) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

• Serviços e comércio:

(xi) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. ("Proteção e Monitoramento"), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.
(xii) Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. ("Renova"), comercializa e distribui peças automotivas.
(xiii) Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. ("Renova Peças Novas"), comercializa e distribui peças automotivas novas.
(xiv) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
(xv) Franco Corretagem de Seguros Ltda. ("Franco"), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
(xvi) Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
(xvii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
(xviii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
(xix) Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços e Comércio"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
(xx) Porto Seguro Atendimento Ltda. ("Porto Atendimento"), presta serviços de "telemarketing" e atendimento em geral.
(xxi) Porto Seguro Telecomunicações Ltda. ("Porto Conecta"), presta serviços de telecomunicações.
(xxii) Porto Servicios S.A. ("Porto Serviços Uruguai"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
(xxiii) Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
(xxiv) Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Investimentos"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
(xxv) Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech"), tem por atividades modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos. Sua denominação social anterior era Porto Seguro Locadora de Veículos S.A. ("Porto Locadora"), alterada conforme AGE de 08 de outubro de 2021. Vide nota nº 41.1 (a).

Não houve durante o período alteração na relação de empresas controladas e que são consolidadas, exceto pelo acordo e troca de ações da Porto.Pet, vide nota explicativa nº 1.2.

Os percentuais de participações estão demonstrados na nota explicativa nº 16.1.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Porto Seguro S.A. segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de Covid-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios do Grupo em 2021 comparados ao mesmo período de 2020.

Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 10.841,4 milhões, aumento de R$ 1.125,4 milhões ou 11,6% sobre os R$ 9.716,0 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 53,2%, um aumento de 6,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão do menor impacto da pandemia sobre a mobilidade da população. O seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos e a Companhia segue focada no lançamento de produtos mais acessíveis e processos de vendas mais simples, que permitam aumentar a competitividade.

Nas operações de Saúde, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 2.198,4 milhões, aumento de R$ 309,6 milhões ou 16,4% sobre os R$ 1.888,8 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 79,2%, aumento de 7,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente pela retomada dos eventos eletivos e pelas internações de Covid-19.

No segmento Vida (Pessoas), os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 1.047,5 milhões, aumento de R$ 118,9 milhões ou 12,8% sobre os R$ 928,5 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 49,0%, aumento de 11,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe mencionar que dada as circunstâncias de calamidade e dificuldade de realização de diagnósticos precisos, a Companhia vem indenizando os casos relacionados e diagnosticados ao Covid-19 neste segmento.

No segmento de Riscos Financeiros (principalmente carteira Fiança), os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 763,5 milhões, aumento de R$ 97,0 milhões ou 14,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o período em 34,4%, redução de 11,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente pelo aperfeiçoamento do modelo de subscrição de riscos, que foi intensificado com o uso de big data e "machine learning", adequação na precificação, após o início da pandemia em 2020.

Negócios financeiros e serviços:

A carteira de operações de cartão de crédito e CDC cresceu 32,9% no ano de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A representatividade total da provisão sobre a carteira aumentou, sendo 10,11% no ano de 2021, contra 7,29% no mesmo período do ano anterior.

Nos demais produtos e nas demais linhas das demonstrações financeiras não registramos até o fechamento anual oscilações significativas em termos de resultado e saldos patrimoniais.

Cabe destacar que subsequentemente à data-base, a Companhia continua monitorando diariamente os reflexos e impactos nos negócios relacionados a Covid-19 e até a data da aprovação das demonstrações financeiras, os movimentos observados nas operações de seguros, negócios financeiros e serviços são semelhantes aos reportados acima.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

Quanto às iniciativas visando o bem estar social, destacamos o programa Meu Porto Seguro, que teve por objetivo oferecer mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, que já estavam desempregadas ou em busca do primeiro emprego em todo o território nacional. O Programa teve início em julho de 2020 e foi encerrado em abril de 2021, nesse período foram contratados 10 mil profissionais.

Ressaltamos a confiança na solidez do balanço financeiro da Companhia e na qualidade e experiência de seus executivos e gestores para enfrentar a atual situação, com a certeza de que, ao fim desse período, estaremos ainda mais sólidos e mais bem posicionados para continuar expandindo nossos negócios e entregando bons resultados financeiros e operacionais.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - ACORDO E TROCA DE AÇÕES PETLOVE

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 16 de abril e 28 de junho de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços"), se aliou à PetLove Cayman Ltd. ("Petlove") e passou a deter 13,5% de participação da empresa Petlove. Em contrapartida, a Porto Serviços transferiu o controle (100% das ações) da Porto.Pet Administração de Planos de Saúde Animal S.A. ("Porto.Pet") - nova razão social para Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. ("Health For Pet"). Este acordo ainda prevê a autorização do uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet no Brasil e a divulgação dos planos de saúde para animais oferecidos pela Porto.Pet nos canais de distribuição da Porto Seguro, dentre eles, a distribuição de materiais publicitários aos corretores.

Abaixo divulgamos um resumo demonstrativo dos reconhecimentos contábeis na data do fechamento da operação.

Ativo	
Investimentos	
Saldo contábil antes do "closing"	5.282
Baixa contábil (Porto.Pet)	(5.282)
Valor justo (13,5% de participação Petlove) (i)	236.541
Marcas (Porto Seguro e Porto.Pet) e Canal de divulgação (i)	124.953
Ganho não realizado (ii)	(16.869)
Total do ativo	344.625
Passivo	
Outros passivos	
Receitas a diferir (iii)	108.084
Imposto de renda e contribuição social	78.628
Total do passivo	186.712
Demonstração de resultado	
Ganho bruto no resultado do período	231.259
(–) Imposto de renda e contribuição social	(78.628)
Efeito líquido no resultado do período	152.631

(i) Cálculo baseado na soma dos fluxos de caixa livre descontados à taxa de (12,02% a.a. para a empresa Petlove e 14,98% a.a. para as demais empresas do consolidado Petlove Cayman, sendo elas, Pet Insurance, Vet Smart e Dog Hero).
(ii) Refere-se à eliminação do ganho não realizado equivalente à participação de 13,5% mantida pela Porto Seguro.
(iii) Receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos.

Dado as características da transação, onde observa-se a perda de controle da Porto.Pet em troca da aquisição de participação minoritária (sem controle) na Petlove Cayman, o reconhecimento contábil inicial dessa operação seguiu as orientações do IFRS 10 (CPC 36 - Demonstrações Consolidadas), onde determina que quando existir a perda de controle da controlada, a controladora deve: i) baixar os ativos contábeis (incluindo qualquer ágio) pelo valor contábil na data em que o controle foi perdido, ii) deve reconhecer o valor justo da contrapartida/participação recebida, proveniente das transações que resultaram na perda de controle e iii) reconhecer a diferença resultante como perda ou ganho no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia cedeu o direito de uso de forma gratuita e com cláusulas de rescisão com e sem justa causa, sendo que a vigência do direito de uso será nas marcas Porto.Pet por 25 anos e Porto Seguro por 10 anos, além do canal de distribuição Porto Seguro por 5 anos. No reconhecimento dessas cessões de uso, a Companhia seguiu as orientações do IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com cliente), e reconhecerá a receita ao longo da vigência dos contratos.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas	–	6.291	21.238.820	18.906.611
Receitas com prêmios emitidos	–	–	17.712.070	15.804.951
Receitas com operações de crédito	–	–	2.119.399	1.709.262
Prestação de serviços	–	–	1.368.109	1.186.119
Receitas com operações de previdência complementar	–	–	150.918	151.358
Outras	–	6.291	422.517	210.673
Provisão para perda de crédito	–	–	(534.193)	(155.752)
Variações das provisões técnicas	–	–	(1.512.974)	(785.842)
Operações de seguros	–	–	(1.379.795)	(670.142)
Operações de previdência	–	–	(133.179)	(115.700)
Receita líquida operacional	–	6.291	19.725.846	18.120.769
Benefícios e sinistros	–	–	(8.611.244)	(7.138.248)
Sinistros líquidos	–	–	(8.607.484)	(7.108.152)
Despesas com benefícios	–	–	(5.004)	(13.110)
Provisão para redução ao valor recuperável (salvados)	–	–	1.244	(16.986)
Insumos adquiridos de terceiros	(9.308)	(3.329)	(6.779.715)	(6.498.460)
Materiais, energia e outros	(2.891)	(2.030)	(1.417.616)	(1.660.498)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	–	–	(187.201)	(168.365)
Serviços de terceiros e comissões	(5.684)	(1.299)	(5.412.229)	(4.761.129)
Variação das despesas de comercialização diferidas	–	–	224.766	88.911
(Perda)/recuperação de valores ativos	(733)	–	12.565	2.621
Valor adicionado bruto	(9.308)	2.962	4.334.887	4.484.061
Depreciação e amortização	(12.622)	(12.622)	(170.333)	(227.886)
Valor adicionado líquido produzido	(21.930)	(9.660)	4.164.554	4.256.175
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	1.649.322	1.733.195	536.790	937.270
Receitas financeiras	153.415	274.116	1.558.792	1.899.844
Resultado de equivalência patrimonial	1.651.593	1.648.501	(11.232)	–
Outras	(155.686)	(189.422)	(1.010.770)	(962.574)
Valor adicionado total a distribuir	1.627.392	1.723.535	4.701.344	5.193.445
Distribuição do valor adicionado	1.627.392	1.723.535	4.701.344	5.193.445
Pessoal	13.787	14.460	1.872.429	1.668.274
Remuneração direta	4.507	3.906	1.074.462	978.712
Benefícios	9.280	10.554	724.346	621.473
F.G.T.S.	–	–	73.621	68.089
Impostos, taxas e contribuições	62.482	18.877	1.214.748	1.829.090
Federais	62.482	18.877	1.132.101	1.758.160
Estaduais	–	–	1.401	665
Municipais	–	–	81.246	70.265
Remuneração de capitais de terceiros	6.874	2.007	69.904	7.865
Juros	6.874	2.007	71.450	13.743
Aluguéis	–	–	(1.546)	(5.878)
Remuneração de capitais próprios	1.544.249	1.688.191	1.544.263	1.688.216
Juros sobre o capital próprio	398.662	372.382	398.662	372.382
Dividendos	428.063	525.714	428.063	525.714
Lucros retidos do exercício	717.524	790.095	717.524	790.095
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	14	25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1.3 OUTRAS INFORMAÇÕES - AQUISIÇÃO CONTROLE CONJUNTO CONECTCAR

Em 01 de outubro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), informa que, diante do cumprimento das condições contratuais e das aprovações regulatórias, concluiu a aquisição de 50% das ações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), que eram de titularidade do Grupo Ultra. O valor da operação foi de R$ 165.000, liquidados financeiramente em 01 de outubro de 2021. Em dezembro de 2021 apurou-se ajuste de preço da operação, no montante de R$ 6.538, devolvidos para a Portoseg. Desta forma, o efeito líquido da operação totalizou R$ 158.462.

As devidas aberturas dos ativos adquiridos serão efetuadas ao longo dos próximos meses, com base em estudo técnico que suporte o registro contábil, PPA ("Purchase Price Allocation") que está em fase de elaboração.

1.4 BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS - LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2012 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 124.643, sendo: (i) reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados ao IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R$ 15.569 em 2016 e R$ 21.310 em 2017 e (ii) benefícios tributários referente as despesas dos projetos incorridas nos montantes de R$ 20.086 em 2018, R$ 25.635 em 2019 e R$ 42.043 em 2020. Em complemento, a Companhia reconheceu o montante de R$ 43.468 referente ao exercício corrente de 2021.

1.5 INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R$ 272.861, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

1.6 CRIAÇÃO DE "JOINT VENTURE" - PORTO SEGURO E COSAN

Em 08 de novembro de 2021 a Companhia, por meio de sua controlada Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços"), celebrou um Acordo de Associação de Investimento com a Cosan Oito S.A. ("Cosan Oito") subsidiária da Cosan S.A. ("Cosan"), para a constituição da "joint venture" que atuará em soluções de mobilidade ("Mobitech"), dentre os serviços a serem oferecidos estão: modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos.

A formalização da parceria e o fechamento da operação dependem do cumprimento de condições usuais para transações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), a qual tornou-se final e definitiva em 07 de janeiro de 2022, após o decurso do prazo de 15 dias contado da publicação da referida decisão no Diário Oficial da União, em 22 de dezembro de 2021, sem que tenham sido interpostos recursos de terceiros ou que tenha havido avocação pelo Tribunal do CADE.

Considerando que a operação não foi finalizada até a data-base das demonstrações financeiras, prevista para o mês de fevereiro de 2022, os correspondentes registros contábeis ocorrerão nos próximos meses, em linha com PPA (Purchase Price Allocation) que está em fase de elaboração.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas principais políticas contábeis da Companhia.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos "impairment", (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB).

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.3 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

- IFRS 17 - Contrato de Seguros: a norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração ("BBA - Business Block Approach"); (ii) modelo de taxa variável ("VFA - Variable Fee Approach"); (iii) abordagem de alocação de prêmio ("PPA - Premium Allocation Approach"). Os modelos "i" e "ii" são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo "iii" é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 1 de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação e espera impactos de baixos a moderados na mensuração de seus contratos, uma vez que parte substancial de seu portfólio é composto por seguros de curto prazo, por isso elegíveis para o modelo simplificado. Já na apresentação de suas demonstrações financeiras é esperado impacto relevante com a adoção de novos formatos, novos agrupamentos e nomenclaturas. Contudo, tais impactos até o momento não podem ser precisamente dimensionados.

2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

2.2 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionista que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre elas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir. Neste sentido, todas as sociedades apresentadas na nota explicativa nº 1 são controladas (diretas ou indiretas) e são consolidadas nas demonstrações financeiras da Porto Seguro.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRSs e os CPCs.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 6.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Custo amortizado

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.9.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

2.7.1 DERIVATIVOS EMBUTIDOS

A Companhia, através de suas controladas, emite contratos de previdência complementar em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias atendem à definição de um derivativo embutido, entretanto, é utilizada a isenção prevista na IFRS 4 - Contratos de Seguro, na qual, caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, não é efetuada a separação do derivativo embutido neste contrato. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.17.2, essas garantias embutidas são consideradas no Teste de Adequação do Passivo (TAP), pois modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos.

2.7.2 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; e (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício (em "Resultado financeiro"), simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 4.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de "hedge", sendo demonstrada de forma líquida.

2.8 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.9.1). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.9 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.9.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significante deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de "impairment";
- Estágio 3: evidência objetiva de "impairment" na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

2.9.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como instrumento financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.9.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.10 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

2.11 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "Softwares"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) Ágio e intangível com vida útil indefinida - combinação de negócios

O ágio contabilizado na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios.

A Porto Seguro detém o direito de uso da marca "Itaú Seguros de Auto e Residência", registrada em uma combinação de negócio e reconhecida pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuros desta marca para a Companhia (baseado em pesquisa de mercado), avaliada segundo o método do fluxo de dividendos descontados.

Anualmente, o ágio e o direito de uso da marca "Itaú Seguros de Auto e Residência" são testados com o intuito de avaliar a necessidade de "impairment". Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo.

Para o período corrente, não foi identificado necessidade de provisionamento. Quaisquer perdas contabilizadas não são revertidas.

(c) Intangível com vida útil definida - combinação de negócios

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 18.

2.13 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

2.14 ATIVO DE DIREITO DE USO - CONSOLIDADO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.21), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.15 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período.

2.16 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Porto Seguro emite diversos tipos de contratos de seguros gerais e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Nos contratos de seguro-saúde o segurado (exclusivamente pessoas jurídicas) tem a opção de cancelamento do contrato com aviso prévio de 60 dias para contratos de vigência mínima de 12 meses, sem obrigação de pagamento dos valores de sinistralidade devidos, perfazendo, assim, um cenário provável e com substância comercial de retenção de risco significativo de seguro.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significante.

Os títulos de capitalização emitidos pela Porto Seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9.

2.17 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2.17.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se às regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de ativos financeiros classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão IBNeR, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina Resolução do CNSP e informações da Seguradora Líder do Consórcio.

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

(f) A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão (falecimento do segurado titular com manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios) e é calculada com base no valor presente das respectivas despesas esperadas.

(g) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

(h) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) do ramo de previdência é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.

(i) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.17.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios da IFRS 4 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando premissas realistas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios do período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Para os produtos de previdência complementar, a Porto Seguro elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, como níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro), opções de taxas de juros garantidos ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração dos índices garantidos em contrato e opções de resgate.

2.18 PASSIVOS FINANCEIROS

2.18.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito e financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.18.2 PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vendidos e pelos valores dos títulos ainda não vendidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.

(b) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

(c) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado "pro rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

2.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina os planos de previdência privada Portoprev, que são classificados como plano de contribuição definida e plano de contribuição variável. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

2.20 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Quando existem depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, essas provisões são apresentadas líquidas dos respectivos depósitos. Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.21 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

2.22 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.23.1 PRÊMIOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.17.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.23.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

2.23.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 - vide nota explicativa nº 2.9.1) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

2.23.4 RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 2.18.2 (c)).

2.23.5 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.23.6 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.24 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.25 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras. Para as demais empresas da Porto Seguro e para a Controladora, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos à continuidade de seus negócios (exceto para a operação da Porto Conecta, que está em processo de encerramento operacional de suas atividades), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR e IBNR também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela administração. O valor total dos passivos consolidados de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 16.429.705.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.9.1.

O valor total consolidado dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis), em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 32.642.237 para os quais existem R$ 1.233.865 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS, FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios da IAS 37 / CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total consolidado das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 1.529.37, líquidas de depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 11.3.3). O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 1.294.814.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Porto Seguro está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. No exercício de 2021, comparado ao ano anterior, não houve mudança relevante no perfil de risco: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes estando alinhadas ao apetite por risco e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

Vale destacar que em decorrência da pandemia da Covid-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 75,5% (73,9% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA" e "A" de créditos privados.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Risco soberano - Brasil	82,2%	73,9%
Instituições financeiras	3,1%	2,5%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,2%	1,4%
Outros	13,5%	22,2%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired"). Do total da exposição máxima ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, 98,0% referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Porto Seguro, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos prêmios a receber da Companhia, através de suas controladas:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Não vencidos	5.554.815	4.584.772
Vencidos de 1 a 30	240.400	156.998
Vencidos de 31 a 60	46.886	34.183
Vencidos de 61 a 90	14.532	8.994
Vencidos de 91 a 180	16.147	8.147
Vencidos acima de 180	15.674	9.858
Provisão para risco de crédito	(36.185)	(42.160)
	5.852.269	4.760.792
Circulante	5.550.561	4.608.343
Não circulante	301.708	152.449

(c) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso, provisão para perda de crédito, índice de recuperação das operações em atraso, e concentração das operações.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por "aging":

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer		
Até 30 dias	7.161.950	5.600.758
De 31 a 60 dias	21.154	8.471
Mais de 60 dias	2.540	1.015
Vencidos		
De 1 a 30	2.852.600	2.328.295
De 31 a 60	217.311	105.879
De 61 a 90	276.773	117.895
De 91 a 180	546.084	264.832
Acima de 180	630.242	383.670
Provisão para risco de crédito	(1.183.343)	(642.071)
	10.525.311	8.168.744
Garantias vinculadas às operações de crédito	2.198.133	1.798.485
Tipo de contraparte		
Pessoas físicas	88,6%	85,3%
Pessoas jurídicas	11,4%	14,7%

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como "impaired" (deteriorados).

(d) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição em resseguros a receber totalizava R$ 67.381 (R$ 58.515 em 31 de dezembro de 2020).

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa, obrigações futuras e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress") e medidas potenciais para contingenciamento.

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Porto Seguro está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	1.905.627	25.853	1.702.345	23.390
Fluxo de 1 a 30 dias	11.109.750	3.183.270	8.505.762	3.057.660
Fluxo de 2 a 6 meses	3.973.321	8.090.837	3.340.806	6.200.983
Fluxo de 7 a 12 meses	1.610.350	4.581.669	1.194.935	4.094.653
Fluxo acima de 1 ano	13.965.207	17.502.552	13.268.929	13.585.850
Total	32.564.255	33.384.181	28.012.777	26.962.536

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes) e operação com resseguradoras. Do total de ativos financeiros em dezembro de 2021, R$ 5.689.730 (R$ 5.314.586 em dezembro de 2020) referem-se a ativos vinculados aos planos de previdência complementar (ativos de terceiros).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM)	47,0%	45,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	23,5%	37,3%
Prefixados	19,9%	8,4%
Ações	5,1%	5,4%
Outros	4,5%	3,3%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos das Instrução CVM nº 475/08 e posteriores.

Fatores de risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
Índices de preços	+50 b.p.	(751.557)
	+25 b.p.	(406.882)
	+10 b.p.	(171.364)
	-10 b.p.	171.364
	-25 b.p.	406.882
	-50 b.p.	751.557
Juros prefixados	+50 b.p.	(424.081)
	+25 b.p.	(227.821)
	+10 b.p.	(103.591)
	-10 b.p.	103.591
	-25 b.p.	227.821
	+50 b.p.	424.081
Ações	+34%	183.510
	+17%	91.755
	+9%	45.878
Juros pós-fixados	+50 b.p.	14.046
	+25 b.p.	11.790
	+10 b.p.	9.432

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 14. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Porto Seguro emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto Seguro, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional e no Uruguai, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	65,2%	64,8%
Região Sul	12,8%	14,6%
Região Nordeste	11,3%	10,3%
Região Centro-Oeste	6,4%	6,0%
Uruguai	2,5%	1,9%
Região Norte	1,9%	2,4%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(219.545)	(364.128)
Sinistros - aumento de 50,0%	256.238	(59.879)

4.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, riscos de responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem, além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

	Dezembro de 2021			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	76,4%	8,4%	2,5%	12,8%
Fiança locatícia	62,2%	15,6%	11,8%	10,4%
Residencial	56,5%	11,7%	15,8%	16,0%
Empresarial	52,1%	15,4%	7,7%	24,9%
Outros riscos	68,2%	9,7%	5,3%	16,9%

	Dezembro de 2020			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	61,9%	4,2%	14,9%	19,0%
Fiança locatícia	62,6%	11,3%	16,4%	9,7%
Residencial	46,4%	21,4%	0,1%	32,1%
Empresarial	51,1%	5,2%	14,4%	29,3%
Outros riscos	47,8%	5,1%	16,2%	30,9%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(25.563)	(81.854)
Sinistros - aumento de 50,0%	178.183	103.910

4.4.3 SAÚDE

A Companhia atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(15.899)	(7.603)
Sinistros - aumento de 50,0%	(20.434)	(8.227)

4.4.4 SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de antisseleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.953 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2021, de R$ 807.725. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos ("Asset Liability Management" - ALM).

As tabelas a seguir apresentam as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

• Vida sem cobertura por sobrevivência:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	20.216	(1.730)
Sinistros - aumento de 50,0%	84.095	46.618

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(121)	(120)
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0%	8.382	5.534

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Porto Seguro, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para as empresas financeiras da Companhia, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Porto Seguro possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Superintendência Financeira, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP, SUSEP, ANS, BACEN e BCU (Banco Central do Uruguai). Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A tabela a seguir demonstra as parcelas das necessidades de capital da Companhia:

Seguros	
Capital de risco de subscrição	2.551.328
Capital de risco de crédito	163.246
Capital de risco de mercado	588.348
Capital de risco operacional	97.282
Benefício da diversificação de riscos	(369.580)
Capital requerido - seguros (i)	**3.030.624**
Capital requerido - financeiras (ii)	**1.353.346**
Margem de solvência (iii)	**406.182**

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da Portoseg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.

A figura a seguir apresenta o Capital Mínimo Requerido (CMR), o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e as suficiências de capital, em 31 de dezembro de 2021 (em R$ milhões):

(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para ela representa o montante de liquidez disponível nesta. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2021 das seguradoras e operadora de saúde face variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	Impacto
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	15,8%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	4,5%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	37,0%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	6,5%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	4,8%
Margem de solvência	
Aumento dos prêmios emitidos e sinistros retidos conforme crescimento do último exercício	14,7%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	Índice de Basileia
Inadimplência atual	11,6%
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	11,3%
Incremento de 50% na inadimplência da carteira	10,0%
Como consequência da inadimplência no Sistema Financeiro Nacional	5,8%

6. SEGMENTOS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

A Porto Seguro oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8 - Segmentos Operacionais e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

- Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.
- Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.
- Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida.
- Seguros - demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.
- Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.
- Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O "Lucro líquido (Prejuízo)" é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, 98,0% foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

PORTO SEGURO S.A.
Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	10.841.384	2.198.358	1.315.569	3.356.759	–	–	17.712.070	15.804.951
Variação das provisões técnicas de seguros e prêmios de resseguros cedidos	(601.820)	(1.845)	(342.915)	(559.045)	–	–	(1.505.625)	(829.674)
Prêmio ganho	**10.239.564**	**2.196.513**	**972.654**	**2.797.714**	–	–	**16.206.445**	**14.975.277**
Receitas de operações de crédito	–	–	–	–	2.119.399	–	2.119.399	1.638.920
Receita de prestação de serviços	–	–	–	–	559.014	750.705	1.309.719	1.134.405
Contribuição de plano de previdência	–	–	150.918	–	–	–	150.918	151.358
Receita com títulos de capitalização	–	–	–	–	–	59.357	59.357	49.858
Sinistros retidos e benefícios de previdência complementar - líquidos (I)	(5.443.429)	(1.739.877)	(484.329)	(944.853)	–	–	(8.612.488)	(7.121.262)
Custos de aquisição	(2.424.193)	(175.216)	(329.492)	(774.837)	(258.901)	(86.137)	(4.048.776)	(3.751.681)
Custos dos serviços prestados	–	–	–	–	–	(187.201)	(187.201)	(168.365)
Variação das provisões técnicas de previdência	–	–	(133.179)	–	–	–	(133.179)	(115.700)
Outras receitas/(despesas)	(1.772.936)	(232.348)	(199.449)	(1.083.666)	(1.968.835)	(359.920)	(5.617.154)	(5.108.654)
Resultado operacional	**599.006**	**49.072**	**(22.877)**	**(5.642)**	**450.677**	**176.804**	**1.247.040**	**1.684.156**
Resultado financeiro	185.779	47.666	(149.355)	346.977	44.792	(7.148)	468.711	921.072
Resultado antes dos impostos	**784.785**	**96.738**	**(172.232)**	**341.335**	**495.469**	**169.656**	**1.715.751**	**2.605.228**
Imposto de renda e contribuição social	(278.948)	9.082	89.034	269.861	(178.049)	(82.468)	(171.488)	(917.012)
Lucro líquido - Dezembro de 2021	**505.837**	**105.820**	**(83.198)**	**611.196**	**317.420**	**87.188**	**1.544.263**	**1.688.216**
Lucro líquido - Dezembro de 2020	**435.970**	**73.191**	**85.055**	**354.916**	**313.299**	**116.678**		

Ativos e passivos	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativos relacionados aos segmentos	10.617.291	774.653	4.972.603	4.167.448	12.249.370	2.181.904	34.963.369	30.061.717
Ativo imobilizado e intangível (II)	131.667	–	–	299.034	162.432	3.425.191	4.018.324	3.289.227
Ágio de combinação de negócios (III)	109.902	–	–	236.898		23.980	370.780	375.122
Intangível com vida útil indefinida (III)	77.958	–	–	168.042	–	–	246.000	246.000
Demais ativos (IV)	–	–	–	–	–	2.030.765	2.030.765	2.758.136
	10.936.918	774.653	4.972.603	4.871.422	12.411.802	7.661.840	41.629.238	36.730.202
Passivos relacionados aos segmentos	7.444.376	631.867	5.839.638	2.513.824	10.809.409	2.246.961	29.486.075	25.302.229
Demais passivos	–	–	–	–	–	2.778.435	2.778.435	2.460.843
	7.444.376	631.867	5.839.638	2.513.824	10.809.409	5.025.396	32.264.510	27.763.072

(I) Os valores de sinistros retidos são apresentados líquidos de recuperação de resseguro, cosseguro, salvados e ressarcimentos.
(II) Os intangíveis alocados aos segmentos "Seguros de automóveis" e "Seguros - demais ramos" referem-se, principalmente, àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18).
(III) O ágio e o intangível com vida útil indefinida alocados aos segmentos "Seguros de automóveis" e "Seguros - demais ramos", referem-se àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18). O ágio alocado ao segmento "Outros" refere-se àquele originado da aquisição da Bioqualynet.
(IV) Referem-se, principalmente, a ativos financeiros não vinculados às provisões técnicas, imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a recuperar.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora Dezembro de 2021	Controladora Dezembro de 2020	Consolidado Dezembro de 2021	Consolidado Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	60.339	145.678	961.949	576.305
Depósitos bancários	157	1.036	438.885	339.576
	60.496	146.714	1.400.834	915.881

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. ATIVOS FINANCEIROS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2021 Total consolidado	Dezembro de 2020 Total consolidado
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	108.940	215.193	–	11.586	335.719	499.311
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT (*)	–	199.008	33.177	–	232.185	927.603
Outras aplicações	356	1.808	–	–	2.164	1.616
	109.296	416.009	33.177	11.586	570.068	1.428.530
Fundos exclusivos						
LFTs	122.341	1.002.581	1.364.757	411.132	2.900.811	4.226.156
NTNs - B	39.042	–	925.135	–	964.177	752.745
Cotas de fundos	292.387	222.298	386.665	16.533	917.883	728.446
Debêntures	29.898	109.014	556.158	2.476	697.546	760.279
Ações de companhias abertas	263.338	199.081	164.604	–	627.023	637.404
Letras financeiras - privadas	15.354	92.346	295.368	1.271	404.339	300.174
LTNs	–	–	268.123	–	268.123	–
DI	–	–	–	63.987	63.987	61.060
NTNs - C	–	–	29.625	–	29.625	54.673
CDBs	139	1.317	20.315	11	21.782	51.652
DPGE	305	677	12.478	25	13.485	–
	762.804	1.627.314	4.023.228	495.435	6.908.781	7.572.589
Total	872.100	2.043.323	4.056.405	507.021	7.478.849	9.001.119
Circulante	872.100				7.477.041	8.999.532
Não circulante	–				1.808	1.587

(*) Redução deve-se pelo processo de "run-off" do Consórcio DPVAT.

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Seguros	Previdência	Dezembro de 2021 Total consolidado	Dezembro de 2020 Total consolidado
Carteira própria (*)				
NTNs - B	3.175.424	–	3.175.424	3.866.536
NTNs - F	358.324	–	358.324	430.647
NTNs - C	–	184.945	184.945	175.109
Total - não circulante	3.533.748	184.945	3.718.693	4.472.292

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em "Carteira própria" em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 4.214.110 (R$ 4.557.492 em 31 de dezembro de 2020), gerando assim um resultado não realizado registrado no patrimônio líquido de R$ -495.417 (R$ -85.200 em 31 de dezembro de 2020).

8.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021 Nível 1	Nível 2	Total	Dezembro de 2020 Total
Fundos exclusivos	4.162.736	2.746.045	6.908.781	7.572.590
Carteira própria	3.360.369	358.324	3.718.693	4.472.291
Fundos abertos	570.068	–	570.068	1.428.530
Total	8.093.173	3.104.369	11.197.542	13.473.411
Circulante			7.477.041	8.999.532
Não circulante			3.720.501	4.473.879

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2021 Total consolidado	Dezembro de 2020 Total consolidado
Fundos exclusivos (*)						
NTNs - B	168.770	804.982	69.517	31.619	1.074.888	901.693
NTNs - C	–	–	825.072	–	825.072	715.022
NTNs - F	–	–	–	451.751	451.751	116.094
Outros investimentos						
Outros	–	–	–	305	305	312
Total - não circulante	168.770	804.982	894.589	483.675	2.352.016	1.733.121

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 2.314.236 (R$ 1.900.245 em 31 de dezembro de 2020).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	15.206.532	13.941.621
Aplicações	20.708.221	29.290.990
Resgates	(22.817.026)	(29.196.100)
Rendimentos líquidos	947.248	1.255.221
Ajuste a valor de mercado	(495.417)	(85.200)
Saldo final	13.549.558	15.206.532
Circulante	7.477.041	8.999.532
Não circulante	6.072.517	6.207.000

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2021 Controladora	Dezembro de 2021 Consolidado	Dezembro de 2020 Controladora	Dezembro de 2020 Consolidado
Equivalentes de caixa (*)	9,13	9,26	1,88	1,89
Fundos exclusivos				
Letras financeiras % CDI	130,87	132,68	121,73	152,74
Debêntures (DI+)	1,68	1,83	–	–
NTNs - B - IPCA+	2,05	3,27	1,29	2,47
LFTs	0,12	0,15	0,10	0,07
NTNs - C - IGPM+	–	6,26	–	6,25
NTNs - F - PRE	–	7,96	–	7,57
Carteira própria				
NTNs - F - PRE	–	6,99	–	6,99
NTNs - C - IGPM+	–	5,99	–	5,99
NTNs - B - IPCA+	–	2,61	–	2,18

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (AO CUSTO AMORTIZADO) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021 Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Dezembro de 2020 Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (I)	7.185.644	(71.331)	7.114.313	5.610.244	(44.278)	5.565.966
Financiamentos (II)	2.104.809	(206.908)	1.897.901	1.815.817	(75.223)	1.740.594
Operações de cartão de crédito (III)	1.896.922	(854.364)	1.042.558	1.137.629	(489.264)	648.365
Empréstimos	521.279	(50.740)	470.539	247.125	(33.306)	213.819
	11.708.654	(1.183.343)	10.525.311	8.810.815	(642.071)	8.168.744
Provisão sobre o total da carteira			10,11%			7,29%
Circulante			9.382.483			7.192.576
Não circulante			1.142.828			976.168

(I) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 22).
(II) Refere-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).
(III) Refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

9.1 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (*)

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	122.574	47.940	331.967	502.481
Novas entradas	379.404	251.143	393.232	1.023.779
Melhora de estágio	10.068	(2.736)	(7.332)	–
Piora de estágio	(75.777)	(154.912)	230.689	–
Liquidações (total ou parcial)	(309.787)	(83.975)	(490.427)	(884.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	126.482	57.460	458.129	642.071
Novas entradas	496.042	341.085	500.538	1.337.665
Melhora de estágio	12.733	20.990	(33.723)	–
Piora de estágio	(104.512)	(180.129)	284.641	–
Liquidações (total ou parcial)	(363.236)	(113.765)	(319.392)	(796.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	167.509	125.641	890.193	1.183.343

(*) O montante reconhecido como prejuízo das operações de crédito foi de R$ 42.340 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 350.040 em 31 de dezembro de 2020). Em função no novo modelo de "Write off" em 2021, foram alongados os prazos para lançamento dos títulos para prejuízo, anteriormente eram usados 360 dias, e com o novo modelo o lançamento para cartão ficou em 1.890 dias e para o CDC 1.590 dias.

10. PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021 Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido	Dezembro de 2020 Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	3.713.574	(7.968)	3.705.606	3.173.108	(7.935)	3.165.173
Ramos elementares	1.387.477	(6.621)	1.380.856	987.560	(9.568)	977.992
Vida	442.136	(6.923)	435.213	373.642	(5.932)	367.710
Saúde	194.774	(2.893)	191.881	143.163	(9.806)	133.357
Porto Seguro Uruguai	118.596	(10.181)	108.415	100.152	(7.830)	92.322
Transportes	32.052	(1.754)	30.298	25.327	(1.089)	24.238
	5.888.609	(36.340)	5.852.269	4.802.952	(42.160)	4.760.792
Circulante			5.550.561			4.608.343
Não circulante			301.708			152.449

10.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	4.760.792	3.998.526
Prêmios emitidos	18.862.399	16.834.251
IOF	1.023.643	907.816
Adicional de fracionamento	147.970	176.393
Prêmios cancelados	(1.219.932)	(1.170.944)
Recebimentos	(17.728.423)	(15.969.088)
Provisão para riscos de crédito	5.820	(16.162)
Saldo final	5.852.269	4.760.792

10.2 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	42.160	25.998
Constituições	99.850	76.487
Reversões	(103.087)	(56.825)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(2.583)	(3.500)
Saldo final	36.340	42.160

(*) As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Despesas operacionais" da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 36).

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda (I)	114.746	65.859
Contribuição social (I)	50.018	22.263
PIS e COFINS	30.135	18.284
Impostos Uruguai	15.230	13.055
INSS	4.101	4.174
Outros	6.308	8.685
	220.538	132.320
Circulante	218.243	130.025
Não circulante	2.295	2.295

(*) Os saldos da Controladora referem-se ao imposto de renda e à contribuição social.
(I) O aumento deve-se, principalmente ao reconhecimento dos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER - CONSOLIDADO (I)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IOF sobre prêmios de seguros	347.625	285.585
Imposto de renda (II)	76.920	41.258
PIS e COFINS	72.030	70.769
Contribuição social (II)	71.641	49.316
INSS e FGTS	40.205	37.950
IRRF	30.109	29.893
ISS	10.682	11.001
Outros	31.991	24.409
	681.203	550.181
Circulante	660.563	539.776
Não circulante	20.640	10.405

(I) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, ao IR retido na fonte e PIS/COFINS sobre JCP.

(II) Referem-se às provisões líquidas dos valores antecipados.

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2021
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	9.327	597.558	(485.011)	121.874
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais (I)	150.921	333.063	(52.561)	431.423
Provisão para riscos de créditos	241.155	169.124	(98.050)	312.229
Provisões sobre ajustes de instrumentos financeiros (II)	–	161.305	–	161.305
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	100.228	29.807	(14.743)	115.292
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	20.134	22.873	(12.082)	30.925
Provisão de participação de lucros	72.837	260.225	(304.465)	28.597
Outras provisões	73.810	202.174	(182.815)	93.169
	659.085	1.178.571	(664.716)	1.172.940
Compensação de ativo/passivo diferido (*)	(335.359)	–	–	(367.849)
	333.053	–	–	926.965

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

(I) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.5.

(II) Correspondem aos efeitos sobre a marcação ao valor de mercado dos papéis existentes na "Carteira própria" que estão classificados em Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - ORA.

11.3.2 PASSIVO

	Controladora			Consolidado			
	Dezembro de 2020	Reversão/ realização	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão/ realização	Dezembro de 2021
IR e CS sobre combinação de negócios (I)	269.642	(5.049)	264.593	270.581	78.628	(5.989)	343.220
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	4.102	–	4.102	50.993	370	(1.656)	49.707
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	–	–	–	39.501	15.977	(9.955)	45.523
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	–	–	50.527	14.856	(51.718)	13.665
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão (II)	–	–	–	35.246	–	(35.186)	60
Outros	8.102	–	8.102	54.171	3.443	(554)	57.060
	281.846	(5.049)	276.797	501.019	113.274	(105.058)	509.235
Compensação de ativo/passivo diferido	(13.679)	–	–	(192.080)	–	–	(196.386)
	268.167	–	276.797	308.939	–	–	312.849

(I) Vide nota explicativa nº 16.1.

(II) Reversão das provisões relacionadas aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

11.3.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	Montante
2022	768.061
2023	362.342
2024	127.614
2025	16.383
2026	8.590
2027 a 2029	7.794
Após 2029	4.030
Total - ativo	**1.294.814**
Valor presente (*)	**1.189.591**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários. Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro.

11.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	1.560.624	1.683.142	1.715.751	2.605.228
Alíquota vigente (I)	34%	34%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(530.612)	(572.268)	(686.300)	(1.042.091)
Indébitos tributários (II)	–	–	272.861	–
Inovação tecnológica (III)	–	–	168.111	–
JCP	47.328	45.520	151.114	140.921
Equivalência patrimonial	561.542	560.490	–	–
Incentivos fiscais	–	–	18.344	25.641
Majoração da alíquota CSLL (I)	–	–	(19.721)	–
Participação nos lucros	(2.320)	–	(26.467)	(21.880)
Outros	(92.313)	(28.693)	(49.430)	(19.603)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	514.237	577.317	514.812	125.079
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(16.375)	5.049	(171.488)	(917.012)

(I) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, será de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

(II) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.5.

(III) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.4.

12. BENS À VENDA - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Salvados (*)	220.881	136.493
Veículos desativados de locações	17.450	11.214
Veículos recuperados de financiamentos	11.816	2.739
Provisão para redução ao valor recuperável	(41.303)	(42.547)
	208.844	107.899

(*) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (CAD) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	1.406.787	1.277.535
Patrimonial	453.496	382.918
Saúde	186.757	78.229
Riscos financeiros	177.714	110.439
Pessoas	115.516	111.212
Responsabilidades	10.098	8.989
Transportes	4.806	2.461
Outros	30.403	26.475
	2.385.577	1.998.258
Circulante	2.218.715	1.924.421
Não circulante	166.862	73.837

O prazo médio de diferimento da CAD é de 12 meses.

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DO CAD - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	1.998.258	1.862.816
Constituição	5.537.034	2.970.419
Apropriação para despesa	(5.149.715)	(2.834.977)
Saldo final	2.385.577	1.998.258

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

			Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Valor nocional	Valor pela curva	Valor justo	Valor justo
Opções de renda variável	217.149	–	19.706	858
Opção de dólar futuro	(6.856)	–	(1.684)	(1.001)
Contrato futuro de juros prefixados	2.948.498	–	–	–
Contrato de futuro DI x IPCA	(41.237)	–	–	–
Contrato futuro de dólar	83.788	–	–	–
Contrato futuro de índice	(24.407)	–	–	–
Contrato futuro de "treasury"	(189.210)	–	–	–
Opções e contratos futuros (*)			18.022	(143)
Total - ativo circulante			18.022	–
Total - passivo circulante			–	(143)

(*) Instrumentos alocados nos fundos de investimentos da Companhia.

15. OUTROS ATIVOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Depósitos judiciais (I)	298.203	315.627
Outros créditos a receber de cartão de crédito	189.468	64.787
Despesas antecipadas	117.589	129.861
Comissões em processamento (II)	84.948	93.674
Recebíveis de resseguro	67.381	58.515
Adiantamentos administrativos	55.438	37.370
Valores a receber - seguro	27.639	29.588
Almoxarifado	5.677	8.098
Cheques a depositar	2.524	2.107
Outros	85.804	60.266
	934.671	799.893
Circulante	596.700	441.381
Não circulante	337.971	358.512

(I) Vide nota explicativa nº 15.1.

(II) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre riscos vigentes e não emitidos.

15.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	191.000	189.321
PIS e COFINS	47.261	44.983
Sinistros judiciais	39.681	54.761
Outros	20.261	26.562
	298.203	315.627

(*) Refere-se à diferença entre o valor do depósito judicial e as provisões para obrigações legais oriunda dos benefícios previstos no REFIS. Vide nota explicativa nº 23(a).

16. INVESTIMENTOS

16.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2020	Resultado equivalência patrimonial	Aumento/ (redução) de capital	Ajustes instrumentos financeiros	Ajuste de conversão/ outros	Dividendos	Saldos em dezembro de 2021
Porto Cia	99,99	4.181.882	940.256	392.000	(253.372)	20.563	(371.257)	4.910.072
Portoseg	99,99	1.011.204	212.242	–	–	356	(81.717)	1.142.085
Azul Seguros (I)	67,84	587.916	130.646	116.010	(43.878)	1.319	(76.896)	715.117
Porto Serviços e Comércio (III)	99,99	151.922	185.532	160.600	–	566	–	498.620
Porto Consórcio	99,99	194.881	104.988	–	–	414	(19.346)	280.937
Itaú Auto e Residência	99,99	185.591	60.590	(27.500)	–	209	(90.184)	128.706
Serviços Médicos	99,99	62.390	11.237	(6.500)	–	525	(3.000)	64.652
Portomed	99,99	19.457	103	(6.000)	–	–	–	13.560
Porto Investimentos	99,99	22.019	9.640	–	–	395	(23.106)	8.948
Renova	99,99	3.968	(343)	2.900	–	10	–	6.535
Proteção e Monitoramento	99,96	17.213	(3.341)	(5.500)	–	10	(1.999)	6.383
Crediporto	99,80	815	3.772	–	–	43	–	4.630
Portopar	99,99	5.797	(3.450)	–	–	(9)	–	2.338
Porto Odonto	99,98	383	(279)	900	–	–	–	1.004
Combinação de Negócios (II)	–	1.020.904	–	–	–	(12.622)	–	1.008.282
		7.466.342	1.651.593	626.910	(297.250)	11.779	(667.505)	8.791.869

(I) A Porto Cia possui 32,17% de participação nessa sociedade.

(II) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro. Dessa combinação de negócios, originaram-se ágio e outros intangíveis (vide nota explicativa nº 18).

(III) Desse montante, R$ 152.631 refere-se ao valor justo do acordo entre a Companhia e a Petlove Cayman Ltd., onde ocorreu troca de ações e a licença do direito de uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet e do canal de distribuição Porto Seguro.

Controladas indiretas	Participação %
Porto Vida e Previdência	99,97
Porto Saúde	99,99
Porto Capitalização	100,00
Porto Seguro Uruguai	100,00
Porto Serviços Uruguai	100,00
Porto Atendimento	99,99
Porto Conecta	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	100,00
Franco	100,00
Mobitech	100,00
Renova Peças Novas	99,99

16.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Porto Seguro S.A.

	Dezembro de 2021			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (I)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Cia (II)	14.761.977	9.977.915	10.991.775	805.034
Portoseg	13.392.145	12.214.854	2.140.478	212.254
Azul Seguros (II)	3.772.495	2.821.757	3.900.701	189.301
Porto Serviços e Comércio (I)	699.866	201.244	63.084	173.123
Porto Consórcio	351.285	192.479	515.900	104.995
Porto Saúde	1.512.758	906.293	2.248.243	105.717
Itaú Auto e Residência	707.074	580.117	552.283	60.590
Porto Capitalização	1.250.212	1.110.665	137.432	26.428
Porto Uruguai	415.540	290.429	440.811	20.034
Serviços Médicos (II)	72.277	7.625	63.868	5.488
Porto Conecta	1.774	441	391	(692)
Proteção e Monitoramento	11.134	4.746	11.487	(3.341)
Porto Vida e Previdência	5.555.947	5.226.977	862.948	(75.578)
Demais empresas	1.231.071	972.357	731.039	28.254
Participação de não controladores	–	–	–	(14)
Resultado de equivalência	43.735.555	34.507.899	22.660.440	1.651.593

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2020			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (I)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Cia (II)	12.485.700	8.433.716	9.915.904	764.020
Azul Seguros (II)	3.281.910	2.508.250	3.501.789	324.594
Portoseg	10.026.907	8.997.201	1.722.433	191.337
Itaú Auto e Residência	774.221	590.438	578.080	109.952
Porto Saúde	1.247.828	772.339	1.942.969	107.045
Porto Consórcio	272.304	171.951	408.706	66.834
Proteção e Monitoramento	20.981	3.762	28.926	35.227
Porto Seguro Uruguai	349.379	253.480	386.387	26.464
Porto Capitalização	1.043.186	935.571	126.117	21.175
Porto Vida e Previdência	5.395.905	5.200.056	962.782	(26.041)
Porto Serviços e Comércio (II)	157.050	5.126	46.196	(8.067)
Porto Conecta	9.640	4.615	893	4.079
Serviços Médicos (II)	70.437	8.047	61.321	6.828
Demais empresas	967.483	757.712	955.334	25.080
Participação de não controladores	–	–	–	(26)
Resultado de equivalência	36.112.931	28.648.264	20.637.837	1.648.501

(I) Incluem receitas financeiras.
(II) Exclui o resultado de equivalência patrimonial.

16.2 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Investimento inicial	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros	Saldos em dezembro de 2021
Coligadas (I)	344.625	(5.702)	78.092	–	417.015
Entidades controladas em conjunto (II)	165.000	(5.530)	9.500	(6.538)	162.432
	509.625	(11.232)	87.592	(6.538)	579.447

(I) Corresponde a participação minoritária, de 13,48%, na Petlove Cayman Ltd. Vide nota explicativa nº 1.2.
(II) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. Vide nota explicativa nº 1.3.

16.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(I) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
(II) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;
(III) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
(IV) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
(V) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
(VI) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
(VII) Serviços de clínicas médicas e convênio de rateio de custos administrativos e operacionais entre a Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed;
(VIII) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
(IX) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(X) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco;

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Cia	877.762	805.432	237.332	195.175
Porto Atendimento	235.459	205.126	116.818	121.578
Porto Saúde	182.365	169.192	125.195	106.049
Crediporto	69.261	62.926	7.505	8.461
Porto Investimentos	12.474	12.021	12.737	6.660
Portoseg	12.291	9.349	241.939	231.373
Porto Capitalização	7.343	6.968	12.629	11.601
Itaú Auto e Residência	1.553	1.414	47.796	50.539
Porto Vida	–	2.214	30.296	30.317
Azul Seguros	–	–	376.897	356.307
Serviços Médicos	–	–	40.312	42.220
Porto Consórcio	–	–	69.343	61.727
Demais	13.132	8.735	92.841	91.370
	1.411.640	1.313.377	1.411.640	1.313.377

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido no resultado o montante de R$ 77.054 (R$ 13.333 em dezembro de 2020) e R$ 1.447.511 no passivo da Portoseg (R$ 900.754 em dezembro de 2020) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

	Controladora	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Dividendos e JCP a pagar (*)	357.970	398.739
	357.970	398.739

(*) Vide nota explicativa nº 26(d).

16.4 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros - administradores	9.280	10.554	104.200	93.508
Honorários e encargos	5.398	4.697	33.949	31.036
	14.678	15.251	138.149	124.544

17. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2020	Movimentações: Aquisições	Movimentações: Baixas /vendas	Movimentações: Despesas de depreciação	Movimentações: Outros/ transferências	Dezembro de 2021: Custo	Dezembro de 2021: Depreciação acumulada	Dezembro de 2021: Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (I)	688.373	418	(7.754)	(17.367)	8.031	807.107	(135.406)	671.701	2,0
Terrenos	256.970	–	(4.966)	–	(7.747)	244.257	–	244.257	–
Obras em andamento	32.500	–	–	–	–	32.500	–	32.500	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	140.553	2.371	(1.424)	(10.464)	(9)	184.513	(53.486)	131.027	5,0 a 33,3
	1.118.396	2.789	(14.144)	(27.831)	275	1.268.377	(188.892)	1.079.485	
Informática	61.358	61.605	(689)	(46.057)	545	420.467	(343.705)	76.762	20,0 a 33,3
Móveis, máquinas e utensílios	13.683	561	(1.528)	(5.771)	11	88.253	(81.297)	6.956	10,0 a 50,0
Equipamentos	3.881	113	(45)	(1.687)	(460)	36.786	(34.984)	1.802	10,0 a 14,3
Rastreadores	1.658	4.230	(199)	(3.636)	–	7.516	(5.463)	2.053	100,0
Veículos	1.460	1.604	–	(875)	1	9.433	(7.243)	2.190	20,0 a 25,0
	82.040	68.113	(2.461)	(58.026)	97	562.455	(472.692)	89.763	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	450.069	705.896	(140.701)	(19.289)	(6.644)	1.013.055	(23.724)	989.331	3,0 a 29,3
	450.069	705.896	(140.701)	(19.289)	(6.644)	1.013.055	(23.724)	989.331	
	1.650.505	776.798	(157.306)	(105.146)	(6.272)	2.843.887	(685.308)	2.158.579	

(I) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

18. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2020	Movimentações: Aquisições	Movimentações: Baixas	Movimentações: Despesas de amortização	Movimentações: Outros/ transferências	Dezembro de 2021: Custo	Dezembro de 2021: Amortização acumulada	Dezembro de 2021: Valor líquido	Taxas anuais amortização (%)
Software	1.084.711	350.512	(852)	(108.990)	2.406	1.969.327	(641.540)	1.327.787	6,67 a 20,0
Outros intangíveis	22.185	–	–	(3.550)	–	55.135	(36.500)	18.635	20,0
	1.106.896	350.512	(852)	(112.540)	2.406	2.024.462	(678.040)	1.346.422	
Marca	246.000	–	–	–	–	246.000	–	246.000	–
Canal de distribuição	428.104	–	–	(12.622)	–	568.000	(152.518)	415.482	2,2
Ágio na aquisição de investimentos	346.800	–	–	–	–	346.800	–	346.800	–
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência (I)	1.020.904	–	–	(12.622)	–	1.160.800	(152.518)	1.008.282	
Ágio na aquisição de investimentos (II)	28.323	–	(4.342)	–	–	23.981	–	23.981	
Outras combinações de negócios	28.323	–	(4.342)	–	–	23.981	–	23.981	
	2.156.123	350.512	(5.194)	(125.162)	2.406	3.209.243	(830.558)	2.378.685	

(I) Vide nota explicativa nº 16.1.
(II) O montante de R$ 4.342 deve-se a baixa do saldo do ágio oriundo na aquisição da Porto.Pet (anteriormente denominada Health For Pet) em 2015 e que mediante o acordo de troca de ações entre Porto.Pet e Petlove Cayman Ltd., a Companhia realizou a baixa desse saldo.

18.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

Em 31 de dezembro de 2021, a recuperação do valor contábil do ágio e dos intangíveis com vidas úteis indefinidas foram avaliados com base no seu valor em uso, utilizando-se o método do fluxo de dividendos descontados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e não superior às médias passadas recentes, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte predominantemente de até cinco anos e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros, determinando, assim, o valor econômico do negócio para os acionistas.

O ágio e os intangíveis com vidas úteis indefinidas estão alocados às UGC dos segmentos operacionais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6: (I) "Seguros de automóvel" e "Seguros - demais ramos", referente à aquisição da Itaú Auto e Residência; e (II) "Outros", referente à aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável ("impairment").

19. ATIVO DE DIREITO DE USO - CONSOLIDADO

	Saldo em dezembro de 2020	Movimentações: Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Movimentações: Despesas de depreciação	Dezembro de 2021: Custo	Dezembro de 2021: Depreciação acumulada	Dezembro de 2021: Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Direito de uso	103.721	10.022	(15.903)	134.776	(36.936)	97.840	5,0 a 33,0

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

20. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros (20.1)	13.508.703	13.335.190	12.751.924	12.565.442
Previdência complementar (20.2)	2.921.002	2.921.002	2.863.151	2.863.151
	16.429.705	16.256.192	15.615.075	15.428.593
Circulante	10.670.728		9.504.592	
Não circulante	5.758.977		6.110.483	

20.1 SEGUROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	8.412.914	8.349.285	7.268.073	7.199.335
Provisão matemática - seguros	2.248.351	2.248.351	2.231.882	2.231.882
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	2.011.796	1.941.526	1.703.813	1.605.791
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	462.178	422.564	482.535	462.813
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT (*)	231.073	231.073	926.536	926.536
Demais provisões	142.391	142.391	139.085	139.085
	13.508.703	13.335.190	12.751.924	12.565.442
Circulante	10.355.640		9.246.412	
Não circulante	3.153.063		3.505.512	

(*) Redução deve-se pelo processo de "run-off" do Consórcio DPVAT.

20.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021 Líquido de resseguro	Dezembro de 2020 Líquido de resseguro
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.589.719	2.643.756
Provisão matemática de benefícios concedidos	278.929	204.828
Demais provisões	52.354	14.567
	2.921.002	2.863.151
Circulante	315.088	258.180
Não circulante	2.605.914	2.604.971

20.3 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ATIVO DE RESSEGUROS - CONSOLIDADO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.635.782	118.477
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.644.249	126.959
Diferimento pelo risco decorrido	(15.272.805)	(106.439)
Aviso de sinistros	8.321.442	148.257
Pagamento de sinistros/benefícios	(7.313.018)	(107.422)
Atualização monetária e juros	465.215	7.492
Resgates	(454.534)	–
Portabilidades líquidas	(244.337)	–
(+/–) Outras (constituição/reversão)	(166.919)	(842)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.615.075	186.482
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	17.441.013	109.280
Diferimento pelo risco decorrido	(16.006.106)	(112.195)
Aviso de sinistros	9.168.929	115.240
Pagamento de sinistros/benefícios	(9.571.973)	(128.163)
Atualização monetária e juros	433.929	3.316
Resgates	(519.917)	–
Portabilidades líquidas	(122.333)	–
(+/–) Outras (constituição/reversão)	(8.912)	(447)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.429.705	173.513
Circulante	10.670.728	159.734
Não circulante	5.758.977	13.779

20.4 ATIVOS GARANTIDORES - CONSOLIDADO

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP e à ANS os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total dos passivos de seguro e previdência complementar (A)	16.429.705	15.615.075
Direitos creditórios (I)	4.719.618	3.934.059
Custos de aquisição diferidos pagos	1.212.055	976.872
Ativos de resseguro	109.632	117.209
Outros	14.448	9.751
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	6.055.753	5.037.891
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	10.373.952	10.577.184
Necessidade de ativos líquidos (II) (D)	–	522.151
Cotas de fundos de investimento	4.645.181	3.814.945
Cotas de fundos especialmente constituídos	3.766.088	4.084.372
Títulos de renda fixa - públicos	3.718.695	4.474.874
Imóveis - Uruguai	19.543	19.174
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	12.149.507	12.393.365
Excedente (E - C - D)	1.775.555	1.294.030

(I) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de segurados e de apólices de riscos a decorrer.
(II) A Resolução CNSP nº 412, de 30 de junho de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.5 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Dezembro								
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	1.238,4	1.230,9	1.192,7	1.235,8	1.466,7	1.648,9	1.798,5	2.137,7	2.474,0
Um ano mais tarde	1.221,7	1.230,2	1.141,3	1.334,5	1.339,4	1.368,5	1.493,9	1.290,2	–
Dois anos mais tarde	1.262,4	1.296,9	1.209,9	1.418,7	1.393,3	1.492,1	1.502,9	–	–
Três anos mais tarde	1.318,4	1.351,5	1.277,8	1.461,1	1.439,3	1.494,0	–	–	–
Quatro anos mais tarde	1.369,0	1.413,8	1.324,6	1.498,7	1.439,9	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.428,4	1.461,2	1.366,0	1.503,2	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.465,8	1.502,4	1.376,0	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.496,9	1.516,3	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.508,2	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa Corrente	1.508,2	1.516,3	1.376,0	1.503,2	1.439,9	1.494,0	1.502,9	1.290,2	2.474,0
Pagamentos acumulados até a data-base	(1.281,6)	(1.244,8)	(1.070,2)	(1.148,6)	(1.035,7)	(1.029,6)	(969,7)	(805,3)	–
Total	39,3	44,9	34,3	48,8	49,6	60,2	68,8	(88,3)	2.474,0
DPVAT, retrocessão e Porto Seguro Uruguai									231,0
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									2.705,0

21. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE SEGURO E RESSEGURO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios emitidos	512.927	404.709
Outros débitos de seguros e resseguradoras	102.856	97.445
	615.783	502.154

22. PASSIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações com cartão de crédito (I)	6.888.635	5.349.263
Recursos de aceites e emissão de títulos (II)	2.401.697	990.100
Passivos de capitalização (III)	1.091.581	917.486
Depósitos interfinanceiros (II)	952.089	1.185.557
Outros empréstimos e financiamentos (IV)	1.080.060	736.000
Total de passivo financeiro avaliado a custo amortizado	12.414.062	9.178.406
Circulante	11.658.869	8.915.922
Não circulante	755.193	262.484

(*) Os saldos da Controladora referem-se a Debêntures.

(I) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.

(II) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.

(III) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,35% ou 0,50% ao ano, e provisões para sorteios.

(IV) Refere-se principalmente à captação de recursos da Porto Locadora, remunerados com base no CDI.

Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

22.1 MOVIMENTAÇÕES DO PASSIVO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Demais passivos financeiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.354.424	2.746.167	7.100.591
Aquisição/constituição	24.316.382	2.637.109	26.953.491
Atualização monetária/juros	–	125.478	125.478
Liquidação/reversão	(23.321.543)	(1.679.611)	(25.001.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.349.263	3.829.143	9.178.406
Aquisição/constituição	24.317.903	6.940.631	31.258.534
Atualização monetária/juros	–	228.639	228.639
Liquidação/reversão	(22.778.531)	(5.472.986)	(28.251.517)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.888.635	5.525.427	12.414.062

23. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos e as movimentações das provisões estão demonstrados a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.293.499	21.526	30.567	1.345.592
Constituições	7.650	20.197	21.949	49.796
Êxitos/reversões	(5.531)	(845)	(3.300)	(9.676)
Pagamentos	(4.054)	(4.659)	(11.235)	(19.948)
Atualização monetária	25.213	305	5.315	30.833
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.316.777	36.524	43.296	1.396.597
(–) Depósitos judiciais (*)	(1.233.232)	(2.995)	(7.433)	(1.243.660)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2021	83.545	33.529	35.863	152.937
Quantidade de processos	58	722	2.612	3.392

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) Provisão para Processos Fiscais e Previdenciários

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda é provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS	25.698	25.178	560.911	537.831
COFINS	119.276	116.864	315.004	309.085
Processos com adesão ao REFIS	–	–	356.218	373.854
Outros	–	–	84.644	72.729
Total	144.974	142.042	1.316.777	1.293.499
Depósitos judiciais (*)	(144.974)	(142.042)	(1.233.232)	(1.217.549)
Provisão líquida	–	–	83.545	75.950

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(I) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, a Porto Vida e Previdência aderiu parcialmente ao REFIS e, para a parcela remanescente, aguardamos o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, a ação da Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Na ação da sociedade Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Na ação da Azul Seguros, aguarda cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

Na ação da sociedade Porto Saúde, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(II) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(III) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas à alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e PortoPar questionam judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente à receita bruta.

Nas ações movidas pela Porto Saúde, Portopar e Itaú Auto e Residência aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação movida pela Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(IV) PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre o capital próprio

A Controladora propôs ação visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do Decreto 5.164/04 que dispõe a respeito da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos a título de juros sobre o capital próprio. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Controladora.

(V) Outros tributos

As Controladas Azul Seguros, Itaú Auto e Residência, Porto Cia, Porto Consórcio e PortoSeg, mantêm discussões, relativas a (I) IPTU; (II) Taxa de Licença; (III) Taxa de Fiscalização; (IV) Taxa de Lixo; (V) Taxa de Localização, Instalação e Funcionamento - TLIF; (VI) Taxa de Funcionamento e Anúncio - TFA; (VII) Multa por Falta de Limpeza/Conservação; (VIII) Imposto sobre Serviços - ISS (IX) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

(b) Contingências Fiscais e Previdenciárias

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 1.193.143 (R$ 803.742 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (I) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto à não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 385.986 (R$ 281.213 de possível impacto no lucro líquido); (II) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R$ 315.077 (R$ 210.673 de possível impacto no lucro líquido) e (III) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 201.736 (R$ 143.305 de possível impacto no lucro líquido).

(c) Provisão para processos e contingências trabalhistas

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 4.981 (R$ 4.711 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) Provisão para processos e contingências cíveis

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 201.549 (R$ 169.304 em dezembro de 2020), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

Por orientação da SUSEP, a Companhia passou a tratar determinadas demandas judiciais (tais como danos morais, lucros cessantes, etc.) como processos cíveis, onde anteriormente eram classificadas na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, juntamente com os valores de coberturas reclamadas.

24. PASSIVO DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	231.544	(95.978)	135.566
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	10.021	–	10.021
Apropriação dos juros	–	14.113	14.113
Pagamentos	(27.992)	–	(27.992)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	213.573	(81.865)	131.708
Circulante			12.894
Não circulante			118.814

Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, calculado através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos.

25. OUTROS PASSIVOS - CONSOLIDADO (I)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fornecedores	307.210	233.710
Participações nos lucros	250.325	261.364
Provisão de férias e encargos	125.763	117.763
Receitas a diferir (II)	108.084	–
Programa de fidelidade - cartão de crédito	91.229	80.132
Devolução a consorciados	81.760	81.081
Benefícios pós-emprego	77.182	57.943
Provisão de "profit sharing"	33.957	5.711
Outros	92.783	77.237
	1.168.293	914.941
Circulante	982.677	856.650
Não circulante	185.616	58.291

(I) Os outros passivos da Controladora referem-se, substancialmente, às participações nos lucros a pagar.

(II) Receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos com a Petlove.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado é R$ 8.500.000, dividido em 646.586.060 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal, das quais 8.874.272 estão mantidas em tesouraria.

A AGE (Assembleia Geral Extraordinária), realizada no dia 20 de outubro de 2021, deliberou aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 4.000.000, mediante a capitalização de reservas de lucros, com a bonificação de 323.293.030 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aos acionistas, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) já existente, nos termos do artigo nº 169, da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Programa de recompra de ações

Em 4 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: entre 4 de fevereiro de 2022 e 3 de fevereiro de 2023;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 17.973.306 ações ordinárias;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2020	160.061	6.737.872	23,78	145
Recompras	45.432	2.136.400	21,27	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	205.493	8.874.272	23,18	145

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R$ 185.650 (R$ 165.078 em 31 de dezembro de 2020), já considerando o desdobramento de ações. O preço mínimo das ações recompradas durante o ano de 2021 foi de R$ 20,80 e o preço máximo foi de R$ 21,78.

(c) Reservas de lucros

(I) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 seu saldo era de R$ 120.683 (R$ 703.270 em dezembro de 2020).

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Reserva estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 680.971 (R$ 3.340.201 em 31 dezembro de 2020).

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido (da Controladora) do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGOE de 31 de março de 2021 referendou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2020 no montante de R$ 844.095, compostos por: (i) juros sobre o capital próprio "JCP" imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2020, no valor de R$ 318.382, líquidos de imposto de renda; (ii) dividendos complementando o mínimo obrigatório no valor de R$ 82.415; e (iii) dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2020, no valor de R$ 443.298. A Companhia comunica ainda que a AGOE aprovou o pagamento em 12 de abril de 2021 e 26 de outubro de 2021.

Conforme aviso aos acionistas de julho e outubro de 2021, a Companhia creditou contabilmente em 29 de julho de 2021, R$ 221.231 e em 26 de outubro de 2021, R$ 177.431, brutos de imposto de renda (R$ 344.062 líquidos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao primeiro semestre de 2021, a serem imputados aos dividendos deste exercício. A data de pagamento será fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se até 30 de maio de 2022.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos (a serem aprovados na AGO de 30 de março de 2022 e pagos até 30 de maio de 2022) foram calculados como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	1.544.249	1.688.191
(-) Reserva legal - 5%	(77.212)	(84.410)
Ajustes de IFRS	4.046	(591)
Lucro básico para determinação do dividendo	**1.471.083**	**1.603.190**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	**367.771**	**400.798**
Dividendos complementares propostos	261.729	443.298
Total de dividendos/JCP complementares	**261.729**	**443.298**
Total de dividendos (B)	**629.500**	**844.096**
Total por ação (R$)	**0,97745**	**1,30101**
Distribuição total (B/A)	**40,8%**	**50,0%**

(*) Composto em dezembro de 2021 por JCP líquido já creditado contabilmente e imputado aos dividendos mínimos provisionados. No montante de R$ 422.371 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios de R$ 367.771 e R$ 54.600, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15% para acionistas residentes no país e alíquota diferenciada para acionistas residentes no exterior).

(e) Remuneração em ações

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações elegíveis aos diretores estatutários da Companhia e das Controladas como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia e de suas Controladas; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e suas Controladas; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações;

ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações;

iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações; e

iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos diretores, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Companhia, as quais apenas serão transferidas/outorgadas aos diretores após o período de "vesting" (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumpridas todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações (já considerando o desdobramento de ações) está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.314**	**1.931**
Diferimento de "vesting" do período	13.116	6.306
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	–	(923)
Saldo final	**20.430**	**7.314**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**26,79**	**30,82**

	Quantidade	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	**240.324**	**75.468**
Diferimento de "vesting" do período	503.551	198.556
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	–	(33.700)
Saldo final	**743.875**	**240.324**

27. PRÊMIOS DE SEGUROS EMITIDOS E CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS - CONSOLIDADO

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e às contraprestações líquidas dos planos de saúde. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos
Automóvel	10.841.384	–	10.841.384	9.716.048	–	9.716.048
Saúde	2.198.358	–	2.198.358	1.888.766	–	1.888.766
Patrimonial	1.793.542	(51.407)	1.742.135	1.630.227	(63.560)	1.566.667
Pessoas	1.047.457	(22.335)	1.025.122	928.520	(16.445)	912.075
Riscos financeiros	763.454	(6.765)	756.689	666.454	(8.236)	658.218
VGBL	293.666	(55)	293.611	288.166	(65)	288.101
Transportes	227.753	(1.933)	225.820	183.452	(1.037)	182.415
Outros	546.456	(43.335)	503.121	503.318	(70.189)	433.129
	17.712.070	(125.830)	17.586.240	15.804.951	(159.532)	15.645.419

28. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Cartão de crédito	1.102.833	934.674
"Interchange" (*)	535.240	404.630
Financiamentos	350.510	268.733
Empréstimos	84.738	70.574
Outras	46.078	30.651
	2.119.399	1.709.262

(*) Refere-se a remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

29. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Consórcio	487.105	383.981
Porto Atendimento	244.892	225.276
Mobitech	172.859	106.857
Portopar e Porto Investimentos	71.909	96.373
Porto Seguro Saúde Ocupacional	65.259	53.996
Serviços Médicos	63.237	60.648
Porto Serviços e Comércio	62.501	45.967
Crediporto	59.841	53.959
Proteção e Monitoramento	10.846	27.008
Outras	71.270	80.340
	1.309.719	1.134.405

30. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Venda de imóveis e investimentos (i)	275.422	67.501
Outras receitas com cartão de crédito	48.748	25.568
Previdência	28.116	18.609
Consórcio	9.766	13.750
Seguros (ii)	7.436	38.589
Outras	17.745	22.946
	387.233	186.963

(i) Em 2021, o montante deve-se principalmente pelo valor justo do acordo de troca de controle da Porto.Pet pela participação de 13,5% na Petlove Cayman Ltd. Em 2020, o montante deve-se principalmente pela venda da carteira de alarmes monitorados da "PMO".

(ii) Referem-se, principalmente, às receitas de honorários do convênio DPVAT, oriundos de atendimento aos segurados do consórcio.

31. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.095.826	1.083.668	351.116	382.263
Provisão matemática	296.127	296.127	290.260	290.260
Provisão de plano de previdência	133.179	133.179	115.700	115.700
Outras provisões	–	–	(2.381)	(2.381)
	1.525.132	1.512.974	754.695	785.842

32. SINISTROS RETIDOS - CONSOLIDADO

Os sinistros retidos (despesas com sinistros) compreendem as indenizações avisadas e variação de IBNR. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos de salvados e ressarcimentos.

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Bruto de resseguro	Recuperação de Resseguradoras	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Recuperação de Resseguradoras	Líquido de resseguro
Automóvel	6.705.578	269	6.705.847	5.363.616	–	5.363.616
Saúde	1.739.276	–	1.739.276	1.361.099	–	1.361.099
Patrimonial	569.645	(13.915)	555.730	618.973	(84.903)	534.070
Pessoas	509.214	(30.435)	478.779	361.708	(26.692)	335.016
Riscos financeiros	293.450	1.682	295.132	289.666	(3.313)	286.353
Outros	331.598	(58.537)	273.061	226.329	(22.296)	204.033
	10.148.761	(100.936)	10.047.825	8.221.391	(137.204)	8.084.187

33. CUSTOS DE AQUISIÇÃO - SEGUROS (*) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	2.424.193	2.278.820
Patrimonial	496.648	469.774
Pessoas	303.953	302.241
Saúde	175.819	165.407
Riscos financeiros	112.022	109.650
Outros	185.314	149.595
	3.697.949	3.475.487

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

34. DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Pessoal e benefícios pós-emprego (ii)	1.884.376	1.600.745
Serviços de terceiros	768.892	618.618
Localização e funcionamento	418.332	431.072
Participação nos lucros	310.575	273.194
Publicidade	103.848	93.291
Programa Meu Porto Seguro (iii)	48.843	51.370
Donativos e contribuições	39.179	50.456
Outras	27.721	40.123
	3.601.766	3.158.869

(i) As despesas administrativas da Controladora referem-se, principalmente, às participações nos lucros, honorários e encargos. Vide nota explicativa nº 16.3.

(ii) Em 2021 a Companhia efetuou pagamento e reconhecimento contábil, no montante de R$ 125.978, referente a adesão à transação tributária de desconto para a discussão de INSS sobre participação nos lucros e resultados de administradores, conforme Edital RFB/PGFN nº 11/2021.

(iii) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início em julho de 2020 e foi encerrado em abril de 2021.

35. DESPESAS COM TRIBUTOS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS	434.089	458.455
PIS	70.333	77.218
Imposto sobre serviços	46.182	38.207
Outras	66.805	61.840
	617.409	635.720

(*) As despesas com tributos da Controladora referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS sobre JCP recebido.

36. DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Captação de recursos	813.377	608.709
Provisão para riscos de créditos	583.613	489.629
Serviços de assistência	145.815	154.092
Cobranças e adm. de apólices e contratos	56.824	65.439
Encargos sociais de operações com seguros	40.707	37.860
Provisão para devedores duvidosos - seguros	(5.820)	16.162
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	12.622	12.648
Outras	126.842	186.831
	1.773.980	1.571.370

37. RECEITAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	601.208	909.663
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	491.775	451.766
Operações de PGBL/VGBL	204.646	270.709
Operações de seguros	147.970	176.393
Atualização monetária de depósitos judiciais	21.962	31.665
Outras	91.231	59.648
	1.558.792	1.899.844

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à valorização de títulos a valor justo.

38. DESPESAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	350.381	376.917
Atualização monetária - passivos de previdência	261.340	244.486
Atualização monetária - passivos de seguro	109.104	103.047
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	71.450	13.743
Atualização monetária - PGBL e VGBL	63.485	117.682
Outras	234.321	122.897
	1.090.081	978.722

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

39. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

39.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2021, os planos contavam com cerca de 6,0 mil participantes ativos (5,6 mil em dezembro de 2020). A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 20.894 em dezembro de 2021 (R$ 19.180 em dezembro de 2020).

39.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	57.943	63.907
Custo de juros	4.170	4.196
Custo dos benefícios	3.317	3.685
Ganho atuarial sobre a obrigação	(1.308)	(11.393)
Benefícios pagos	(8.519)	(2.465)
Outros	21.579	13
Saldo final do passivo	77.182	57.943

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2021, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,19%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	4,17%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	4,17%

39.3 OUTROS BENEFÍCIOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Vales-alimentação e refeição	186.455	173.791
Assistências médica e odontológica	168.438	154.207
Vale-transporte	20.862	20.533
Auxílio creche	5.880	6.557
Instrução	4.456	4.824
	386.091	359.912

40. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pela IAS 33 - Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação já considerando o desdobramento das ações está demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.544.249	1.688.191
Média ponderada do número de ações durante o período	644.025	648.800
Lucro por ação básico e diluído (R$)	2,39781	2,60202

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Presidente

MARCO AMBROGIO CRESPI BONOMI
Vice-Presidente

ANA LUÍZA CAMPOS GARFINKEL
Conselheira

ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES
Conselheiro

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Conselheiro Independente

PATRÍCIA MARIA MURATORI CALFAT
Conselheira Independente

PEDRO LUIZ CERIZE
Conselheiro Independente

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

MARCELO BARROSO PICANÇO
Diretor Vice-Presidente - Seguros

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente - Saúde

DANIELE GOMES YOSHIDA
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Porto Seguro S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas (Consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como a proposta da Diretoria da Companhia para destinação do resultado do exercício. Com base nos documentos analisados, no relatório emitido pela empresa de auditoria independente, apresentado em 1º de fevereiro de 2022 e a ser entregue assinado em 04 de fevereiro de 2022, do qual não constam ressalvas, as informações e os esclarecimentos recebidos em reuniões realizadas, no decorrer do exercício, com diretores da Companhia, auditores externos e Comitê de Auditoria, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo as declarações de juros sobre o capital próprio, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022

Edson Feizaaim

Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto

Andréa Nocoto Degli Oddi

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria" ou "Comitê") foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. ("Porto Seguro" ou "Companhia"), em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, supervisionando, dentro dos limites de suas responsabilidades, a Companhia e todas as sociedades por ela controladas.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente: **(i)** supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; **(ii)** supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; **(iii)** zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; **(iv)** zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; **(v)** zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro e de suas controladas, fazendo recomendações ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação; e **(vi)** zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

No desempenho de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se reúne com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de controladoria, os auditores internos e os auditores independentes. Suas conclusões se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*. O presente relatório descreve as principais atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria, no decorrer do segundo semestre de 2021 até a presente data.

No período compreendido entre 26 de julho de 2021 e 4 de fevereiro de 2022, inclusive, ocorreram nove reuniões do Comitê de Auditoria. Todas as reuniões possuem atas que refletem os assuntos discutidos pelo Comitê.

Acompanhamento dos sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos: O Comitê de Auditoria acompanhou os trabalhos da área de Controles Internos da Porto Seguro ao longo do segundo semestre de 2021, ouvindo os gestores das diversas áreas de negócio e acompanhando o desenvolvimento dos Planos de Ação para solução dos pontos levantados pela Auditoria Interna, bem como aqueles identificados pelos auditores externos. Da mesma forma, o Comitê acompanhou o painel de riscos, controles internos, segurança cibernética e PLD/FT.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa: A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) audita as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Porto Seguro, sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão. O Comitê manteve reuniões trimestrais com os auditores externos, quando discorreram sobre seu trabalho. O Comitê considera que a PwC manteve sua independência e trabalhou com objetividade avaliando que seus trabalhos foram realizados com a qualidade esperada.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: O Comitê acompanhou os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e avaliou os aspectos relativos à estrutura, recursos, responsabilidades e independência, além de ter examinado os principais relatórios elaborados pela área nesse período. O Comitê aprovou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o ano de 2022, detalhando os compromissos da área para o período. Finalmente, o Comitê procedeu a avaliação da atividade de auditoria interna, concluindo que ela cumpre com qualidade seu papel e atribuições, cobrindo de forma adequada os riscos da Porto Seguro.

Acompanhamento das demonstrações financeiras anuais: A controladoria apresentou a análise de desempenho e as Demonstrações Financeiras da Porto Seguro individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Na mesma oportunidade, o Comitê se reuniu com o Auditor Independente e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021. Ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021, inclusive das sociedades supervisionadas pela SUSEP, estão prontas para serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

Conclusão

Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e aprove as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A. em 31 de dezembro de 2021, inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2022.

Patrícia Maria Muratori Calfat - Coordenadora

Cynthia Nesanovis Catlett

Guy Almeida Andrade

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro S.A. e da Porto Seguro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria do exercício de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para riscos de crédito (*Impairment*) de Empréstimos e Financiamentos (Notas 2.9.1., 4.1, 9 e 9.1)

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto consolidado das operações de concessão de empréstimos, financiamentos e operações de cartão de crédito era de R$ 11.708.654 mil.

A Companhia através de sua controlada, mensurou a provisão para riscos de crédito por meio do estabelecimento de metodologias, que capturaram além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos em consonância com o IFRS 9/CPC 48, totalizando o valor de R$ 1.183.343 mil.

A provisão para risco de crédito (*Impairment*) continua sendo área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento da administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9/CPC 48, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização de garantias.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes desenvolvidos pela administração da sua controlada relacionados ao modelo e premissas adotadas pela administração na determinação do valor recuperável da carteira de créditos, processo de classificação dos graus de risco, de monitoramento das garantias recebidas, da totalidade e integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para riscos de crédito.

Testamos, com o auxílio de nossos especialistas a aderência aos requisitos da referida norma, bem como em bases amostrais: (i) as premissas utilizadas para apuração da probabilidade de inadimplência atribuída no cálculo da provisão, utilizando como base a perda esperada para grupos com características de risco de créditos; (ii) a razoabilidade e consistência das premissas adotadas pela administração; (iii) recálculo da referida provisão utilizando as premissas da administração; e (iv) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento aos requisitos do IFRS 9/CPC 48.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração para determinação da provisão para risco de crédito de empréstimos e financiamentos são razoáveis em todos os aspectos relevantes, assim como as divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR, IBNeR) (Notas 2.17, 4.4 e 20)

A Companhia através de suas controladas, registrou determinadas provisões técnicas, com destaque para: (i) sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), no valor de R$ 462.178 mil; e (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), que somada à provisão de sinistros a liquidar (PSL) totalizam R$ 2.044.344 mil.

A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial.

Em nossa avaliação continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes à reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de sinistros da Companhia.

Efetuamos também, a reconciliação dos registros de sinistros com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada.

Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas, testamos as metodologias e as premissas financeiras e atuariais utilizadas pela administração na determinação dessas provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL, em relação à experiência histórica da Companhia por meio de suas controladas e/ou às práticas utilizadas pelo mercado e procedemos ao recálculo em base de testes dessas provisões técnicas.

PORTO SEGURO S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a integridade das bases de dados, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Porto Seguro S.A. e suas controladas são dependentes de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador - CRC 1SP197007/O-2

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

•Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2021 R$ 10.608,1 milhões, aumento de R$ 1.109,9 milhões ou 11,7% em relação ao ano anterior.

•Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 17,3%, com aumento de 0,9 ponto percentual em relação ao ano anterior de 16,4%. Mesmo com um leve aumento, cabe destacar que o modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

•Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 308,2 milhões, redução de R$ 182,3 milhões, ou 37,2% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho negativo das alocações em renda variável, embora as alocações em títulos indexados à inflação tenham contribuído positivamente.

•Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 94,3%, aumento de 3,6 pontos percentuais em relação aos 90,7% do ano anterior e o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 91,4%, aumento de 5,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

•Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 922,2 milhões, registrando redução de R$ 76,1 milhões ou 7,6% em relação a 2020. O lucro por ação foi de R$ 1,58 em 2021 e R$ 1,87 em 2020.

•Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 376,6 milhões em 2021. Do total investido, R$ 311,4 milhões foram destinados a "softwares" e R$ 65,2 milhões a equipamentos, sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros eminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		6.865.452	5.432.881
Disponível		77.441	63.725
Caixa e bancos		77.441	63.725
Equivalentes de caixa	6	110.105	31.595
Aplicações	7	922.474	719.709
Créditos das operações com seguros e resseguros		3.805.142	3.077.101
Prêmios a receber	8.1	3.732.906	3.018.674
Operações com seguradoras		4.855	74
Operações com resseguradoras		67.381	58.353
Outros créditos operacionais		158.355	103.759
Ativos de resseguro - provisões técnicas	20.1	153.474	174.318
Títulos e créditos a receber		216.814	111.523
Títulos e créditos a receber	9	60.018	15.663
Créditos tributários e previdenciários	9.1	65.226	9.158
Outros créditos		91.570	86.702
Outros valores e bens	11	198.202	75.919
Bens à venda		106.576	58.476
Outros valores		91.626	17.443
Despesas antecipadas		83.624	65.722
Custos de aquisição diferidos	12	1.139.821	1.009.510
Seguros		1.139.821	1.009.510
Não circulante		7.962.759	7.073.518
Realizável a longo prazo		4.479.048	4.169.045
Aplicações	7	2.366.205	2.632.774
Créditos das operações com seguros e resseguros		301.708	152.449
Prêmios a receber	8.1	301.708	152.449
Outros créditos operacionais		189	–
Ativos de resseguro - provisões técnicas	20.1	13.734	6.718
Títulos e créditos a receber		1.624.857	1.301.278
Títulos e créditos a receber	9	5.623	205
Créditos tributários e previdenciários	9.1	567.247	252.718
Depósitos judiciais e fiscais	10	1.045.222	1.043.815
Outros créditos		6.765	4.540
Despesas antecipadas		6.453	19.358
Outros valores e bens	11	108.869	22.437
Custos de aquisição diferidos	12	57.033	34.031
Seguros		57.033	34.031
Investimentos		1.519.376	1.136.644
Participações societárias	13	1.519.376	1.135.984
Imóveis destinados a renda/ outros investimentos		–	660
Imobilizado	14	708.970	722.803
Imóveis de uso próprio		467.960	478.922
Bens móveis		80.594	74.372
Outras imobilizações		160.416	169.509
Intangível	15	1.255.365	1.045.026
Outros intangíveis		1.255.365	1.045.026
Total do ativo		14.828.211	12.506.399

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		8.060.215	6.800.607
Contas a pagar		831.952	693.635
Obrigações a pagar	16.1	367.339	289.821
Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	274.855	233.542
Encargos trabalhistas		88.907	83.691
Empréstimos e financiamentos	17	77.800	58.312
Impostos e contribuições		20.694	28.187
Outras contas a pagar		2.357	82
Débitos de operações com seguros e resseguros	18	506.553	349.915
Prêmios a restituir		10.554	8.339
Operações com seguradoras		378	–
Operações com resseguradoras		84.997	79.326
Corretores de seguros e resseguros		363.432	262.250
Outros débitos operacionais		47.192	–
Depósitos de terceiros	19	32.376	2.679
Provisões técnicas - seguros	20	6.669.253	5.754.378
Danos		6.083.876	5.246.911
Pessoas		305.578	265.177
Vida individual		279.799	242.290
Débitos diversos	21.2	20.081	–
Não circulante		1.983.934	1.649.809
Contas a pagar		219.579	205.539
Obrigações a pagar	16.1	66.316	49.511
Tributos diferidos	9.2.2	90.135	137.448
Empréstimos e financiamentos	17	63.128	18.580
Provisões técnicas - seguros	20	747.469	566.207
Danos		662.744	495.422
Pessoas		53.307	48.393
Vida individual		31.418	22.392
Outros débitos		1.016.886	878.063
Provisões judiciais	21.1	912.121	878.063
Débitos diversos	21.2	104.765	–
Patrimônio líquido	22	4.784.062	4.055.983
Capital social		2.552.441	2.272.441
Aumento de capital em aprovação		112.000	–
Reservas de reavaliação		62.763	64.843
Reservas de lucros		2.224.952	1.644.343
Ajustes de avaliação patrimonial		(168.094)	74.356
Total do passivo e patrimônio líquido		14.828.211	12.506.399

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios emitidos	23	10.608.060	9.498.209
Variações das provisões técnicas de prêmios	24	(862.149)	(350.402)
Prêmios ganhos	23	9.745.911	9.147.807
Sinistros ocorridos	25	(4.584.197)	(3.955.054)
Custos de aquisição	26	(2.441.616)	(2.330.773)
Outras receitas e despesas operacionais	27	(220.812)	(236.871)
Resultado com resseguro		(16.806)	49.420
Receitas com resseguro		97.994	151.938
Despesas com resseguro		(114.800)	(102.518)
Despesas administrativas	28	(1.683.935)	(1.500.593)
Despesas com tributos	29	(255.447)	(275.922)
Resultado financeiro	30	308.249	490.544
Resultado patrimonial		135.147	232.603
Resultado operacional		986.494	1.621.161
Ganhos com ativos não correntes		(2.796)	(18.019)
Resultado antes dos impostos e participações		983.698	1.603.142
Imposto de renda	9.3	92.204	(252.661)
Contribuição social	9.3	62.511	(155.967)
Participações sobre o lucro		(216.167)	(196.211)
Lucro líquido do exercício		922.246	998.303
Quantidade de ações (mil)		583.687	532.900
Lucro líquido por ação - R$		1,58	1,87

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício		922.246	998.303
Outros resultados abrangentes		(242.450)	(18.857)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	7.2	(291.082)	(32.669)
Efeitos tributários		116.433	13.068
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		(131.205)	(14.658)
Efeitos tributários - controladas		52.482	5.863
Ajustes acumulados de conversão/outros		10.922	9.539
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		679.796	979.446

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		922.246	998.303
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		175.687	184.533
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos		3.796	8.736
Ganho na alienação de imobilizado e intangível		2.796	18.679
Resultado de equivalência patrimonial		(135.160)	(232.603)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros - aplicações		63.804	271.950
Créditos das operações de seguros e resseguros		(877.300)	(635.765)
Ativos de resseguro		10.032	(66.991)
Ativo fiscal diferido		(314.529)	(2.680)
Despesas antecipadas		(4.997)	(11.845)
Custos de aquisição diferidos		(153.313)	(55.003)
Outros ativos		(329.674)	91.546
Impostos e contribuições		203.926	355.870
Outras contas a pagar		109.923	104.453
Débitos de operações com seguros e resseguros		156.638	121.265
Depósitos de terceiros		29.697	(3.801)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		1.096.137	278.535
Provisões judiciais		34.058	(29.796)
Passivos de arrendamento		124.846	–
Outros passivos		95.319	(49.445)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações			
Recebimento de dividendos e JCP		81.251	164.582
Impostos sobre o lucro pagos		(211.419)	(392.030)
Juros sobre captação de recursos pagos		(7.054)	(2.794)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.076.710	1.115.699
Atividades de investimento			
Aumento de capital - controladas		(376.990)	(72.499)
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		1.581	17.354
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(65.150)	(52.782)
Intangível		(311.420)	(239.387)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(751.979)	(347.314)
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e JCP	22 e	(289.486)	(858.377)
Aquisição de empréstimos e arrendamentos		115.129	37.783
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)		(58.148)	(19.347)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(232.505)	(839.941)
Aumento/(redução) líquido/(a) de caixa e equivalentes de caixa		92.226	(71.556)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		95.320	166.876
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		187.546	95.320

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019		2.272.441	–	66.209	1.533.639	93.213	–	3.965.502
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(630.000)	–	–	(630.000)
Reserva de reavaliação								
Realização	22 c	–	–	(1.496)	–	–	1.496	–
Outros		–	–	130	–	–	–	130
Reconhecimento pagamento em ações	22g	–	–	–	4.657	–	–	4.657
Ações outorgadas		–	–	–	(1.156)	–	–	(1.156)
Ajustes de avaliação patrimonial	22b	–	–	–	–	(18.857)	–	(18.857)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	998.303	998.303
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	49.915	–	(49.915)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	687.288	–	(687.288)	–
JCP (R$ 0,31 por ação)	22e	–	–	–	–	–	(167.502)	(167.502)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,18 por ação)	22e	–	–	–	–	–	(95.094)	(95.094)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		2.272.441	–	64.843	1.644.343	74.356	–	4.055.983
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(123.906)	–	–	(123.906)
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 269		30.000	–	–	–	–	–	30.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 547		250.000	–	–	–	–	–	250.000
AGE de 29 de outubro de 2021		–	112.000	–	–	–	–	112.000
Reserva de reavaliação								
Realização	22 c	–	–	(2.799)	–	–	2.799	–
Outros		–	–	719	–	–	–	719
Ajuste de exercícios anteriores - controladas	22 d (ii)	–	–	–	36.612	–	–	36.612
Reconhecimento pagamento em ações	22g	–	–	–	8.924	–	–	8.924
Adoção inicial CPC06		–	–	–	(18.717)	–	–	(18.717)
Ajustes de avaliação patrimonial	22b	–	–	–	–	(242.450)	–	(242.450)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	922.246	922.246
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal	22 d(i)	–	–	–	46.112	–	(46.112)	–
Reservas estatutárias	22 d (ii)	–	–	–	631.584	–	(631.584)	–
JCP (R$ 0,32 por ação)	22e	–	–	–	–	–	(184.102)	(184.102)
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,11 por ação)	22e	–	–	–	–	–	(63.247)	(63.247)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		2.552.441	112.000	62.763	2.224.952	(168.094)	–	4.784.062

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60
Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Gualanases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios da Companhia por segmento de atuação.

Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 7.131,8 milhões, aumento de R$ 687,2 milhões ou 9,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 49,5%, um aumento de 5,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão do menor impacto da pandemia sobre a mobilidade da população. O seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos, e a Companhia segue focada no lançamento de produtos mais acessíveis e processos de vendas mais simples, que permitam aumentar a competitividade.

No segmento Vida individual e grupo, os prêmios emitidos totalizaram R$ 577,1 milhões, aumento de R$ 64,7 milhões ou 11,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 67,3%, aumento de 20,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe mencionar que dada as circunstâncias de calamidade e dificuldade de realização de diagnósticos precisos, a Companhia vem indenizando os casos diagnosticados e relacionados à COVID-19 neste segmento.

No segmento de Riscos Financeiros (principalmente carteira Fiança), os prêmios emitidos totalizaram R$ 721,8 milhões, aumento de R$ 94,7 milhões ou 13,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 35,9%, redução de 12,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente pelo aperfeiçoamento do modelo de subscrição de riscos, que foi intensificado com o uso de big data e "machine learning", adequação na precificação, após o início da pandemia em 2020.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

Quanto às iniciativas visando o bem estar social, destacamos o programa Meu Porto Seguro, que teve por objetivo oferecer mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, que já estavam desempregadas ou em busca do primeiro emprego em todo o território nacional. O Programa teve início em julho de 2020 e foi encerrado em abril de 2021, nesse período foram contratados 10 mil profissionais.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2016 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 113.860, sendo parte em reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados às incertezas que existiam no passado sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R$ 14.127 em 2016 e R$ 19.710 em 2017 e benefícios tributários referente às despesas dos projetos incorridas nos montantes de R$ 18.895 em 2018, R$ 23.486 em 2019 e R$ 37.642 em 2020. Em complemento, a Companhia reconheceu o montante de R$ 30.689 referente ao exercício corrente de 2021.

1.3 INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R$ 222.318, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

1.4 OUTRAS INFORMAÇÕES - CISÃO PORTO SEGURO ASSISTÊNCIA

Em 4 de junho de 2021, complementado em 8 de novembro de 2021, a Companhia protocolou junto a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pedido de autorização prévia para promover a cisão parcial das suas atividades, com o objetivo de transferi-las para a Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. A cisão tem por finalidade concentrar negócios relacionados em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro.

Em 19 de janeiro de 2022 a SUSEP aprovou a intenção da Companhia em seguir com a referida cisão. A efetivação da cisão dependerá da realização dos atos societários inerentes à operação e das correspondentes aprovações regulatórias e registros nos órgãos competentes. Por esse motivo, a Companhia não reconheceu os impactos em suas Demonstrações Financeiras atuais.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto, pela adoção da circular SUSEP 615/20, que entre outros assuntos, alterou o plano de contas contábeis, inserindo os grupos contábeis relacionados ao CPC 06 (R2) - Arrendamento.

O CPC 06 (R2) - Arrendamentos consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais, dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A nota explicativa nº 2.2 apresenta as novas informações de impactos de acordo com as adoções.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3).

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 07 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.2 ADOÇÃO INICIAL - IFRS 16

A adoção inicial do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (vide nota explicativa nº 2) em 01 de janeiro de 2021, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

Ativo não circulante	
Ativo de direito de uso	187.093
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(94.691)
Total ativo (A)	92.402
Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	(34.072)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	11.520
Passivo não circulante	
Passivos de arrendamento	(184.112)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	83.067
Total passivo (B)	(123.597)
Impacto bruto no patrimônio líquido (A) + (B)	31.195
Imposto de renda e contribuição social (40%)	(12.478)
Impacto no patrimônio líquido	18.717

A Companhia efetuou a adoção pelo modelo retrospectivo modificado conforme facultado pela norma.

As notas explicativas nº 11.3 e 21.2 apresentam as novas informações e aberturas dos saldos conforme exigido pela nova norma.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) transações e saldos em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. O resultado e o balanço patrimonial da controlada Porto Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis (clientes)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.7.1).

(b) Determinação do valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.6 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.7). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.7 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.7.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

2.7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.7.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.8 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.9 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

2.10 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.19), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.11 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.12 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas e coligadas: Azul Cia de Seguros, Porto Seguro Saúde, Porto Seguro Vida e Previdência, Porto Seguro Capitalização e Porto Seguro Uruguai, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 13). Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligada é aquela sobre a qual a Companhia tem influência significativa, mas não controla.

2.13 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

2.14 ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

2.15 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos.

2.16 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

2.16.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Gualanases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.16.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando premissas realistas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios do período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período para transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina os planos "Portoprev", que são classificados como planos de contribuição definida. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

2.18 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.19 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

2.20 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.20.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.16.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.20.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

2.21 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 7.416.722.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.7.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 7.527.322 para os quais existem R$ 16.483 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, segundo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 912.121, para as quais existem R$ 1.045.222 em depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 566.582 (ativo) e R$ 90.135 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que, em decorrência da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo, entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 83,4% (90,1% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há uma política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco. A tabela a seguir demonstra os recebíveis de resseguro detidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's":

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	A–	28.161	–
	AA–	14.258	11.418
Local	BB–	10.719	34.490
	A+	1.024	748
	A	735	660
	A+	7.009	6.227
Admitida	AA–	4.842	4.250
	A	633	169
	A–	–	391
Total de recebíveis de resseguro		67.381	58.353

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	604.268	25.532	329.471	23.100
Fluxo de 1 a 30 dias	931.883	754.843	745.034	832.642
Fluxo de 2 a 6 meses	2.151.743	2.401.854	1.770.706	2.173.344
Fluxo de 7 a 12 meses	624.728	1.207.151	453.877	897.785
Fluxo acima de 1 ano	3.503.480	797.883	3.134.894	523.984
	7.816.102	5.187.263	6.433.982	4.450.855

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM)	71,6%	77,4%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	12,4%	14,9%
Prefixados	6,8%	1,2%
Ações	4,3%	3,8%
Outros	4,9%	2,7%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Instrução CVM nº 02/2020:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50b.p.	(308.506)
	+ 25b.p.	(168.881)
Índices de preços	+ 10b.p.	(71.646)
	– 10b.p.	71.646
	– 25b.p.	168.881
	– 50b.p.	308.506
	+ 50b.p.	(58.516)
	+ 25b.p.	(31.463)
Juros prefixados	+ 10b.p.	(14.540)
	– 10b.p.	14.540
	– 25b.p.	31.463
	– 50b.p.	58.516
	+ 50b.p.	(1.842)
	+ 25b.p.	(1.535)
Juros pós-fixados	+ 10b.p.	(1.228)
	– 10b.p.	1.228
	– 25b.p.	1.535
	– 50b.p.	1.842
	+ 34%	3.210
Ações	+ 17%	1.605
	+ 9%	802

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.16.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.16.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	67,2%	66,4%
Região Sul	12,5%	15,2%
Região Nordeste	11,2%	9,8%
Região Centro-Oeste	6,9%	6,4%
Região Norte	2,2%	2,2%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	60.038	(164.613)
Sinistros - aumento de 50,0%	474.314	79.675

A variação nas sensibilidades entre as datas-bases de dezembro de 2020 e dezembro de 2021 é causada por uma redução de 1,5 ponto percentual na premissa de sinistralidade, de 1,3 ponto percentual na premissa de despesas administrativas, mas principalmente pela elevação na curva de juros - ETTJ SUSEP Pré-fixada - utilizada no desconto do fluxo.

4.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Dezembro de 2021	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outras regiões
Transportes	76,4%	8,4%	2,5%	12,7%
Fiança locatícia	62,2%	15,6%	11,8%	10,4%
Residencial	63,7%	11,6%	10,4%	14,3%
Empresarial	52,1%	15,4%	7,7%	24,8%
Outros riscos	68,2%	9,7%	5,3%	16,8%

Dezembro de 2020	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outras regiões
Transportes	61,9%	4,2%	14,9%	19,0%
Fiança locatícia	62,6%	11,3%	16,4%	9,7%
Empresarial	51,1%	5,2%	14,4%	29,2%
Residencial	46,4%	21,4%	0,1%	32,1%
Outros riscos	47,8%	5,1%	16,2%	30,9%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(46.239)	(86.845)
Sinistros - aumento de 50,0%	110.048	53.084

4.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de antisseleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária a apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	20.337	(1.609)
Sinistros - aumento de 50,0%	84.096	46.618

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 22 (d).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	110.105	31.595
	110.105	31.595

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

7. APLICAÇÕES

7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dez. 2021 Nível 1	Dez. 2021 Nível 2	Dez. 2021 Total	Dez. 2020 Nível 1	Dez. 2020 Nível 2	Dez. 2020 Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	1.112	–	1.112	1.067	–	1.067
Outras	1.662	–	1.662	1.587	–	1.587
	2.774	–	2.774	2.654	–	2.654
Fundos exclusivos						
LFTs	378.269	–	378.269	417.442	–	417.442
Cotas de fundos	192.184	–	192.184	112.745	–	112.745
Ações de companhias abertas	156.033	–	156.033	125.709	–	125.709
Letras Financeiras - privadas	–	79.744	79.744	–	26.500	26.500
Outros	–	115.132	115.132	–	36.246	36.246
	726.486	194.876	921.362	655.896	62.746	718.642
Total	729.260	194.876	924.136	658.550	62.746	721.296
Circulante			922.474			719.709
Não circulante			1.662			1.587
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			28%			22%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2021 Nível 1	Dezembro de 2020 Nível 1
Carteira própria		
NTNs - B	1.852.740	2.506.157
Total - não circulante (*)	1.852.740	2.506.157
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	56%	75%

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 2.078.324 (R$ 2.440.659 em dezembro de 2020).

7.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - B	511.803	125.030
Não circulante	511.803	125.030
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	16%	4%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 479.779 (R$ 127.633 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	3.384.078	3.728.140
Aplicações	4.091.796	7.343.673
Resgates	(4.146.423)	(8.098.609)
Rendimentos	360.455	443.543
Ajuste a valor de mercado	(291.082)	(32.669)
Saldo final	3.398.784	3.384.078

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da companhia:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo circulante (*)	8.718.192	7.939.038
Passivo circulante	8.060.215	6.800.607
Índice de liquidez corrente	1,08	1,17

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

7.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2021	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	9,13	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	1,71	2,28
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,18	0,09
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	3,19	2,42

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dez. 2021 Prêmios a receber de segurados	Dez. 2021 Redução ao valor recuperável	Dez. 2021 Prêmios a receber - líquido	Dez. 2020 Prêmios a receber de segurados	Dez. 2020 Redução ao valor recuperável	Dez. 2020 Prêmios a receber - líquido
Automóvel	2.411.495	(1.761)	2.409.734	2.036.257	(4.420)	2.031.837
Pessoas	434.672	(6.721)	427.951	362.726	(5.355)	357.371
Patrimonial	427.474	(4.260)	423.214	322.244	(4.048)	318.196
Riscos Financeiros	712.235	(1.857)	710.378	423.704	(4.591)	419.113
Transportes	32.052	(1.754)	30.298	25.327	(1.089)	24.238
Animal/Rural	9.949	(37)	9.912	6.752	(374)	6.378
Responsabilidade	23.220	(93)	23.127	14.392	(402)	13.990
	4.051.097	(16.483)	4.034.614	3.191.402	(20.279)	3.171.123
Circulante			3.732.906			3.018.674
Não circulante			301.708			152.449

8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer	3.873.516	3.083.715
Vencidos de 1 a 30 dias	121.939	71.507
Vencidos 31 a 60 dias	19.608	14.318
Vencidos 61 a 120 dias	16.052	10.877
Acima de 120 dias	19.982	10.985
	4.051.097	3.191.402
Redução ao valor recuperável	(16.483)	(20.279)
	4.034.614	3.171.123

8.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	3.171.123	2.582.134
Prêmios emitidos	11.529.516	10.271.937
IOF	642.777	568.809
Adicional de fracionamento	58.688	82.004
Prêmios cancelados	(827.159)	(683.565)
Recebimentos	(10.544.127)	(9.641.460)
Redução ao valor recuperável	3.796	(8.736)
Saldo final	4.034.614	3.171.123

8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	20.279	11.543
Provisões constituídas	9.379	15.586
Reversões e baixas	(12.272)	(5.049)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(903)	(1.801)
Saldo final	16.483	20.279

(*) As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Outras despesas operacionais" da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 27).

8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO (*)

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	1 a 5	52,9%	54,0%
Automóvel	6 a 11	41,6%	43,4%
	12	5,5%	2,6%
	1 a 5	59,2%	41,9%
Ramos Elementares	6 a 11	35,6%	56,2%
	12	5,2%	1,9%
	1 a 5	27,6%	24,3%
Vida	6 a 11	5,0%	4,2%
	12	67,4%	71,5%

(*) Uma das ações da Companhia durante a pandemia é disponibilizar a possibilidade de contratação em 10 vezes sem juros, resultando em um crescimento nas faixas entre 6 a 11 parcelas.

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Direito a ressarcimentos (I)	32.549	–
Dividendos e JCP	20.558	5.611
Outros	12.534	10.257
	65.641	15.868
Circulante	60.018	15.663
Não circulante	5.623	205

(I) Vide nota explicativa nº 9.4.

9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (II)	566.582	252.053
Contribuição social (I)	30.535	363
Imposto de renda (I)	28.422	506
PIS e COFINS	361	2.381
Outros	6.573	6.573
	632.473	261.876
Circulante	65.226	9.158
Não circulante	567.247	252.718

(I) O aumento deve-se, principalmente, aos créditos tributários da Lei do Bem. Vide nota explicativa nº 1.2.

(II) Vide nota explicativa nº 9.2.1.

9.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.2.1 ATIVO

Diferenças temporárias decorrentes de:	Dezembro de 2020	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2021
Provisão para obrigações legais (I)	85.870	274.950	(46.907)	313.913
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	117.448	(27.214)	90.234
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	56.044	19.168	(11.154)	64.058
Benefício a empregados	25.077	11.255	(4.680)	31.652
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	12.166	16.344	(7.857)	20.653
Provisão de participação nos lucros	53.424	238.153	(278.059)	13.518
Provisão para riscos sobre créditos	5.772	34.702	(36.157)	4.317
Outras provisões	13.700	40.548	(26.011)	28.237
	252.053	752.568	(438.039)	566.582

(I) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.3.

9.2.2 PASSIVO

Natureza	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	40.917	367	(1.540)	39.744
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	22.418	9.821	(6.616)	25.623
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão (I)	33.837	–	(33.837)	–
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	26.199	–	(26.199)	–
IR e CS outros (II)	14.077	11.211	(520)	24.768
	137.448	21.399	(68.712)	90.135

9.2.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	291.156
2023	210.784
2024	47.568
2025	3.428
2026	3.232
2027 a 2029	6.903
Após 2029	3.511
Total - ativo	566.582
Valor presente (*)	518.125

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia de dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	983.698	1.603.142
(–) Participações nos resultados	(216.167)	(196.211)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	767.531	1.406.931
Alíquota vigente (I)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(307.012)	(562.772)
Indébitos tributários (II)	222.318	–
Inovação tecnológica (III)	144.549	–
Equivalência patrimonial	54.063	93.041
Incentivos fiscais	7.383	12.440
Juros sobre o capital próprio	69.285	63.029
Outros	(35.871)	(14.366)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	461.727	154.144
Total de imposto de renda e contribuição social (D = A + B + C)	154.715	(408.628)
Taxa efetiva (D/A)	-20,2%	29,0%

(I) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

(II) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.3.

(III) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.2.

9.4 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimentos originados dos ramos de seguro fiança:

	Dezembro de 2021 Expectativa de realização	Dezembro de 2021 Efetivas realizações
1º mês	4.261	57,7%
2º mês	3.222	14,4%
3º mês	2.376	5,7%
4º mês	2.102	2,7%
5º mês	1.868	1,9%
6º mês	1.734	1,2%
7º mês	1.578	1,0%
8º mês	1.466	0,8%
9º mês	1.368	0,7%
10º mês	1.290	0,6%
11º mês	1.193	0,8%
12º mês	1.111	0,5%
13º ao 18º mês	5.143	2,8%
19º ao 24º mês	2.515	1,6%
25º ao 30º mês	999	1,4%
Após o 30º mês	323	6,2%
	32.549	100%
Circulante	26.974	
Não circulante	5.575	

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foi segregada em outubro de 2021 para efeito de contabilização das provisões técnicas da carteira Fiança, a parcela de ressarcimentos entre estimados e ativados, respaldada pelo valor de recuperações correspondentes aos sinistros avisados e ainda não pagos (estimada) e a outra parcela correspondente às recuperações de conhecimento da Cia por sinistros pagos (ativada), ambas previstas como expectativa de recebimento do segurado, em caso de sinistro.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS (*)	524.447	515.083
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	451.292	444.015
Sinistros	19.719	29.325
INSS	1.880	1.827
Outros	47.884	53.565
	1.045.222	1.043.815

(*) Vide nota explicativa nº 21(a).

11. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Bens à venda - salvados (i)	118.822	65.619
Direito a salvados - estimado (ii)	93.314	26.028
Ativo de direito de uso (iii)	91.439	–
Cheques e ordens a receber	1.606	1.228
Almoxarifado	1.890	5.481
	307.071	98.356
Circulante	198.202	75.919
Não Circulante	108.869	22.437

(i) Vide nota explicativa nº 11.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 11.2.
(iii) Vide nota explicativa nº 11.3.

11.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Permanência até 30 dias	79.839	48.609
Permanência de 31 a 60 dias	24.286	9.127
Permanência de 61 a 120 dias	10.392	7.923
Permanência de 121 a 365 dias	9.774	11.368
Permanência acima de 365 dias	9.269	6.950
	133.560	83.977
Redução ao valor recuperável (*)	(14.738)	(18.358)
	118.822	65.619

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

11.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis.

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	30.866	14,8%	8.561	10,9%
2º mês	13.801	41,9%	4.940	38,7%
3º mês	7.429	19,5%	3.020	23,6%
4º mês	5.353	7,2%	1.980	8,6%
5º mês	4.323	4,0%	1.272	4,8%
6º mês	3.587	2,3%	913	2,5%
7º mês	3.065	1,5%	697	1,7%
8º mês	2.765	0,9%	560	1,2%
9º mês	2.502	0,8%	461	0,9%
10º mês	2.252	0,6%	398	0,7%
11º mês	2.012	0,5%	349	0,6%
12º mês	1.858	0,4%	303	0,5%
13º ao 18º mês	7.623	1,8%	1.363	1,9%
19º ao 24º mês	3.610	1,2%	730	1,0%
25º ao 30º mês	1.675	0,7%	391	0,7%
Após o 30º mês	593	1,9%	90	1,6%
	93.314	100%	26.028	100%
Circulante	88.130		10.734	
Não circulante	5.184		15.294	

11.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	26.028	41.703
Constituições	71.548	2.516
Reversões	(4.262)	(18.191)
Saldo final	93.314	26.028

11.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

		Movimentações		Dezembro de 2021			
	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Baixas/cancelamentos de contratos	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Direito de uso (*)	92.402	11.842	(12.805)	123.460	(32.021)	91.439	5,0 a 33,3

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma CPC 06 (R2) ocorreu em 1/1/2021, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma (vide nota explicativa nº 2.2).

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº 2.2).

12. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	744.010	681.692
Patrimonial	188.802	156.301
Riscos Financeiros	153.328	100.734
Pessoas	95.955	90.798
Outros	14.759	14.016
	1.196.854	1.043.541
Circulante	1.139.821	1.009.510
Não circulante	57.033	34.031

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2020.

12.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	1.043.541	988.538
Constituição	4.383.888	1.994.731
Apropriação para despesa	(4.230.575)	(1.939.728)
Saldo final	1.196.854	1.043.541

13. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Participação (%)	Saldos em Dezembro de 2020	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste TVM controladas	Aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial/Outros	Saldos em Dezembro de 2021
Porto Saúde	100,00	475.489	105.715	(55.105)	(10.793)	91.000	160	606.466
Azul Seguros (*)	32,16	248.795	58.578	(36.450)	(20.799)	54.990	625	305.739
Porto Vida	99,97	195.808	(75.595)	–	(7.912)	180.000	36.605	328.906
Porto Uruguai	100,00	108.277	20.034	–	–	–	10.407	138.718
Porto Capitalização	100,00	107.615	26.428	(6.277)	(39.219)	51.000	–	139.547
		1.135.984	135.160	(97.832)	(78.723)	376.990	47.797	1.519.376

(*) A Porto Seguro S.A possui 67,83% de participação nessa sociedade.

14. IMOBILIZADO

	Saldo residual em Dezembro de 2020	Movimentações: Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/transferência	Dezembro de 2021: Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (*)	411.307	–	(168)	(10.394)	–	490.959	(90.214)	400.745	2,4
Benefícios em imóveis de terceiros	137.009	2.104	(1.424)	(9.773)	–	179.233	(51.317)	127.916	5,0 a 33,3
Terrenos	67.615	–	(400)	–	–	67.215	–	67.215	–
Obras em andamento	32.500	–	–	–	–	32.500	–	32.500	–
	648.431	2.104	(1.992)	(20.167)	–	772.907	(144.531)	628.376	
Informática	56.965	57.096	(652)	(43.724)	565	398.006	(327.756)	70.250	20,0 a 33,3
Móveis, máquinas e utensílios	11.878	107	(1.451)	(5.377)	–	81.953	(76.796)	5.157	10,0 a 50,0
Rastreadores	1.658	4.230	(199)	(3.636)	–	7.516	(5.463)	2.053	100,0
Equipamentos	2.550	–	(35)	(1.460)	–	33.658	(32.603)	1.055	10 a 14,3
Veículos	1.321	1.613	–	(855)	–	9.246	(7.167)	2.079	20 a 25,0
	74.372	63.046	(2.337)	(55.052)	565	530.379	(449.785)	80.594	
	722.803	65.150	(4.329)	(75.219)	565	1.303.286	(594.316)	708.970	

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

15. INTANGÍVEL - "SOFTWARES"

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo residual inicial	1.045.026	934.581
Aquisições	311.420	239.387
Despesas de amortização	(100.468)	(102.922)
Baixas/outros	(613)	(26.020)
Valor líquido - saldo final	1.255.365	1.045.026
Custo	1.857.813	1.547.144
Amortização acumulada	(602.448)	(502.118)
Saldo residual final	1.255.365	1.045.026
Taxas anuais de amortização (%)	6,67 a 25,0	6,67 a 25,0

16. CONTAS A PAGAR

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros a pagar	167.282	167.963
Fornecedores	117.984	83.495
Provisão benefícios a empregados	66.316	49.509
Dividendos a pagar	63.246	9.094
Honorários a pagar	2.596	2.752
Outras	16.231	26.519
	433.655	339.332
Circulante	367.339	289.821
Não circulante	66.316	49.511

16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IOF	221.677	178.919
INSS e FGTS	26.929	26.261
Imposto de renda retido na fonte	18.173	17.803
Outros	8.076	10.559
	274.855	233.542

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até maio de 2024, em que são remunerados a taxas indexadas ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Empréstimos bancários	111.430	56.689
Financiamentos - Informática	29.498	20.203
	140.928	76.892
Circulante	77.800	58.312
Não circulante	63.128	18.580

17.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Papel/Moeda	Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
CCB - Capital de giro - BRL	82.700	Itaú	2021	2024	CDI +2,08%	86.482	–
	9.000	Bradesco	2020	2022	CDI +2,01%	9.015	9.001
	8.135	Bradesco	2019	2022	127,1 CDI	8.193	8.144
	7.537	Bradesco	2021	2024	CDI +2,14%	7.740	–
	33.709	Bradesco	2019	2021	112,3 CDI	–	36.072
	25.109	Safra UOL	2016	2021	CDI +1,90%	–	1.798
	1.533	Bradesco	2019	2021	110,9 CDI	–	1.674
					Total	111.430	56.689

17.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empréstimos bancários	Financiamentos - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	56.689	20.203	76.892
Aquisição/constituição	90.237	24.892	115.129
Atualização monetária/juros	5.646	1.410	7.056
Liquidação/reversão	(41.142)	(17.007)	(58.149)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	111.430	29.498	140.928

18. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Acima de 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	2	–	–	2
Cobrança antecipada de prêmios	2	–	–	2
Outros depósitos	4	32.369	–	32.373
Total 31 de dezembro de 2021	7	32.369	–	32.376
Total 31 de dezembro de 2020	1.679	509	491	2.679

20. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	5.828.083	5.765.554	4.965.935	4.898.645
Sinistros e benefícios a liquidar	1.259.050	1.193.910	1.020.949	926.848
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	220.916	189.117	223.332	203.686
Demais provisões	108.673	100.933	110.369	110.370
Total	7.416.722	7.249.514	6.320.585	6.139.549
Circulante	6.669.253		5.754.378	
Não circulante	747.469		566.207	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa nº 2.16.2).

20.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de Contratos de Seguros	Ativos de Contratos de Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.042.050	114.044
Constituições decorrentes de prêmios	9.498.209	123.545
Diferimento pelo risco decorrido	(9.650.020)	(107.987)
Aviso de sinistros	4.583.107	149.886
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.829.745)	(105.321)
Atualização monetária e juros	54.877	6.869
Outras (constituição/reversão) (*)	(377.893)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.320.585	181.036
Constituições decorrentes de prêmios	10.608.060	106.682
Diferimento pelo risco decorrido	(9.849.654)	(109.402)
Aviso de sinistros	5.445.568	114.621
Pagamento de sinistros/benefícios	(5.163.548)	(128.144)
Atualização monetária e juros	55.711	2.415
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.416.722	167.208

(*) A Circular SUSEP 596/20 dispõe sobre a criação de contas para o registro contábil da operação do Consórcio DPVAT nas empresas consorciadas, que até dezembro de 2019, eram tratados como cosseguro e a partir de 1 de janeiro de 2020, o registro das operações do Consórcio DPVAT passou a ser reconhecimento pelo resultado líquido, ocorrendo a reversão das respectivas provisões técnicas.

20.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A)	7.416.722	6.320.585
Direitos creditórios (i)	3.454.802	2.775.601
Custos de aquisição diferidos pagos	889.116	812.528
Operações com resseguradoras	104.678	113.211
Depósitos judiciais de PSL	8.141	7.644
Fundos e reservas retidos pelo IRB	2.053	2.106
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	4.458.790	3.711.090
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	2.957.932	2.609.495
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	–	326.904
Títulos de renda fixa - públicos	1.852.741	2.506.157
Quotas de fundos de investimento	1.391.536	516.730
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	3.244.277	3.022.887
Excedente (E - C - D)	286.345	86.488

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.
(ii) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

20.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Dezembro 2021
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	527,5	564,6	561,4	530,9	763,7	921,8	1.009,1	1.241,1	1.478,5
Um ano mais tarde	505,6	522,9	566,8	611,7	730,4	725,7	795,8	725,7	–
Dois anos mais tarde	489,9	552,7	584,7	673,4	738,8	754,9	812,7	–	–
Três anos mais tarde	521,3	561,1	639,0	679,5	756,3	762,4	–	–	–
Quatro anos mais tarde	526,2	614,8	650,6	693,3	762,4	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	579,5	628,6	668,9	703,5	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	583,8	647,9	682,7	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	595,1	662,9	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	605,1	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	605,1	662,9	682,7	703,5	762,4	762,4	812,7	725,7	1.478,5
Pagamentos acumulados até a data-base	(485,9)	(513,4)	(516,2)	(308,0)	(533,8)	(491,1)	(488,4)	(468,8)	–
Total	21,3	30,3	17,0	29,0	33,1	42,7	53,0	(67,4)	1.221,6
Retrocessão									1,5
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									1.480,0

20.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	314.227	271.733	267.787	224.039
Total pago no exercício	(99.387)	(92.222)	(93.147)	(91.999)
Novas constituições no exercício	148.673	134.861	83.176	81.662
Baixas da provisão por êxito	(78.727)	(75.369)	(39.189)	(37.517)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	47.890	45.847	59.649	57.105
Atualização monetária e juros (i)	50.302	48.100	41.951	38.443
Saldo final	382.978	332.950	314.227	271.733
Quantidade de processos	7.484		7.057	

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

21. OUTROS DÉBITOS

21.1 PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Gualanases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (c)	Cíveis (d)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	847.755	16.204	14.104	878.063
Constituições	–	13.398	16.497	29.895
Enc. êxito/reversões	(2.884)	(2.901)	(3.924)	(9.709)
Pagamentos	–	(3.313)	(4.809)	(8.122)
Atualização monetária	15.723	3.698	2.573	21.994
Saldo em 31 de dezembro de 2021	860.594	27.086	24.441	912.121
Quantidade de processos	14	496	403	913

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS (i)	489.560	480.756
Processos com adesão ao REFIS (ii)	336.124	330.223
Outras	34.910	36.776
	860.594	847.755

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, há ação movida pela Porto Cia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) Outros tributos

A Companhia mantém discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxas Municipais; (iii) Imposto sobre Serviços - ISS; e (iv) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

(b) Contingências fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. As principais referem-se à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 287.572 (R$ 195.274 de possível impacto no lucro líquido); (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 161.489 (R$ 113.957 de possível impacto no lucro líquido); e (iii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 137.990 (R$ 100.179 de possível impacto no lucro líquido).

(c) Provisão para processos e contingências trabalhistas

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 3.434 (R$ 3.081 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) Provisão para processos e contingências cíveis

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 170.574 (R$ 143.450 em dezembro de 2020), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

21.2 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO (*)

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021	218.184	(94.587)	123.597
Baixas/cancelamentos de contratos	11.843	–	11.843
Apropriação dos juros	–	13.306	13.306
Pagamentos	(23.900)	–	(23.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	206.127	(81.281)	124.846
Circulante			20.081
Não circulante			104.765

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma CPC 06 (R2) ocorreu em 1/1/2021, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma (vide nota explicativa nº 2.2).

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 2.2).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 2.664.441, dividido em 583.686.532 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As AGEs realizadas em 30 de abril de 2021 e 27 de agosto de 2021, deliberaram aumento de capital social no montante de R$ 30.000 e R$ 250.000, respectivamente, aprovados pela SUSEP em 20 de julho de 2021 e 19 de dezembro de 2021, respectivamente.

A AGE de 29 de outubro de 2021 deliberou aumento de capital no montante de R$ 112.000, e aguarda aprovação pela SUSEP.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.2).

(c) Reservas de reavaliação

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período no montante de R$ 2.799 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.496 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 377.854 (R$ 331.742 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Reservas estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 1.835.131 (R$ 1.290.841 em 31 de dezembro de 2020).

O montante de R$ 36.612 apresentado na DMPL em "Ajustes de exercícios anteriores - controladas" refere-se a reversão integral da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) da controlada Porto Vida, em razão da utilização da Mais Valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, os quais estão reconhecidos em "mantidos até o vencimento", nos termos do § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

(iii) Outras reservas

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R$ 10.133 em 2014 e R$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 05 de fevereiro de 2021 e 29 de junho de 2021, a distribuição de dividendos intermediários no total de R$ 123.906 à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 156.486 (R$ 142.377 em dezembro de 2020), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	922.246	998.303
(–) Reserva legal - 5%	(46.112)	(49.915)
Realização da reserva de reavaliação	2.799	1.496
Lucro básico para determinação do dividendo	878.933	949.884
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	219.733	237.471
JCP distribuído - líquido (*)	156.486	142.377
Complemento dividendos mínimos obrigatórios	63.247	9.094
Dividendos intermediários	–	86.000
Total de dividendos e JCP	219.733	237.471
Total por ação (R$)	0,37646	0,44562

(*) Em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 184.102 destacado na DMPL, está incluso R$ 27.616, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR) (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	4.784.062
(+/-) Ajustes contábeis	(3.116.567)
Participações societárias	(1.519.376)
Despesas antecipadas	(90.077)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(233.193)
Ativos intangíveis	(1.255.365)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(18.556)
(+/-) Ajustes associados a variação dos valores econômicos	914.514
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(17.613)
Superavit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	932.127
PLA de nível 1	912.592
PLA de nível 2	932.127
PLA de nível 3	737.291
(–) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(771.648)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.810.362
Capital base (I)	15.000
Capital de risco (II)	1.795.540
Capital de risco de subscrição	1.583.975
Capital de risco de mercado	249.084
Capital de risco de crédito	130.198
Capital de risco operacional	61.271
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(228.988)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	1.795.540
Suficiência de capital	14.822

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

(g) Remuneração em ações (i)

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações de sua Controladora Porto Seguro S.A. elegíveis aos diretores estatutários da Companhia como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;

ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;

iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e

iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos diretores, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Controladora Porto Seguro S.A., as quais apenas serão transferidas/outorgadas aos diretores após o período de "vesting" (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumprida todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	4.810	1.309
Diferimento de "vesting" do período	8.924	4.657
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	–	(1.156)
Saldo final	13.734	4.810
Valor de mercado médio ponderado (R$)	52,06	59,95

	Quantidade Dezembro de 2021	Quantidade Dezembro de 2020
Saldo inicial	83.542	25.800
Diferimento de "vesting" do período	158.106	74.593
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	–	(16.850)
Saldo final	241.649	83.542

23. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

Dezembro de 2021	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	4.829.850	4.541.012	55,1	25,7
Resp. civil facultativa veículos	1.400.009	1.355.374	48,1	20,2
Demais - Automóveis	901.976	835.864	21,5	20,4
Fiança locatícia	721.810	426.991	35,9	24,6
Compreensivo empresarial	597.518	542.537	32,9	29,8
Vida individual e grupo	577.121	550.101	67,3	30,7
Compreensivo residencial	413.540	387.879	38,2	31,4
Demais - vida	378.508	367.106	32,5	29,2
Demais - patrimonial	300.982	271.543	33,7	20,7
Demais - transportes	197.792	190.536	25,7	23,6
Demais - rural	29.820	50.565	171,4	11,8
Demais ramos	259.134	226.403	22,9	26,6
	10.608.060	9.745.911	47,0	25,1

Dezembro de 2020	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	4.379.620	4.476.843	47,0	25,8
Resp. civil facultativa veículos	1.312.999	1.286.047	46,3	20,5
Demais - automóveis	752.044	656.399	20,5	20,3
Fiança locatícia	627.071	399.490	47,9	25,7
Compreensivo empresarial	519.000	510.987	53,0	29,6
Vida individual e grupo	512.427	489.028	47,0	32,1
Compreensivo residencial	371.509	361.631	35,0	31,3
Demais - vida	348.353	344.964	36,3	34,0
Demais - patrimonial	241.342	222.086	31,3	20,2
Demais - transportes	157.842	157.255	24,9	23,2
Demais - rural	61.292	38.732	53,8	12,3
Demais ramos	214.710	204.345	22,9	25,1
	9.498.209	9.147.807	43,2	25,5

24. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2021 Bruto de resseguro	Dezembro de 2021 Líquido de resseguro	Dezembro de 2020 Bruto de resseguro	Dezembro de 2020 Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(827.387)	(839.280)	(325.064)	(294.610)
Provisão de riscos não expirados	(30.451)	(30.451)	(25.543)	(25.543)
Outras provisões	(4.311)	(4.311)	205	205
	(862.149)	(874.042)	(350.402)	(319.948)

25. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Sinistros avisados - ADM	(4.530.714)	(3.553.356)
Porto Socorro	(557.778)	(488.539)
Sinistros avisados - JUD	(85.857)	(164.293)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	12.141	(74.227)
Ressarcimentos	224.156	164.109
Salvados	697.641	439.151
Outras despesas com sinistros (*)	(343.786)	(277.899)
	(4.584.197)	(3.955.054)

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

26. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios retidos	(2.519.993)	(2.306.921)
Outras despesas de comercialização	(74.936)	(78.855)
Variação das despesas de comercialização diferidas	153.313	55.003
	(2.441.616)	(2.330.773)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) e as despesas de comercialização não diferidas.

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Assistência	(76.965)	(75.613)
Cobrança	(34.359)	(38.532)
Benefícios concedidos a segurados	(29.912)	(40.884)
Encargos sociais	(29.861)	(27.626)
Dispositivo antifurto	(7.598)	(13.103)
Honorários advocatícios	(5.556)	(7.959)
Provisão para redução ao valor recuperável	5.823	(22.239)
Provisões cíveis	(13.714)	(5.438)
Outras	(28.670)	(5.477)
	(220.812)	(236.871)

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.339.034)	(1.161.758)
Serviços de terceiros	(546.861)	(421.142)
Localização e funcionamento	(334.899)	(365.590)
Publicidade	(76.789)	(67.572)
Programa Meu Porto Seguro (i)	(48.843)	(51.371)
Donativos e contribuições	(25.943)	(32.884)
Despesas recuperadas (ii)	711.879	640.294
Outras	(23.445)	(40.620)
	(1.683.935)	(1.500.593)

(i) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, que teve início no 2º Semestre de 2020, iniciativa que ofereceu até o momento 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação, em todo o Brasil, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, ou que já estavam desempregadas ou ainda, em busca do primeiro emprego em todo o Brasil.

(ii) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 31).

29. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS	(211.540)	(226.475)
PIS	(34.375)	(36.824)
Outras	(9.532)	(12.623)
	(255.447)	(275.922)

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Juros de títulos disponíveis para a venda	268.198	256.808
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	121.555	193.698
Operações de seguros	58.688	82.004
Variações monetárias dos depósitos judiciais	13.465	11.508
Outras	44.427	29.564
Total de receitas financeiras	506.333	573.582
Operações de seguros	(55.711)	(54.877)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(27.261)	(5.529)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(83.001)	(7.419)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(2.037)	(1.434)
Outras	(30.074)	(13.779)
Total de despesas financeiras	(198.084)	(83.038)
Resultado financeiro	308.249	490.544

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto Seguro;

(ii) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde pela utilização da estrutura física;

(iii) Aluguéis dos prédios cobrados pela controlada Porto Vida;

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da controlada Porto Saúde;
(v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;
(vi) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;
(vii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
(viii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
(ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(x) Prestação de serviços de telecomunicações pela Porto Conecta.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Portoseg	981.466	737.248
Azul Seguros	31.437	36.661
Porto Saúde	10.696	7.233
Porto Atendimento	8.692	7.289
Porto Consórcio	4.888	4.566
Itaú Auto e Residência	3.812	3.916
Porto Vida	2.538	2.365
Demais	8.235	9.238
	1.051.763	808.516

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado				
Azul Seguros	354.963	338.529	–	–
Porto Saúde	107.947	93.671	107.630	101.065
Portoseg	109.221	89.558	7.299	6.158
Porto Atendimento	91.082	101.018	95.635	65.401
Porto Consórcio	51.521	51.039	–	–
Itaú Auto e Residência	42.129	39.630	–	–
Porto Vida	27.722	28.426	–	2.214
Serviços Médicos e Porto Saúde Ocupacional	17.179	22.316	2.163	593
Proteção e Monitoramento	6.941	12.613	201	1.020
Demais	68.956	58.632	23.457	18.724
	877.661	835.432	236.385	195.175

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros - administradores	64.959	56.711
Honorários de diretoria e encargos	20.806	24.162
	85.765	80.873

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

32.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2021, os planos contavam com cerca de 4,4 mil (4,2 mil em dezembro de 2020) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 16.991 em dezembro de 2021 (R$ 15.920 em dezembro de 2020).

32.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	49.509	54.203
Custo dos benefícios	2.731	2.939
Custo de juros	3.554	3.551
Benefícios pagos	(7.484)	(2.180)
Ganho/Perda sobre a obrigação atuarial	(1.507)	(9.004)
Outros	19.513	–
Saldo final do passivo	66.316	49.509

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2021, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,19%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	4,17%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	4,17%

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Relatório Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição acionária (*)

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Diretor Presidente
MARCELO BARROSO PICANÇO – Diretor Vice-Presidente - Seguros
CELSO DAMADI – Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos
LENE ARAÚJO DE LIMA – Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA – Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO – Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros e Serviços
FABIO OHARA MORITA – Diretor Técnico
JAIME SOARES BATISTA – Diretor Produto Automóvel
CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM – Diretor de Produto - Seguros de Pessoas
MARCOS ROGÉRIO SIRELLI – Diretor de Tecnologia da Informação
MARCELO ZORZO – Diretor
EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL – Diretora de Produção
LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES – Diretor de Atendimento
MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA – Diretor de Serviços
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES – Diretora Jurídica e Riscos
CAROLINA HELENA ZWARG – Diretora de Pessoas e Sustentabilidade
JARBAS DE MEDEIROS BACIANO – Diretor de Produto - Ramos Elementares
RAFAEL VENEZIANI KOZMA – Diretor de Controladoria
TIAGO VIOLIN – Diretor Financeiro
LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA – Diretor de Marketing
LUIZ VICENTE GUARANHA LA PENTA – Diretor de Precificação
SAMI FOGUEL – Diretor Vice-Presidente
IZAK RAFAEL BENADERET – Diretor
NELSON SANTOS AGUIAR – Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR e IBNeR - Notas 2.16, 20)	
A Companhia possui obrigações decorrentes de seus contratos de seguros que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e (iii) sinistros a liquidar (PSL). A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial. Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de contratos de seguros da Companhia. Efetuamos também, a reconciliação dos registros de sinistros, utilizados nos cálculos das provisões técnicas, com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada. Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas, efetuamos procedimentos para observar a consistência das metodologias de cálculo e suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais, bem como a razoabilidade das principais premissas atuariais de sinistros incorridos consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL. Também, realizamos testes de consistência históricos, bem como recálculo independente do IBNR e do IBNeR. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação	
A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.	Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo, 1.400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil - 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2021 R$ 3.710,4 milhões, com aumento de R$ 432,4 milhões ou 13,2% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,3%, com aumento de 0,1 ponto percentual em relação ao ano anterior. Mesmo com um leve aumento, cabe destacar que o modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 173,2 milhões, redução de R$ 20,1 milhões ou 10,4% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho negativo das alocações em renda variável, embora as alocações em títulos indexados à inflação tenham contribuído positivamente.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 96,8%, aumento de 7,6 pontos percentuais em relação ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 92,2%, aumento de 8,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem, principalmente do aumento de 7,8 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 182,2 milhões, registrando redução de R$ 141,3 milhões ou 43,7% em relação a 2020. O lucro por ação foi de R$ 105.782 em 2021 e R$ 228.116 em 2020.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		2.020.356	1.677.761
Disponível		43.121	42.703
Caixa e bancos		43.121	42.703
Equivalentes de caixa	6	17.094	4.606
Aplicações	7	212.250	110.815
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.295.870	1.133.333
Prêmios a receber	8.1	1.295.870	1.133.333
Outros créditos operacionais		13.382	16.624
Ativos de resseguro - provisões técnicas	17.1	4.879	3.922
Títulos e créditos a receber		11.563	2.475
Títulos e créditos a receber		289	563
Créditos tributários e previdenciários	9.1	10.946	1.690
Outros créditos		328	222
Outros valores e bens	11	57.646	38.704
Bens à venda	11.1	48.261	33.816
Outros valores		9.385	4.888
Despesas antecipadas		4.347	3.345
Custos de aquisição diferidos	12	360.204	321.234
Seguros		360.204	321.234
Não circulante		1.752.138	1.604.149
Realizável a longo prazo		1.417.545	1.284.560
Aplicações	7	1.199.561	1.123.038
Títulos e créditos a receber		189.087	144.254
Créditos tributários e previdenciários	9.2.1	101.952	52.056
Depósitos judiciais e fiscais	10	83.686	88.153
Outros créditos		3.449	4.045
Outros valores e bens	11	27.946	17.013
Despesas antecipadas		919	255
Custos de aquisição diferidos	12	32	–
Seguros		32	–
Investimentos		49.812	44.235
Participações societárias		137	215
Imóveis destinados à renda		49.675	44.020
Imobilizado	13	244.683	248.375
Imóveis de uso próprio		238.087	243.804
Bens móveis		6.596	4.553
Outras imobilizações		–	18
Intangível		40.098	26.979
Outros intangíveis		40.098	26.979
Total ativo		3.772.494	3.281.910

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		2.533.207	2.243.570
Contas a pagar		176.290	168.446
Obrigações a pagar	14.1	63.891	65.482
Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	101.012	88.263
Encargos trabalhistas		4.735	4.175
Impostos e contribuições		5.173	8.399
Outras contas a pagar		1.479	2.127
Débitos de operações com seguros e resseguros		65.854	64.017
Prêmios a restituir		198	196
Corretores de seguros e resseguros	15	57.515	55.495
Outros débitos operacionais		8.141	8.326
Depósitos de terceiros	16	4.363	17.379
Provisões técnicas - seguros	17	2.286.740	1.993.728
Danos		2.286.512	1.993.484
Pessoas		228	244
Não circulante		288.550	264.680
Contas a pagar		42.698	35.222
Obrigações a pagar	14.1	3.536	1.520
Tributos diferidos	9.2.2	39.162	33.702
Provisões técnicas - seguros	17	176.182	154.700
Danos		175.622	153.981
Pessoas		560	719
Outros débitos		69.670	74.758
Provisões judiciais	18	69.670	74.758
Patrimônio líquido		950.737	773.660
Capital social	19 a	503.578	503.578
Aumento de capital (em aprovação)	19 a	171.000	–
Reservas de reavaliação	19 c	2.748	2.769
Reservas de lucros	19 d	325.073	253.185
Ajustes de avaliação patrimonial	19 b	(51.662)	14.128
Total do passivo e patrimônio líquido		3.772.494	3.281.910

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Reservas de lucros: Outras	Ajustes de avaliação patrimonial/ Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019		480.578	–	2.789	69.088	130.169	616	40.378	–	723.618
Pagamentos dividendos adicionais		–	–	–	–	(130.169)	–	–	–	(130.169)
Plano de pagamento em ações		–	–	–	–	–	1.699	–	–	1.699
Aumento de capital em aprovação		–	23.000	–	–	–	–	–	–	23.000
Aumento de capital aprovado		23.000	(23.000)	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de reavaliação										
Realização parcial por depreciação		–	–	(20)	–	–	–	–	20	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	16.174	–	–	(26.250)	(16.174)	(26.250)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	323.469	323.469
Destinação do lucro líquido do exercício										
Reserva legal		–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reservas estatutárias		–	–	–	–	165.608	–	–	(165.608)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (JCP)		–	–	–	–	–	–	–	(81.460)	(81.460)
Dividendos JCP intermediários		–	–	–	–	–	–	–	(80.247)	(80.247)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020		503.578	–	2.769	85.262	165.608	2.315	14.128	–	773.660
Pagamentos dividendos adicionais		–	–	–	–	(65.000)	–	–	–	(65.000)
Plano de pagamento em ações		–	–	–	–	–	3.058	–	–	3.058
Aumento de capital em aprovação:										
AGE de 30 de agosto de 2021	19 a	–	20.000	–	–	–	–	–	–	20.000
AGE de 29 de outubro de 2021	19 a	–	100.000	–	–	–	–	–	–	100.000
AGE de 28 de dezembro de 2021	19 a	–	51.000	–	–	–	–	–	–	51.000
Reserva de reavaliação										
Realização parcial por depreciação	19 c	–	–	(21)	–	–	–	–	21	–
Ajustes de avaliação patrimonial	19 b	–	–	–	–	–	–	(65.790)	–	(65.790)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	182.156	182.156
Destinação do lucro líquido do exercício										
Reserva legal	19 d(i)	–	–	–	9.108	–	–	–	(9.108)	–
Reservas estatutárias	19 d(ii)	–	–	–	–	124.722	–	–	(124.722)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	19 e	–	–	–	–	–	–	–	(14.488)	(14.488)
Juros sobre capital próprio	19 e	–	–	–	–	–	–	–	(33.859)	(33.859)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021		503.578	171.000	2.748	94.370	225.330	5.373	(51.662)	–	950.737

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios emitidos	20	3.710.398	3.277.979
Variações das provisões técnicas de prêmios	21	(200.119)	(55.179)
Prêmios ganhos	20	3.510.279	3.222.800
Sinistros ocorridos	22	(2.100.864)	(1.674.591)
Custos de aquisição	23	(811.732)	(723.379)
Outras receitas e despesas operacionais	24	(87.188)	(98.389)
Resultado com resseguro		(5)	(243)
Despesa com resseguro		(5)	(243)
Despesas administrativas	25	(327.539)	(298.065)
Despesas com tributos	26	(70.168)	(81.206)
Resultado financeiro	27	173.206	193.316
Resultado patrimonial		7.797	2.392
Resultado operacional		293.786	542.725
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		677	(1.537)
Resultado antes dos impostos e participações		294.463	541.188
Imposto de renda	9.3	(52.784)	(120.527)
Contribuição social	9.3	(32.255)	(73.763)
Participações sobre o lucro		(27.268)	(23.429)
Lucro líquido do exercício		182.156	323.469
Quantidade de ações		1.722	1.418
Lucro líquido por ação - R$		105.782	228.116

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	182.156	323.469
Outros resultados abrangentes	(65.790)	(26.250)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(107.795)	(44.300)
Efeitos tributários	43.118	17.720
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(1.855)	550
Efeitos tributários	742	(220)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	116.366	297.219

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	182.156	323.469
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	9.504	8.972
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	5.464	12.698
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(425)	2.973
Resultado de equivalência patrimonial	78	62
Outros ajustes	(5.657)	173
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(177.958)	226.184
Créditos das operações de seguros e resseguros	(168.001)	(161.489)
Ativos de resseguro	(957)	(381)
Créditos fiscais e previdenciários	(15.598)	(2.720)
Ativo fiscal diferido	(43.554)	(6.604)
Depósitos judiciais e fiscais	4.467	(13.702)
Despesas antecipadas	(1.666)	(1.217)
Custos de aquisição diferidos	(39.002)	(21.063)
Outros ativos	(25.869)	10.760
Impostos e contribuições	95.927	203.250
Outras contas a pagar	18.506	(20.947)
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.837	(13.257)
Depósitos de terceiros	(13.016)	15.342
Provisões técnicas - seguros e resseguros	314.494	(88.077)
Provisões judiciais	(5.088)	12.660
Outros passivos	(65.790)	(26.250)
Caixa líquido gerado nas operações	69.852	460.826
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1	11
Imposto sobre o lucro pago	(99.153)	(206.816)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(29.300)	254.021
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	3.456	3.055
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(4.307)	(1.991)
Intangível	(17.654)	(12.176)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(18.505)	(11.112)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	171.000	23.000
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(113.347)	(271.877)
Outros	3.058	1.699
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	60.711	(247.178)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	12.906	(4.269)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	47.309	51.578
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	60.215	47.309

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios da Companhia por segmento de atuação:

Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2021 R$ 2.441,4 milhões, aumento de R$ 254,3 milhões ou 11,6% sobre os R$ 2.187,1 milhões no mesmo período de 2020. Adicionalmente, a sinistralidade foi de 59,9%, um aumento de 11,0 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. O seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos, e a Companhia segue focada no lançamento de produtos mais acessíveis e processos de vendas mais simples, que permitam aumentar a competitividade.

Nos demais produtos e nas demais linhas das demonstrações financeiras não registramos até o fechamento do exercício oscilações significativas em termos de resultado e patrimoniais.

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2016 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 7.209, sendo parte em reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados às incertezas que existiam no passado sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R$ 758 em 2016 e R$ 934 em 2017 e benefícios tributários referentes a despesas dos projetos incorridas nos montantes de R$ 1.192 em 2018, R$ 2.149 em

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2019 e R$ 2.176 em 2020. Em complemento, a Companhia reconheceu o montante de R$ 3.954 referente ao exercício corrente de 2021.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos; e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 07 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento do exterior.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.6 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.6.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

2.6.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.6.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.7 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.8 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

2.9 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.10 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

2.11 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

2.12 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período.

2.13 ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

2.14 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos.

2.15 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

2.15.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utilizam-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplicam-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não são aplicados os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até a data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.15.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo) conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando premissas realistas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios do período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período para transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.16 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição e reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.14.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.17.2 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 2.462.922.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.6.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 2.774.094 para os quais existem R$ 6.198 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, segundo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 69.670, para as quais existem R$ 83.686 em depósitos judiciais.

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 101.952 (ativo) e R$ 39.162 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que decorrente da pandemia do COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Companhia, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos

Para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 96,1% (96,6% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber

É a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

Adicionalmente, dado as características dos papéis dos títulos de valores mobiliários, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada, sua liquidez pode ser considerada imediata.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	105.915	–	75.494	–
Fluxo de 1 a 30 dias	295.552	316.286	261.184	244.997
Fluxo de 2 a 6 meses	764.400	1.056.709	677.328	815.013
Fluxo de 7 a 12 meses	171.951	391.374	148.373	372.809
Fluxo acima de 1 ano	1.441.550	176.871	1.132.770	119.059
	2.779.368	1.941.240	2.295.149	1.551.878

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM)	84,9%	90,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	10,6%	6,2%
Ações	1,6%	1,6%
Prefixados	1,7%	0,5%
Outros	1,2%	1,2%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 nos termos da Instrução CVM nº 02/2020 e posteriores:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(82.988)
	+ 25 b.p.	(42.862)
	+ 10 b.p.	(17.489)
	- 10 b.p.	17.489
	- 25 b.p.	42.862
	- 50 b.p.	82.988
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(16.353)
	+ 25 b.p.	(8.793)
	+ 10 b.p.	(4.063)
	- 10 b.p.	4.063
	- 25 b.p.	8.793
	- 50 b.p.	16.353
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(655)
	+ 25 b.p.	(546)
	+ 10 b.p.	(437)
	- 10 b.p.	437
	- 25 b.p.	546
	- 50 b.p.	655
Ações	+ 34%	494
	+ 17%	247
	+ 9%	124

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio

Gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão

Gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.14.2).

(c) Risco de retenção

Gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros

Gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.14.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	66,1%	66,4%
Região Sul	14,2%	14,4%
Região Nordeste	12,2%	12,1%
Região Centro-Oeste	5,9%	5,6%
Região Norte	1,6%	1,6%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(279.584)	(199.515)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(217.204)	(139.554)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 19 (f).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	17.094	4.606
	17.094	4.606

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Adicionalmente, contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

7. APLICAÇÕES

7.1. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros	146	–	146	–	–	–
Fundos exclusivos						
LFTs	157.039	–	157.039	68.308	–	68.308
Ações de companhias abertas	24.019	–	24.019	19.351	–	19.351
Cotas de fundos	16.802	–	16.802	13.439	–	13.439
Letras financeiras - privadas	–	7.031	7.031	–	4.079	4.079
Debêntures	–	5.148	5.148	–	5.558	5.558
NTNs - B	–	–	–	80	–	80
Outros	–	2.211	2.211	–	–	–
	197.860	14.390	212.250	101.178	9.637	110.815
	198.006	14.390	212.396	101.178	9.637	110.815
Circulante			212.250			110.815
Não circulante			146			–
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			15%			9%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria (i)		
NTNs - B	1.065.484	1.100.018
	1.065.484	1.100.018
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	75%	89%

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 1.150.182 (R$ 1.076.920 em dezembro de 2020).

7.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	133.931	23.020
	133.931	23.020
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	9%	2%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 125.101 (R$ 23.471 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	1.238.459	1.472.375
Aplicações	1.107.224	3.310.724
Resgates	(961.146)	(3.667.791)
Rendimentos	152.163	167.451
Ajuste a valor de mercado	(107.795)	(44.300)
Saldo final	1.428.905	1.238.459

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da companhia:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo circulante (*)	3.085.840	2.777.779
Passivo circulante	2.533.207	2.243.570
Índice de liquidez corrente	1,22	1,24

(*) Total de ativo circulante, somado ao fundo exclusivo para cobertura de reserva técnica classificado como "Título disponível para venda no longo prazo" no montante de R$ 1.065.484 que a Companhia considera ter liquidez imediata.

7.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	9,13	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	2,74	2,28
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,18	0,09
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	1,94	1,93

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóveis	858.716	(4.067)	854.649	735.960	(2.681)	733.279
Resp. Civil facultativa - RCF	293.089	(1.740)	291.349	263.315	(777)	262.538
Assistência e outras coberturas - Auto	150.263	(391)	149.872	137.565	(49)	137.516
	1.302.068	(6.198)	1.295.870	1.136.840	(3.507)	1.133.333

8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer	1.162.955	1.039.718
Vencidos de 1 a 30 dias	108.016	77.931
Vencidos 31 a 60 dias	25.226	17.330
Vencidos 61 a 120 dias	4.133	1.034
Acima de 120 dias	1.738	827
	1.302.068	1.136.840
Redução ao valor recuperável	(6.198)	(3.507)
	1.295.870	1.133.333

8.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	1.133.333	984.402
Prêmios emitidos	3.947.822	3.482.784
IOF	277.536	246.518
Adicional de fracionamento	34.163	38.811
Prêmios cancelados	(211.116)	(183.162)
Recebimentos	(3.883.177)	(3.432.951)
Provisão para riscos de créditos	(2.691)	(3.069)
Saldo final	1.295.870	1.133.333

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	3.507	438
Provisões constituídas	52.895	19.401
Reversões e baixas	(50.204)	(16.332)
Saldo final	**6.198**	**3.507**

8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	1 a 4	48%	51%
Automóvel	5 a 10	52%	49%

9. TRIBUTOS

9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i) (ii)	101.952	52.056
Imposto de renda	10.916	1.659
Outros	30	31
	112.898	53.746
Circulante	10.946	1.690
Não circulante	101.952	52.056

(i) Vide nota explicativa nº 9.2.3.
(ii) Vide nota explicativa nº 9.2.1.

9.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	43.797	–	43.797
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	19.487	6.343		25.830
Provisão para riscos de créditos e redução ao valor recuperável de salvados	10.256	1.422	–	11.678
Provisões não dedutíveis	5.767	3.122	(1.452)	7.437
Provisão para obrigações legais - PIS, COFINS e INSS	6.465	–	–	6.465
Provisão de participação de lucros	7.274	24	(3.324)	3.974
Provisão fiscal - outras	2.034	9	–	2.043
Provisão para processos judiciais	773	229	(274)	728
	52.056	54.946	(5.050)	101.952

9.2.2 PASSIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Natureza				
IR e CS diferidos s/propriedade para investimento	14.619	2.262	–	16.881
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	9.239	7.408	(6.729)	9.918
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	7.206	3.543	(1.007)	9.742
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis	2.638	–	(17)	2.621
	33.702	13.213	(7.753)	39.162

9.2.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	64.708
2023	35.636
2024	216
2025	61
2026	1.146
Após 2026	185
Total - ativo	**101.952**
Valor presente (*)	**94.534**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia de dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	294.463	541.188
(–) Participações nos resultados	(27.268)	(23.429)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**267.195**	**517.759**
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	**(106.878)**	**(207.104)**
Juros sobre o capital próprio	13.543	12.351
Inovação tecnológica (ii)	11.163	–
Incentivos fiscais	2.412	5.135
Outros	(5.279)	(4.672)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**21.839**	**12.814**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(85.039)**	**(194.290)**
Taxa efetiva (D/A)	**31,8%**	**37,5%**

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

(ii) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.2.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (*)	31.040	30.683
Programa de Integração Social (PIS) (*)	15.913	15.838
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	14.499	14.287
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	6.377	6.240
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços	6.341	6.207
INSS - autônomos (*)	2.416	6.365
Outros depósitos cíveis, fiscais e trabalhistas	7.100	8.533
	83.686	88.153

(*) Vide nota explicativa nº 18(a).

11. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Bens à venda - salvados (i)	60.756	44.389
Direito a salvados - estimado (ii)	23.817	9.926
Almoxarifado	1.019	1.402
	85.592	55.717
Circulante	57.646	38.704
Não circulante	27.946	17.013

(i) Vide nota explicativa nº 11.1. (ii) Vide nota explicativa nº 11.2.

11.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Permanência até 30 dias	14.820	12.509
Permanência de 31 a 60 dias	21.166	14.991
Permanência de 61 a 120 dias	15.384	11.120
Permanência de 121 a 365 dias	16.626	15.230
Permanência acima de 365 dias	16.365	11.396
	84.361	65.246
Redução ao valor recuperável (*)	(23.605)	(20.857)
	60.756	44.389
Circulante	48.261	33.816
Não circulante	12.495	10.573

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

11.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis.

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	8.879	8,5%	3.366	9,1%
2º mês	3.904	51,4%	1.916	52,7%
3º mês	1.696	21,3%	1.149	20,4%
4º mês	1.134	6,9%	717	6,6%
5º mês	909	4,0%	446	4,2%
6º mês	760	2,1%	310	2,1%
7º mês	667	1,3%	226	1,4%
8º mês	602	0,8%	189	0,8%
9º mês	544	0,6%	160	0,5%
10º mês	490	0,5%	142	0,4%
11º mês	440	0,3%	128	0,3%
12º mês	407	0,3%	117	0,2%
13º ao 18º mês	1.679	1,1%	519	0,8%
19º ao 24º mês	928	0,6%	336	0,3%
25º ao 30º mês	601	0,2%	167	0,1%
31º ao 36º mês	177	0,1%	38	0,1%
	23.817	100,0%	9.926	100,0%
Circulante	8.366		3.486	
Não circulante	15.451		6.440	

12. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Automóvel	360.236	321.234
	360.236	321.234
Circulante	360.204	321.234
Não circulante	32	–

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2020.

12.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	321.234	300.171
Constituição	707.236	613.784
Apropriação para despesa	(668.234)	(592.721)
Saldo final	360.236	321.234

13. IMOBILIZADO

	Saldo residual em Dezembro de 2020	Movimentações: Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Dezembro de 2021: Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Terrenos	123.247	–	(1.975)	–	–	121.272	–	121.272	–
Edificações (*)	120.557	39	(971)	(2.828)	17	140.597	(23.782)	116.815	2,0
Imóveis de uso	**243.804**	**39**	**(2.946)**	**(2.828)**	**17**	**261.869**	**(23.782)**	**238.087**	–
Informática	2.891	4.197	(4)	(1.807)	–	17.527	(12.251)	5.276	20,0
Móveis máq. e utensílios	853	1	(76)	(131)	–	3.127	(2.480)	647	10,0
Outras imobilizações	809	70	(5)	(201)	–	2.753	(2.080)	673	10,0 a 50,0
Bens móveis de uso	**4.553**	**4.268**	**(85)**	**(2.139)**	–	**23.407**	**(16.811)**	**6.596**	–
Outras imobilizações	18	–	–	(2)	(16)	–	–	–	–
Outras imobilizações	**18**	–	–	**(2)**	**(16)**	–	–	–	–
	248.375	4.307	(3.031)	(4.969)	1	285.276	(40.593)	244.683	–

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14. CONTAS A PAGAR

14.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Transações com partes relacionadas (*)	35.977	36.675
Participação nos lucros a pagar	23.758	26.467
Provisão de benefícios a empregados	3.536	1.520
Outras obrigações	4.116	2.340
	67.387	67.002
Circulante	63.851	65.482
Não circulante	3.536	1.520

(*) Vide nota explicativa nº 28.

14.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IOF	88.026	77.338
INSS e FGTS	2.071	2.247
Impostos sobre serviços retidos	1.626	1.102
Imposto de renda retido na fonte	1.060	1.024
Outros	8.229	6.552
	101.012	88.263

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	3.848	–	3.848
Cobrança antecipada de prêmios	496	19	515
Total 31 de dezembro de 2021	**4.344**	**19**	**4.363**
Total 31 de dezembro de 2020	**17.356**	**23**	**17.379**

17. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2021: Bruto de resseguro	Dezembro de 2021: Líquido de resseguro	Dezembro de 2020: Bruto de resseguro	Dezembro de 2020: Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.967.502	1.967.502	1.767.382	1.767.382
Sinistros e benefícios a liquidar	443.780	438.901	336.579	332.656
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	32.690	32.690	28.382	28.382
Demais provisões	18.950	18.950	16.085	16.086
Total	**2.462.922**	**2.458.043**	**2.148.428**	**2.144.506**
Circulante	2.286.740		1.993.728	
Não circulante	176.182		154.700	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa nº 2.14.2).

17.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.236.505**	**3.541**
Constituições decorrentes de prêmios	3.277.979	–
Diferimento pelo risco decorrido	(3.222.800)	–
Aviso de sinistros	1.956.934	(241)
Pagamento de sinistros/benefícios	(1.932.281)	(2)
Atualização monetária e juros	13.504	624
Outras (constituição/reversão) (*)	(181.413)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.148.428**	**3.922**
Constituições decorrentes de prêmios	3.710.398	–
Diferimento pelo risco decorrido	(3.510.279)	–
Aviso de sinistros	2.532.793	(5)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.436.623)	(14)
Atualização monetária e juros	18.205	976
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.462.922**	**4.879**

(*) A Circular SUSEP 596/20 dispõe sobre a criação de contas para o registro contábil da operação do Consórcio DPVAT nas empresas consorciadas, que até dezembro de 2019, eram tratados como cosseguro e a partir de 1º de janeiro de 2020, o registro das operações do Consórcio DPVAT passou a ser reconhecido no resultado líquido, ocorrendo a reversão das respectivas provisões técnicas.

17.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A)	**2.462.922**	**2.148.428**
Direitos creditórios (i)	1.070.288	957.371
Custos de aquisição diferidos pagos	309.834	150.415
Operações com resseguradoras	4.879	3.922
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**1.385.001**	**1.111.708**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**1.077.921**	**1.036.720**
Necessidade de ativos líquidos (II) (D)	–	**135.436**
Títulos de renda fixa - públicos	1.065.484	1.100.018
Quotas de fundos de investimento	153.434	138.119
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**1.218.918**	**1.238.137**
Excedente (E - C - D)	**140.997**	**65.981**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

(ii) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

17.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Dezembro 2021
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	193,7	220,2	236,1	264,9	299,3	302,3	332,9	364,2	476,5
Um ano mais tarde	179,0	215,0	230,2	265,1	256,3	285,9	315,5	277,5	–
Dois anos mais tarde	189,6	227,9	252,1	251,5	279,8	296,6	307,1	–	–
Três anos mais tarde	193,5	254,7	238,0	271,9	286,0	291,6	–	–	–
Quatro anos mais tarde	223,8	240,4	257,1	274,8	283,3	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	211,7	258,1	258,7	272,4	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	229,0	258,6	256,6	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	228,6	257,3	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	228,5	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	228,5	257,3	256,6	272,4	283,3	291,6	307,1	277,5	476,5
Pagamentos acumulados até a data-base	(204,5)	(228,7)	(221,9)	(230,4)	(233,5)	(233,3)	(236,3)	(188,4)	–
Total	3,8	4,6	6,1	7,3	7,8	8,5	12,5	18,3	387,4
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									476,5

17.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021: Bruto de resseguro	Dezembro de 2021: Líquido de resseguro	Dezembro de 2020: Bruto de resseguro	Dezembro de 2020: Líquido de resseguro
Saldo inicial	73.324	69.416	61.894	58.367
Total pago no exercício	(26.561)	(26.547)	(24.636)	(24.636)
Novas constituições no exercício	1.304	1.304	1.995	1.995
Baixas da provisão por êxito	(978)	(978)	(10.597)	(10.597)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	23.526	22.555	32.288	31.907
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	18.053	18.053	12.380	12.380
Saldo final	88.668	83.803	73.324	69.416
Quantidade de processos	2.502		2.310	

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

18. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (c)	Cíveis (d)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	71.876	779	2.103	74.758
Constituições	–	–	787	787
Enc. êxito/reversões	(1.876)	(332)	4	(2.204)
Pagamentos (*)	(4.054)	–	(513)	(4.567)
Atualização monetária	953	(353)	296	896
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.899	94	2.677	69.670
Quantidade de processos	18	5	86	109

(*) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(V)).

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (I)	31.263	30.900
PIS (II)	14.448	16.153
REFIS (V)	11.001	10.839
INSS - autônomos (III)	2.416	6.365
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (IV)	1.111	1.103
Outras	6.660	6.516
	66.899	71.876

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, aguarda-se cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(iii) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(iv) CSLL

A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário.

(v) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

(b) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 155.123 (R$ 100.533 de possível impacto no lucro líquido). As principais referem-se à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com o risco total estimado em R$ 98.323 (R$ 68.620 de possível impacto no lucro líquido); (ii) Discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 27.505 (R$ 15.399 de possível impacto no lucro líquido).

(c) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 40 (R$ 25 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, em dezembro de 2021, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 7.832 (R$ 8.410 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado era de R$ 674.578, dividido em 1.722 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As AGEs realizadas em 30 de agosto, 29 de outubro e 28 de dezembro de 2021 deliberaram aumento de capital social no montante de R$ 20.000, R$ 100.000 e R$ 51.000, respectivamente, e aguardam aprovação pela SUSEP.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, à variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período no montante de R$ 21 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 20 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 94.370 (R$ 85.262 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 225.330 (R$ 165.608 em 31 de dezembro de 2020).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 28.780 (R$ 26.245 em dezembro de 2020), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou entre os meses de janeiro a julho de 2021, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$ 65.000, à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação. Adicionalmente, no mês de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 12.355, à conta de dividendos antecipados do exercício.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	182.156	323.469
(–) Reserva legal - 5%	(9.108)	(16.174)
Realização da reserva de reavaliação	21	20
Lucro básico para determinação do dividendo	**173.069**	**307.315**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**43.267**	**76.829**
JCP distribuído - líquido (*)	28.779	26.245
Dividendos intermediários	14.488	110.831
Total de dividendos e JCP	**43.267**	**137.076**
Total por ação (R$)	**25,12602**	**96,66855**

(*) Em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 33.859 destacado na DMPL, está incluso R$ 5.079, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR) (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**950.737**
(+/–) Ajustes contábeis	**(45.501)**
Participação em sociedades	(137)
Despesas antecipadas	(5.266)
Ativos intangíveis	(40.098)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**155.661**
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(4.856)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/ cont. registradas	160.517
PLA de nível 1	**536.497**
PLA de nível 2	**160.517**
PLA de nível 3	**363.884**
(–) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(248.630)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**812.268**
Capital base (I)	**15.000**
Capital de risco (II)	**768.358**
Capital de risco de subscrição	717.943
Capital de risco de mercado	48.932
Capital de risco de crédito	24.657
Capital de risco operacional	23.519
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(47.693)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**768.358**
Suficiência de capital	**43.910**

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

(g) REMUNERAÇÕES EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações de sua Controladora Porto Seguro S.A elegíveis aos diretores estatutários da Companhia como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

I) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;

II) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;

III) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e

IV) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos diretos, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Controladora Porto Seguro S.A., as quais apenas serão transferidas/outorgadas aos diretores após o período de "vesting" (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumprida todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.315	616
Diferimento de "vesting" do período	3.058	1.699
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.373	2.315
Valor de mercado médio ponderado (R$)	53,45	59,92

Quantidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	38.902	11.815
Diferimento de "vesting" do período	68.662	27.087
Saldo final	107.564	38.902

20. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

Dezembro de 2021	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	2.441.394	2.304.096	59,9	25,1
Resp. Civil Facultativa	841.967	799.680	55,3	19,1
Assistência e outras coberturas auto	427.037	406.503	68,4	19,8
	3.710.398	3.510.279	59,8	23,1

Dezembro de 2020	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	2.187.055	2.217.589	48,9	24,2
Resp. Civil Facultativa	714.428	651.270	54,6	18,3
Assistência e outras coberturas auto	376.496	353.941	66,9	19,0
	3.277.979	3.222.800	52,0	22,4

21. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2021 – Bruto de resseguro	Dezembro de 2021 – Líquido de resseguro	Dezembro de 2020 – Bruto de resseguro	Dezembro de 2020 – Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(190.173)	(190.173)	(60.566)	(60.566)
Provisão de riscos não expirados	(9.946)	(9.946)	5.387	5.387
	(200.119)	(200.119)	(55.179)	(55.179)

22. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Sinistros avisados - ADM	(2.306.109)	(1.775.477)
Porto Socorro	(196.848)	(153.985)
Sinistros avisados - JUD	(21.464)	(23.444)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(12.378)	1.565
Ressarcimentos	29.828	23.804
Salvados	464.620	315.885
Outras despesas com sinistros (*)	(58.513)	(62.849)
	(2.100.864)	(1.674.501)

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

23. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios retidos	(708.970)	(612.165)
Outras despesas de comercialização	(141.764)	(132.277)
Variação das despesas de comercialização diferidas	39.002	21.063
	(811.732)	(723.379)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) e as despesas de comercialização não diferidas.

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas com operações de seguros	4.882	4.071
Total de outras receitas	**4.882**	**4.071**
Despesas com serviços de assistência	(39.711)	(38.116)
Despesas com cobrança	(20.661)	(24.138)
Despesas com sistema de riscos	(14.455)	(18.030)
Despesas com encargos sociais	(7.478)	(7.543)
Provisão de desvalorização de salvados	(2.759)	(10.048)
Outras	(7.006)	(4.585)
Total de outras despesas	**(92.070)**	**(102.460)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(87.188)**	**(98.389)**

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas recuperadas (*)	(199.861)	(177.314)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(64.464)	(57.975)
Serviços de terceiros	(36.269)	(32.374)
Localização e funcionamento	(22.348)	(23.379)
Outras	(4.597)	(7.023)
	(327.539)	(298.065)

(*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 28).

26. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS	(58.224)	(66.454)
PIS	(7.849)	(10.775)
Outras	(4.095)	(3.977)
	(70.168)	(81.206)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Juros de títulos disponíveis para a venda	131.287	120.579
Adicional de fracionamento de prêmios	34.163	38.811
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	20.876	46.872
Outras	3.978	17.548
Total de receitas financeiras	**190.304**	**223.810**
Operações de seguros	(18.205)	(13.504)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(170)	(1.698)
Outras	1.277	(15.292)
Total de despesas financeiras	**(17.098)**	**(30.494)**
Resultado financeiro	**173.206**	**193.316**

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Cia.;

(ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento.

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Portoseg	601.971	459.973
	601.971	459.973
Passivo		
Porto Cia.	35.977	36.675
	35.977	36.675

Despesas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado		
Porto Cia	(354.963)	(338.529)
Porto Atendimento	(14.189)	(12.634)
Portoseg	(4.280)	(3.192)
Outros	(1.853)	(1.952)
	(375.285)	(356.307)

28.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Participação nos lucros - administradores	19.072	19.169
Honorários de diretoria e encargos	853	560
	19.925	19.729

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as Sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das Sociedades que integram o grupo.

(b) Composição Acionária (*)

Azul Companhia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	67,8%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	32,2%

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	100,0%

Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%

Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%

Itauseg Participações S.A.	Participação
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%

Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	50,0%
Cia. e Johnston de Participações	50,0%

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	Participação
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	12,7%
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela	12,7%
Fundação Itaú Social	11,7%
Rudric ITH S.A.	8,3%
Fundação Fahz	15,4%
Outros	39,3%

Cia. e Johnston de Participações	Participação
Pedro Moreira Salles	31,0%
Fernando Roberto Moreira Salles	31,0%
João Moreira Salles	19,0%
Walther Moreira Salles	19,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

continuação

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS - Diretor Presidente
MARCELO BARROSO PICANÇO - Diretor Vice-Presidente - Seguros
CELSO DAMADI - Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos
LENE ARAÚJO DE LIMA - Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA - Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO - Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros e Serviços
FABIO OHARA MORITA - Diretor Técnico
GILMAR PIRES RODRIGUES - Diretor de Produto - Automóvel
EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL - Diretora de Produção
LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES - Diretor de Clientes e Digital
TIAGO VIOLIN - Diretor Financeiro
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES - Diretora Jurídica e Riscos
RAFAEL VENEZIANI KOZMA - Diretor de Controladoria

BRAULIO FELICISSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588
DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Azul Companhia de Seguros Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR e IBNeR - Notas 2.14 e 17) A Companhia possui obrigações decorrentes de seus contratos de seguros que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e (iii) sinistros a liquidar (PSL). A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da Administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial. Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de contratos de seguros da Companhia. Efetuamos também, o confronto dos registros de sinistros, utilizados nos cálculos das provisões técnicas, com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada. Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas, efetuamos procedimentos para observar a consistência das metodologias de cálculo e suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais, bem como a razoabilidade das principais premissas atuariais de sinistros incorridos consideradas pela Administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL. Também, realizamos testes de consistência históricos, bem como testes quanto ao recálculo independente do IBNR e do IBNeR. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.	Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor, ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador - CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Azul Companhia de Seguros Gerais

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Azul Companhia de Seguros Gerais** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Azul Companhia de Seguros Gerais** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Serviços Profissionais Ltda.
Rua do Russel, 804
Rio de Janeiro - RJ - Brasil, 22210-907
CNPJ 02.646.397/0004-61
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

•Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2021 R$ 466,3 milhões, redução de R$ 11,6 milhões ou 2,4% em relação ao ano anterior.

•Sinistralidade

A sinistralidade da Companhia em 2021 foi de 27,7%, aumento de 1,2 ponto percentual em relação ao ano anterior.

•Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas, tributos e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos foi de 24,3%, com aumento de 7,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

•Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 34,9 milhões, redução de R$ 28,9 milhões, ou 45,3% em relação ao ano anterior.

•Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 85,9%, aumento de 7,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 80,0%, aumento de 11,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de despesas administrativas.

•Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 60,7 milhões, redução de R$ 45,5 milhões ou 42,8% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 0,73 em 2021 e R$ 1,09 em 2020.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Segundo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa SELIC, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		536.728	594.319
Disponível		10.448	3.265
Caixa e bancos		10.448	3.265
Equivalentes de caixa	6	22.932	17.722
Aplicações	7.1	191.154	247.935
Créditos das operações com seguros e resseguros		214.227	220.318
Prêmios a receber	8	214.227	220.317
Operações com resseguradoras		–	1
Outros créditos operacionais		1.324	2.614
Ativos de resseguro - provisões técnicas	14.1	671	1.367
Títulos e créditos a receber		24.420	27.132
Títulos e créditos a receber		698	3.346
Créditos tributários e previdenciários	9.1	23.545	23.566
Outros créditos		177	220
Outros valores e bens		–	13
Bens à venda		–	13
Despesas antecipadas		1.786	1.545
Custos de aquisição diferidos	10	69.766	72.408
Seguros		69.766	72.408
Não circulante		170.345	180.682
Realizável a longo prazo		170.345	180.682
Aplicações	7.2	138.960	148.846
Títulos e créditos a receber		31.340	31.836
Créditos tributários e previdenciários	9.1	11.896	10.210
Depósitos judiciais e fiscais		16.784	21.626
Outros créditos		2.660	–
Ativos de resseguro - provisões técnicas	14.1	45	–
Total do ativo		707.073	775.001

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		454.479	469.976
Contas a pagar		69.319	64.249
Obrigações a pagar	11.1	39.141	11.191
Impostos e encargos sociais a recolher	11.2	18.071	19.880
Encargos trabalhistas		258	503
Impostos e contribuições		11.846	32.671
Outras contas a pagar		3	4
Débitos de operações com seguros e resseguros		69.201	72.369
Prêmios a restituir		137	271
Operações com resseguradoras		840	860
Corretores de seguros e resseguros	12	65.072	67.458
Outros débitos operacionais		3.152	3.780
Depósitos de terceiros	13	2.243	3.279
Provisões técnicas - seguros	14	313.716	330.079
Danos		313.716	330.079
Não circulante		125.637	121.242
Contas a pagar		5.391	6.221
Obrigações a pagar	11.1	139	224
Tributos diferidos	9.1.2	5.252	5.997
Provisões técnicas - seguros	14	115.073	110.115
Danos		115.073	110.115
Outros débitos		5.173	4.906
Provisões judiciais	15	5.173	4.906
Patrimônio líquido	16	126.957	183.783
Capital social		92.500	89.000
Redução de capital social (em aprovação)		–	31.000
Reservas de lucros		31.499	60.867
Ajustes de avaliação patrimonial		2.958	2.916
Total do passivo e patrimônio líquido		707.073	775.001

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios emitidos	17	466.264	477.815
Variações das provisões técnicas de prêmios	18	8.271	(2.925)
Prêmios ganhos	17	474.535	474.890
Sinistros ocorridos	19	(131.680)	(126.056)
Custos de aquisição	20	(160.475)	(162.963)
Outras receitas e despesas operacionais	21	(19.446)	(20.139)
Resultado com resseguro		(1.500)	1.344
Receita com resseguro		50	2.098
Despesa com resseguro		(1.490)	(754)
Outros resultados com resseguro		(60)	–
Despesas administrativas	22	(74.452)	(38.853)
Despesas com tributos		(21.574)	(22.395)
Resultado financeiro	23	34.867	63.741
Resultado operacional		100.275	169.969
Resultado antes dos impostos e participações		100.275	169.969
Imposto de renda	9.2	(22.942)	(39.282)
Contribuição social	9.2	(16.130)	(24.953)
Participações sobre o lucro		(554)	449
Lucro líquido do exercício		60.649	106.183
Quantidade de ações		83.058	97.792
Lucro líquido por ação - R$		0,73	1,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	60.649	106.183
Outros resultados abrangentes	42	579
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício		
Ganhos e perdas atuariais	70	965
Efeitos tributários	(28)	(386)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	60.691	106.762

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	60.649	106.183
Ajustes para:		
Depreciações	–	5
Constituição/(reversão) de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	221	(393)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros - aplicações	66.667	107.062
Créditos das operações de seguros e resseguros	5.870	(1.662)
Ativos de resseguro	651	(1.056)
Créditos fiscais e previdenciários	21	75
Ativo fiscal diferido	(1.686)	3.838
Depósitos judiciais e fiscais	4.842	339
Despesas antecipadas	(241)	(1.083)
Custos de aquisição diferidos	2.642	(684)
Outros ativos	1.334	(1.037)
Impostos e contribuições	10.508	54.201
Outras contas a pagar	24.496	(11.004)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(3.168)	(689)
Depósitos de terceiros	(1.036)	(1.200)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(11.405)	(136.840)
Provisões judiciais	267	(1.160)
Caixa consumido pelas operações		
Impostos sobre o lucro pagos	(31.333)	(31.406)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	129.299	83.489
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	–	(16)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	–	(16)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e JCP	(89.406)	(85.939)
Aumento/(redução) de capital	(27.500)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(116.906)	(85.939)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	12.393	(2.466)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.987	23.453
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33.380	20.987

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Aumento/(redução) de capital - em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019		120.000	–	46.723	439	–	167.162
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior)		–	–	(43.935)	–	–	(43.935)
Redução de capital:							–
AGE de 7 de dezembro de 2020		(31.000)	31.000	–	–	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	2.477	–	2.477
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	106.183	106.183
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		–	–	5.309	–	(5.309)	–
Reservas estatutárias		–	–	52.770	–	(52.770)	–
JCP (R$ 0,07 por ação)		–	–	–	–	(6.987)	(6.987)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,42 por ação)		–	–	–	–	(41.117)	(41.117)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		89.000	31.000	60.867	2.916	–	183.783
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior)		–	–	(47.717)	–	–	(47.717)
Aumento/(redução) de capital:							
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 548	16 a	3.500	–	–	–	–	3.500
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 7	16 a	–	(31.000)	–	–	–	(31.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	167	–	–	167
Ajustes de avaliação patrimonial	16 b	–	–	–	42	–	42
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	60.649	60.649
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	16c	–	–	3.032	–	(3.032)	–
Reservas estatutárias	16c	–	–	15.150	–	(15.150)	–
JCP (R$ 0,06 por ação)	16 d	–	–	–	–	(5.184)	(5.184)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,45 por ação)	16 d	–	–	–	–	(37.283)	(37.283)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		92.500	–	31.499	2.958	–	126.957

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 - Torre B - 2º andar, São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos em todas as regiões do país, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões e contingência para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios (vide nota explicativa nº 1) em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 7 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis (clientes)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.5.1).

(b) Determinação do valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- **Nível 2:** classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- **Nível 3:** ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.5.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

2.5.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA E MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda/mantido até o vencimento está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável.

2.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.8 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos.

2.9 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

2.9.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.9.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período de transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.10 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.11.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.9.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.11.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

2.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros (vide nota explicativa nº 9.2).

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 428.789.

3.2 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.5.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 578.103 para os quais existem R$ 382 de provisão para risco de crédito.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que em decorrência da pandemia do COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 89,8% (89,5% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	35.223	321	37.623	381
Fluxo de 0 a 30 dias	47.920	87.038	54.503	52.772
Fluxo de 2 a 6 meses	138.640	106.981	124.652	130.527
Fluxo de 7 a 12 meses	52.115	58.557	55.245	60.929
Fluxo acima de 1 ano	354.396	88.594	396.448	104.714
Total	**628.294**	**341.491**	**668.471**	**349.323**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideramos valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Pós fixados (SELIC/CDI)	47,7%	58,2%
Inflação (IPCA/IGPM)	39,4%	36,1%
Prefixados	5,6%	0,9%
Ações	4,1%	2,8%
Outros	3,2%	2,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos das Instrução CVM nº 02/2020 e posteriores:

Fator de Risco	Cenário (I)	Impacto (II)
	+ 50 b.p.	(16.080)
	+ 25 b.p.	(8.646)
Juros pré-fixados	+ 10 b.p.	(3.996)
	- 10 b.p.	3.996
	- 25 b.p.	8.646
	- 50 b.p.	16.080
	+ 50 b.p.	(8.693)
	+ 25 b.p.	(4.454)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(1.808)
	- 10 b.p.	1.808
	- 25 b.p.	4.454
	- 50 b.p.	8.693
	+ 50 b.p.	(678)
	+ 25 b.p.	(565)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(402)
	- 10 b.p.	402
	- 25 b.p.	565
	- 50 b.p.	678
	+ 34%	300
Ações	+ 17%	150
	+ 9%	75

(I) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(II) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/ SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 DANOS - RESIDÊNCIAS

A principal medida de mitigação é a inspeção prévia dos locais segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	77,4%	76,7%
Região Sul	11,7%	12,8%
Região Nordeste	4,8%	4,2%
Região Centro-Oeste	4,9%	5,0%
Região Norte	1,2%	1,3%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

Premissas Atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30 p.p.	20.676	6.882
Sinistros - aumento de 50,0%	68.135	52.716

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 17 (d).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) com vencimentos em até 3 meses. Contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

7. APLICAÇÕES

7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos Exclusivos						
LFTs	157.644	–	157.644	221.535	–	221.535
Ações de companhias abertas	14.578	–	14.578	11.745	–	11.745
Cotas de fundos	10.198	–	10.198	8.156	–	8.156
Debêntures	–	3.125	3.125	–	3.373	3.373
Outros	–	5.609	5.609	–	3.126	3.126
	182.420	8.734	191.154	241.436	6.499	247.935
Total - circulante	182.420	8.734	191.154	241.436	6.499	247.935
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			58%			62%

(*) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de títulos do tesouro, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - B	138.960	148.846
Total - não circulante (*)	138.960	148.846
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	42%	38%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 129.799 (R$ 152.430 em 31 de dezembro de 2020).

7.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	414.503	517.903
Aplicações	245.298	380.884
Resgates	(331.549)	(528.552)
Rendimentos	24.794	44.268
Saldo final	353.046	414.503

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	9,13	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs - B - IPCA	2,74	2,28
LFTs (SELIC + ágio/deságio)	0,18	0,07

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Patrimonial	214.599	(374)	214.225	220.468	(153)	220.315
Automóvel	10	(8)	2	10	(8)	2
	214.609	(382)	214.227	220.478	(161)	220.317

8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer	212.470	218.541
Vencidos de 1 a 30 dias	1.424	1.502
Vencidos de 31 a 60 dias	227	232
Vencidos de 61 a 120 dias	126	30
Vencidos acima de 120 dias	362	173
	214.609	220.478
Redução ao valor recuperável	(382)	(161)
	214.227	220.317

8.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	220.317	218.258
Prêmios emitidos	530.596	541.861
Prêmios cancelados	58.864	(56.657)
Adicional de fracionamento	55.120	55.759
IOF	44.651	39.600
Recebimentos	(695.100)	(578.897)
Redução ao valor recuperável	(221)	393
Saldo final	214.227	220.317

8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	161	554
Provisões constituídas	221	92
Reversões	–	(485)
Saldo final	382	161

8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	1 a 5	7,5%	6,7%
Patrimonial	6 a 11	1,8%	1,6%
	12	90,7%	91,8%

9. TRIBUTOS

9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		
Imposto de renda	12.303	12.324
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	11.896	10.210
Contribuição social	8.901	8.901
Outros	2.341	2.341
	35.441	33.776

(*) Vide nota explicativa nº 9.1.1.

9.1.1 TRIBUTOS DIFERIDOS - ATIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	8.468	1.739	(2.007)	8.200
Provisão de participação nos lucros	571	290	(732)	129
Outras provisões	1.171	4.566	(2.170)	3.567
	10.210	6.595	(4.909)	11.896

9.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	9.904
2023	1.573
2024	389
Após 2024	30
Total - ativo	11.896
Valor presente (*)	11.150

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.1.3 TRIBUTOS DIFERIDOS - PASSIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	3.386	685	(792)	3.279
IR e CS outros	2.611	28	(666)	1.973
	5.997	713	(1.458)	5.252

9.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	100.275	169.569
(–) Participações nos resultados	(554)	449
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	99.721	170.018
Alíquota vigente (I)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(39.888)	(68.007)
Juros sobre capital próprio	2.074	2.795
Incentivos fiscais	968	1.515
Inovação tecnológica (II)	666	–
Majoração alíquota CSLL (I)	(1.818)	–
Outros	(1.074)	(138)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	816	4.172
Total de imposto de renda e contribuição social (D= B + C)	(39.072)	(63.835)
Taxa efetiva (D/-A)	39,2%	37,5%

(I) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

(II) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem).

10. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Patrimonial	69.728	72.370
Automóveis	8	38
	69.766	72.408

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2020.

10.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	72.408	71.724
Constituição	135.081	139.342
Apropriação para despesa	(137.723)	(138.658)
Saldo final	69.766	72.408

11. CONTAS A PAGAR

11.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Provisão de "Profit Sharing"	33.957	5.711
Transações com partes relacionadas (*)	3.812	3.916
Provisão de benefícios a empregados	521	224
Outras	990	1.564
	39.280	11.415
Circulante	39.141	11.191
Não circulante	139	224

(*) Vide nota explicativa nº 24.

11.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IOF	16.228	17.981
IRRF	289	688
Outros	1.554	1.211
	18.071	19.880

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores.

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	2.243	2.243
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.243	2.243
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.279	3.279

14. PROVISÕES TÉCNICAS - DANOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	241.703	240.987	249.973	248.606
Provisão de sinistros a liquidar	168.914	168.914	182.458	182.458
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	7.435	7.435	3.151	3.151
Demais provisões	10.737	10.737	4.612	4.612
	428.789	428.073	440.194	438.827
Circulante	313.716		330.079	
Não circulante	115.073		110.115	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa 2.9.2).

14.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGUROS

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2019	577.034	311
Constituições decorrentes de prêmios	478.676	1.810
Amortização pelo risco decorrido	(549.664)	3.442
Aviso de sinistros	142.680	(2.098)
Pagamento de sinistros	(127.749)	(2.098)
Atualização monetária e juros	34.222	–
Outras (constituição/reversão) (*)	(115.005)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	440.194	1.367
Constituições decorrentes de prêmios	466.277	557
Amortização pelo risco decorrido	(540.900)	(1.552)
Aviso de sinistros	147.607	(50)
Pagamento de sinistros	(118.716)	(6)
Atualização monetária e juros	34.327	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	428.789	716

(*) A circular SUSEP 596/20 dispõe sobre a criação de contas para o registro contábil da operação do Consórcio DPVAT nas empresas consorciadas, que até dezembro de 2019, eram tratados como cosseguro e a partir de 1 de janeiro de 2020, o registro das operações do Consórcio DPVAT passou a ser reconhecimento pelo resultado líquido.

14.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A)	428.789	440.194
Direitos creditórios (I)	194.528	201.088
Custos de aquisição diferidos pagos	13.105	13.929
Outros	4.254	–
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	211.887	215.017
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	216.902	225.177
Necessidade de ativos líquidos (II) (D)	–	20.278
Cotas de fundos de investimento	240.383	259.479
Garantias das provisões técnicas (E)	240.383	259.479
Excedente (E - C - D)	23.481	14.024

(I) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

(II) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

14.3 COMPORTAMENTO DE PROVISÕES

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões para sinistros brutas de resseguro da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia.

	Dezembro								
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	356,6	291,1	251,9	274,5	209,6	222,3	208,6	185,6	176,3
Um ano mais tarde	396,8	359,1	293,5	305,9	204,3	210,0	175,1	140,1	–
Dois anos mais tarde	439,7	383,2	316,7	335,7	221,7	288,0	172,6	–	–
Três anos mais tarde	460,3	401,3	342,2	350,8	242,1	287,3	–	–	–
Quatro anos mais tarde	475,2	422,7	357,8	371,0	239,2	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	491,9	438,1	378,9	367,6	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	507,2	459,3	377,3	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	527,3	459,3	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	528,8	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	528,8	459,3	377,3	367,6	239,2	287,3	172,6	140,1	176,3
Pagamentos acumulados até a data-base	(445,3)	(366,0)	(272,6)	(230,5)	(113,5)	(152,5)	(34,5)	(1,4)	–
Total	14,3	9,8	11,4	12,4	8,6	9,1	3,3	0,6	176,3
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									176,3

14.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	134.036	132.188
Pagamentos	(30.950)	(41.407)
Constituições	22.758	35.058
Baixas da provisão por êxito	(4.570)	(7.942)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(4.852)	(6.765)
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	22.010	22.904
Saldo final	138.432	134.036
Quantidade de processos	2.946	3.524

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

15. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico e de seus consultores externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas. Essas provisões estão registradas no valor de R$ 5.173 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.906 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, referente a ações tributária, trabalhista e cível, para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, não há constituição de provisão (perda possível). As principais referem-se à (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 66.449 (R$ 44.189 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 26.074 (R$ 20.107 de possível impacto no lucro líquido).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social autorizado, subscrito e integralizado era de R$ 92.500, dividido em 83.057.691 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A Portaria SUSEP/CGRAJ nº 7, de 21 de janeiro de 2021 aprovou a redução de capital no montante de R$ 31.000.

A Portaria SUSEP/CGRAJ nº 548, de 20 de dezembro de 2021 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 3.500.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se aos valores reconhecidos de ganhos e perdas atuariais relacionados ao CPC 33 - Benefícios a empregados.

(c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 16.181 (R$ 13.149 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Reservas estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 15.151 (R$ 47.717 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Companhia de 5 de fevereiro de 2021 aprovou a distribuição de R$ 50.000 de dividendos intermediários, sendo R$ 47.717 à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e R$ 2.283 que será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 4.406 (R$ 5.939 em dezembro de 2020), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação. Em complemento, a Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30 de julho de 2021 deliberou a distribuição de dividendos intermediários a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício no montante de R$ 35.000.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	60.649	106.183
(–) Reserva legal	(3.032)	(5.309)
Lucro básico para determinação do dividendo	57.617	100.874
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	14.404	25.219
Dividendos intermediários	37.283	41.117
Dividendos mínimos - JCP (*)	4.406	5.939
Total de dividendos e JCP	41.689	47.056
Total por ação (R$)	0,50193	0,48118

(*) Em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 5.184 destacado na DMPL, está incluso R$ 778, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(e) Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e capital mínimo requerido (CMR) (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	126.957
(+/–) Ajustes contábeis	(1.786)
Despesas antecipadas	(1.786)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	44.720
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(5.038)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	49.758
PLA de nível 1	108.236
PLA de nível 2	49.758
PLA de nível 3	11.896
(–) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(11.328)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	158.562
Capital base (I)	15.000
Capital de risco (II)	100.653
Capital de risco de subscrição	89.144
Capital de risco de mercado	11.081
Capital de risco de crédito	9.041
Capital de risco operacional	3.179
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(11.792)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	100.653
Suficiência de capital	57.909

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

17. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2021			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade (%)	Comissionamento (%)
Compreensivo residencial	466.264	474.535	27,7	33,8
	466.264	474.535	27,7	33,8

	Dezembro de 2020			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade (%)	Comissionamento (%)
Compreensivo residencial	478.992	475.954	25,8	34,1
Automóveis (*)	(914)	(842)	–	(59,8)
Demais - automóveis (*)	(263)	(222)	–	18,1
	477.815	474.890	26,5	34,3

(*) Companhia realizou a migração das emissões de seguros de automóveis para companhia Porto Seguro Cia de Seguros Gerais (empresa também controlada pela Porto Seguro S.A). Com essa migração, deixaram de ser comercializados apólices da carteira auto e os movimentos realizados em 2020 referem-se a cancelamentos de apólices emitidas antes do processo de migração.

18. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	8.271	8.924	(2.925)	(3.983)
	8.271	8.924	(2.925)	(3.983)

19. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Sinistros avisados - adm	(67.557)	(76.585)
Assistências	(41.555)	(44.651)
Sinistros avisados - jud	(14.698)	(20.352)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(9.118)	19.304
Salvados e ressarcimentos	15.857	12.122
Outras despesas com sinistros	(14.609)	(15.894)
	(131.680)	(126.056)

20. CUSTO DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios retidos	(135.961)	(140.268)
Outras recuperações de despesas de comercialização	(21.872)	(23.378)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(2.642)	683
	(160.475)	(162.963)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 10) e as despesas de comercialização não diferidas.

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Assistência	(9.375)	(9.957)
Cobrança	(6.051)	(5.996)
Benefícios e cortesias para clientes	(1.957)	(1.909)
Administração de apólices e contratos	(335)	(18)
Outras	(1.728)	(2.259)
	(19.446)	(20.139)

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas compartilhadas (*)	(39.734)	(10.649)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(19.467)	(7.346)
Serviços de terceiros	(9.655)	(14.780)
Localização e funcionamento	(3.276)	(3.679)
Outras	(2.320)	(2.399)
	(74.452)	(38.853)

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro e do grupo Itaú Unibanco.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Adicional de fracionamento de prêmios	55.120	55.759
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	29.538	27.889
Variações monetárias dos depósitos judiciais	1.376	502
Juros de títulos disponíveis para a venda	–	17.476
Outras	825	450
Total de receitas financeiras	86.859	102.076
Operações de seguros	(34.327)	(34.223)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(11.602)	(6)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(4.744)	(1.097)
Outras	(1.319)	(3.009)
Total de despesas financeiras	(51.992)	(38.335)
Resultado financeiro	34.867	63.741

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da Porto Cia.;

(ii) Prestação de serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iii) Convênio de rateio de custos administrativos com empresas do grupo Itaú Unibanco, principalmente, em função da utilização de estrutura comum e despesas de pessoal;

(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;

(v) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Portocap	185	185
	185	185
Passivo		
Porto Cia.	3.382	3.916
	3.382	3.916

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado - receitas		
Porto Atendimento	1.528	1.239
Azul Seguros	25	175
	1.553	1.414
Demonstração do resultado - despesas		
Porto Cia.	(42.129)	(39.630)
Itaú Unibanco	(9.728)	(12.598)
Porto Atendimento	(4.943)	(9.719)
Outros	(724)	(1.191)
	(57.524)	(63.138)

24.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período. O montante provisionado em 2021 foi de R$ 167.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição acionária (*)

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Outros	0,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Outros	0,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto residência

continuação

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

MARCELO BARROSO PICANÇO
Diretor Vice-Presidente - Seguros

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

JAIME SOARES BATISTA
Diretor de Produto - Automóvel

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Serviços

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Residência

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN
Diretor Financeiro

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Recursos Humanos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR e IBNeR - Notas 2.9 e 15) A Companhia possui obrigações decorrentes de seus contratos de seguros que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" nas demonstrações financeiras, com destaque para (i) sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e (iii) sinistros a liquidar (PSL). A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial. Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes à reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de contratos de seguros da Companhia. Efetuamos também, a reconciliação dos registros de sinistros, utilizados nos cálculos das provisões técnicas, com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada. Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas, efetuamos procedimentos para observar a consistência das metodologias de cálculo e suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais, bem como a razoabilidade das principais premissas atuariais de sinistros incorridos consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL. Também, realizamos testes de consistência históricos, bem como recálculo independente do IBNR e do IBNeR. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.	Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria, e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

•Rendas de contribuições e prêmios

As receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram em 2021 R$ 429,3 milhões, com aumento de R$ 2,8 milhões ou 0,6% em relação ao ano anterior.

•Provisões técnicas - seguros e previdência complementar

As provisões técnicas totalizaram em 2021 R$ 5.170,8 milhões, aumento de R$ 5,5 milhões ou 10,7% em relação ao ano anterior.

•Despesas administrativas e com tributos

As despesas administrativas e com tributos totalizaram em 2021 R$ 44,3 milhões, com aumento de R$ 1,4 milhão ou 3,2% em relação ao ano anterior.

•Resultado financeiro

As receitas financeiras totalizaram em 2021 R$ 402,5 milhões, com redução de R$ 106,2 milhões ou -20,9% em relação ao ano anterior devido principalmente a redução nas receitas com aplicações financeiras. As receitas financeiras com aplicações, em fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL e em títulos para negociação, totalizaram em 2021 R$ 365,8 milhões e R$ 472,0 milhões no ano anterior.

As despesas financeiras totalizaram em 2021 R$ 558,0 milhões, com aumento de R$ 15,0 milhões ou 2,8% em relação ao ano anterior.

•Prejuízo líquido e por ação

O prejuízo do exercício totalizou em 2021 R$ 75,6 milhões comparado com o prejuízo de R$ 26,0 milhões em 2020. O prejuízo por ação foi de R$ 5,68 em 2021 comparado com o um prejuízo por ação de R$ 5,43 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Segundo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		4.372.625	4.411.405
Disponível		7.748	5.223
Caixa e bancos		7.748	5.223
Equivalentes de caixa	6	320.277	222.093
Aplicações	7	4.023.228	4.154.462
Créditos das operações com seguros e resseguros		4.272	7.423
Prêmios a receber		4.272	7.262
Operações com resseguradoras		–	161
Créditos das operações com previdência complementar		2.990	3.077
Valores a receber		2.990	3.077
Outros créditos operacionais		2.499	2.831
Ativos de resseguro - provisões técnicas		710	83
Títulos e créditos a receber		6.679	12.042
Títulos e créditos a receber		5.161	7.922
Créditos tributários e previdenciários	8	1.516	4.114
Outros créditos		2	6
Despesas antecipadas		768	5
Custos de aquisição diferidos	9	3.454	4.166
Seguros		2.418	2.944
Previdência		1.036	1.222
Não circulante		1.183.322	984.500
Realizável a longo prazo		1.170.314	971.147
Aplicações	7	1.079.535	953.032
Títulos e créditos a receber		89.121	14.740
Créditos tributários e previdenciários	8	76.389	2.263
Depósitos judiciais e fiscais		12.689	12.440
Outros créditos operacionais		43	37
Custos de aquisição diferidos	9	1.658	3.375
Seguros		1.186	2.541
Previdência		472	834
Imobilizado	10	13.008	13.353
Imóveis de uso próprio		13.008	13.353
Total do ativo		5.555.947	5.395.905

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		659.287	653.734
Contas a pagar		12.550	11.132
Obrigações a pagar		4.037	3.925
Impostos e encargos sociais a recolher		4.747	5.892
Encargos trabalhistas		390	388
Impostos e contribuições		3.251	800
Outras contas a pagar		125	127
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.777	421
Operações com resseguradoras		1.746	408
Corretores de seguros e resseguros		31	–
Outros débitos operacionais		–	13
Depósitos de terceiros		165	570
Provisões técnicas - seguros	11	329.706	320.120
Danos		8	56
Pessoas		799	760
Vida individual		18.353	35.728
Vida com cobertura por sobrevivência		310.546	283.576
Provisões técnicas - previdência complementar	12	315.089	321.491
Planos não bloqueados		123.945	116.757
PGBL/PRGP		191.144	204.734
Não circulante		4.567.690	4.546.321
Contas a pagar		31.968	12.867
Obrigações a pagar		236	170
Tributos diferidos	8.1.2	31.732	12.697
Provisões técnicas - seguros	11	1.920.058	1.918.679
Vida individual		29.953	1.763
Vida com cobertura por sobrevivência		1.890.105	1.916.916
Provisões técnicas - previdência complementar	12	2.605.914	2.604.971
Planos não bloqueados		962.908	937.155
PGBL/PRGP		1.643.006	1.667.816
Outros débitos		9.750	9.804
Provisões judiciais	13	9.750	9.804
Patrimônio líquido	14	328.970	195.850
Capital social		239.578	154.578
Aumento de capital - em aprovação		95.000	–
Reservas de reavaliação		4.809	4.955
Reservas de lucros		–	22.188
Ajuste de avaliação patrimonial		6.208	14.129
Prejuízos acumulados		(16.625)	–
Total do passivo e patrimônio líquido		5.555.947	5.395.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação expresso em reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Rendas de contribuições e prêmios	15	429.325	426.561
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(428.529)	(425.813)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		796	748
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		49.461	41.411
Variação de outras provisões técnicas		1.755	18.135
Benefícios retidos		(4.752)	(13.110)
Custos de aquisição		(5.788)	(7.358)
Prêmios emitidos		15.932	14.230
Contribuições para cobertura de riscos		15.716	13.922
Variações das provisões técnicas de prêmios		(419)	5.104
Prêmios ganhos	16	31.229	33.256
Sinistros ocorridos	17	(5.801)	(3.251)
Custos de aquisição		(13.018)	(15.888)
Outras receitas e despesas operacionais		(2.720)	(2.145)
Resultado com operações de resseguro		(591)	20
Receita com resseguro		673	1.989
Despesas com resseguro		(1.264)	(1.969)
Despesas administrativas	18	(37.051)	(35.610)
Despesas com tributos		(7.205)	(7.276)
Resultado financeiro	19	(155.484)	(34.263)
Resultado patrimonial		–	2.214
Resultado operacional		(149.169)	(23.117)
Perdas com ativos não correntes		–	(373)
Resultado antes dos impostos e participações		(149.169)	(23.490)
Imposto de renda	8.2	46.403	(1.354)
Contribuição social	8.2	27.816	(809)
Participações sobre o lucro		(628)	(388)
Prejuízo do exercício		(75.578)	(26.041)
Quantidade de ações (mil)		13.309	4.794
Prejuízo por ação (R$)		(5,68)	(5,43)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo final em 1º de janeiro de 2020		114.578	40.000	5.102	48.083	16.732	–	224.495
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAT nº 194		20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAT nº 252		20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(2.603)	–	(2.603)
Reserva de reavaliação:								
Realização		–	–	(146)	–	–	146	–
Outros		–	–	(1)	–	–	–	(1)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(26.041)	(26.041)
Absorção prejuízos acumulados do exercício		–	–	–	(25.895)	–	25.895	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		154.578	–	4.955	22.188	14.129	–	195.850
Resultados de exercícios anteriores	2.1.2	–	–	–	36.619	–	–	36.619
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 234	14 a	15.000	–	–	–	–	–	15.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 389	14 a	45.000	–	–	–	–	–	45.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 430	14 a	25.000	–	–	–	–	–	25.000
AGE de 27 de agosto de 2021	14 a	–	55.000	–	–	–	–	55.000
AGE de 29 de outubro de 2021	14 a	–	10.000	–	–	–	–	10.000
AGE de 29 de dezembro de 2021	14 a	–	30.000	–	–	–	–	30.000
Ajustes de avaliação patrimonial	14 d	–	–	–	–	(7.921)	–	(7.921)
Reserva de reavaliação:								
Realização		–	–	(146)	–	–	146	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(75.578)	(75.578)
Absorção prejuízos acumulados do exercício		–	–	–	(58.807)	–	58.807	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		239.578	95.000	4.809	–	6.208	(16.625)	328.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prejuízo do exercício	(75.578)	(26.041)
Outros resultados abrangentes	(7.921)	(2.603)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(13.190)	(4.350)
Efeitos tributários	5.276	1.740
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(12)	12
Efeitos tributários	5	(5)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	(83.499)	(28.644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(75.578)	(26.041)
Ajustes para:		
Depreciações	345	344
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	4.731	83.872
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.151	(2.340)
Créditos das operações com previdência complementar	87	2.344
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(627)	358
Créditos fiscais e previdenciários	2.598	3.349
Ativo fiscal diferido	(74.126)	2.252
Depósitos judiciais e fiscais	(249)	(259)
Despesas antecipadas	(763)	(5)
Custos de aquisição diferidos	2.429	2.768
Outros ativos	3.091	(498)
Impostos e contribuições	2.451	198
Outras contas a pagar	18.068	394
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.356	(1.031)
Depósitos de terceiros	(405)	(1.702)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	10.965	(148.237)
Provisões técnicas - previdência complementar	(5.459)	95.352
Provisões judiciais	(54)	760
Outros passivos	28.698	(2.603)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(79.291)	9.275
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	180.000	–
Distribuição de dividendos	–	(4.964)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	180.000	(4.964)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	100.709	4.311
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	227.316	223.005
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	328.025	227.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de dezembro de 1986 e localizada na Av. Rio Branco, 1.489 em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração das operações de seguro dos ramos de pessoas, vida individual, vida com cobertura de sobrevivência, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda em todo território nacional, conforme legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19.

Dentro dos impactos causados pela pandemia, destacamos o resultado financeiro, que tem oscilado constantemente, fechando o exercício com um resultado negativo em R$ 155,5 milhões.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas e (iii) da realização dos impostos diferidos. A liquidação das transações que

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, principalmente na determinação das provisões técnicas.
A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de janeiro de 2022).
As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 7 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no "site" da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.1.2 RECLASSIFICAÇÕES E AJUSTES

Em dezembro de 2021 a Companhia efetuou a reversão integral da Provisão Complementar de Cobertura (PCC), em razão da utilização da Mais Valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, os quais estão reconhecidos em "mantidos até o vencimento", nos termos do § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 517/2015.

	Publicado 31/12/2020	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2020
Passivo circulante			
Contas a pagar			
Impostos e contribuições	800	2.976	3.776
Provisões técnicas - seguros			
Vida individual	35.728	(697)	35.031
Provisões técnicas - previdência complementar			
Planos não bloqueados	284.305	(63.311)	220.994
Passivo não circulante			
Contas a pagar			
Tributos diferidos	12.697	24.413	37.110
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	22.188	36.619	58.807

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação
A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:
(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.
(ii) Títulos disponíveis para venda
São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").
(iii) Mantidos até o vencimento
São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.
(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:
- **Nível 1**: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- **Nível 2**: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- **Nível 3**: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.5.1 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA E MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda e mantidos até o vencimento, está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.6 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.7 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.
Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.8 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

2.9 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2.9.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.
Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.
As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:
(a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.
(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata dia" para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões), com base nas contribuições recebidas no mês; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
(c) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões) e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
(d) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.
(e) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.
(f) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída em decorrência do aviso do evento ocorrido e com base nos valores de pecúlios e rendas vencidas e não pagas conforme previsto no contrato do participante. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
(g) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.
As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.9.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e normas específicas da SUSEP. Vide nota explicativa nº 3.
Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas.
Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).
A conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está demonstrado na nota explicativa nº 12.1.
Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimação das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período para transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.10.1 PRÊMIO DE SEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.9.1(b)).

2.10.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

2.10.3 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pela adequação à Circular SUSEP nº 623/21, vigente a partir de 1 de julho de 2021, que dispõe sobre a atualização da tábua biométrica BR-EMS 2015 para BR-EMS 2021.

3.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
O valor total de caixa, equivalentes de caixa, aplicações, prêmios e valores a receber de segurados e de operações com previdência privada em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 5.435.157, para aos quais existem R$ 97 de provisão para risco de crédito.

3.2 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguro e previdência complementar. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total das provisões técnicas - seguro e previdência complementar em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 5.170.767.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, segundo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 9.750, para as quais existem R$ 12.689 em depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 76.389 (ativo) e R$ 31.732 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.
A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.
Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.
Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.
Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.
Vale destacar que em decorrência da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.
A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:
Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.
Em 31 de dezembro de 2021, 71,9% (79,1% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa.
Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.
A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	579.267	-	466.939	421
Fluxo de 0 a 30 dias	332.486	3.128	259.433	16.764
Fluxo de 31 a 180 dias	184.253	26.247	117.743	76.089
Fluxo de 181 a 360 dias	183.584	56.819	58.081	80.391
Fluxo acima de 360 dias	4.745.152	9.709.309	4.644.789	9.176.458
Total	6.024.742	9.795.503	5.546.986	9.350.123

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e débitos de operações com seguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGPM)	40,3%	35,2%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	33,4%	52,2%
Prefixados	22,0%	8,1%
Ações	3,1%	3,1%
Outros	1,2%	1,4%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Instrução CVM nº 02/2020.

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(331.292)
	+ 25 b.p.	(180.461)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(76.286)
	- 10 b.p.	76.286
	- 25 b.p.	180.461
	- 50 b.p.	331.292
	+ 50 b.p.	(126.964)
	+ 25 b.p.	(68.706)
Juros pré-fixados	+ 10 b.p.	(32.292)
	- 10 b.p.	32.292
	- 25 b.p.	68.706
	- 50 b.p.	126.964
	+ 50 b.p.	+ 6.211
Juros pós-fixados	+ 25 b.p.	+ 5.261
	+ 10 b.p.	+ 4.209
	+ 34%	+ 29.615
Ações	+ 17%	+ 14.808
	+ 9%	+ 7.404

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto da capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de vida e contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros como o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 4.953 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2021, de R$ 807.725. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

• Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária a apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management").

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários:

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
ETTJ-SUSEP - aumento de 50,0%	8.382.184	5.534.197
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(120.961)	(120.312)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 14 (c).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	320.277	222.093
	320.277	222.093

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

7. APLICAÇÕES

7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (I)

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs	1.364.757	–	1.364.757	2.190.894	–	2.190.894
NTNs - B	925.135	–	925.135	816.273	–	816.273
Debêntures	–	556.158	556.158	–	483.249	483.249
Cotas de fundos de investimento	386.665	–	386.665	205.560	–	205.560
Letras financeiras - privadas	–	295.368	295.368	–	213.623	213.623
LTNs	268.123	–	268.123	–	–	–
Ações de companhias abertas	164.604	–	164.604	166.393	–	166.393
NTNs - C	29.625	–	29.625	31.573	–	31.573
CDBs	–	20.315	20.315	–	46.897	46.897
DPGE	–	12.478	12.478	–	–	–
	3.138.909	884.319	4.023.228	3.410.693	743.769	4.154.462
Total - circulante	3.138.909	884.319	4.023.228	3.410.693	743.769	4.154.462
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria			79%			81%

(I) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (*)

	Dezembro de 2021 Nível 1	Dezembro de 2020 Nível 1
NTN - C	184.945	175.109
Total - não circulante	184.945	175.109
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	4%	3%

(I) O valor de curva dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 174.611 (R$ 151.585 em 31 de dezembro de 2020).

7.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (I)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTN - C	825.073	715.022
NTN - B	69.517	62.901
Total - não circulante	894.590	777.923
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	18%	15%

(I) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 962.698 (R$ 926.662 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	5.329.587	5.405.323
Aplicações	1.111.073	879.797
Resgates	(1.232.139)	(1.280.504)
Rendimentos	227.709	329.321
Ajuste a valor de mercado	(13.190)	(4.350)
Saldo final	5.423.040	5.329.587

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (I)	9,12	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs C - IGPM	6,26	6,25
NTNs B - IPCA	4,48	3,18
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,14	0,05

(I) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (I)	76.389	2.263
Imposto de renda e contribuição social	–	2.598
Outros	1.516	1.516
	77.905	6.377
Circulante	1.516	4.114
Não circulante	76.389	2.263

(I) Vide nota explicativa nº 8.1.1.

8.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

8.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa (I)	–	174.300	(102.582)	71.718
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	680	2.853	(104)	3.429
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	408	138	(232)	314
Provisão para riscos sobre créditos	219	120	(280)	59
Provisão de participação nos lucros	183	262	(387)	58
Outras provisões	773	77.629	(77.591)	811
	2.263	255.302	(181.176)	76.389

(I) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou provável lucros tributáveis futuros contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021.

8.1.2 PASSIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Natureza				
IR e CS sobre ajustes de exercícios anteriores (I)	–	24.413	–	24.413
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	9.410	7.447	(12.723)	4.134
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	3.271	–	(97)	3.174
IR e CS outros	16	–	(5)	11
	12.697	31.860	(12.825)	31.732

(I) Vide nota explicativa nº 2.1.2.

8.1.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	25.862
2023	25.781
2024	23.981
Após 2024	765
Total - Ativo	76.389
Valor presente (*)	68.653

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia de dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

8.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(149.169)	(23.490)
(–) Participações sobre o lucro	(628)	(389)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL (A)	(149.797)	(23.879)
Alíquota vigente (I)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	59.919	9.552
Baixa para perda - diferido	11.685	(11.685)
Outros	2.615	(29)
Total dos efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	14.300	(29)
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	74.219	(2.162)
Taxa efetiva (D/A)	49,5%	-9,1%

(I) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

9. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

O prazo médio de amortização dos custos de aquisição diferidos é de 36 meses para todos os planos.

10. IMOBILIZADO

	Saldo residual em dezembro de 2020	Movimentação: Despesas de depreciação	Dezembro de 2021: Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (*)	11.533	(345)	16.407	(5.219)	11.188	2,1
Terrenos	1.820	–	1.820	–	1.820	–
Imóveis de uso	13.353	(345)	18.227	(5.219)	13.008	

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

11. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PMBC e PMBaC - seguros	2.241.009	2.241.009	2.228.518	2.228.518
Sinistros e benefícios a liquidar	2.093	2.093	1.860	1.860
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.443	1.443	1.462	1.462
Provisão complementar de cobertura (I)	–	–	697	697
Demais provisões	5.219	5.178	6.262	6.233
	2.249.764	2.249.723	2.238.799	2.238.770
Circulante	329.706		320.120	
Não circulante	1.920.058		1.918.679	

(I) Vide nota explicativa nº 12.1.

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

11.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	2.238.799	2.387.036
Constituições decorrentes de prêmios	310.055	303.353
Atualização monetária e juros	40.432	68.367
Diferimento pelo risco decorrido	(336.935)	(423.412)
Aviso de sinistros	6.212	3.322
Pagamento de sinistros	(4.025)	(3.988)
Outras (constituição/reversão)	(4.774)	(95.879)
Saldo final	2.249.764	2.238.799

11.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	1.194	942
Novas constituições no período	247	956
Baixa da provisão por êxito	(141)	(615)
Baixa por alteração de estimativas ou probabilidades	–	(263)
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	355	174
Saldo final	1.655	1.194
Quantidade de processos	6	6

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

12. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PMBC e PMBaC - PGBL/PRGP	1.829.454	1.864.035
PMBC e PMBaC - previdência	1.079.593	979.718
Provisão de despesas relacionadas	4.368	5.505
Provisão de excedente financeiro	1.470	7.300
Provisão complementar de cobertura (i)	–	63.311
Demais provisões	6.118	6.593
	2.921.003	2.926.462
Circulante	315.089	321.491
Não circulante	2.605.914	2.604.971

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.

12.1 VARIAÇÃO DA PROVISÃO COMPLEMENTAR DE COBERTURA (PCC)

Como conclusão e revisão dos modelos utilizados no TAP realizados em 31 de dezembro de 2021, houve a seguinte movimentação da PCC (vide nota explicativa nº 29.2):

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Benefício concedido (previdência complementar)	63.311	39.769	(103.080)	–
Benefício concedido (seguros)	697	415	(1.112)	–
	64.008	40.184	(104.192)	–

O resultado do teste de adequação de passivo apresentou necessidade de provisões adicionais aos passivos de seguro no montante de R$ 61,8 milhões, mas não há necessidade de registrá-lo, pois o valor será garantido pela "mais valia" dos ativos financeiros mantidos até o vencimento que perfaz o montante de R$ 66,5 milhões, conforme estipulado no § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 517/2015.

12.2 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	2.926.462	2.831.110
Contribuições	150.918	151.358
Pagamento de benefícios	(31.367)	(23.369)
Atualização monetária e juros	284.394	293.801
Resgates	(250.116)	(166.084)
Portabilidades líquidas	(73.838)	(123.190)
Outras (constituição/reversão)	(85.450)	(37.164)
	2.921.003	2.926.462

12.3 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A)	5.170.767	5.165.261
(–) Operações com resseguradoras	75	76
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	75	76
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	5.170.692	5.165.185
Necessidade de ativos líquidos (i) (D)	–	45.666
Cotas de fundos especialmente constituídos	3.766.088	4.073.518
Cotas de fundos de investimento	1.375.946	1.045.233
Títulos de renda fixa - públicos	184.945	175.109
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	5.326.979	5.293.860
Excedente (E - C - D)	156.287	83.009

(i) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

Conforme Ofício Circular Eletrônico nº 4/2019/SUSEP/DIR4/CGMOP, a metodologia de Estrutura a Termo das Taxas de Juros (ETTJ) está em processo de revisão pela SUSEP e, até que essa avaliação seja concluída, foi determinada a divulgação do impacto quantitativo no Patrimônio Líquido e no Resultado pela alteração da curva caso fosse utilizada a ETTJ elaborada pela SUSEP, uma vez que a Companhia faz uso de metodologia alternativa de extrapolação da ETTJ desenvolvida pela FenaPrevi com o apoio da consultoria E&Y, denominada "Ultimate Forward Rate - UFR".

Se utilizada a ETTJ elaborada pela SUSEP, não seriam observados impactos em resultado e Patrimônio Líquido na data-base 31 de dezembro de 2021, uma vez que a insuficiência apurada neste cenário continuaria sendo compensada integralmente pela mais-valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento".

13. OUTROS DÉBITOS

13.1 PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.971	833	9.804
Constituições	–	99	99
Enc. êxito/reversões	(101)	(196)	(297)
Pagamentos	–	(273)	(273)
Atualização monetária	283	134	417
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.153	597	9.750
Quantidade de processos	10	3	13

(a) Provisão para processos fiscais

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
PIS (i)	7.020	6.898
Juros moratórios	1.387	1.339
Processos com adesão ao REFIS (ii)	746	734
	9.153	8.971

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aderiu-se parcialmente ao REFIS e, para a parcela remanescente, aguarda-se o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(b) Contingências fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. As principais referem-se à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 59.597 (R$ 43.581 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 337 (R$ 242 de possível impacto no lucro líquido).

(c) Provisão para processos e contingências cíveis

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 831 (R$ 397 em dezembro de 2020), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado era de R$ 334.578, dividido em 13.308.729 (unidades), ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A AGE realizada em março de 2021, deliberou o aumento do capital social no valor de R$ 15.000, aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 234 de 24 de junho de 2021.

A AGE realizada em abril de 2021, deliberou o aumento do capital social no valor de R$ 45.000, aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 389 de 20 de setembro de 2021.

A AGE realizada em junho de 2021, deliberou o aumento do capital social no valor de R$ 25.000, aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP/CGRAT nº 430 de 07 de outubro de 2021.

A AGE realizada em agosto, outubro e dezembro de 2021, deliberou o aumento do capital social nos valores de R$ 55.000, R$ 10.000 e R$ 30.000, respectivamente, e aguardam aprovação pela SUSEP.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(ii) Reserva estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.2).

(e) Demonstração do patrimônio líquido ajustado - (PLA) e margem de solvência (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	328.970
(+/-) Ajustes contábeis	(76.388)
Despesas antecipadas	(768)
Créditos tributários prej. fiscais IR/bases negativas de contribuição social	(71.718)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(3.902)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	200.462
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	36.563
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(34.006)
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	119.950
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	77.955
PLA de nível 1	237.460
PLA de nível 2	197.905
PLA de nível 3	17.679
(-) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(59.799)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	393.245
Capital base (I)	15.000
Capital de risco (II)	311.572
Capital de risco de mercado	229.055
Capital de risco de subscrição	154.568
Capital de risco operacional	4.136
Capital de risco de crédito	1.688
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(77.875)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	311.572
Suficiência de capital	81.673

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

15. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
VGBL e VRGP	294.123	289.122
PGBL	116.599	115.352
Tradicional	18.603	22.087
	429.325	426.561

16. PRÊMIOS GANHOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios diretos VGBL	15.932	14.232
Contribuições para cobertura de riscos PGBL e Tradicional	15.716	13.920
Variações das provisões técnicas	(419)	5.104
	31.229	33.256

17. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Pessoas	(5.801)	18,6	(3.251)	9,8
	(5.801)	18,6	(3.251)	9,8

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas compartilhadas (i)	(26.985)	(27.261)
Pessoal	(6.101)	(5.423)
Localização e funcionamento	(1.069)	(976)
Outras	(2.896)	(1.950)
	(37.051)	(35.610)

(i) Referem-se a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 20).

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações de PGBL e VGBL	204.646	270.709
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	161.167	201.324
Juros de títulos disponíveis para a venda	35.947	35.835
Outras	719	798
Total de receitas financeiras	402.479	508.666
Atualização das provisões técnicas - previdência	(284.394)	(293.801)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(173.888)	(178.547)
Atualização das provisões técnicas - seguros	(40.432)	(68.367)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(163)	–
Outras (i)	(59.086)	(2.214)
Total de despesas financeiras	(557.963)	(542.929)
Resultado financeiro	(155.484)	(34.263)

(i) O aumento deve-se principalmente as despesas financeiras da Companhia com os resgates dos recursos acumulados de participantes dos planos de previdência.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela controladora Porto Seguro Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Aluguéis dos prédios cobrados da controladora Porto Seguro Cia;

(iii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Porto Cia	2.579	2.365
	2.579	2.365

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Demonstração do resultado				
Porto Cia	–	2.214	(27.722)	(28.426)
Porto Investimentos	–	–	(1.571)	(1.326)
Outros	–	–	(1.351)	(565)
	–	2.214	(30.644)	(30.317)

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição acionária (*)

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Presidente	MARCELO BARROSO PICANÇO CEO - Seguros	CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional	MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços	JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing
FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico	MARCOS ROGÉRIO SIRELLI Diretor de Tecnologia da Informação	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	CAROLINA HELENA ZWARG Diretora de Recursos Humanos	LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Clientes e Digital
LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA Diretor de Predicação	MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA Diretor	TIAGO WOLIN Diretor Financeiro	CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM Diretor de Produto - Vida e Previdência	MARCELO ZORZO Diretor	JAIME SOARES BATISTA Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de contratos de previdência complementar (PMBaC e PMBC - Notas 2.9, 4.4, 11 e 12) A Companhia possui obrigações decorrentes de seus contratos de previdência complementar que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - previdência complementar" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e (ii) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC). A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de previdência complementar deve seguir as metodologias de cálculo e premissas atuariais e financeiras estipuladas nas condições gerais dos produtos de previdência comercializados pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia deve manter o detalhamento da metodologia e das premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial. Adicionalmente, a Companhia realiza, a cada data-base das demonstrações financeiras, Teste de Adequação de Passivos (TAP), com o objetivo de capturar possíveis insuficiências relacionadas às provisões técnicas de previdência complementar. Se aplicável, efetua o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pela relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de previdência complementar da Companhia. Realizamos testes documentais para as movimentações relevantes ocorridas durante o semestre nas provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos, em destaque para: inspeção das liquidações dos pagamentos de resgates, saída em portabilidade, recálculo da atualização monetária, concessão e pagamentos de benefícios. Com o auxílio dos nossos especialistas, avaliamos as metodologias e principais premissas atuariais e financeiras consideradas pela administração na mensuração dos cálculos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC). Ainda, avaliamos a razoabilidade das movimentações do semestre da PMBaC, com base nas informações contábeis de contribuições, portabilidades, resgates e concessões de benefícios, bem como recalculamos de forma independente a PMBC. Adicionalmente, testamos a totalidade das bases de dados utilizadas para mensuração dessas provisões, por meio de técnicas de auditoria por computador. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a integridade das bases de dados, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.	Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador
CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Porto Seguro Vida e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo, 1.400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Gualanases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

- Prêmios retidos

Os prêmios retidos da Operadora totalizaram em 2021 R$ 2.133,0 milhões, com aumento de R$ 283,5 milhões ou 15,3% em relação ao ano anterior.

- Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,1% com aumento de 0,4 ponto percentual em relação ao ano anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.

- Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 46,9 milhões, com redução de R$ 5,5 milhões, ou -10,5% em relação ao ano de 2020. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.

- Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 97,4%, aumento de 4,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esta variação decorre principalmente do aumento de 7,6 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 95,3%, com aumento de 5,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, também justificado pelo aumento da sinistralidade.

- Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 105,7 milhões registrando redução de R$ 1,3 milhões ou -1,2% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 6,30 em 2021 comparado com R$ 7,61 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Operadora têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros eminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa SELIC, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Operadora segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		459.343	360.417
Disponível		14.400	7.653
Realizável		444.943	352.764
Aplicações financeiras	6.1.1	275.390	252.590
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		275.390	252.390
Aplicações livres		–	200
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		30.277	14.701
Prêmios a receber	7.1	26.811	11.037
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	7.2	3.466	3.664
Despesas diferidas	8	85.576	45.444
Créditos tributários e previdenciários	10.1	3.908	8.870
Bens e títulos a receber	9	49.641	31.199
Despesas antecipadas		191	–
Não circulante		888.466	765.454
Realizável a longo prazo		686.639	555.679
Aplicações financeiras	6.1.2	276.608	260.361
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		276.608	260.361
Créditos tributários e previdenciários	10.1	113.647	68.525
Depósitos judiciais e fiscais	11	195.109	193.780
Outros créditos a receber a longo prazo		94	228
Despesas diferidas	8	101.181	32.785
Imobilizado	12	177.106	189.106
Imóveis de uso próprio		177.106	189.106
Intangível		24.721	20.669
Total do ativo		1.347.809	1.125.871

Passivo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		528.528	444.893
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	458.679	393.355
Provisão de prêmio não ganho - PPNG		76.845	43.838
Provisão para remissão		3.471	2.725
Provisão de eventos a liquidar ao SUS		2.290	2.526
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		158.443	113.118
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		217.630	231.148
Débitos de operações de assistência à saúde		13.954	4.869
Prêmios a restituir		39	36
Receita antecipada de prêmios		5.007	2.222
Comercialização sobre operações		8.908	2.611
Provisão para IR e CSLL		9.962	–
Tributos e encargos sociais a recolher		8.400	5.753
Débitos diversos	14	37.533	40.916
Não circulante		212.816	205.489
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	7.412	6.520
Provisão para remissão		5.635	4.577
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		1.777	1.943
Provisões		201.210	195.759
Provisões para tributos diferidos		7.060	7.089
Provisões para ações judiciais	15	194.150	188.670
Débitos diversos	14	4.194	3.210
Patrimônio líquido		606.465	475.489
Capital social	16 a	485.333	394.333
Reservas de lucros	16 b	131.370	80.579
Ajustes de avaliação patrimonial		(10.238)	577
Total do passivo e patrimônio líquido		1.347.809	1.125.871

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		2.109.455	1.823.357
Receitas com operações de assistência à saúde		2.131.174	1.849.242
Prêmios retidos	17	2.132.978	1.849.473
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(1.804)	(231)
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(21.719)	(25.885)
Sinistros retidos		(1.658.990)	(1.294.658)
Sinistros conhecidos ou avisados	18	(1.686.855)	(1.234.407)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		27.865	(60.251)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		450.465	528.699
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(24.261)	(71.021)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(33.082)	(37.314)
Provisão para perdas sobre créditos		18.810	(18.227)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde		(9.989)	(15.480)
Resultado bruto		426.204	457.678
Despesas de comercialização		(179.550)	(168.502)
Despesas administrativas	19	(192.818)	(158.070)
Resultado financeiro líquido	20	46.862	52.339
Receitas financeiras		52.649	58.380
Despesas financeiras		(5.787)	(6.041)
Resultado patrimonial		8.915	(738)
Despesas patrimoniais		8.915	(738)
Resultado antes dos impostos e participações		109.613	182.707
Imposto de renda	10.4	(16.334)	(47.494)
Contribuição social	10.4	(11.538)	(31.188)
Impostos diferidos	10.4	36.977	9.864
Participações no resultado		(13.001)	(6.844)
Lucro líquido do exercício		105.717	107.045
Quantidade de ações		16.782	14.075
Lucro líquido por ação - R$		6,30	7,61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		374.333	53.533	6.593	–	434.459
Pagamento de dividendos - exercício anterior	16c	–	(28.180)	–	–	(28.180)
Aumento de capital - AGE de 30 de dezembro de 2020	16 a	20.000	–	–	–	20.000
Outros resultados abrangentes		–	–	(6.016)	–	(6.016)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	107.045	107.045
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	16 b	–	5.352	–	(5.352)	–
Reserva estatutária	16 b	–	49.874	–	(49.874)	–
Dividendos intermediários (R$ 3,68 por ação)	16c	–	–	–	(51.819)	(51.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		394.333	80.579	577	–	475.489
Pagamento de dividendos - exercício anterior	16c	–	(30.000)	–	–	(30.000)
Aumento de capital - AGE de 30 de julho de 2021	16 a	36.000	–	–	–	36.000
Aumento de capital - AGE de 27 de agosto de 2021	16 a	55.000	–	–	–	55.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	182	–	–	182
Outros resultados abrangentes		–	–	(10.815)	–	(10.815)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	105.717	105.717
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	16 b	–	5.286	–	(5.286)	–
Reserva estatutária	16 b	–	75.323	–	(75.323)	–
Dividendos intermediários (R$ 0,72 por ação)	16c	–	–	–	(12.094)	(12.094)
Dividendos a distribuir (R$ 0,78 por ação)	16c	–	–	–	(13.014)	(13.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		485.333	131.370	(10.238)	–	606.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	105.717	107.045
Outros resultados abrangentes	(10.815)	(6.016)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(17.987)	(10.242)
Efeitos tributários	7.195	4.097
Ajustes de avaliação patrimonial	(38)	215
Efeitos tributários	15	(86)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	94.902	76.018

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	2.362.231	1.807.992
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.247.400	1.593.966
(+) Outros recebimentos operacionais	34.129	6.755
(–) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(1.737.958)	(1.304.456)
(–) Pagamento de comissões	(268.024)	(156.658)
(–) Pagamento de pessoal	(56.968)	(48.168)
(–) Pagamento de serviços terceiros	(37.926)	(24.384)
(–) Pagamento de tributos	(99.985)	(148.745)
(–) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	–	–
(–) Pagamentos de promoção/publicidade	(619)	(1.147)
(–) Aplicações financeiras	(1.251.616)	(1.540.978)
(–) Outros pagamentos operacionais	(128.729)	(104.044)
Caixa líquido das atividades operacionais	60.935	80.133
Atividades de financiamento		
(–) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(42.094)	(80.000)
(–) Pagamentos de participação no resultado	(12.094)	–
Caixa líquido das atividades de financiamento	(54.188)	(80.000)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	6.747	133
Caixa - saldo inicial	7.653	7.520
Caixa - saldo final	14.400	7.653
Ativos livres no início do exercício	7.853	153.253
Ativos livres no final do exercício	14.400	7.853
Aumento (redução) nos ativos livres	6.547	(145.400)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro-saúde. Foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Operadora segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19.

Dentro dos impactos causados pela pandemia, destacamos os prêmios retidos que totalizaram em 2021 R$ 2.133,0 milhões, aumento de R$ 283,5 milhões ou 15,3% sobre os R$ 1.849,5 milhões em 2020. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 78,6%, um aumento de 7,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe destacar que em 2020, diversas cirurgias eletivas foram canceladas no período de pandemia, e retomadas em 2021.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Operadora.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Operadora reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 2.785, sendo R$ 2.138 referente às despesas dos projetos incorridas em 2020 e R$ 647 referente ao exercício corrente de 2021.

1.3 INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R$ 46.837, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Operadora use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, principalmente na determinação das provisões técnicas.

A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pela ANS, segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435/18 e alterações. A ANS não aprovou o CPC 11 - Contratos de Seguros.

2.1.2 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Resolução Normativa nº 472/21

Com a publicação da Resolução Normativa nº 472, de 29 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS, haverá impactos na contabilização da corresponsabilidade cedida, a saber: A Companhia passará a reconhecer esta operação no grupo de sinistros retidos, deixando no grupo de contraprestações apenas a taxa de administração. Com relação a receita de assistência à saúde, na modalidade preço pós estabelecido, o valor cobrado correspondente ao custo dos atendimentos médico hospitalares passará a ser registrado como recuperação de despesa, em sinistros retidos. A Resolução também referendou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.3 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.4.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.4.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

2.5 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

2.7 CONTRATOS DE SEGURO E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Companhia emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs), descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPNG) é calculada "pro rata" com base nos prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.

(c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.

(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

(e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

2.8 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado segregando-se entre as modalidades individual, coletiva empresarial, coletiva por adesão e corresponsabilidade assumida.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, considerando as vigências dos contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos.

Na determinação das estimativas de remissão, é utilizada a tábua de mortalidade BR-EMS (Experiência do mercado segurador brasileiro) vigentes no momento de realização do TAP, ajustadas, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa deverão ser descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.

Informamos que os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 393/15, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (PIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

2.9 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITA

2.10.1 PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.7(a)).

2.10.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 466.091.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.4.1. O valor total de disponível, aplicações e prêmios a receber em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 595.977, para os quais existem R$ 2.808 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, segundo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 194.150, para as quais existem R$ 195.109 em depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 10.1). O valor total dos créditos tributários diferidos em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 113.647 (ativo) e R$ 7.060 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Operadora está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que em decorrência da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 98,2% (98,5% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 7.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Operadora possui controles como objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	21.965	-	13.729	-
Fluxo de 1 a 30 dias	125.649	105.505	168.162	55.368
Fluxo de 2 a 6 meses	12.199	338.946	7.962	223.420
Fluxo de 7 a 12 meses	8.291	14.615	6.702	13.207
Fluxo acima de 1 ano	494.015	15.465	479.637	17.067
Total	**662.119**	**474.531**	**676.191**	**309.062**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas as oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

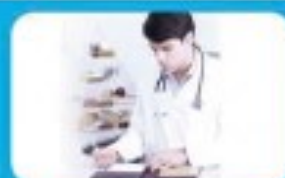
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Inflação (IPCA/IGP-M)	51,6%	50,7%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	27,9%	47,9%
Prefixados	19,1%	0,2%
Ações	0,8%	0,7%
Outros	0,6%	0,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Gualanases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021:

Fator de risco	Cenário (*)	Impacto
	+ 50 b.p.	(10.312)
	+ 25 b.p.	(5.242)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(2.118)
	- 10 b.p.	2.118
	- 25 b.p.	5.242
	- 50 b.p.	10.312
	+ 50 b.p.	(995)
	+ 25 b.p.	(829)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(663)
	- 10 b.p.	663
	- 25 b.p.	829
	- 50 b.p.	995
	+ 50 b.p.	(387)
	+ 25 b.p.	(208)
Juros pré-fixados	+ 10 b.p.	(96)
	- 10 b.p.	96
	- 25 b.p.	208
	- 50 b.p.	387
	+ 34%	92
Ações	+ 17%	46
	+ 9%	23

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4.5 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(15.899)	(7.653)
Sinistros - aumento de 50,0%	(20.434)	(8.227)

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A necessidade de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 16 (d).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

6.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs	158.201	–	158.201	207.211	–	207.211
NTNs-B	107.069	–	107.069	–	32.764	32.764
LTNs	–	–	–	4.630	–	4.630
Ações de companhias abertas	4.451	–	4.451	3.586	–	3.586
Letras financeiras - privadas	–	1.304	1.304	–	756	756
Outros		4.325	4.325	–	3.603	3.603
Total	269.721	5.629	275.350	215.427	37.123	252.550
Aplicações financeiras em garantia			275.350			252.350
Aplicações financeiras livres			–			200

6.1.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2021 Nível 1	Dezembro de 2020 Nível 1
Carteira própria		
NTN-B	257.200	260.361
Total - não circulante	257.200	260.361
Aplicações financeiras em garantia	257.200	260.361

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 274.206 (R$ 259.380 em dezembro de 2020).

6.1.3 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2021 Nível 1	Dezembro de 2020 Nível 1
Carteira própria		
NTN-B	19.408	–
Total - não circulante	19.408	–
Aplicações financeiras em garantia	19.408	–

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 18.291. Em dezembro de 2020 a Operadora não possuía aplicações classificadas nessa categoria.

6.1.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devido sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTNs-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da companhia:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo circulante (*)	716.543	620.778
Passivo circulante	528.528	444.893
Índice de liquidez corrente	1,36	1,40

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

6.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	512.911	418.909
Aplicações	1.247.400	1.593.966
Resgates	(1.233.629)	(1.540.978)
Rendimentos	43.263	51.256
Ajuste a valor de mercado	(17.987)	(10.242)
Saldo final	551.958	512.911

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

7.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer	15.342	11.842
Vencidos de 1 a 30 dias	8.800	5.693
Vencidos de 31 a 60 dias	1.715	2.177
Vencidos de 61 a 120 dias	1.638	362
Vencidos a mais de 120 dias	2.124	731
Total	29.619	20.805
Provisão para perdas sobre créditos	(2.808)	(9.768)
Total	26.811	11.037

7.2 OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Referem-se principalmente a valores a receber da co-participação dos beneficiários e aportes de valores excedentes de sinistralidades. Contempla também os valores dos reajustes aplicados no último trimestre de 2021, líquidos das provisões para perdas.

8. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	78.229	72.887
Constituições	265.669	180.028
Apropriações para despesa	(157.141)	(174.686)
Saldo final	186.757	78.229
Circulante	85.576	45.444
Não circulante	101.181	32.785

O prazo médio de amortização é de 34 meses, sendo o mesmo prazo de 2020.

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Adiantamentos para despesas (I)	30.057	7.555
Contas a receber - Fundação Itaú	16.341	19.909
Transações com partes relacionadas (II)	3.136	2.322
Outros créditos a receber	107	1.413
Total	49.641	31.199

(I) Deve-se principalmente a adiantamentos realizados para serviços de tecnologia e inovação sistêmica.

(II) Vide nota explicativa nº 21.

10. TRIBUTOS

10.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (I)	113.647	68.525
Impostos sobre serviços	2.090	2.090
Imposto de renda	522	4.601
Contribuição social	161	1.232
Outros	1.135	947
Total	117.555	77.395
Circulante	3.908	8.870
Não circulante	113.647	68.525

(I) Vide nota explicativa nº 10.2.

10.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	30.522	52.004	(4.968)	77.558
PIS e COFINS s/sinistros a liquidar e IBNR	16.172	2.397	(1.434)	17.135
Provisão para riscos sobre créditos	15.206	3.780	(12.543)	6.443
Participação nos lucros	3.131	4.579	(6.818)	892
Outras	3.494	10.970	(2.845)	11.619
Total	68.525	73.730	(28.608)	113.647

10.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	91.545
2023	20.492
2024	658
2025	191
2026	180
Após 2026	581
Total	113.647
Valor presente (*)	106.396

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	109.613	182.707
(–) Participações nos resultados	(13.001)	(6.844)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	96.612	175.863
Alíquota vigente (I)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	(38.645)	(70.345)
Indébitos tributários (II)	46.837	–
Inovação tecnológica (III)	2.785	–
Incentivos fiscais	644	2.027
Outros	(2.516)	(500)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	47.750	1.527
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	9.105	(68.818)
Taxa efetiva (D/A)	9,4%	39,1%

(I) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40% (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

(II) Reversão do passivo diferido de IR e CS, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais. Vide nota explicativa nº 1.3.

(III) Refere-se principalmente aos benefícios relacionados aos projetos vinculados à lei de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei do Bem). Vide nota explicativa nº 1.2.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (*)	167.070	164.074
PIS (*)	24.185	23.766
Sinistros	1.801	1.987
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	881	2.882
Outros	1.172	1.071
Total	195.109	193.780

(*) Vide nota explicativa nº 15(a).

12. IMOBILIZADO

	Saldo residual em dezembro de 2020	Baixas/venda	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
	Dezembro de 2021						
Edificações	144.140	(6.615)	(2.795)	145.229	(10.499)	134.730	2,0
Terrenos	44.966	(2.590)	–	42.376	–	42.376	
Total	189.106	(9.205)	(2.795)	187.605	(10.499)	177.106	

Não se observou evidências objetivas de "impairment" para os ativos imobilizados em 2021 e não houve reconhecimento de perdas.

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As provisões técnicas apresentaram a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	399.875	292.933
Constituições decorrentes de prêmios	2.131.742	1.916.027
Amortização pela vigência decorrida	(2.222.535)	(1.904.700)
Aviso de eventos/sinistros	1.780.103	1.372.836
Pagamento de eventos/sinistros	(1.624.899)	(1.277.492)
Outras (constituição/reversão)	1.805	231
Total	466.091	399.875
Circulante	458.679	393.355
Não circulante	7.412	6.520

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2021, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 2.8).

14. DÉBITOS DIVERSOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Débitos a pagar	14.308	21.688
Transações com partes relacionadas (*)	11.025	7.564
Participação nos lucros a pagar	10.935	9.702
Encargos trabalhistas	5.459	5.172
Total	41.727	44.126
Circulante	37.533	40.916
Não circulante	4.194	3.210

(*) Vide nota explicativa nº 21.

15. PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	185.318	302	3.050	188.670
Constituições	–	233	2.838	3.071
Encerramentos êxito/reversões	–	47	(404)	(357)
Pagamentos	–	–	(1.249)	(1.249)
Atualização monetária	3.360	21	634	4.015
Saldo em 31 de dezembro de 2021	188.678	603	4.869	194.150
Quantidade de processos	7	13	275	295

(a) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - Composição por Natureza

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As obrigações legais estão classificadas como probabilidade de perda possível. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
COFINS (I)	163.611	160.700
PIS (II)	24.185	23.766
Outras provisões	882	852
Total	188.678	185.318

(I) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Nesta ação, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(II) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

Na ação da Companhia, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral.

(III) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 15.083 (R$ 10.593 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 10.595 (R$ 7.771 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 2.080 (R$ 1.497 de possível impacto no lucro líquido).

(b) Provisões para Processos Trabalhistas

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 69 (R$ 2 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados (perda possível), não há constituição de provisão.

PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Gualanases, 1.238 - 8º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Provisões para Processos Cíveis

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível, cujas ações judiciais apresentam objetos diversos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 2.168 (R$ 1.520 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos as perdas são consideradas possíveis e não são provisionadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social era de R$ 485.333, representado por 16.782.336 (unidades) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As AGEs realizadas em 30 de julho de 2021 e 27 de agosto de 2021, deliberaram aumento de capital social no montante de R$ 36.000 e R$ 55.000, respectivamente, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 35.991 (R$ 30.705 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 95.198 (R$ 49.874 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Dividendos

A Administração da Companhia aprovou em 30 de abril de 2021 a distribuição de dividendos, no montante de R$ 30.000, à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Em 28 de dezembro de 2021 a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 12.094 à conta de dividendos antecipados do exercício.

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido	105.717	107.045
(–) Reserva legal - 5%	(5.286)	(5.352)
Lucro básico para determinação do dividendo	**100.431**	**101.693**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**25.108**	**25.423**
Dividendos mínimos obrigatórios	13.014	25.423
Dividendos intermediários	12.094	–
Total de dividendos	**25.108**	**25.423**
Total por ação (R$)	**1,50**	**1,81**

(d) Demonstração do patrimônio líquido ajustado - (PLA) e margem de solvência

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Patrimônio líquido	606.465	475.489
Despesas diferidas	(186.757)	(78.229)
Intangível	(24.721)	(20.669)
Despesas antecipadas	(191)	–
Receitas operacionais diferidas, efetivamente recebidas	–	2.221
Patrimônio líquido ajustado	**394.796**	**378.812**
Margem de solvência	**352.815**	**352.815**
Suficiência de capital	**41.981**	**25.997**

17. PRÊMIOS RETIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saúde	2.072.741	1.762.259
Odonto	149.794	142.441
Corresponsabilidade assumida	(89.557)	(55.227)
Total	**2.132.978**	**1.849.473**

17.1 CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA - PRÊMIOS

	Corresponsabilidade cedida em preço pós-estabelecido	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Planos coletivos empresariais depois da Lei (*)	(89.557)	(55.227)

(*) Valores relacionados a corresponsabilidade assumida por outras operadoras (prestadora) que disponibilizaram aos nossos beneficiários acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede de serviços de assistência à saúde. Após a Resolução Normativa nº 430/17, essa operação passou a ser contabilizada de forma redutora, na rubrica de prêmios retidos e as liquidações desse passivo acontece em até 5 dias.

18. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consulta medica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos/ demais despesas	Procedimentos odontologicos	Total
Rede contratada	(85.167)	(78.237)	(45.970)	(771.841)	(414.611)	(70.749)	(1.466.575)
Reembolso	(65.322)	(41.838)	(4.708)	(44.712)	(63.089)	(611)	(220.280)
Total em 31 de dezembro de 2021	**(150.489)**	**(120.075)**	**(50.678)**	**(816.553)**	**(477.700)**	**(71.360)**	**(1.686.855)**
Total em 31 de dezembro de 2020	**(94.625)**	**(189.699)**	**(78.880)**	**(622.946)**	**(190.440)**	**(57.817)**	**(1.234.407)**

18.1 CORRESPONSABILIDADE CEDIDA - SINISTROS

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	1.544.964	1.123.740
Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido	70.625	55.638
Planos coletivos empresariais depois da Lei (Odonto)	69.554	52.398
Planos coletivos por adesão depois da Lei (Odonto)	1.712	2.631
	1.686.855	1.234.407

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Pessoal	(71.028)	(62.014)
Despesas compartilhadas (*)	(68.657)	(51.440)
Serviços de terceiros	(40.309)	(32.569)
Localização e funcionamento	(10.536)	(6.741)
Publicidade	(879)	(1.387)
Outros	(1.409)	(3.919)
Total	**(192.818)**	**(158.070)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do grupo Porto Seguro.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Juros de títulos disponíveis para a venda	29.134	18.413
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	14.673	35.501
Variações monetárias dos depósitos judiciais	3.672	2.515
Outras	5.170	1.951
Total de receitas financeiras	**52.649**	**58.380**
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(3.360)	(2.300)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(544)	(2.658)
Outras	(1.883)	(1.083)
Total de despesas financeiras	**(5.787)**	**(6.041)**
Resultado financeiro	**46.862**	**52.339**

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Prestação de serviços de seguro-saúde para as empresas do grupo Porto Seguro;

(ii) Despesas administrativas repassadas por sua controladora Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(iii) Prestação de serviços de assistência médica e utilização de rede hospitalar contratados da ligada Serviços Médicos; e

(iv) Conta corrente de pagamentos de sinistros com a ligada Portomed.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Serviços Médicos	1.891	1.532
Portomed	1.017	517
Porto Seguro Saúde Ocupacional	200	129
Outros	28	144
Total	**3.136**	**2.322**
Passivo		
Porto Cia	10.694	7.233
Portomed	331	331
Total	**11.025**	**7.564**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Cia	107.630	101.065	(107.947)	(93.671)
Porto Atendimento	24.190	19.294	(15.846)	(10.175)
Serviços Médicos	22.024	18.943	–	–
Portomed	11.026	13.141	–	–
Porto Consórcio	5.370	5.398	–	–
Portoseg	2.139	1.571	–	–
Outras	9.527	9.778	(1.402)	(2.203)
Total	**181.906**	**169.190**	**(125.195)**	**(106.049)**

22. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Diretor Presidente

SAMI FOGUEL – CEO - Saúde

MARCELO ZORZO – Diretor de Produto - Saúde

CELSO DAMADI – Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA – Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA – Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI – Diretor de Tecnologia da Informação

FABIO OHARA MORITA – Diretor

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA – Diretor

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO – Diretor Vice-Presidente

CARLA MARIA MITA NOGUEIRA SCHYMURA – Diretora de Produto

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO – Diretor de Operações

RAFAEL VENEZIANI KOZMA – Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN – Diretor Financeiro

CAROLINA HELENA ZWARG – Diretora de Recursos Humanos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES – Diretora Jurídica e Riscos

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES – Diretor de Clientes e Digital

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM – Diretor

JAIME SOARES BATISTA – Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

•Receitas operacionais

As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2021 R$ 2.280,5 milhões, com aumento de R$ 445,0 milhões ou 24,2% em relação ao ano anterior.

•Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 229,0 milhões, registrando aumento de R$ 51,8 milhões ou 29,2% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 15,05 em 2021 e R$ 11,69 em 2020.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da instituição têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Segundo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Instituição segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		11.762.258	8.764.040
Disponibilidades		226.249	161.177
Caixa e equivalentes de caixa	5	226.249	161.177
Instrumentos financeiros		201.079	61.239
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	6	201.079	61.239
Operações de crédito		2.327.106	1.659.051
Setor privado	7	2.921.728	2.123.420
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(594.622)	(464.369)
Outros créditos		8.976.990	6.841.111
Valores a receber relativos a transação de pagamento	7	8.792.944	6.817.431
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(71.331)	(44.278)
Diversos	8	255.377	67.958
Outros valores e bens		30.834	41.462
Outros valores e bens		35.803	47.409
Provisão para outros valores e bens		(4.969)	(5.947)
Não circulante		1.689.886	1.262.866
Operações de crédito		1.142.829	976.168
Setor privado	7	1.209.171	1.013.642
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(66.342)	(37.474)
Outros créditos		374.751	286.153
Ativos fiscais diferidos	9	336.372	248.955
Diversos	8	38.379	37.198
Investimento em entidade controlada em conjunto	10	162.432	–
Intangível		9.874	545
Software		22.758	12.051
(–) Amortizações		(12.884)	(11.506)
Total do ativo		13.452.144	10.026.906

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		10.313.358	7.768.390
Depósitos	11	952.089	459.294
Depósitos interfinanceiros		568.632	459.294
Depósitos a prazo		383.457	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	482.855	528.422
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		482.855	528.422
Relações interfinanceiras		6.862.157	5.328.950
Transações de pagamento	12.2	6.862.157	5.328.950
Outras obrigações		2.016.257	1.451.724
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.615	981
Sociais e estatutárias		8.447	8.605
Fiscais e previdenciárias	12.1.1	120.221	54.931
Provisão para pagamentos a efetuar		56.886	61.639
Diversas	12.3	1.825.088	1.325.568
Não circulante		1.961.496	1.228.810
Depósitos	11	–	726.262
Depósitos interfinanceiros		–	726.262
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	1.918.842	461.678
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.918.842	461.678
Provisões para impostos e contribuições diferidas		157	840
Outras obrigações		42.497	40.030
Fiscais e previdenciárias	12.1.2	36.823	35.583
Diversas	12.3	5.674	4.447
Patrimônio líquido		1.177.290	1.029.706
Capital social	13 a	550.000	550.000
Outros resultados abrangentes		(18)	(27)
Reservas de lucros		627.308	479.733
Total do passivo e patrimônio líquido		13.452.144	10.026.906

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota expli-cativa	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Receitas da intermediação financeira		762.040	1.380.900	507.797	1.114.370
Operações de crédito	14	748.287	1.360.027	503.220	1.063.022
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		13.753	20.873	4.577	13.071
Resultado com instrumentos derivativos		–	–	–	38.277
Despesas da intermediação financeira		(493.433)	(784.103)	(257.200)	(608.065)
Operações de captação no mercado		(118.711)	(162.272)	(31.374)	(124.548)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(374.722)	(621.831)	(225.826)	(483.517)
Resultado bruto da intermediação financeira		268.607	596.797	250.597	506.305
Outras receitas (despesas) operacionais		(106.414)	(224.851)	(112.059)	(240.303)
Receita de prestação de serviços	15	443.080	840.852	365.218	670.531
Despesas com pessoal		(24.578)	(43.766)	(16.087)	(31.395)
Outras despesas administrativas	16	(279.832)	(560.907)	(263.543)	(493.716)
Despesas tributárias		(67.601)	(124.726)	(51.950)	(99.412)
Outras receitas operacionais	17	42.758	58.745	12.370	50.612
Outras despesas operacionais	18	(220.241)	(395.049)	(158.067)	(336.923)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		162.193	371.946	138.538	266.002
Imposto de renda	9.2	(67.042)	(126.414)	(39.645)	(81.564)
Contribuição social	9.2	(56.913)	(92.475)	(25.361)	(51.466)
Ativo fiscal diferido	9.2	71.392	87.424	20.100	48.393
Participações nos lucros		(5.502)	(11.530)	(1.565)	(4.205)
Lucro líquido do semestre/exercício	20	104.128	228.951	92.067	177.160
Quantidade de ações (mil)	20	15.217	15.217	15.154	15.154
Lucro líquido básico e diluído por ação (R$)	20	6,84287	15,04574	6,07536	11,69090

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Estatutária	Reservas de Lucros – Outras	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		505.000	60.168	290.940	–	(262)	–	855.846
Aumento de capital conforme AGE de 31 de janeiro de 2020		45.000	–	–	–	–	–	45.000
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	235	–	235
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	177.160	177.160
Destinações:								
Reserva legal		–	8.858	–	–	–	(8.858)	–
Reserva estatutária		–	–	119.767	–	–	(119.767)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 2,83 por ação)		–	–	–	–	–	(43.064)	(43.064)
Dividendos mínimos (R$ 0,36 por ação)		–	–	–	–	–	(5.471)	(5.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		550.000	69.026	410.707	–	(27)	–	1.029.706
Saldos em 30 de junho de 2020		550.000	60.168	290.940	–	(262)	63.062	963.908
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	235	–	235
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	92.067	92.067
Destinações:								
Reserva legal		–	8.858	–	–	–	(8.858)	–
Reserva estatutária		–	–	119.767	–	–	(119.767)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 1,38 por ação)		–	–	–	–	–	(21.033)	(21.033)
Dividendos mínimos (R$ 0,36 por ação)		–	–	–	–	–	(5.471)	(5.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		550.000	69.026	410.707	–	(27)	–	1.029.706
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R$ 1,31 por ação)		–	–	(20.000)	–	–	–	(20.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	346	–	–	346
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	9	–	9
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	228.951	228.951
Destinações:								
Reserva legal	13 b	–	11.448	–	–	–	(11.448)	–
Reserva estatutária	13 b	–	–	155.781	–	–	(155.781)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 2,83 por ação)	13 c	–	–	–	–	–	(47.208)	(47.208)
Dividendos intermediários (R$ 0,36 por ação)	13 c	–	–	–	–	–	(14.514)	(14.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		550.000	80.474	546.488	346	(18)	–	1.177.290
Saldos em 30 de junho de 2021		550.000	69.026	390.707	159	(27)	124.823	1.134.688
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	187	–	–	187
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	9	–	9
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	104.128	104.128
Destinações:								
Reserva legal	13 b	–	11.448	–	–	–	(11.448)	–
Reserva estatutária	13 b	–	–	155.781	–	–	(155.781)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 3,10 por ação)	13 c	–	–	–	–	–	(47.208)	(47.208)
Dividendos intermediários (R$ 0,95 por ação)	13 c	–	–	–	–	–	(14.514)	(14.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		550.000	80.474	546.488	346	(18)	–	1.177.290

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício	104.128	228.951	92.067	177.160
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	374.722	621.831	225.826	483.517
Resultado de equivalência patrimonial	5.530	5.530	–	–
Amortizações	1.038	1.378	170	434
Lucro líquido ajustado	485.418	857.690	318.063	661.111
Variações de ativos e passivos	(392.243)	(701.799)	(440.748)	(506.363)
Variação em títulos e valores mobiliários	(117.984)	(139.840)	307.120	59.273
Variação em operações de crédito	(614.013)	(1.456.547)	(384.032)	(990.863)
Variação em outros créditos	(1.464.640)	(2.164.477)	(2.178.298)	(1.316.444)
Variação em outros valores e bens	2.579	10.628	(4.932)	(26.381)
Variação em investimento de entidade controlada em conjunto	(167.962)	(167.962)	–	–
Variação em depósitos interfinanceiros	(148.142)	(616.924)	263.297	1.076.815
Variação em depósitos a prazo	167.100	383.457	–	–
Variação em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	436.901	1.411.597	(421.986)	(346.987)
Variação em obrigações por empréstimos e repasses	97.918	136.289	28.536	(51.348)
Variação em instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	7.440
Variação em outras obrigações	1.583.650	2.154.551	2.026.409	1.294.853
Caixa consumido pelas operações				
Impostos sobre o lucro pagos	(69.732)	(116.282)	(48.326)	(91.016)
Juros sobre captação de recursos pagos	(97.918)	(136.289)	(28.536)	(121.705)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	93.175	155.891	(122.685)	154.748
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(54.641)	(80.112)	(17.878)	(54.577)
Aquisição de intangível	(10.707)	(10.707)	–	–
Aumento de capital	–	–	–	45.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(65.348)	(90.819)	(17.878)	(9.577)
Aumento/(diminuição) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	27.827	65.072	(140.563)	145.171
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	198.422	161.177	301.740	16.006
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	226.249	226.249	161.177	161.177
Aumento/(diminuição) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	27.827	65.072	(140.563)	145.171

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Campos Elísios - São Paulo - SP, com o objetivo de exercer a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito próprios, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados. A Instituição é controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

A Portoseg é dependente da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações de maneira correta e consequente elaboração das demonstrações financeiras. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios da Portoseg e nos últimos anos, foram feitos investimentos e parcerias em sistemas e processos de tecnologia da informação. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados da Instituição é essencial para as suas atividades.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Lucro líquido do semestre/exercício	104.128	228.951	92.067	177.160
Outros resultados abrangentes	9	9	235	235
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:				
Outros ajustes de avaliação patrimonial	15	15	392	392
Efeitos tributários	(6)	(6)	(157)	(157)
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	104.137	228.960	92.302	177.395

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Instituição segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos. A carteira de operações de cartão de crédito e CDC cresceu 29,8% em dezembro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a nossos clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Instituição.

Dentro das principais ações internas destacamos a adoção ao regime de "home office" para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

1.2. OUTRAS INFORMAÇÕES - BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS LEI DO BEM

Com as recentes e contínuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem referente aos projetos realizados durante o período de 2012 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período a Companhia entende que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Instituição reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R$ 2.858, sendo parte em reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados às incertezas que existiam no passado sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R$ 684 em 2016 e benefícios tributários referentes às despesas dos projetos incorridas nos montantes de R$ 2.174 em 2020. Em complemento, a Instituição reconheceu o montante de R$ 5.950 referente ao exercício corrente de 2021.

1.3. OUTRAS INFORMAÇÕES - AQUISIÇÃO CONECTCAR

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 25 de junho de 2021 e 01 de outubro de 2021, a Instituição, assinou, com a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa do Grupo Ultra, contrato para a aquisição de 50% das ações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), no valor de R$ 165.000. Em dezembro de 2021 apurou-se ajuste de preço da operação, no montante de R$ 6.538, devolvidos para a Instituição. Desta forma, o efeito líquido da operação totalizou R$ 158.462.

As devidas aberturas dos ativos adquiridos serão efetuadas ao longo dos próximos meses, com base em estudo técnico que suporte o registro contábil, PPA ("Purchase Price Allocation") que está em fase de elaboração.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve em 31 de dezembro de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela adoção da Resolução BACEN nº 4.747, que dentre outros assuntos, determina que os ativos não financeiros mantidos para venda devem ser avaliados pelo menor valor entre: i) o valor contábil líquido do ativo, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável e a depreciação ou amortização acumulada ii) e o valor justo do ativo, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas. Os impactos não foram materiais e relevantes.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros (ii) da provisão e contingência para risco de créditos ("impairment"); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Instituição revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Instituição em curso normal.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Instituição foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo também com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

2.4.1. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

A Instituição classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Instituição, alocadas em carteira própria, referem-se a "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos. Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo ("hedge de valor justo"), com as variações registradas em conta de resultado do período, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto do "hedge", na rubrica "Resultado com instrumentos derivativos".

O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3, no mínimo na data de encerramento do período de publicação. No início das operações de "hedge", a Instituição documenta a relação entre o instrumento e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade, que deve manter-se entre 80% e 125%. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Instituição não possuía valores justos de instrumentos derivativos.

2.6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" (recuperação) a cada data de balanço.

As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor - CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

2.7. ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.9. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 8).

2.10. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrual" até o 60º dia de atraso, após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

2.11. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.12. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as instituições financeiras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Instituição possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há o Comitê de Risco Integrado, que tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores chaves de riscos.

Em observância às regras do BACEN, a Instituição divulga o Conglomerado Prudencial e o relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (http://ri.portoseguro.com.br), na seção Conglomerado Prudencial até o final do mês de março de 2022.

Vale destacar que decorrente da pandemia de COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Instituição, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e capital.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

3.1. RISCO DE CRÉDITO

As exposições sujeitas ao risco de crédito constituem parte relevante dos riscos inerentes à Instituição, de tal modo ser fundamental uma análise criteriosa da qualidade da carteira de empréstimos e financiamentos, assim como das contrapartes do portfólio de investimento.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

3.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de stress;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos dos vencimentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

3.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria e em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas à hedge de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

3.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O monitoramento e gerenciamento do risco operacional é executado de forma corporativa e centralizado, contando com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades, possibilitando assim estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos.

Isto inclui a construção de uma base de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre o Conglomerado, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basiléia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Capital regulamentar		
Nível I	1.328.447	1.145.770
Capital principal	1.328.447	1.145.770
Nível II	262.745	–
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	262.745	–
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	1.591.192	1.145.770
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito	13.009.277	10.238.751
De mercado	12.332	18.824
Operacional	672.232	565.768
Ativos ponderados pelo risco (B)	13.693.841	10.823.343
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	1.369.384	1.001.159
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	221.808	144.611
Índice de capital (A/B)	11,62%	10,59%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Caixa	200.950	161.158
Equivalentes de caixa (*)	25.299	19
	226.249	161.177

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (*)

Títulos para negociação	Dezembro de 2021 – Acima de 360 dias	Dezembro de 2021 – Total	Dezembro de 2020 – Total
Fundos exclusivos			
LFTs	137.092	137.092	179
DI	63.987	63.987	61.060
	201.079	201.079	61.239

(*) A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do exercício na rubrica "Resultado com operações com títulos e valores mobiliários".

As cotas de fundos de investimentos avaliadas ao valor justo são classificadas substancialmente como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS - VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

(a) Por tipo de operação

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações de crédito		
Financiamentos	2.098.452	1.798.487
Cartão de crédito (i)	1.581.377	1.095.638
Empréstimos	451.070	242.937
	4.130.899	3.137.062
Títulos e créditos a receber (ii)	8.792.944	6.817.431
	12.923.843	9.954.493
Circulante	11.714.672	8.940.851
Não circulante	1.209.171	1.013.642

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes (Vide nota explicativa nº 12.2).

(b) Por setor de atividade

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Setor privado		
Pessoas físicas	12.493.967	9.590.123
Outros serviços (*)	404.153	336.428
Comércio	13.467	15.957
Intermediadores financeiros	11.656	10.993
Indústria	600	992
	12.923.843	9.954.493

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a corretores de seguros e prestadores de serviços do grupo Porto Seguro.

PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Por faixa de vencimento

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer		
Até 90 dias	9.150.240	7.392.015
De 91 a 360 dias	892.595	713.907
Acima de 360 dias	1.209.171	1.013.644
Vencidos		
Até 14 dias	628.170	74.064
Acima de 14 dias	1.043.667	760.863
	12.923.843	9.954.493

(d) Concentração de crédito

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
1 a 10 maiores devedores	11.931	11.848
11 a 60 maiores devedores	29.229	26.019
61 a 160 maiores devedores	37.404	29.203
Demais devedores	12.845.279	9.887.423
	12.923.843	9.954.493

(e) Por Nível de Risco

Nível de risco	Provisão mínima requerida (%)	Cartão de crédito e títulos e créditos	Financiamento	Empréstimo	Total da carteira	Provisão 2.682/99	Provisão total (*)	Dezembro de 2020 Total da carteira	Dezembro de 2020 Provisão total (*)
AA	–	–	257.381	17.438	274.819	–	–	179.880	–
A	0,5	8.936.790	1.401.673	319.926	10.658.389	53.292	69.010	8.484.147	42.421
B	1	109.126	104.227	49.470	262.823	2.628	2.628	156.899	1.569
C	3	461.145	119.177	26.386	606.708	18.201	18.201	358.519	10.756
D	10	200.561	65.070	9.003	274.634	27.464	27.464	162.787	16.279
E	30	137.528	46.457	5.385	189.370	56.811	56.811	111.473	33.442
F	50	100.618	35.432	4.432	140.482	70.241	70.241	85.978	42.989
G	70	71.622	19.871	4.101	95.594	66.916	66.916	53.816	37.671
H	100	356.931	49.164	14.929	421.024	421.024	421.024	360.994	360.994
Total		10.374.321	2.098.452	451.070	12.923.843	716.577	732.295	9.954.493	546.121
Provisão sobre o total da carteira							5,7%		5,1%

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito. O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão (Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional).

(f) Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	546.121	412.340
Constituição de provisão	622.133	483.517
Reversões e baixas para prejuízo - líquidas de recuperações	(435.959)	(349.736)
Saldo final	732.295	546.121

(g) Informações complementares

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Montante de créditos renegociados	353.806	360.236
Montante de créditos recuperados	141.669	141.565
Montante de créditos baixados como prejuízo	(577.628)	(491.605)

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Cartão de crédito (i)	232.185	58.180
Depósitos judiciais	36.823	35.583
Outros	24.748	11.393
Total	293.756	105.156
Circulante	255.377	67.958
Não circulante	38.379	37.198

(i) O aumento deve-se, principalmente, às alterações operacionais relacionadas ao período entre corte e vencimento das faturas. Houve a renovação contratual com as Bandeiras Visa e Mastercard e, como forma de incentivo ao crescimento do negócio cartão de crédito, foram provisionados os saldos a receber destes fornecedores.

9. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	207.765	123.608	(40.765)	290.608
Provisão para programa fidelidade	32.053	8.750	(4.311)	36.492
Provisão para processos judiciais	4.794	1.489	(526)	5.757
Outras provisões	4.343	9.373	(10.201)	3.515
Total	248.955	143.220	(55.803)	336.372

9.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	272.250
2023	28.923
2024	32.414
2025	59
2026	2.549
Após 2026	177
Total	336.372
Valor presente (*)	313.582

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia de dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.2. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	162.193	371.946	138.538	266.002
(–) Participações nos lucros	(5.502)	(11.530)	(1.565)	(4.205)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	156.691	360.416	136.973	261.797
Alíquota vigente (i)	40%	40%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	(62.676)	(144.166)	(54.789)	(104.719)
Juros sobre o capital próprio	18.883	18.883	8.414	17.226
Inovação tecnológica (ii)	5.950	8.808	–	–
Incentivos fiscais	4.545	4.899	2.279	2.789
Majoração alíquota CSLL (i)	(14.889)	(14.889)	–	–
Outros	(4.376)	(5.000)	(810)	67
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	10.113	12.701	9.883	20.082
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(52.563)	(131.465)	(44.906)	(84.637)
IRPJ e CSLL correntes	(103.955)	(218.889)	(65.006)	(133.030)
IRPJ e CSLL diferidos	71.392	87.424	20.100	48.393

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das instituições financeiras.

(ii) Benefício fiscal utilizado da Lei do Bem referente aos projetos realizados com inovações tecnológicas. Vide nota explicativa 1.2.

10. INVESTIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO

	Investimento inicial	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros	Saldos em dezembro de 2021
ConectCar (i)	165.000	(5.530)	9.500	(6.538)	162.432
	165.000	(5.530)	9.500	(6.538)	162.432

(i) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. Vide nota explicativa 1.3.

11. DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Recursos de letras financeiras (i)	482.855	–	375.151	1.543.691	2.401.697	990.100
Depósitos interfinanceiros - DI	23.223	545.409	–	–	568.632	1.185.556
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	–	383.457	–	–	383.457	–
Total	506.078	928.866	375.151	1.543.691	3.353.786	2.175.656
Circulante					1.434.944	987.716
Não circulante					1.918.842	1.187.940

(i) Captação de recursos remunerados ao CDI.

Os passivos de captação de recursos e obrigações por empréstimos avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

12.1.1. CIRCULANTE

Refere-se, principalmente, a provisões de imposto de renda e contribuição social, líquidas de adiantamentos.

12.1.2. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais de naturezas tributárias. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

A Instituição questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios, na vigência do Código Civil de 2002, o saldo da provisão é de R$ 36.823 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 35.583 em 31 de dezembro de 2020). Além disso, pleiteia-se o reconhecimento do direito de compensar, com tributos federais, os créditos relativos a IRPJ e CSLL, pagos nos cinco anos anteriores à impetração do mandado de segurança e durante o curso do respectivo processo. Há decisão favorável, sendo que atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela União.

Adicionalmente, a Instituição é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R$ 9.151 (R$ 5.262 de possível impacto no lucro líquido). A principal refere-se à discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R$ 1.346 (R$ 969 de possível impacto no lucro líquido).

12.2. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

12.3. DIVERSAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Operações com cartão de crédito	1.729.134	1.243.613
Programa de incentivo - cartão de crédito	91.229	80.132
Provisões para processos judiciais (i)	4.743	3.788
Outras	5.656	2.482
	1.830.762	1.330.015
Circulante	1.825.088	1.325.568
Não circulante	5.674	4.447

(i) Vide nota explicativa nº 12.3.1.

12.3.1. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS - CÍVEIS E TRABALHISTAS

Além das provisões registradas contabilmente, existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 1.154 (R$ 913 em dezembro de 2020) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Instituição, as perdas são consideradas possíveis não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Instituição pelo desfecho destas ações.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 550.000 dividido em 15.217.403 (unidades) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas.

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição aprovou em 26 de fevereiro de 2021 e 30 de março de 2021, a distribuição de dividendos, sendo R$ 5.471 relativos ao complemento do dividendo mínimo obrigatório de 2020 e R$ 20.000 intermediários à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos nos meses da data de aprovação.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição de 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, aprovou a distribuição de R$ 47.208 (brutos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, pagos na mesma data de aprovação. Adicionalmente, a ATA de Reunião de Diretoria de 28 de dezembro de 2021 deliberou a distribuição de dividendos intermediários à conta de dividendos antecipados do exercício, no total de R$ 14.514, pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	228.951	177.160
(–) Reserva legal - 5%	(11.448)	(8.858)
Lucro básico para determinação do dividendo	217.503	168.302
Dividendos mínimos obrigatórios	54.376	42.076
JCP distribuídos - líquido	40.127	36.605
Dividendos mínimos e intermediários	14.514	5.471
Total de dividendos e JCP	54.641	42.076
Total por ação (R$)	3,59	2,78

14. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Cartão de crédito	504.537	901.060	320.381	717.240
Financiamentos	187.146	358.798	144.448	265.430
Empréstimos	50.759	89.248	33.473	70.178
Juros de mora	5.845	10.921	4.918	10.174
	748.287	1.360.027	503.220	1.063.022

15. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Receita de "interchange" (*)	278.617	503.744	200.078	367.122
Tarifas - "private label"	148.633	305.062	146.362	264.724
Outras	15.830	32.046	18.778	38.685
	443.080	840.852	365.218	670.531

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Processamento de dados	192.017	367.152	171.630	321.219
Comissões	45.675	109.695	51.660	95.623
Custo corporativo	14.977	27.973	11.169	22.288
Divulgações e publicidade	11.399	14.393	3.706	9.394
Infraestrutura e comunicação	4.836	9.368	4.017	8.126
Outras	10.928	32.326	21.361	37.066
	279.832	560.907	263.543	493.716

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Receitas de incentivo - cartão de crédito	31.948	43.088	2.103	7.143
Receita de variação cambial	5.112	6.832	4.279	33.045
Outras	5.698	8.825	5.988	10.424
	42.758	58.745	12.370	50.612

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Programa de fidelização	74.037	126.579	38.977	103.903
Despesas bancárias e de cobrança	39.117	73.015	30.170	62.540
Desconto concedido	38.704	67.582	34.996	59.530
Certificações	22.162	50.631	29.222	53.723
Perdas com fraude	8.366	14.962	7.689	12.127
Fretes	6.855	12.440	6.174	11.945
Despesas com recuperação	7.675	12.432	4.164	7.923
Promoções	1.422	2.520	1.367	2.660
Despesas internacionais	560	1.276	138	392
Outras despesas	21.343	33.612	5.170	22.180
	220.241	395.049	158.067	336.923

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
(ii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito ("private label") com a Porto Cia, Azul e Porto Conecta;
(iii) Captação de recursos com empresas do grupo Itaú Unibanco;
(iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
(v) Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;
(vi) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde;
(vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
(viii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Porto Investimentos.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Grupo Porto Seguro "private label"	1.607.688	1.208.903
Porto Cia	10.537	6.810
Portopar	69	–
Itaú Unibanco		
Depósitos interfinanceiros	545.409	664.751
Letras financeiras	743.640	281.848
	2.907.343	2.162.312

Receitas	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Porto Cia	3.784	7.299	3.268	6.158
Azul	2.301	4.280	1.700	3.192
Outras	338	653	–	–
	6.423	12.232	4.968	9.350

Despesas	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Porto Cia	60.228	109.221	45.492	89.558
Porto Atendimento	19.909	65.985	41.035	81.298
Crediporto	24.718	62.421	25.662	56.881
Itaú Unibanco	41.760	59.133	11.567	24.900
Outras	2.646	4.139	1.611	3.636
	149.261	300.899	125.367	256.273

20. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período. A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluitivo ou anti diluitivo sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação é demonstrado a seguir:

PORTOSEG S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

continuação

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2020	Dezembro de 2020
Lucro atribuível aos acionistas da Instituição	104.128	228.951	92.067	177.160
Média ponderada do número de ações durante o período	15.217	15.217	15.154	15.154
Lucro básico e diluído (R$)	6,84287	15,04574	6,07556	11,69090

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Instituição abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS - Diretor Presidente
CELSO DAMADI - Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos
LENE ARAÚJO DE LIMA - Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO - CEO - Negócios Financeiros
TIAGO VIOLIN - Diretor de Negócio
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES - Diretora Jurídica e Fiscos
RAFAEL VENEZIANI KOZMA - Diretor de Controladoria
DANIEL MENDES CASSIANO - Diretor de Negócio
ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA - Diretor de Negócio
RICARDO KAORU INADA - Diretor de Negócio
PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON - Diretor de Negócio
NELSON SANTOS AGUIAR - Diretor de Negócio
JOSÉ JÚLIO CARVALHO DE MELO - Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa (Notas 2.6, 3.1 e 7)	
A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição mantém modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles relevantes desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo e premissas adotadas pela administração na mensuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, que incluem processo de classificação dos graus de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da totalidade e integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para riscos de crédito.
O resultado obtido desse modelo interno é comparado ao resultado apurado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, e se necessário utilizado de modo incremental para complemento da provisão.	Testamos a aderência aos requisitos da referida norma, a razoabilidade e consistência das premissas adotadas pela administração, bem como em bases amostrais: (i) recálculo da referida provisão utilizando as premissas da administração; e (ii) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras da Instituição.
Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois a aplicação de diferentes critérios e julgamento na mensuração da provisão associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração para determinação da provisão para risco de crédito de empréstimos e financiamentos e as informações divulgadas nas demonstrações financeiras são consistentes e alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação	
A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.	Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Instituição.
Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.	
A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Instituição. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.	Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Instituição.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

•Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R$ 30,6 milhões, aumento de R$ 3,4 milhões, ou 12,4% em relação ao ano anterior. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável.

•Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R$ 26,4 milhões, com aumento de 24,8% em relação a 2020. O lucro por ação foi de R$ 0,58 em 2021 e R$ 0,75 em 2020.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa SELIC, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		413.936	493.049
Disponível		960	1.664
Caixa e bancos		960	1.664
Equivalentes de caixa	6	249.117	95.219
Aplicações financeiras	7	144.520	381.283
Outros créditos operacionais		394	–
Títulos e créditos a receber		1.815	2.743
Créditos tributários e previdenciários		1.815	2.743
Custo de aquisição diferidos	8	17.355	12.140
Capitalização		17.355	12.140
Despesas antecipadas		175	–
Não circulante		836.276	550.137
Realizável a longo prazo		836.276	550.137
Aplicações financeiras	7	810.075	546.741
Títulos e créditos a receber		20.684	126
Créditos tributários e previdenciários		20.662	120
Depósitos judiciais e fiscais		22	6
Custo de aquisição diferidos	8	5.517	3.270
Capitalização		5.517	3.270
Total do ativo		1.250.212	1.043.186

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		914.674	685.850
Contas a pagar		9.513	7.664
Obrigações a pagar		7.808	7.284
Impostos e encargos sociais a recolher		148	124
Encargos trabalhistas		16	14
Impostos e contribuições		1.521	226
Outras contas a pagar		20	16
Débitos de operações com capitalização		6.710	4.370
Débitos operacionais		505	309
Outros débitos operacionais		6.205	4.061
Depósitos de terceiros	10	2.377	51
Provisões técnicas - capitalização	9.1	896.074	673.765
Provisão para resgates		858.307	642.214
Provisão para sorteio		2.596	1.539
Provisão administrativa		35.171	30.012
Não circulante		195.992	249.721
Contas a pagar		10	5.684
Tributos diferidos		10	5.684
Provisões técnicas - capitalização	9.1	195.506	243.721
Provisão para resgates		186.609	237.476
Provisão para sorteio		396	506
Provisão administrativa		8.501	5.739
Outros débitos		476	316
Provisões judiciais		476	316
Patrimônio líquido	11	139.546	107.615
Capital social		81.000	18.900
Aumento de capital (em aprovação)		34.000	45.100
Reservas de lucros		55.240	35.089
Ajustes de avaliação patrimonial		(30.694)	8.526
Total do passivo e patrimônio líquido		1.250.212	1.043.186

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receita líquida com títulos de capitalização		67.279	60.012
Arrecadação com títulos de capitalização	12	873.325	870.472
Variação da provisão para resgate		(806.046)	(810.460)
Variação das provisões técnicas		(7.922)	(10.154)
Resultado com sorteio		(3.270)	(2.656)
Custos de aquisição	13	(22.871)	(23.918)
Outras receitas e despesas operacionais		(89)	(1.223)
Despesas administrativas	14	(13.641)	(11.492)
Despesas com tributos		(3.461)	(3.005)
Resultado financeiro	15	30.625	27.257
Resultado operacional		46.650	34.821
Resultado antes dos impostos e participações		46.650	34.821
Imposto de renda	16	(11.661)	(8.370)
Contribuição social	16	(8.546)	(5.274)
Participações sobre o lucro		(15)	(2)
Lucro líquido do exercício		26.428	21.175
Quantidade de ações		45.229	28.360
Lucro líquido por ação - R$		0,58	0,75

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	26.428	21.175
Outros resultados abrangentes	(39.220)	8.525
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(65.367)	14.187
Efeitos tributários	26.147	(5.674)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	–	20
Efeitos tributários	–	(8)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	(12.792)	29.700

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019		13.900	5.000	18.943	1	–	37.844
Aumento de Capital:							
Portaria SUSEP/CGRAT nº 221		5.000	(5.000)	–	–	–	–
AGE de 30 de dezembro de 2020		–	45.100	–	–	–	45.100
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	8525	–	8.525
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	21.175	21.175
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		–	–	1.059	–	(1.059)	–
Reservas estatutárias		–	–	15.087	–	(15.087)	–
Dividendos mínimos		–	–	–	–	(5.029)	(5.029)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		18.900	45.100	35.089	8526	–	107.615
Aumento de Capital:	11 a						
Portaria SUSEP/CGRAT nº 138		45.100	(45.100)	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 529		6.000	–	–	–	–	6.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 560		7.000	–	–	–	–	7.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 572		4.000	–	–	–	–	4.000
AGE de 29 de outubro de 2021		–	12.000	–	–	–	12.000
AGE de 30 de novembro de 2021		–	10.000	–	–	–	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2021		–	12.000	–	–	–	12.000
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(39220)	–	(39.220)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	26.428	26.428
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	11 b (i)	–	–	1.321	–	(1.321)	–
Reservas estatutárias	11 b (ii)	–	–	18.830	–	(18.830)	–
Dividendos mínimos	11 d	–	–	–	–	(6.277)	(6.277)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		81.000	34.000	55.240	(30694)	–	139.546

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021
(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Notas explicativas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício		26.428	21.175
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações financeiras		(26.571)	(212.785)
Créditos tributários e previdenciários		929	(2.733)
Ativo fiscal diferido		(20.543)	23
Despesas antecipadas		(175)	–
Custo de aquisição diferidos		(7.462)	(2.651)
Impostos e contribuições		21.426	15.586
Outros ativos		(410)	33
Outras contas a pagar		2.894	7.145
Depósitos de terceiros		2.326	(3.004)
Provisões técnicas - capitalização		174.094	133.990
Provisões judiciais		160	87
Outros passivos		(46.142)	11.302
Caixa consumido pelas operações:			
Impostos sobre o lucro pagos		(20.131)	(16.404)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais		106.823	(48.236)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	11 d	(5.029)	(2.124)
Aumento de capital		51.000	45.100
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		45.971	42.976
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		152.794	(5.260)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		96.883	102.143
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		249.677	96.883

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, autorizada a operar pela Portaria nº 4.695, de 03 de julho de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar, em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

O grupo Porto Seguro continua com um Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes e beneficiários, minimizar o risco para os seus colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime "home office" para parte substancial dos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por informações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da realização dos impostos diferidos, e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 7 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.6 PROVISÕES TÉCNICAS

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, emitidos na forma de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio, ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates, atualizada monetariamente conforme definido nas condições gerais do contrato.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.

(b) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

(c) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado "pró rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

As provisões para resgate são atualizadas monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada 0,35% a 0,55% ao ano para a modalidade instrumentos de garantia. Adicionalmente, as taxas de carregamento dos principais produtos são de 5,92%, 6,25%, 7,75%, 8,78% e 9,67%, dependendo do plano contratado.

2.7 RECONHECIMENTO DE RECEITA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 2.6 (c)).

O fato gerador para a contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será emissão do título, para a primeira parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.

2.8 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. No encerramento do exercício, qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

2.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O valor total de caixa, equivalentes de caixa e aplicações, em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 1.204.272.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações à alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que decorrente da pandemia da COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Companhia, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 100,0% (82,2% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (I):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)
À vista/sem vencimento	249.677	–	117.691	–
Fluxo de 0 a 30 dias	288.105	60.535	117.383	78.985
Fluxo de 31 a 180 dias	–	299.356	2.664	333.320
Fluxo de 181 a 360 dias	35.316	346.011	24.496	382.721
Fluxo acima de 360 dias	984.770	433.311	873.660	132.207
	1.557.868	1.139.213	1.135.894	927.233

(I) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(II) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

(III) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prefixados	88,4%	56,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	11,5%	30,6%
Inflação (IPCA/IGPM)	–	10,4%
Outros	0,1%	2,4%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Instrução CVM nº 02/2020 e posteriores:

Fatos de risco	Cenário (I)	Impacto (II)
Juros pré-fixados	+ 50b.p.	(146.573)
	+ 25b.p.	(78.835)
	+ 10b.p.	(34.165)
	– 10b.p.	34.165
	– 25b.p.	78.835
	– 50b.p.	146.573
Juros pós-fixados	+ 50b.p.	(1.471)
	+ 25b.p.	(1.226)
	+ 10b.p.	(980)
	– 10b.p.	980
	– 25b.p.	1.226
	– 50b.p.	1.471

(I) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(II) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 11 (C).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	249.117	95.219
	249.117	95.219

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

7. APLICAÇÕES

7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2021 Nível 1	Dezembro de 2020 Nível 1
Fundos exclusivos		
LFTs	144.520	191.603
NTNs - B	–	103.224
Títulos privados	–	63.984
Cotas de fundos	–	22.472
	144.520	381.283
Percentual de aplicações classificados nesta categoria	15%	41%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - F	358.324	430.647
	358.324	430.647
Percentual de aplicações classificados nesta categoria	38%	46%

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em dezembro de 2021 era de R$ 409.504 (R$ 416.460 em dezembro de 2020).

7.3 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - F	451.751	116.094
	451.751	116.094
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria	47%	13%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 409.642 (R$ 123.042 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	1.023.243	817.246
Aplicações	823.186	832.032
Resgates	(655.350)	(713.515)
Rendimentos	78.000	73.293
Ajuste a valor de mercado	(65.367)	14.187
Saldo final	1.203.712	1.023.243

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.4.1 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	9,10	1,86
Fundos exclusivos		
NTNs - F	7,96	7,57
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,16	0,09
NTNs - B	–	1,33

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 13 meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	15.410	12.758
Constituição	30.317	26.570
Apropriação para despesa	(22.855)	(23.918)
Saldo final	22.872	15.410
Circulante	17.355	12.140
Não circulante	5.517	3.270

9. PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS - CAPITALIZAÇÃO

9.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	917.486	783.496
Constituições	898.977	899.399
Atualizações	46.140	45.027
Receita diferida	(56.844)	(49.922)
Cancelamentos	(25.652)	(28.927)
Pagamentos/resgates	(688.527)	(731.587)
Saldo final	1.091.580	917.486
Circulante	896.074	673.765
Não circulante	195.506	243.721

9.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A)	1.091.580	917.486
Necessidade de ativos líquidos (*) (B)	–	11.700
Cotas de fundos de investimento	813.461	526.642
Títulos de renda fixa - públicos	358.324	430.647
Total de ativos oferecidos em garantia (C)	1.171.785	957.289
Excedente (C - A - B)	80.205	28.103

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

10. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referentes aos títulos de capitalizações que estão em processo de quitação. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 115.000, dividido em 45.228.724 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As Portarias SUSEP/CGRAT nºs 138, 529, 560 e 572 aprovaram aumento de capital no montante total de R$ 62.100.

As AGEs realizadas em 29 de outubro, 30 de novembro e 28 de dezembro de 2021, deliberaram aumento de capital nos montantes de R$ 12.000, R$ 10.000 e R$ 12.000, respectivamente. Todas estão em fase de aprovação pela SUSEP.

(b) Reservas de lucros

(I) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 seu saldo era de R$ 4.796 (R$ 3.475 em dezembro de 2020).

(II) Reservas estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e da Companhia ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R$ 50.444 (R$ 31.614 em 31 de dezembro de 2020).

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e capital mínimo requerido (CMR) (*)

	Dezembro de 2021
Patrimônio líquido	139.546
(+/–) Ajustes contábeis	(35.241)
Despesas antecipadas	(175)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(12.194)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(22.872)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(21.416)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(23.160)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.744
PLA de nível 1	72.679
PLA de nível 2	1.744
PLA de nível 3	8.467
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	82.890
Capital base (I)	10.800
Capital de risco (II)	56.450
Capital de risco de mercado	49.192
Capital de risco de subscrição	5.587
Capital de risco operacional	5.177
Capital de risco de crédito	1.283
Benefício da diversificação	(4.789)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	56.450
Suficiência de capital	26.440

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

(d) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGO realizada em 31 de março de 2021, deliberou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R$ 5.029.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	26.428	21.175
(–) Reserva legal	(1.321)	(1.059)
Lucro básico para determinação do dividendo	25.107	20.116
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	6.277	5.029
Dividendos mínimos obrigatórios	6.277	5.029
Total de dividendos	6.277	5.029
Total por ação (R$)	0,13877	0,32692

12. ARRECADAÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Instrumento de garantia	866.130	865.390
Incentivo	7.195	6.843
Tradicional (*)	–	(1.761)
	873.325	870.472

(*) Em meados de maio de 2019 esse produto deixou de ser comercializado, e as movimentações devem-se a cancelamentos do período.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas de comercialização	(30.332)	(26.570)
Variação das despesas diferidas	7.461	2.652
	(22.871)	(23.918)

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas com estrutura compartilhada (*)	(10.185)	(9.734)
Serviços de terceiros	(2.587)	(270)
Localização e funcionamento	(276)	(367)
Pessoal	(147)	(416)
Publicidade	(124)	(119)
Outras	(322)	(586)
	(13.641)	(11.492)

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 17).

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	50.792	68.504
Juros de títulos disponíveis para a venda	27.208	7.709
Outras	74	45
Total de receitas financeiras	78.074	76.258
Atualização das provisões técnicas de capitalização	(46.140)	(45.027)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	–	(1.563)
Outras	(1.309)	(2.411)
Total de despesas financeiras	(47.449)	(49.001)
Resultado financeiro	30.625	27.257

16. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Resultado antes dos impostos e participações	46.650	34.821
(–) Participações nos resultados	(15)	(2)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	46.635	34.819
Alíquota vigente (*)	40%	40%
IRPJ E CS (a taxa nominal) (B)	(18.654)	(13.928)
Benefícios fiscais	–	318
Outros	(1.553)	(34)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	(1.553)	284
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(20.207)	(13.644)
Taxa efetiva (D/A)	43,3%	39,2%

(*) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia.;

(ii) Subscrição de títulos de capitalização da Companhia para a Portoseg, Porto Vida, Porto Cia, Porto Consórcio e Itaú Auto e Residência.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Porto Cia	1.003	1.174
Itaú Auto e Residência	–	185
	1.003	1.359

	Receitas Dezembro de 2021	Receitas Dezembro de 2020	Despesas Dezembro de 2021	Despesas Dezembro de 2020
Demonstração do resultado				
Porto Cia	7.282	6.198	(11.296)	(10.478)
Outras	61	770	(1.331)	(1.068)
	7.343	6.968	(12.627)	(11.546)

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição acionária (*)

Porto Seguro Capitalização S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Diretor Presidente

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO – CEO-Negócios Financeiros, Diretor de Produto - Capitalização

CELSO DAMADI – Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAUJO DE LIMA – Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

JOSE RIVALDO LEITE DA SILVA – Diretor Vice-Presidente Vendas e Marketing

FABIO OHARA MORITA – Diretor Técnico

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES – Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA – Diretor de Controladoria

NELSON SANTOS AGUIAR – Diretor de Negócios

TIAGO WOLIN – Diretor de Negócios

CAROLINA HELENA ZWARG – Diretora de Pessoal e Sustentabilidade

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRAULIO FELICISSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de contratos de capitalização (PR e PDA - Notas 2.6 e 9) A Companhia possui obrigações decorrentes de seus títulos de capitalização que estão registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) Provisão para Resgates (PR) e (ii) Provisão para Despesas Administrativas (PDA). As provisões técnicas de contratos de capitalização são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Companhia avalia mensalmente a necessidade de constituição da Provisão para Despesas Administrativas (PDA), no qual a Companhia deverá projetar o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, e compará-lo com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos, considerando os títulos vigentes na data base de cálculo. A Companhia deve manter nota técnica atuarial, contendo o detalhamento da metodologia e das premissas consideradas no cálculo da provisão. Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas da Companhia. Efetuamos também, reconciliação dos registros de arrecadações recebidas e realizamos o cruzamento com o relatório gerencial de provisões matemáticas de capitalização. Adicionalmente, efetuamos testes documentais das arrecadações e resgates no exercício em análise, com o objetivo de comprovar a evidência e o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada. Com o auxílio de nossos especialistas, testamos a metodologia e a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração na determinação da Provisão para Despesas Administrativas (PDA), em relação à experiência histórica da Companhia e realizamos o recálculo independente. Para a Provisão para Resgates (PR), efetuamos a revisão da metodologia, contemplando uma análise de movimentação dos fluxos dessa provisão. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.	Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da **Porto Seguro Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Porto Seguro Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti - MIBA 2147

MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Av. Rio branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Mobitech Locadora de Veículos S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

- **Receitas líquidas:** As receitas de prestação de serviços totalizaram R$ 172,9 milhões em 2021, com aumento de R$ 66,0 milhões, ou 61,8%, em relação ao ano anterior.
- **Investimentos:** A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 680,4 milhões em 2021, sendo R$ 680,0 milhões em veículos e equipamentos locados a terceiros.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		77.801	326.107
Disponível		4.925	11.299
Realizável		72.876	314.808
Aplicações	4	7.414	273.450
Contas a receber de clientes	5	40.247	23.744
Impostos e contribuições a recuperar		2.586	1.298
Despesas antecipadas		1.479	2.802
Bens à venda	6	17.449	11.213
Outros créditos		3.701	2.301
Não circulante		1.001.278	464.443
Realizável a longo prazo		22.094	7.168
Aplicações		11.398	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	9.241	6.763
Outros valores e bens		1.455	405
Imobilizado	8	968.474	451.922
Intangível	9	4.253	5.353
Ativo de direito de uso	10	6.457	–
Total do ativo		1.079.079	790.550

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		425.191	674.263
Contas a pagar		19.204	15.156
Obrigações a pagar	11	16.181	13.290
Impostos e encargos sociais a recolher		614	527
Encargos trabalhistas		932	699
Impostos e contribuições		1.477	640
Empréstimos e financiamentos	12	404.486	659.107
Passivo de arrendamento	14	1.501	–
Não circulante		472.699	816
Obrigações a pagar	11	9.420	801
Empréstimos e financiamentos	12	456.975	–
Tributos diferidos		15	15
Passivo de arrendamento	14	6.289	–
Patrimônio líquido	15	181.189	115.471
Capital social		184.250	134.250
Ajustes de avaliação patrimonial		(16)	(59)
Prejuízos acumulados		(3.045)	(18.720)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.079.079	790.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto para informação sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas líquidas de serviços prestados	16	172.859	106.857
Receitas/(despesas) operacionais	17	(76.151)	(45.574)
Despesas administrativas	18	(72.415)	(43.619)
Despesas comerciais		(8.826)	(4.395)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		15.467	13.269
Receitas financeiras		8.009	3.373
Despesas financeiras		(40.190)	(14.079)
Resultado operacional		(16.714)	2.563
Ganhos com ativos não correntes		35.248	3.536
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		18.534	6.099
Imposto de renda e contribuição social		(2.859)	(1.826)
Lucro líquido do exercício		15.675	4.273
Quantidade de ações (mil)		187.332	134.250
Lucro líquido por ação - R$		0,08	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Demonstração do resultado abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2019		81.050	(88)	(22.993)	57.969	335
Aumento de capital	15	53.200	–	–	53.200	–
Ganhos e perdas atuariais		–	29	–	29	29
Lucro líquido do exercício		–	–	4.273	4.273	4.273
Saldos em 31 de dezembro de 2020		134.250	(59)	(18.720)	115.471	4.302
Aumento de capital	15	50.000	–	–	50.000	–
Ganhos e perdas atuariais		–	43	–	43	43
Lucro líquido do exercício		–	–	15.675	15.675	15.675
Saldos em 31 de dezembro de 2021		184.250	(16)	(3.045)	181.189	15.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.675	4.273
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	19.662	10.669
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	254.638	(268.704)
Contas a receber de clientes	(16.503)	(10.892)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.478)	(594)
Outros ativos	(8.651)	(3.251)
Obrigações a pagar	11.510	6.659
Empréstimos e financiamentos	(83.322)	13.376
Operações de arrendamento	(1.219)	–
Outros passivos	1.200	(87)
Caixa consumido pelas operações:		
Juros sobre captação de recursos pagos	(12.639)	(11.373)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	177.873	(259.924)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(680.304)	(312.821)
Aquisição de intangível	(63)	(160)
Alienação de imobilizado	147.805	158.367
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(532.562)	(154.614)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	50.000	53.200
Aquisição de empréstimos	460.000	538.500
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(161.685)	(169.500)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	348.315	422.200
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	(6.374)	7.662
Saldo inicial de caixa e equivalentes	11.299	3.637
Saldo final de caixa e equivalentes	4.925	11.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Avenida Rio Branco, nº 1448 - Térreo, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público-alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras e (f) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. A Mobitech é uma controlada direta da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. e indireta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela adoção em 1 de janeiro de 2021 ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16/CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente aluguéis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento.

A nota explicativa nº 2.2 apresenta os impactos de acordo com a adoção.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

2.2 ADOÇÃO INICIAL DA IFRS 16

A adoção inicial da IFRS 16 (vide nota explicativa nº 2) em 1 de janeiro de 2021, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

Ativo não circulante	
Ativo de direito de uso	9.009
Total ativo	9.009
Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	(1.689)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	470
Passivo não circulante	
Passivos de arrendamento	(8.378)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	588
Total passivo	(9.009)

As notas explicativas nº 10 e 14 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigido pela nova norma.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Recebíveis (Clientes)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.4).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- **Nível 2:** classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- **Nível 3:** ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

2.5 BENS À VENDA

Compreendem veículos retomados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda.

2.6 IMOBILIZADO

Compreendem veículos utilizados para locação a terceiros pela Companhia. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 8.

2.7 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 9.

2.8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos.

2.9 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações e (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação.

3.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.4.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes), em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 70.077 para os quais existem R$ 6.093 de provisão para risco de crédito.

MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16
Sede: Av. Rio branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, segundo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R$ 353.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Compreende cotas de um único fundo de investimentos composto por títulos públicos e privados de renda fixa e debêntures. As cotas deste fundo foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Locação	44.359	26.172
Seminovos	1.981	1.882
Provisão para risco de crédito	(6.093)	(4.310)
	40.247	23.744

6. BENS À VENDA

Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IRPJ sobre base negativa	2.992	4.867
Diferenças temporárias	5.069	3.134
CSLL sobre base negativa	1.180	1.882
Redução ao valor recuperável	–	(3.120)
	9.241	6.763

8. IMOBILIZADO - VEÍCULOS

		Movimentações				Dezembro de 2021			
	Saldo residual em dezembro de 2020	Aquisições	Baixas/venda	Despesas de depreciação	Outros/transferências	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Veículos e equipamentos locados a terceiros	449.658	680.035	(140.701)	(15.582)	(7.104)	983.790	(17.484)	966.306	3,0
Móveis, máquinas e utensílios	–	32	–	(3)	–	32	(3)	29	10,0
Outras imobilizações	2.264	237	–	(362)	–	2.710	(571)	2.139	20,0
	451.922	680.304	(140.701)	(15.947)	(7.104)	986.532	(18.058)	968.474	

9. INTANGÍVEL

		Movimentações		Dezembro de 2021			
	Saldo residual em dezembro de 2020	Aquisições	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Software	5.353	63	(1.163)	6.861	(2.608)	4.253	20,0
	5.353	63	(1.163)	6.861	(2.608)	4.253	

10. ATIVO DE DIREITO DE USO

		Dezembro de 2021				
	Saldo em 1 de janeiro de 2021	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Direito de uso (*)	9.009	(2.552)	9.009	(2.552)	6.457	20,0
	9.009	(2.552)	9.009	(2.552)	6.457	

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma IFRS 16 ocorreu em 1/1/2021.

Refere-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº 2).

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Referem-se, principalmente, a contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e benefícios a pagar.

12. PASSIVO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Empréstimos bancários	861.461	659.107
	861.461	659.107
Circulante	404.486	659.107
Não circulante	456.975	–

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido no resultado o montante de R$ 36.936 (R$ 14.033 em dezembro de 2020) como despesas financeiras.

12.1 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

Papel/Moeda	Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
CCB - capital de giro - BRL							
	160.000	Itaú	2021	2023	CDI + 1,55%	163.577	–
	200.000	Safra	2021	2023	CDI + 1,65%	200.248	–
	39.000	Itaú	2021	2023	CDI + 1,95%	40.778	–
	28.500	Bradesco	2021	2023	CDI + 2,02%	29.850	–
	21.500	Bradesco	2021	2023	CDI + 2,02%	22.522	–
	39.000	Itaú	2020	2021	CDI + 2,90%	–	40.115
	200.000	Safra	2020	2021	CDI + 1,90%	–	200.090
	160.000	Safra	2020	2021	CDI + 1,90%	–	161.383
	21.500	Bradesco	2020	2021	CDI + 2,35%	–	22.037
	28.500	Bradesco	2020	2021	CDI + 2,35%	–	29.206
Debêntures - capital de giro - BRL							
	400.000	Investidores	2021	2023/24	CDI + 1,31%	404.486	–
Nota promissória - capital de giro - BRL							
	94.000	Itaú	2019	2021	CDI + 0,51%	–	97.622
	100.000	Itaú	2019	2021	105,9% CDI	–	108.654
					Total	861.461	659.107

12.2 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	659.107	288.104
Aquisição/constituição	549.000	538.500
Atualização monetária/juros	10.972	2.003
Liquidação/reversão	(357.618)	(169.500)
Saldo final	861.461	659.107
Circulante	404.486	659.107
Não circulante	456.975	–

13. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Adicionalmente às provisões registradas (vide nota explicativa nº 3.2), existem passivos contingentes para processos judiciais cíveis, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas (danos morais, materiais e corporais), no montante em riscos de R$ 53 para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos.

Existem ainda passivos contingentes trabalhistas, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas (horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos), no montante de R$ 105 para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão.

Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021	10.067	(1.058)	9.009
Apropriação dos juros	–	470	470
Pagamentos	(1.689)	–	(1.689)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.378	(588)	7.790
Circulante			1.501
Não circulante			6.289

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 2).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 184.250 representado por 187.332.331 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

A AGE de 11 de outubro de 2021 aprovou aumento de capital no montante de R$ 50.000 mediante a emissão de novas ações ordinárias sem valor nominal.

16. RECEITA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receita de serviços	190.486	117.749
COFINS	(14.477)	(8.949)
PIS	(3.143)	(1.943)
Impostos sobre serviços	(7)	–
	172.859	106.857

17. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Localização e funcionamento	(58.071)	(29.328)
Depreciação	(15.532)	(9.355)
Provisão para devedores duvidosos	(2.548)	(6.891)
	(76.151)	(45.574)

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Custos corporativos	(20.533)	(15.011)
Serviços de terceiros	(19.851)	(7.994)
Pessoal	(15.825)	(12.091)
Localização e funcionamento	(7.805)	(3.592)
Publicidade	(6.301)	(3.526)
Outras	(2.100)	(1.405)
	(72.415)	(43.619)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;

(iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Porto Cia	1.053	1.363
Portoseg	53	–
	1.106	1.363

Demonstração do resultado	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Cia	2.413	367	(21.002)	(16.264)
Porto Atendimento	–	–	(2.601)	(1.888)
Porto Serviços	–	–	(1.298)	(2.413)
Porto Saúde	–	–	(926)	(981)
Portoseg	–	–	(630)	–
Proteção e Monitoramento	–	–	(1)	(2)
	2.413	367	(26.458)	(21.548)

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN
Diretor Financeiro

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas
Mobitech Locadora de Veículos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mobitech Locadora de Veículos S.A. (companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa e/ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de fevereiro de 2022

Atenciosamente,

consulcamp

Consulcamp Auditoria
CRC 2SP024818/O-5

Carlos Cristiano Polbaniel
Contador - CRC/SP 1SP240875/O-9

PORTO SEGURO SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF nº 09.436.686/0001-32

Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 12º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Receitas líquidas

As receitas de prestação de serviços e de comércio totalizaram R$ 60,9 milhões em 2021, com aumento de R$ 16,4 milhões, ou 36,9%, em relação ao ano anterior.

• Investimentos

No ano de 2021 a Companhia investiu um total de R$ 128,5 milhões, montante totalmente destinado a investimentos em controladas e coligadas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa SELIC, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		18.069	13.051
Caixa e equivalentes de caixa		2.469	212
Realizável		15.600	12.839
Aplicações	3	1.473	667
Contas a receber de clientes	4	7.070	5.616
Títulos e créditos a receber	5	2.322	5.545
Impostos e contribuições a recuperar		2.219	132
Estoque		1.181	879
Despesas antecipadas		1.335	–
Não circulante		681.798	143.998
Realizável a longo prazo		45.576	694
Aplicações		2.269	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		42.724	–
Outros valores e bens		305	379
Contratos de mútuo		278	315
Investimentos	6	611.392	135.949
Imobilizado		23.065	536
Intangível	7	1.765	6.819
Total do ativo		699.867	157.049

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		14.270	4.893
Obrigações a pagar	8	13.069	3.543
Impostos e encargos sociais a recolher		586	508
Encargos trabalhistas		459	336
Impostos e contribuições		156	506
Não circulante		186.974	232
Obrigações a pagar		44	44
Tributos diferidos	1.2	78.629	67
Provisões judiciais		217	121
Débitos diversos	1.2	108.084	–
Patrimônio líquido	9	498.623	151.924
Capital social		767.116	606.516
Outros resultados abrangentes		156	(411)
Prejuízos acumulados		(268.649)	(454.181)
Total do passivo e patrimônio líquido		699.867	157.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação expresso em reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas líquidas de serviços prestados	10	60.914	44.516
Receitas líquidas de vendas de mercadorias		1.587	1.609
Custo das mercadorias vendidas		(991)	(1.048)
Lucro bruto		61.510	45.077
Outras despesas operacionais	11	(29.000)	(21.407)
Despesas administrativas	12	(46.737)	(30.936)
Despesas comerciais		(881)	(425)
Equivalência patrimonial	6	6.708	48
Outras receitas e despesas patrimoniais	1.2	231.259	–
Resultado operacional antes do resultado financeiro		222.859	(7.643)
Receitas financeiras		583	229
Despesas financeiras		(2.049)	(42)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		221.393	(7.456)
Imposto de renda e contribuição social		(35.861)	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		185.532	(7.456)
Quantidade de ações (mil)		25.232	12.005
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R$		7,35	(0,62)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido	Demonstração do resultado abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2019		539.966	(446.725)	(850)	92.391	(25.277)
Aumento de capital		66.550	–	–	66.550	–
Variação cambial de investidas no exterior		–	–	557	557	557
Ganhos e perdas atuariais		–	–	(118)	(118)	(118)
Prejuízo do exercício		–	(7.456)	–	(7.456)	(7.456)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		606.516	(454.181)	(411)	151.924	(7.017)
Aumento de capital	9	160.600	–	–	160.600	–
Variação cambial de investidas no exterior	6	–	–	(76)	(76)	(76)
Ganhos e perdas atuariais		–	–	643	643	643
Lucro líquido do exercício		–	185.532	–	185.532	185.532
Saldos em 31 de dezembro de 2021		767.116	(268.649)	156	498.623	186.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	185.532	(7.456)
Depreciações e amortizações	4.309	720
Resultado de equivalência patrimonial	(6.708)	(48)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	183.133	(6.784)
Variação nos ativos e passivos		
Ativos financeiros	(3.075)	(214)
Outros ativos	(384.811)	(6.318)
Passivos	196.686	2.563
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(8.067)	(10.753)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital em controladas e coligadas	(128.492)	(58.550)
Dividendos recebidos	–	3.500
Alienação de imobilizado	4.342	–
Aquisição de imobilizado e intangível	(26.126)	(739)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(150.276)	(55.789)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	160.600	66.550
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	160.600	66.550
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.257	8
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	212	204
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.469	212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 14 de fevereiro de 2008, sediada na Rua Guaianases, nº 1238, 12º andar, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social a prestação de serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros e a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do exercício, não foram identificados impactos significativos.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

O grupo Porto Seguro continua com um Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes e beneficiários, minimizar o risco para os seus colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime "home office" para parte substancial dos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por informações.

1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES - ACORDO E TROCA DE AÇÕES PETLOVE

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 16 de abril e 28 de junho de 2021, a Companhia, se aliou à PetLove Cayman Ltd. ("Petlove") e passou a deter 13,5% de participação da empresa Petlove. Em contrapartida, a Companhia transferiu o controle (100% das ações) da Porto.Pet Administração de Planos de Saúde Animal S.A. ("Porto.Pet") - nova razão social para Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. ("Health For Pet"). Este acordo ainda prevê a autorização do uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet no Brasil e a divulgação dos planos de saúde para animais oferecidos pela Porto.Pet nos canais de distribuição da Porto Seguro, dentre eles, a distribuição de materiais publicitários aos corretores.

Abaixo divulgamos um resumo demonstrativo dos reconhecimentos contábeis na data do fechamento da operação.

Ativo	
Investimentos	
Saldo contábil antes do "closing"	5.282
Baixa contábil (Porto.Pet)	(5.282)
Valor justo (13,5% de participação Petlove) (i)	236.541
Marcas (Porto Seguro e Porto.Pet) e Canal de divulgação (i)	124.953
Ganho não realizado (ii)	(16.869)
Total do ativo	344.625
Passivo	
Outros passivos	
Receitas a diferir (iii)	108.084
Imposto de renda e contribuição social	78.628
Total do passivo	186.712
Demonstração de resultado	
Ganho bruto no resultado do período	231.259
(–) Imposto de renda e contribuição social	(78.628)
Efeito líquido no resultado do período	152.631

(i) Cálculo baseado na soma dos fluxos de caixa livre descontados a taxa de 12,02% a.a. para a empresa Petlove e 14,98% a.a. para as demais empresas do consolidado Petlove Cayman, sendo elas, Pet Insurance, Vet Smart e Dog Hero.

(ii) Refere-se à eliminação do ganho não realizado equivalente a participação de 13,5% mantida pela Porto Seguro.

(iii) Receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos.

Dado as características da transação, onde observa-se a perda de controle da Porto.Pet em troca da aquisição de participação minoritária (sem controle) na Petlove Cayman, o reconhecimento contábil inicial dessa operação seguiu as orientações do IFRS 10 (CPC 36 - Demonstrações Consolidadas), onde determina que quando existir a perda de controle da controlada, a controladora deve: (i) baixar os ativos contábeis (incluindo qualquer ágio) pelo valor contábil na data em que o controle foi perdido, (ii) deve reconhecer o valor justo da contrapartida/ participação recebida, proveniente da transação que resultaram na perda de controle e (iii) reconhecer a diferença resultante como perda ou ganho no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia cedeu o direito de uso de forma gratuita e com cláusulas de rescisão com e sem justa causa, sendo que a vigência do direito de uso será nas marcas Porto.Pet por 25 anos e Porto Seguro por 10 anos, além do canal de distribuição Porto Seguro por 5 anos. No reconhecimento dessas cessões de uso, a Companhia seguiu as orientações do IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com cliente), e reconhecerá a receita ao longo da vigência dos contratos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Serviços Uruguai, controlada da Companhia e cuja moeda funcional é o peso uruguaio, são convertidos para a moeda de apresentação da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.3 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias.

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia possui investimentos em sociedades controladas e coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

2.5 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestações de serviços e de comercialização de equipamentos compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Compreendem cotas de fundos de investimentos compostos por títulos públicos de renda fixa. As cotas de fundos de investimentos foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se, principalmente, a notas fiscais a receber sobre prestação de serviços de assistência em residências e execução de serviços de socorro automotivo.

5. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Referem-se, principalmente, a adiantamentos administrativos.

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2020	Investimento inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de conversão /baixas/outros	Aumento/ (redução) de capital	Dividendos	Saldos em dezembro de 2021
PetLove Cayman (V)	13,50	–	344.625	(5.702)	–	78.092	–	417.015
Mobitech (I)	99,99	115.470	–	16.555	42	50.000	–	182.067
Porto Serviços Uruguai (II)	100,00	7.848	–	2.003	(76)	–	–	9.775
Porto Conecta (IV)	100,00	5.026	–	(692)	–	(3.000)	–	1.334
Porto Atendimento (III)	99,94	5.986	–	(1.764)	592	–	(4.000)	814
Porto.Pet (V)	100,00	1.085	–	(3.545)	(940)	3.400	–	–
Renova Peças Novas (VI)	100,00	534	–	(147)	–	–	–	387
		135.949	344.625	6.708	(382)	128.492	(4.000)	611.392

PORTO SEGURO SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF nº 09.436.686/0001-32
Sede: Rua Guaianases, 1.238 - 12º andar - Campos Elíseos - CEP: 01204-002 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Tem por atividades o aluguel e a terceirização de veículos ou frotas de veículos;
(ii) Tem por atividade atuação na prestação de serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai;
(iii) Tem por atividade a prestação de serviços de "telemarketing" e atendimento em geral;
(iv) Tem por atividade a prestação de serviços de telecomunicações (vide nota explicativa nº 2.1);
(v) Acordo e troca de ações com a PetLove. Vide nota explicativa nº 1.2;
(vi) Tem por atividade a comercialização e distribuição de peças automotivas novas.

7. INTANGÍVEL

	Saldo em dezembro de 2020	Movimentações: Aquisições	Movimentações: Despesas de amortização	Movimentações: Baixas	Dezembro de 2021: Custo	Dezembro de 2021: Amortização acumulada	Dezembro de 2021: Valor líquido	Dezembro de 2021: Taxas anuais de amortização (%)
"Software"	2.477	122	(834)	–	4.085	(2.320)	1.765	20,0
Ágio e outros intangíveis de combinação de negócios (i)	4.342	–	–	(4.342)	–	–	–	0 a 20,0
	6.819	122	(834)	(4.342)	4.085	(2.320)	1.765	

(i) O montante de R$ 4.342 deve-se a baixa do saldo do ágio oriundo na aquisição da PortoPet (anteriormente denominada HealthForPet) em 2015 e que mediante ao acordo de troca de ações entre PortoPet e Petlove Cayman Ltd., a Companhia realizou a baixa desse saldo.

8. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Refere-se, principalmente, a contas a pagar a fornecedores e de transações com partes relacionadas.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 767.116 divididos em 25.231.979 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.
Em 2021, por meio das Assembleias Gerais de Acionistas, o capital foi aumentado em R$ 160.600.

10. RECEITAS LÍQUIDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receita de serviços	73.547	59.455
Cancelamentos	(3.391)	(7.706)
PIS/COFINS	(6.377)	(4.797)
ISS	(2.865)	(2.436)
	60.914	44.516

10.1 RECEITAS LÍQUIDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS - POR CARTEIRA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Carteira Porto Faz	39.293	31.582
Operação Ecopistas	8.473	8.295
Canais eletrônicos	1.844	1.883
Tech Fácil	7.637	–
Outros	3.667	2.756
	60.914	44.516

11. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Serviços de terceiros	(28.374)	(20.645)
Provisão para riscos de crédito	(1.410)	(506)
Localização e funcionamento	797	(127)
Outros	(13)	(129)
	(29.000)	(21.407)

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Serviços de terceiros	(14.470)	(9.196)
Custo corporativo	(8.298)	(4.850)
Publicidade	(8.062)	(7.059)
Pessoal	(6.207)	(3.958)
Localização e funcionamento	(5.083)	(3.907)
Processamento de dados e infraestrutura	(4.384)	(1.823)
Outras	(233)	(143)
	(46.737)	(30.936)

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:
(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;
(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;
(iii) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento.
Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Demonstração do resultado	Receitas: Dezembro de 2021	Receitas: Dezembro de 2020	Despesas: Dezembro de 2021	Despesas: Dezembro de 2020
Porto Cia	2.171	2.070	(20.758)	(12.038)
Mobitech	1.298	2.413	–	–
Portoseg	768	688	–	–
Porto Atendimento	–	–	(4.090)	(3.537)
Porto Saúde	–	–	(375)	(227)
Outras	–	–	(3)	(3)
	4.237	5.171	(25.226)	(15.805)

14. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS – Diretor Presidente
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO – Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES – Diretora Jurídica e Riscos
RAFAEL VENEZIANI KOZMA – Diretor de Controladoria
TIAGO VIOLIN – Diretor Financeiro
MARCOS ROGÉRIO SIRELLI – Diretor
LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES – Diretor
FABIO OHARA MORITA – Diretor
MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA – Diretor
MARCELO ZORZO – Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1